

MARIETA DE MORAES FERREIRA

COORDENADORA

A REPÚBLICA NA VELHA PROVÍNCIA



CPDOC - FGV



RIO FUNDO

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.
A citação deve ser textual, com indicação da fonte conforme abaixo

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

A REPÚBLICA na velha província: oligarquias e crise no Estado do Rio de Janeiro (1889-1930) / Coordenação Marieta de Moraes Ferreira; Mônica Almeida Kornis... [et al]; Edição de texto Dora Rocha. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989. 316p.

A REPÚBLICA NA VELHA PROVÍNCIA

Apoio cultural do BANERJ Seguros S/A

MARIETA DE MORAES FERREIRA

COORDENADORA

A REPÚBLICA NA VELHA PROVÍNCIA

**OLIGARQUIAS E CRISE NO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO (1889 — 1930)**

**Mônica Almeida Kornis
Silvia Regina Pantoja S. de Castro
Renato Luís do Couto Neto e Lemos
Sergio T.N. Lamarão
Paulo Brandi
Vera Lúcia Feijó**

**Edição de texto:
Dora Rocha Flaksman**



RIO FUNDO

• Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da
Fundação Getúlio Vargas

Programação visual: AG Comunicação Visual, Assessoria e Projetos Ltda.
Capa: AG/Carlos Studart

Impresso no Brasil
Printed in Brazil
1989

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros. RJ.

R336 A República na velha província / Marieta de Moraes Ferreira (co-
ordenadora); Monica Almeida Kornis... (et al.). — Rio de Ja-
neiro : Rio Fundo Ed., 1989.

Bibliografia.

1. Brasil — História — República Velha, 1889-1930. 2. Riode
Janeiro (Estado) — História. 3. Riode Janeiro (Estado) — Política e
governo — 1889-1930. I. Ferreira, Marieta de Moraes. II. Kornis,
Monica Almeida.

CDD — 981.05

981.05

CDU — 981**1889/1930**

981.53

89-0739

ISBN 85-85297-04-2

Direitos desta edição reservados à
Rio Fundo Editora S/A.
Rua da Assembleia, 100/21.º andar
20.011 Centro
Rio de Janeiro — RJ

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	11
PARTE I — A Implantação da Ordem Republicana	25
CAPÍTULO 1 — O Republicanismo Fluminense	27
1. A Crise Econômica do Final do Império	27
2. A Formação da Dissidência Monarquista	30
3. O Frágil Movimento Republicano	32
4. O Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro	36
CAPÍTULO 2 — A Disputa de Poder	43
1. Francisco Portela, o Governador de Deodoro	43
2. A Reação dos Republicanos	46
3. O Primeiro Confronto: As Eleições para a Constituinte	49
4. A Reconstitucionalização Estadual e a Frente Histórico-Moderada	53
5. A Institucionalização	57
6. A Derrubada do Governador	61
CAPÍTULO 3 — A Oligarquia no Poder	69
1. A Política de Conciliação	69
2. A Constituição Estadual	72
3. As Bases da Estabilidade	74
4. Os Focos da Crise Interna	79
5. O Caminho da Cisão	82
6. As Últimas Vitórias do PRF	87
PARTE II — A ESCALADA DO NILISMO	95
CAPÍTULO 4 — Crise e Renovação	97
1. A Cisão do PRF e a Formação do PRRJ	97
2. O Projeto Econômico-Financeiro de Alberto Torres	102
3. “A Política dos Governadores” e o Avanço do PRRJ	105
4. Quintino	109
CAPÍTULO 5 — A Formação do Grupo Nilista	117
1. A Tentativa de Pacificação	117
2. A Divisão do PRRJ	119
3. A Eleição de Nilo Peçanha	121
4. A Reforma Constitucional	123

CAPÍTULO 6 — O Projeto Político de Nilo Peçanha	133
1. A Política de Cooptação	133
2. Os Programas de Recuperação Financeira e Econômica	138
3. O Projeto de Afirmação Nacional	142
PARTE III — Fragmentação e Instabilidade	151
CAPÍTULO 7 — A Destabilização do Nilismo	153
1. A Sucessão de Nilo Peçanha no Estado do Rio	153
2. As Investidas Autonomistas de Alfredo Backer	156
3. A Cisão Nilo Peçanha—Backer	158
4. O Fortalecimento de Backer	161
CAPÍTULO 8 — A Retomada do Controle Político	171
1. Os Reflexos da Ascensão de Nilo Peçanha à Presidência da República	171
2. A Eleição de Hermes da Fonseca e a Sustentação do Nilismo	173
3. O Governo Nilista de Oliveira	176
CAPÍTULO 9 — Enfrentamento e Acordo	187
1. O Isolamento de Nilo na Sucessão de Hermes da Fonseca	187
2. O Enfraquecimento do Nilismo no Estado do Rio	189
3. A Sucessão Estadual e a Cisão	192
4. A Campanha de 1914	195
5. Eleição e Posse de Nilo Peçanha	198
PARTE IV — O Domínio Nilista	205
CAPÍTULO 10 — Estabilidade e Compromisso	207
1. Os Desafios do Novo Governo	207
2. A Política Econômico-Financeira	212
3. O Compromisso com o Governo Federal	214
4. A Sucessão de Nilo Peçanha	215
CAPÍTULO 11 — Releitura e Recomposição	223
1. Perfil e Emergência das Oposições	223
2. A Reestruturação do PRF	226
3. A Tentativa de Pacificação	228
4. A Ineficácia das Medidas de Conciliação Política	234
CAPÍTULO 12 — Um Eixo Alternativo de Poder	241
1. Origens da Dissidência na Sucessão de 1922	241
2. A Formação e a Campanha da Reação Republicana	246
3. A Eleição de Artur Bernardes e a Crise Político-Militar	252
CAPÍTULO 13 — Crime e Castigo	259
1. As Eleições Estaduais	259
2. O Recuo do Nilismo	267
PARTE V — A Ascensão das Oposições	273
CAPÍTULO 14 — A Nova Situação Fluminense	275
1. A Intervenção Federal de 1923	275
2. O Enraizamento de Feliciano Sodré	276
3. A Eleição de Washington Luís e a Distensão Política	279
4. A Abertura	282
5. As Resistências	286
CAPÍTULO 15 — Pacificação e Derrocada	293
1. A Consolidação de Manuel Duarte	293
2. O Estado do Rio e a Aliança Liberal	296
3. A Derrocada	300
Fontes e Bibliografia	307

O tema central deste livro é o Estado do Rio de Janeiro na Primeira República. Em um país como o Brasil, em que a extensão territorial tem dimensões quase continentais, estudos de políticas regionais têm grande importância para a compreensão das complexas relações entre o poder central e os estados. Esses estudos permitem ampliar o conhecimento das formas como se deram as mudanças na estrutura política e social, assim como ajudam a perceber como se dá a identificação dos diversos grupos e classes com a nação. Visto dessa perspectiva, o enfoque regionalista supõe a utilização de fontes de informação variadas e de equipamento conceitual refinado. Até a década de 1970 poucos estudos regionais apresentavam essas características, sendo, de modo geral, de tipo ensaístico, com pouca ou nenhuma utilização de fontes primárias de informação e com poucos referenciais teóricos.

Um novo impulso ao enfoque regional foi dado com a publicação dos estudos dos "brasilianistas" Joseph Love, Robert Levine e John Wirth nos anos 70. Esses autores desenvolveram, juntos, um projeto comparativo sobre três estados da federação — São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais — abrangendo o período da proclamação da República ao Estado Novo. Joseph Love já havia anteriormente concluído um estudo sobre o Rio Grande do Sul, e um pouco mais tarde Eul-Soo Pang publicou um estudo sobre a Bahia, ampliando o conhecimento da história regional.

Atento à importância dessa perspectiva, o Setor de Pesquisas do CPDOC, ao iniciar suas atividades em 1976, sob a coordenação de Aspásia Camargo, elaborou um projeto para analisar o modelo político brasileiro do período pós-30. Visava o projeto estudar as especificidades regionais e seus subsistemas políticos, partindo do pressuposto de que isso permitiria uma avaliação mais fiel do verdadeiro significado da Revolução de 30. Como ponto de partida, utilizou-se a documentação existente no CPDOC que, na-

quele momento, era basicamente constituída de alguns arquivos privados de políticos que tiveram atuação preeminente na Revolução de 30. Em seguida a pesquisa ampliou suas fontes de informação, analisando sistematicamente os jornais da época, documentos oficiais e a bibliografia sobre o período. Paralelamente, o Setor de História Oral tomou depoimento de atores-chaves no processo revolucionário.

O projeto do CPDOC, ao longo de seu desenvolvimento, sofreu algumas redefinições, optando-se pela análise de temas específicos que permitiram identificar as relações de poder no processo de evolução histórica daquele período. A variável regional ganhou maior operacionalidade, não apenas evidenciando o desempenho dos subsistemas políticos, mas ajudando a detectar os momentos de crise que afetaram o sistema como um todo, repercutindo na reorganização e fortalecimento do poder central. Assim, o trabalho desenvolvido por uma equipe de pesquisadores, coordenada por Angela Maria de Castro Gomes, resultou no livro *Regionalismo e centralização política; partidos e Constituinte nos anos 30* (1980), que analisou o processo de transição entre o regime instaurado com a Revolução de 30 e o governo constitucional do pós-34. Através de estudos monográficos foram estabelecidos nexos entre a rearticulação partidária nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, e a participação das bancadas regionais na Constituinte, analisando-se a realidade política regional. Dessa forma o CPDOC iniciou uma linha de pesquisa em que as diversas fontes documentais e bibliográficas foram utilizadas para esclarecer conjunturas críticas na esfera da política regional e nacional.

Essa linha de investigação teve continuidade com o projeto sobre a história política e social do Estado do Rio de Janeiro, abrangendo o período que vai da proclamação da República até 1964, coordenado por Marieta de Moraes Ferreira. Iniciado em 1983, esse projeto veio preencher um vazio na pesquisa histórica brasileira, já que os estudos regionais estavam até então concentrados em estados que tiveram papel mais destacado na condução do processo de industrialização ou na definição de orientações da política nacional, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Se os estados do Nordeste eram pouco estudados sob essa perspectiva, o Rio de Janeiro era totalmente carente de uma história política e social, embora esse estado, devido à vizinhança com a capital federal até 1960, tenha tido em certos momentos históricos considerável influência no jogo de alianças da política nacional.

No decorrer do projeto de pesquisa sobre a história fluminense, o CPDOC organizou, em maio de 1984, um seminário sobre o Estado do Rio de Janeiro. Na ocasião, foi lançada a idéia da publicação da *Revista do Rio*

de Janeiro que, em quatro números, publicados entre 1985 e 1987, desempenhou papel importante na divulgação de estudos acadêmicos realizados sobre a cidade e o Estado do Rio.

O projeto de pesquisa continuou a ser desenvolvido, e o trabalho que ora apresentamos é o resultado de sua primeira etapa, cobrindo de forma sistemática o período da proclamação da República até 1930. Elaborado a partir de um exaustivo levantamento de fontes primárias, este estudo possibilitará aos historiadores e cientistas sociais o conhecimento da diversidade e fragmentação das forças políticas fluminenses na Primeira República e das suas tentativas de reverter a situação de um estado que, de eixo político e econômico durante o Império, passou à posição de estado de segunda classe com o advento da República.

O pesquisador encontrará neste estudo pioneiro, além de novas questões sobre a problemática em pauta, estímulo para outras pesquisas sobre o processo da formação histórico-social do Estado do Rio de Janeiro.

Alzira Alves de Abreu
Coordenadora do CPDOC

INTRODUÇÃO

Freqüentemente são veiculadas através da imprensa, de discursos parlamentares e de pronunciamentos os mais diversos, inclusive diagnósticos sócio-econômicos de caráter técnico, afirmações relativas ao marasmo do Estado do Rio, à sua decadência econômica e à sua perda de importância política no contexto nacional.

O acompanhamento do noticiário dos principais jornais cariocas e fluminenses nos últimos tempos dá a exata medida dos problemas e perplexidades que envolvem a realidade do estado. As denúncias de esvaziamento econômico e a conseqüente luta pela implantação de pólos produtores que dinamizem a vida fluminense — da qual o episódio do pólo petroquímico de Itaguaí é o exemplo mais recente — são temas recorrentes. Em associação com o esvaziamento econômico, fala-se na perda da posição política do estado e nas dificuldades de suas elites em constituir *lobbies* para defender seus interesses na esfera federal.

Pode-se apontar ainda, como uma questão menos atual, mas igualmente presente e relevante, as discussões em torno da própria constituição do estado. Constantemente reaparecem projetos que advogam a separação entre o antigo Estado do Rio e o município do Rio de Janeiro, e denunciam os inúmeros prejuízos trazidos a ambos pela fusão consumada em 1975, o que denota que, passados quase 15 anos, não foi equacionada em definitivo a constituição da identidade do atual Estado do Rio. Esse sentimento foi expresso com clareza, por exemplo, no samba *Pára com isso, dá cá o meu*, de Beto Sem Braço, Aluisio Machado e Bicalho, cujo refrão dizia: "Carioca é carioca / Fluminense é fluminense...".

Dentro desse quadro de problemas, é comum aludir-se à evolução histórica do estado como fator responsável pela atual situação. No entanto, pouco se conhece de fato da história fluminense. Nosso objetivo é exatamente contribuir para esse debate ao apresentar uma análise de conjunto dos

principais problemas políticos e econômicos do Estado do Rio na Primeira República, onde se enraizam muitas das dificuldades atuais.

A necessidade de estudos sobre o primeiro período republicano vem sendo assinalada por diversos autores, entre os quais Francisco Iglesias, para quem muitas tarefas estão por fazer: "Praticamente tudo deve ser pesquisado, pois o esquema seguido é de hipóteses, impressões que devem ser revistas testadas (...). As oligarquias tão proclamadas, com o sistema de coronelismo, têm explicações que exigem provas (...). O funcionamento da política dos governadores é conhecido só no episódio das manifestações mais retumbantes."¹ Assim também, Victor Nunes Leal, na introdução de seu trabalho clássico sobre o coronelismo,² chama a atenção para a necessidade de estudos regionais, como caminho para se obter um conhecimento mais profundo sobre o tema.

Ainda que nos últimos anos essas recomendações tenham sido seguidas, e os estudos sobre o período republicano e em especial sobre a Primeira República tenham se ampliado enormemente, alargando o debate e promovendo a revisão de interpretações, os temas políticos ainda têm recebido um tratamento insuficiente. Os estudos sobre as diversas correntes políticas, a atuação dos grupos oligárquicos regionais e o coronelismo têm sido objeto de inúmeras controvérsias. José Murilo de Carvalho, em seu verbete "Coronelismo", publicado no *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-1983*, retrata o estado atual dos debates a esse respeito. Igualmente, o tratamento dado à problemática do federalismo tem sido insuficiente e parcial, uma vez que são poucos os estudos regionais que esclarecem os intrincados aspectos das relações entre a União e os estados.

A partir da década de 1970 foram publicados diversos trabalhos no campo da história regional que forneceram contribuições importantes a essa temática, mas esses estudos concentraram-se, em sua maioria, em estados que desempenharam um papel de primeiro plano na definição da política nacional, como foi o caso de São Paulo e Rio Grande do Sul, analisados por Joseph Love, e de Minas Gerais, estudado por John Wirth,³ ou ainda em estados que exerceram alguma liderança em amplas regiões do país, como Pernambuco no Nordeste, objeto da investigação de Robert Levine. Mais recentemente, novas interpretações têm sido formuladas acerca da posição e da dinâmica interna de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, como o comprovam os trabalhos de Eduardo Kugelmas, Amílcar Martins e Sandra Pesavento.⁴ Ao relativizar o papel hegemônico de São Paulo, ao buscar novas explicações para a ascensão de Minas Gerais no jogo político nacional

e ao rediscutir as teses que interpretam o Rio Grande do Sul como um foco desestabilizador, essas contribuições permitem repensar os esquemas de funcionamento do federalismo e da política oligárquica na Primeira República.

Contudo, o comportamento dos estados que se situaram à margem do eixo de poder dominante na República Velha é ainda pouco conhecido. Desempenhando um papel de menor relevância na definição das linhas gerais do funcionamento da política nacional, esses estados tiveram sua problemática interna ignorada ou interpretada a partir de inferências oriundas dos modelos construídos para a análise dos estados dominantes, o que dificulta a recuperação de sua dinâmica própria. Embora as grandes decisões fossem tomadas nos núcleos econômica e politicamente dominantes, é importante detectar em que medida as propostas ditadas pelos interesses da política nacional foram absorvidas ou tornaram-se objeto de resistência ou contestação.

O Estado do Rio de Janeiro, a despeito de sua trajetória *sui generis* em termos político-administrativos, e de sua importância econômica no passado imperial, não foi objeto de estudos que propiciassem uma compreensão mais ampla de sua evolução. Um balanço bibliográfico relativo ao Estado do Rio revela imensas lacunas. Os poucos trabalhos existentes não permitem uma visão de conjunto e, conseqüentemente, não ajudam a entender pontos centrais dos atuais problemas fluminenses. É esta lacuna que pretendemos preencher, através da análise da atuação da elite política¹ fluminense no período compreendido entre 1889 e 1930. Nosso propósito aqui será demarcar as diferentes facções dessa elite, analisar seus conflitos pelo controle do poder, bem como suas propostas políticas e econômicas de reorganização do estado, e, finalmente, examinar o conteúdo das relações desses grupos com as demais unidades da federação e com o poder central.

Principal pólo econômico do país durante quase meio século do período imperial, graças à pujança de sua cafeicultura escravista, e um dos principais sustentáculos do regime monárquico, a então Província do Rio de Janeiro entrou em declínio econômico ainda na década de 1880, tendo assistido à proclamação da República e à sua instalação em meio a grave crise política. Tais contingências resultaram, para a chamada Velha Província, em considerável perda de influência no conjunto da nova federação. Para que o estado conseguisse superar os desafios que se apresentavam, era necessário, portanto, que a elite política fluminense elaborasse novas alternativas.

Desenhar uma estratégia para promover a recuperação econômica e política do estado significava estabelecer uma agenda de metas a serem perseguidas. Um primeiro ponto fundamental para os grupos dominantes fluminenses era organizar uma força política estável e coesa, capaz de arcar com os desafios de uma reconstrução econômica interna e de defender os interesses fluminenses no contexto federal. É o primeiro grande problema que se colocou foi exatamente a fragilidade da penetração das idéias republicanas no Rio de Janeiro.

Ainda que algumas das principais lideranças republicanas nacionais no período da propaganda fossem fluminenses, sua atuação se fazia essencialmente na Corte. O Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro foi fundado apenas em novembro de 1888, às vésperas da Proclamação. O grande impulso para um maior enraizamento das idéias republicanas na província foi a Abolição, que incentivou a adesão de monarquistas insatisfeitos com a política imperial. Contudo, se a implantação da ordem republicana abriu possibilidades para novas adesões e para uma real expansão do partido, isso não significou a construção de um partido republicano forte, capaz de agrupar os interesses dominantes de modo a solucionar os problemas do novo estado.

Na verdade, o primeiro governo republicano fluminense, chefiado por Francisco Portela, nada mais fez do que subordinar-se ao governo federal e solapar as frágeis bases dos republicanos históricos. O interesse de Portela em criar uma base de poder própria, respaldada pelo poder federal e independente das demais forças políticas estaduais, provocou uma aproximação dos republicanos históricos com os antigos monarquistas, liderados pelo conservador Conselheiro Paulino Soares de Sousa. Essa aliança, que tinha todo interesse em lutar pela vigência do federalismo — vale dizer, pelo respeito à autonomia estadual — visava, na prática, a conquista do poder.

A queda de Deodoro e, conseqüentemente, de seus representantes nos diversos estados, entre os quais se incluía Portela, possibilitou a ascensão desse grupo em princípio heterogêneo, que a partir de abril de 1892 se reuniu no Partido Republicano Fluminense, o PRF. Instalados no poder, os antigos monarquistas e os republicanos históricos procuraram consolidar a unidade construída durante as campanhas oposicionistas. Tratava-se, inicialmente, de estabelecer regras de relacionamento de maneira que as inevitáveis divergências de interesse não ameaçassem a ordem política. Era fundamental que a disputa intra-oligárquica permanecesse subordinada ao interesse de manter estável a coalizão, condição necessária ao usufruto da autonomia estadual.

Se o período que se seguiu foi marcado por um padrão de relativa estabilidade, garantida por uma sintonia entre a situação fluminense e o governo federal, isso não significou porém que os problemas estruturais que ameaçavam a economia do estado tivessem sido enfrentados ou que as dificuldades para se obter a unificação da política fluminense tivessem sido vencidas. O quadro de estabilidade começou a sofrer alterações a partir de 1896, quando a frágil economia fluminense passou a apresentar sinais de uma verdadeira *débâcle*. O responsável por isso foi o declínio acentuado dos preços do café no mercado internacional, que penalizava não só os produtores, como também a administração estadual, na medida em que sua principal fonte de renda era exatamente o imposto de exportação sobre aquele produto.

Ao lado do agravamento da situação econômica, começaram a surgir os primeiros sintomas de erosão da aliança política que controlava o governo. Os principais focos de conflito resultaram das reivindicações de lideranças campistas mais expressivas, como o Barão de Miracema, que desejavam um espaço político mais amplo na estrutura de dominação do estado. A resistência a essa demanda por parte da cúpula do PRF, constituída por José Tomás da Porciúncula, Conselheiro Paulino e Alberto Torres, provocaria um acirramento das divergências. Mas o equilíbrio mantido pelo governo fluminense só foi realmente ameaçado quando os grupos dissidentes passaram a se articular entre si ou com facções atuantes na política nacional — ou seja, quando o grupo campista se aliou a elementos dissidentes de Niterói, a Portela, e aos opositores do presidente da República Prudente de Moraes.

O quadro de instabilidade que começou então a ser desenhado agravou-se seriamente em 1898, quando o recém-eleito presidente do estado, Alberto Torres, decidiu afrontar a cúpula do PRF. Embora as causas desse entendimento sejam comumente atribuídas às atitudes de independência de Alberto Torres, tanto no tocante à organização de seu secretariado quanto no encaminhamento do conflito campista, há raízes mais profundas que merecem ser examinadas.

Do ponto de vista político-ideológico, enquanto a cúpula do partido era marcada por um maior compromisso com o passado imperial, traduzido na continuidade da liderança do Conselheiro Paulino desde a década de 1870, o grupo de Alberto Torres abrigava políticos mais jovens, influenciados pelas lutas abolicionistas e republicanas. É bem verdade que essas diferenças não eram intransponíveis, tanto que Alberto Torres também contaria entre seus aliados com ex-monarquistas conservadores como o Barão de Miracema. Na verdade, as duas facções compartilhavam de interesses de classe comuns.

Tampouco na esfera econômica podem ser detectadas divergências explícitas entre os dois grupos. Assim, no primeiro ano do governo Alberto Torres, antes que fosse consumada a cisão política, seu programa de recuperação econômica foi aprovado pela totalidade das forças políticas estaduais representadas na Assembléia Legislativa. Propondo medidas inovadoras, como a difusão da pequena propriedade, o aproveitamento do trabalhador nacional, a diversificação agrícola e a transformação da base tributária do estado, com a criação do imposto territorial e a redução do imposto de exportação, este programa encontrava, porém, forte resistência por parte dos proprietários rurais. É possível supor que a facção paulinista do PRF, mais ligada à classe dos proprietários, embora consciente da necessidade das medidas que ajudou a aprovar, temesse seus efeitos. Se não se pode falar em divergências programáticas, ao menos se pode constatar uma diferença de perspectivas.

Finalmente, o conflito pista sem dúvida abriu um espaço que permitiu a Alberto Torres atuar com maior margem de autonomia. Em lugar de aliar as forças do norte fluminense, Alberto Torres preferiu aliar-se a elas, pretendendo com isso ver implementado o seu programa. Para isso, rompeu com o PRF, que passou à oposição, e fundou o PRRJ, Partido Republicano do Rio de Janeiro, o novo partido da situação. No entanto, a divisão política do estado apenas aumentou a instabilidade e impediu que as medidas econômico-financeiras fossem aplicadas e produzissem resultados concretos.

Foi nesse quadro problemático, tanto do ponto de vista econômico como político, que começou a despontar a liderança de Nilo Peçanha, jovem deputado federal campista ligado ao Barão de Miracema. A fragmentação do PRF e de suas boas relações com o presidente da República Campos Sales, que então implantava no país a chamada "política dos governadores", Nilo Peçanha iria reunir condições para iniciar uma escalada em direção ao poder, num processo que se desenrolou em diversas etapas e deu origem à formação de um novo grupo na política fluminense.

Num primeiro momento, alojado no PRRJ, Nilo Peçanha associou-se ao então presidente do estado Alberto Torres e a seus seguidores, em especial à dissidência municipal do PRF de Petrópolis e os antigos opositores de Niterói, ligados ao ex-governador Francisco Portela. Contando com essa heterogênea base de apoio, as forças do norte fluminense lideradas por Nilo ganharam cada vez mais espaço na política estadual. As eleições realizadas ao longo do ano de 1900 foram fundamentais para concretizar a derrota do PRF, e, o que é mais importante, para garantir o controle do PRRJ pela facção nilista, em detrimento da facção ligada a Alberto Torres.

Tendo formado seu próprio grupo e aumentado sua força durante os governos de Alberto Torres e Quintino Bocaiuva, em 1903 Nilo assumiu diretamente o poder e dedicou-se à montagem de uma máquina política que lhe garantisse um longo período de dominação. O alargamento das bases nilistas implicava, de um lado, a unificação da política fluminense sob sua liderança, e, de outro, o desenvolvimento de programas de recuperação econômico-financeira para o estado. Essas preocupações fizeram com que Nilo deixasse cada vez mais de ser uma liderança representativa do norte campista açucareiro e ampliasse o escopo de sua sustentação política, incorporando elementos ligados a diferentes atividades econômicas e oriundos de diferentes regiões. A não predominância de um setor econômico específico como base de apoio daria a Nilo, por outro lado, uma maior autonomia na tomada de decisões.

Respalado numa reforma constitucional que fortalecia o Poder Executivo estadual, Nilo iniciou seu governo buscando adesões através da cooptação ou, quando necessário, da coerção. Apresentou igualmente um plano para enfrentar os problemas mais agudos da economia fluminense, que, apesar de bem-estruturado, não tinha maior originalidade: em linhas gerais, reeditava as propostas de Alberto Torres, apenas procurando amenizar as medidas mais polêmicas de modo a facilitar sua aceitação pela classe dos proprietários rurais. A administração nilista seria marcada por um severo programa de saneamento das finanças públicas que visava reduzir os gastos do estado e ampliar a receita através de modificações no sistema tributário, e ainda pela implementação de um conjunto de medidas destinadas a incentivar a produção. Ainda que sem abandonar a cafeicultura e a lavoura açucareira, Nilo via na diversificação da agricultura a principal saída para a crise da economia fluminense. Tal convicção veio reforçar a visão agrarista, então em voga, que exaltava a agricultura como a atividade básica da nação, apontando como evidência lógica dessa afirmação a dependência das cidades em relação ao campo. Com isso foi também descartada qualquer intenção oficial de criar incentivos para atividades industriais.

Tais esforços no interior do estado seriam acompanhados de articulações destinadas a ampliar o prestígio de Nilo Peçanha na política federal. O objetivo desse projeto nacional era alcançar uma maior margem de manobra para os grupos dominantes fluminenses, com vistas a alterar o *status* político do Estado do Rio no contexto da federação.

Assim como Pernambuco e Bahia, o Estado do Rio havia ocupado uma posição-chave na sustentação do Estado imperial, mas, com a proclamação da República e o agravamento da crise econômica, fora relegado a um papel secundário. No federatismo implantado com a Constituição de 1891 os três

estados ocupavam portanto posições equivalentes, tendo sua autonomia no campo político grandemente limitada a seus interesses econômico-financeiros subordinados aos estados dominantes, Minas Gerais e São Paulo. O Rio Grande do Sul, por seu lado, embora desfrutasse de uma posição privilegiada, ressentia-se igualmente da dominação mineiro-paulista, vendo inúmeras vezes seus interesses prejudicados.

A insatisfação dos estados de segunda grandeza diante de tal desequilíbrio criou condições para o surgimento de iniciativas de resistência à dominação oficial. Embora essas iniciativas nem sempre fossem claramente delimitadas e explicitadas, e se caracterizassem pela instabilidade dos atores-estados nelas engajados, é possível indentificá-las ao longo de toda a Primeira República.

A meta das facções dominantes desses estados era uma maior participação no sistema federalista, o que implicava uma melhor repartição do poder entre os diferentes grupos regionais. A articulação desse projeto alternativo não representava uma ruptura com o modelo oligárquico-clientelístico em vigor, e conseqüentemente suas propostas não extrapolavam aqueles limites. Na verdade, as demandas dos estados de segunda grandeza centravam-se em grande parte numa distribuição mais igualitária das benesses clientelísticas do governo federal.

O período de dominação nilista no Estado do Rio, que se iniciou em 1903, pode ser interpretado como uma luta pela criação de um eixo alternativo de poder. Se em diversas oportunidades Nilo Peçanha firmou acordos, articulou-se e mesmo submeteu-se às oligarquias mineiras e paulistas, isso não impediu que sua posição e de seu grupo divergisse das orientações traçadas pelos dois grandes estados, evidenciando tentativas de aproximação com Bahia e Pernambuco, e em alguns momentos com o Rio Grande do Sul, na busca de apoio para seu projeto político nacional.

O projeto nilista seria contudo desarticulado em 1922, quando a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República, lançada pela Reação Republicana e apoiada pelo Estado do Rio, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul, foi derrotada por Artur Bernardes, candidato do eixo Minas—São Paulo. O preço dessa derrota foi o fim do domínio nilista no Estado do Rio. Deixando de lado as questões mais amplas relativas à dinâmica interna dos demais estados envolvidos na disputa de 1922, podemos apontar algumas dificuldades que nos permitirão compreender o fracasso do nilismo, tanto em relação a seu projeto de recuperação econômica do estado e de unificação da política interna fluminense, como de obtenção de um melhor posicionamento para o Estado do Rio no plano nacional.

As propostas nilistas na esfera econômico-financeira, que tinham como caixos-chaves a cobrança do imposto territorial e a diversificação agrícola, não produziram resultados palpáveis a longo prazo, tanto que na década de 1920 assistiu-se ao recrudescimento da cafeicultura e ao declínio da produção de alimentos. Na verdade, os governos nilistas nada mais fizeram do que administrar uma crise estrutural, que remontava à década de 1880, sem conseguir alterar de forma substantiva problemas básicos como o regime de propriedade da terra ou desenvolver efetivamente uma produção agrícola diversificada.

Por outro lado, o acompanhamento da atuação do grupo de Nilo Peçanha ao longo de seu período de dominação demonstra a convivência permanente com a ameaça de instabilidade e fragmentação. Apesar da construção de uma máquina política que lhe garantiu quase vinte anos de permanência no poder, a tão almejada unificação da política fluminense nunca chegou a ser alcançada em termos duradouros e estáveis. Na verdade, os curtos momentos de estabilidade coincidiram com períodos de consonância entre o governo fluminense e o governo federal, o que comprovava a força e a eficácia da política dos governadores e os riscos que corriam ao desafiá-la os estados de segunda grandeza. A postura rebelde de Nilo Peçanha diante de determinadas orientações da política dominante iria acarretar constantes interferências do governo federal nas questões internas fluminenses, visando sempre estimular dissidências e fortalecer grupos de oposição, ou seja, erodir as bases nilistas.

A eleição de Nilo Peçanha para a vice-presidência da República na chapa de Afonso Pena em 1906, conquanto tenha representado um passo importante em sua trajetória política nacional, inaugurou no Estado do Rio um período de aguda instabilidade que se prolongaria até 1915. Assim, já em 1907, Afonso Pena estimulou a dissidência do então presidente estadual Alfredo Backer, provocando a perda parcial do controle da política fluminense pelos nilistas. Situação semelhante ocorreu nos anos de 1913 e 1914, quando Hermes da Fonseca e Pinheiro Machado tudo fizeram para enfraquecer o nilismo estimulando a defecção do sucessor de Backer, Oliveira Botelho. Nilo conseguiu se recuperar, elegendo-se pela segunda vez presidente do estado em 1914 e mantendo o controle sobre a política fluminense até a intervenção federal de 1923, que se seguiu à derrota da Reação Republicana. Os últimos dois anos de seu longo domínio foram, porém, marcados pela hostilidade do governo federal, que ataçava as oposições em represália ao desafio assumido por Nilo na campanha presidencial.

A intervenção federal no Estado do Rio, decretada por Artur Bernardes, significou o desalojamento do nilismo de todas as posições de que desfrutava

no quadro político estadual e, simultaneamente, a ascensão de um novo grupo, liderado por Feliciano Sodré, que articulava diferentes facções oposicionistas fluminenses. Com o alijamento dos nilistas, a nova situação conseguiu diminuir o nível dos conflitos internos. A possibilidade de uma maior estabilidade política estava sem dúvida ligada ao mais estreito alinhamento do Estado do Rio com o governo federal. Em pouco tempo, porém, esta associação se revelaria fatal: deposto pela Revolução de 30, Washington Luis arrastaria em sua queda seus aliados fluminenses.

A fragmentação política das elites políticas do Estado do Rio era de tal ordem que mesmo as facções identificadas com a revolução não tiveram condições de impor um elemento fluminense para a direção estadual. A interferência de lideranças políticas de outros estados seria assim uma constante ao longo da década de 1930. Lutando com dificuldades econômicas, agravadas pela crise de 1929, o Estado do Rio deixou a Primeira República sem que as metas básicas traçadas no início da era republicana tivessem sido atingidas.

Algumas hipóteses podem ser levantadas para explicar o fracasso das tentativas de soerguer o Estado do Rio no primeiro período republicano. Poder-se-ia perguntar, em primeiro lugar, se a fragmentação da política fluminense teria sido fruto do choque entre projetos econômicos divergentes. A análise da performance e da composição das diferentes facções em luta pelo poder não torce, porém, indicações que corroborem essa perspectiva. Na verdade, as facções oposicionistas eram marcadas pela falta de coesão interna e a ausência de um projeto alternativo coerente. Seu fortalecimento e dinamismo sempre estiveram diretamente subordinados ao apoio federal, decorrente, por sua vez, dos conflitos que a situação estadual pudesse ter com o governo central.

A corrente nilista, portadora de propostas orientadas por um modelo de desenvolvimento agrarista, em que a policultura era a pedra angular, não se contrapunham projetos oposicionistas que oferecessem uma nova alternativa econômica, baseada quer na agricultura, quer na criação de novas atividades direcionadas para o desenvolvimento industrial e urbano. Alguns programas implementados pelo grupo que assumiu o poder nos anos 1920, liderado por Feliciano Sodré, com a construção do porto de Niterói e a reforma urbana da capital, poderiam nos levar a considerar a existência de uma nova proposta para a organização e o desenvolvimento da sociedade fluminense. No entanto, esses programas tinham mais um caráter eleitoral clientelístico do que propriamente um sentido alternativo e inovador. Seu objetivo funda-

mental era ampliar as bases políticas do novo grupo dominante, numa conjuntura em que seu enraizamento no estado ainda era bastante limitado.

Em grande medida, a falta de coesão política esteve sempre relacionada com as dificuldades de institucionalização da vida partidária fluminense, que implicou uma organização política de base personalista. O que se percebe ao longo da Primeira República é que as siglas PRF e PRRJ surgiam e desapareciam sem qualquer explicação plausível, revelando a falta de consistência e a fraqueza dos partidos. É verdade que se pode perceber algumas tentativas, por parte dos nilistas, de institucionalizar a vida partidária através do fortalecimento de suas comissões executivas e da incorporação de elementos oposicionistas de forma a transformar os conflitos em disputas intrapartidárias. No entanto, essas iniciativas sempre encontraram resistências, principalmente da parte das bases municipais.

A tendência à personalização da política fluminense, revelada desde o início da República com Francisco Portela, alcançou sua expressão máxima com Nilo Peçanha. Ao longo de mais de vinte anos da dominação, Nilo participou apenas duas vezes de uma reunião oficial de seu partido, sendo que todas as decisões importantes eram tomadas a portas fechadas com um estreitíssimo grupo de colaboradores, para os quais a sua era sempre a última palavra. O depoimento de Raul Fernandes ilustra bem esse estado de coisas. Referindo-se à posição ocupada pelo Estado do Rio dentro da federação, dizia ele: "É possível que ela (a máquina política) nos houvesse convertido em um estado de importância secundária no jogo da política geral (...) se não tivéssemos o contrapeso do valor pessoal de nosso grande amigo, cuja autoridade necessariamente cresceria, com seus serviços ao país."⁶

Um terceiro elemento a ser considerado como fator explicativo para a fragmentação da política fluminense seria sua tendência à "nacionalização", decorrente da proximidade do Distrito Federal. José Honório Rodrigues⁷ oferece uma contribuição interessante a esse respeito, ao analisar o destino nacional da cidade do Rio de Janeiro. De fato, por ter sediado desde o século XVIII a capital do Brasil, o Rio de Janeiro não chegou a desenvolver uma mentalidade voltada para problemas regionais. Suas lideranças tornaram-se a tal ponto cosmopolitas que as questões locais ficaram tradicionalmente em segundo plano. E essa mentalidade cosmopolita, enraizada na população e nas elites cariocas, teria reflexos profundos na vida fluminense.

Na verdade a proximidade da Província e posteriormente do Estado do Rio, da capital do país, fez com que os políticos fluminenses fossem em boa parte absorvidos pela política nacional e tendessem a formular suas propostas com uma preocupação mais ampla e abrangente.⁸ Por esse motivo, as

lideranças regionais tiveram dificuldades para se unir em torno de projetos comuns que beneficiassem o estado do ponto de vista econômico e político.

A dificuldade de unificação da política fluminense pode ser pensada, finalmente, como resultado da ausência de uma efetiva integração entre os setores produtivos e o governo do estado em torno de um programa econômico comum. De um lado, os proprietários de terra mostravam-se incapazes de formular propostas destinadas a superar a crise e fiavam-se na ação governamental. Mas do momento em que o Executivo propunha alterações no sistema de produção tradicional, baseado na monocultura e na grande propriedade, as resistências se erguiam, impedindo que se chegasse a resultados concretos.

A diversificação agrícola como opção substitutiva a uma economia monocultora jamais encontrou um contingente significativo de adeptos entre os proprietários rurais. Sua adesão ao programa governamental se fazia sentir apenas enquanto a diversificação fosse complementar e paralela à produção cafeeira e açucareira. Concretamente, isso queria dizer que aderir à policultura era apenas uma opção conjuntural, resultado da situação crítica dos principais produtos de exportação. Tão logo esse quadro sofresse algum tipo de reversão, a opção preferencial era investir nas atividades monocultoras." Foi efetivamente isso o que ocorreu nos anos 1920, quando a tendência à diversificação perdeu cada vez mais terreno para o retorno à cafeicultura e a expansão da pecuária.

Transcorridas várias décadas, inúmeros desses problemas que marcaram a trajetória do Estado do Rio no primeiro período republicano foram pouco alterados e continuam aguardando soluções. Esperamos que estas possam ser na atualidade apresentadas, não apenas por suas elites políticas, mas, de forma mais democrática, pelo conjunto da sociedade fluminense.

Esta obra é o resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido no CPDOC sob minha coordenação, do qual participaram os pesquisadores Mônica Almeida Kornis, Sílvia Regina Pantoja S. de Castro, Renato Luís do Couto Neto e Lemos, Sergio T. N. Lamarão, Paulo Brandi e Vera Lúcia Feijó, e ainda, como estagiária, Verena Alberti.

A primeira etapa do trabalho consistiu em um exaustivo levantamento de fontes primárias, incluindo arquivos privados, anais da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, relatórios oficiais e jornais. Procedeu-se igualmente ao exame da bibliografia existente sobre a Primeira República e o Estado do Rio. Concluída a pesquisa, os dados foram organizados, e os pesquisadores redigiram relatórios de trabalho.

A etapa seguinte, de preparação deste livro, foi desenvolvida já com alterações na equipe inicial, que, ainda sob minha coordenação, ficou reduzida às pesquisadoras Mônica Almeida Kornis e Silvia Regina Pantoja S. de Castro. A elaboração do plano da obra, a construção de um eixo que articulasse suas diferentes partes, bem como a decisão sobre o que devia ser cortado ou mantido dos relatórios originais, foram de responsabilidade da coordenação. Nesse sentido esta obra não é uma coletânea, composta de textos autônomos. Minha preocupação foi articular os diferentes capítulos, de maneira a permitir uma reconstituição histórica da trama dos acontecimentos políticos do período, visando avaliar seu significado. Nesta tarefa coniei com a colaboração da editora de texto Dora Rocha Flaksman, que além de padronizar e dar unidade aos diferentes relatórios, condensando as cerca de oitocentas páginas originais, foi uma rigorosa leitora crítica. Suas observações sempre pertinentes obrigaram-me muitas vezes a repensar e rearticular as informações apresentadas, contribuindo para a maior clareza e coerência do texto final.

Inúmeras foram as instituições e pessoas que contribuíram para a elaboração deste trabalho. Em primeiro lugar, quero agradecer o apoio institucional e a confiança da direção do CPDOC, nas pessoas de Alzira Alves de Abreu e Celina Moreira Franco. Merecem igualmente nossos agradecimentos a Fundação Ford e a FINEP, que financiaram este projeto de pesquisa. A José Rossi, vice-presidente do Banerj Seguros, Aspásia Camargo, secretária de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, Maria Clara Mariani e Israel Beloch, agradeço o apoio e incentivo para a publicação deste livro.

Gostaria de agradecer a José Murilo de Carvalho por suas sugestões logo nos primeiros momentos da pesquisa, e a Ângela de Castro Gomes por suas críticas e sugestões ao texto final. Nosso reconhecimento, pela amizade e colaboração, aos colegas do CPDOC, entre os quais Lúcia Lippi e Cristina Mary Paes da Cunha. Finalmente, ao corpo administrativo do CPDOC, nas pessoas de Maria Rosalina Leve, Maria Helena França, Tania Maria de Oliveira e Nazareth Vargas nosso muito obrigado.

Marieta de Moraes Ferreira

NOTAS

1. Citado por Rosa Maria Godoy Silveira, *Republicanism e federalismo, 1889-1902*, p. 29-30.
2. Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*.
3. Joseph Love, *O regionalismo gaúcho e A locomotiva; São Paulo na federação brasileira*; John Wirth, *O fiel da balança; Minas Gerais na federação brasileira*; Robert Levine, *A velha usina. Pernambuco na federação brasileira*.
4. Eduardo Kugelmas, *Difficult hegemonia, um estudo sobre São Paulo na Primeira República*; Amílcar Martins, *The White Collar Republic; Patronage and interest representation in Minas Gerais, 1889-1930*; Sandra Pesavento, *República Velha gaúcha*.
5. Utilizamos o conceito de elite política para definir os grupos que no período em questão monopolizaram os mecanismos de poder, isto é, de elaboração e de decisão política, mantendo sempre vínculos com as classes econômica e socialmente dominantes. É importante esclarecer que, ao concentrar a atenção na atuação das elites políticas, estamos apenas querendo evitar o rígido determinismo dos fatores não-políticos, particularmente econômicos, sobre as decisões políticas. Sem pretender negar a base classista da elite fluminense, queremos chamar a atenção para o fato de ela não ser uma simples representante dos proprietários de terra ou uma simples executora dos interesses dessa classe dentro do aparelho de Estado. Para uma discussão mais minuciosa desse assunto, ver José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem: a elite política imperial*.
6. *O Rio de Janeiro*, 5/7/1918.
7. Ver *Vida e história*, p. 126-146.
8. Ver José Murilo de Carvalho, *Teatro das sombras: a política imperial*, p. 100.
9. Ver Ana Maria Santos e Sônia Regina Mendonça, "Intervenção estatal e diversificação agrícola do Estado do Rio de Janeiro (1888/1914)".

PARTE I

A IMPLANTAÇÃO DA ORDEM REPUBLICANA

CAPÍTULO 1

*O REPUBLICANISMO FLUMINENSE **

I. A CRISE ECONÔMICA DO FINAL DO IMPÉRIO

Ao longo do Império, a Província do Rio de Janeiro, com sua economia baseada nas atividades ligadas ao açúcar e ao café, destacou-se como o principal centro econômico do país e também como um baluarte do conservadorismo escravista. Nas últimas décadas do século XIX, contudo, diversos fatores convergiram para que aí se instalasse uma grave crise econômica, aprofundada com a Abolição da Escravatura. As dificuldades enfrentadas por amplas parcelas da classe dos proprietários rurais vieram lançá-las contra a Monarquia, abrindo assim as portas da província ao republicanismo.

O açúcar e o café fluminenses, embora com pesos relativos desiguais, integravam a pauta de exportações do país, e por isso mesmo sua dinâmica confundia-se com a do setor agroexportador nacional. O setor açucareiro em crise desde o final do século XVIII, assistiu no século XIX a tentativa de modernização, especialmente no que toca aos processos de beneficiamento. A adoção do vapor a partir de 1815 e a criação de engenhos centrais, iniciativas voltadas para o aumento da produtividade, completaram-se na década de 1880 com o surgimento das usinas, que ainda iriam conviver com formas mais atrasadas de produção. A agroindústria açucareira sobreviveu assim numa situação relativamente modesta, agravada pelos problemas de fornecimento de mão-de-obra, que sem dúvida eram crônicos, mas se aprofundavam na medida em que a Abolição se tornava iminente. O café, por outro lado, despontou na primeira metade do século como elemento de revi-

* Este capítulo é uma versão modificada do documento de trabalho de Renato Luis do Couto Neto e Lemos, "O Republicanismo Fluminense nos quadros da crise do Império". As alterações são de responsabilidade da coordenação do livro.

talização do setor agrário do país, graças à expansão do mercado mundial, decorrente, em especial, da difusão de seu consumo na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte.

A Província do Rio de Janeiro dispunha dos elementos favoráveis à escalada cafeeira: ampla oferta de terras, clima e relevo adequados, força de trabalho subutilizada, estrutura comercial instalada a partir dos negócios com o açúcar, tropas de muleiros e porto próximo. Os primeiros passos da cafeeira extensiva conviveram, nas montanhas, com as plantações de cana da planície. A nova atividade iria porém deslocar "para o vale do Paraíba, além da serra do Mar, o centro econômico da província".¹ Em 1830, a cafeeira fluminense já adquiria efetiva expressão comercial, o que iria transformar a província em "um grande centro condensador de lavouras e população; em meados do século XIX, reúne-se aí a maior parcela da riqueza brasileira".²

De fato, o roteiro do café fez da Província do Rio de Janeiro a base econômica do país durante meio século. Se em 1835 a produção cafeeira fluminense já chegava a cerca de um milhão de sacas, cinco anos depois ela aumentava em 50%. Nesse período, que se prolongou até 1860, os grandes centros produtores estavam localizados na região ocidental do vale do Paraíba, destacando-se Resende, Barra Mansa, Vassouras, São João Marcos e Passa Três. Observa-se, a partir de 1860, o deslocamento das lavouras para a face oriental da bacia do Paraíba, onde, entre Cantagalo e Paraíba do Sul, articulou-se então o novo eixo econômico. Foi também nessa época que se iniciou em território fluminense a construção de ferrovias, destinadas a elevar a rentabilidade dos negócios pela melhoria das condições de transporte. Na zona ocidental da província, contudo, isso significou um rude golpe no sistema de portos e estradas de rodagem, em torno dos quais haviam surgido muitos núcleos urbanos.

A produção cafeeira fluminense chegou ao apogeu em 1881, com a cifra de 2.600.000 sacas. Essa vertiginosa ascensão, como era de se esperar, refletiu-se na organização social e administrativa da província. Na esteira do café formaram-se vilas e cidades, dominadas por grupos detentores de grandes fortunas, dos quais saiu a parte mais expressiva de uma elite que exerceu importantes papéis políticos durante a segunda metade do século XIX.

Entretanto, o deslocamento da cafeeira para a zona oriental do vale do Paraíba limitou seriamente suas possibilidades de expansão na província. Concomitantemente, o café se espraiava também pela Zona da Mata de Minas Gerais e pela região paulista do vale do Paraíba, onde, caminhando para o oeste, alcançaria maior produtividade e melhor qualidade. A exportação fluminense cresceu no período de 1880 a 1885 de forma muito lenta e instá-

vel, o mesmo ocorrendo com os valores obtidos com a venda do café. Houve uma vertiginosa queda dos níveis de exportação a partir de 1886, embora os valores se mantivessem numa média ascendente, graças a uma conjuntura de preços favoráveis no mercado internacional.

Tratava-se, na verdade, de uma crise estrutural. Organizado sobre uma base escravista, o setor cafeeiro fluminense enfrentava problemas resultantes da extinção do tráfico internacional de escravos em 1850; o encarecimento da mão-de-obra e o progressivo endividamento dos proprietários rurais que, já na década de 1860, precisavam hipotecar suas propriedades para manter o trabalho em suas lavouras.³ Abalados por essas dificuldades, os proprietários tenderam a especializar as plantações. Ao abandonar a produção de alimentos, passaram a importá-los, o que elevou o custo da subsistência e da manutenção dos próprios escravos e, portanto, as despesas monetárias em geral.⁴

O predomínio das relações escravistas de trabalho criava impecilhos às tentativas de atração de trabalhadores livres. Entre 1840 e 1870, tomaram-se inúmeras iniciativas de instalação de núcleos de povoamento e colônias de parceria mas, a concorrência do trabalho escravo, a escassez de terras devolutas aproveitáveis e as dificuldades de acesso aos distantes mercados consumidores conduziram esses empreendimentos ao fracasso.⁵ A mecanização do setor cafeeiro como recurso para a elevação da produtividade gerou igualmente escassos rendimentos. A maquinaria teve sua aplicação restrita ao beneficiamento, somente os fazendeiros mais prósperos podiam utilizá-la, em virtude dos elevados custos. Por fim, o baixo nível das forças produtivas, expresso não apenas na predominância do trabalho escravo, mas na cultura de tipo extensivo, no progressivo agravamento da erosão dos solos etc., levou à consolidação de cafezais velhos e improdutivos, comprometendo, dessa forma, o rendimento do setor como um todo.⁶

Por outro lado, dispondo de condições favoráveis, como a mão-de-obra livre, a fértil "terra roxa" etc., a lavoura do oeste paulista, cuja produção se expandiu aceleradamente de 1870 a 1900, impôs-se no mercado nacional. Às vésperas da Abolição, em 1887, a produção fluminense de café caiu a quase 50% da safra anterior, não vindo a registrar, até pelo menos 1897, índices que atestassem uma recuperação.⁷

A Abolição da Escravidão em 13 de maio de 1888 culminou um processo de decadência econômica cujas consequências políticas na Província do Rio de Janeiro serão examinadas mais adiante. Importa frisar, aqui, o peso da medida na potencialização dos fatores de crise da lavoura fluminense. Para enfrentar a situação crítica, desde antes da Abolição os proprietários rurais já vinham exigindo do governo imperial que a libertação dos escravos se fi-

zesse acompanhada de indenização. Não obtiveram êxito em seu intento, e para muitos deles isso significou a ruína total.⁸ A estrutura produtiva da província viu-se subitamente às voltas com uma drástica redução do contingente de trabalhadores, já que parte dos ex-escravos deixou as fazendas, ficando as lavouras prejudicadas.

Insolventes e falidos, os proprietários exigiam do governo créditos e providências para a vinda de imigrantes para suas fazendas. Suas reivindicações foram em parte atendidas, mas as medidas tomadas foram ineficazes, tanto por sua timidez quanto pela própria situação crítica da economia fluminense, que levava capitais e trabalhadores livres a buscarem setores mais lucrativos e seguros, dirigindo-se para os pólos dinâmicos da economia nacional.

2. A FORMAÇÃO DA DISSIDÊNCIA MONARQUISTA

A situação política da Província do Rio de Janeiro no final do Império refletia o quadro nacional em tons especialmente carregados. Apoiada num sistema político-administrativo extremamente centralizado, que incluía a nomeação dos presidentes das províncias e a absorção de grande parte das receitas tributárias por elas arrecadadas, a Monarquia enfrentava com dificuldade temas como o abolicionismo, o alargamento da representação, a separação entre a Igreja e o Estado, a administração dos interesses nacionais frente ao capital estrangeiro ou a melhoria das condições de vida nas grandes cidades, sem encontrar soluções adequadas à preservação de suas bases sociais e políticas. Um dos sustentáculos do Estado imperial, a Província do Rio de Janeiro assistia também à intensificação, nas regiões vizinhas, das reivindicações de autonomia e do movimento abolicionista.

Internamente, o quadro administrativo era delicado. É verdade que frequentemente o governo imperial adotava medidas que suavizavam um pouco a pressão tarifária sobre o setor exportador — em 1887, por exemplo, foi suprimido o imposto sobre a exportação do açúcar. Entretanto, se isso beneficiava setores da classe de proprietários rurais, complicava ainda mais a situação financeira da administração provincial, na medida em que restringia o montante de sua arrecadação. Por outro lado, a Província do Rio de Janeiro ainda era, em 1887, o segundo maior pólo concentrador de população escrava do país, somente superado por Minas Gerais. Na Câmara dos Deputados e no Senado, os parlamentares fluminenses Domingos de Andrade Figueira e Conselheiro Paulino José Soares de Sousa lideravam a oposição aos projetos abolicionistas.

Até meados da década de 1880, os partidos monárquicos exerceram o monopólio efetivo da representação na Província do Rio de Janeiro. Assim, como nas demais províncias, eles organizavam basicamente os elementos rurais, comerciantes, funcionários públicos e profissionais liberais.⁹ Tradicionalmente minoritário, o Partido Liberal podia chegar ao governo fluminense por força de alterações na composição dos gabinetes imperiais, mas isso não expressava uma alteração real na correlação de forças em nível provincial. O Partido Conservador sempre controlou a maioria na Assembleia Provincial fluminense e, a partir dessa base, tornou-se talvez o principal sustentáculo do Estado imperial centralizado, personificado no líder dos "conservadores", Conselheiro Paulino José Soares de Sousa.

A identidade entre os conservadores fluminenses e o centralismo imperial é explicada por José Murilo de Carvalho pela combinação de dois fatores: o interesse provincial num controle centralizado da economia, já que sua renda era gerada em área de colonização antiga e dependia totalmente do comércio exterior, e a existência na província de uma aliança entre os proprietários rurais e a burocracia, em função do grande desenvolvimento alcançado por sua cafeeicultura e da proximidade da Corte.¹⁰ Além disso, na medida em que avançava a campanha abolicionista, os proprietários rurais depositavam no governo central suas esperanças de manutenção da ordem escravista, ameaçada também, já na década de 1880, pelas fugas e libertações voluntárias verificadas em outras províncias.¹¹

Os conservadores fluminenses encaravam o problema da extinção do trabalho escravo sob os prismas econômico e social, sempre com a perspectiva de superar os fatores de crise da lavoura e de preservar a estrutura agrária vigente. Argumentavam, em oposição ao movimento abolicionista, que era necessário preparar-se previamente a opinião geral da província para a medida, e postulavam uma transição lenta e ordenada. A política conservadora perseguia a transformação do trabalho e a repressão à vadiagem, sintetizando-se no binômio "colonização e trabalho obrigatório".

A evolução do movimento abolicionista em nível nacional,¹² marcada pela adesão do Imperador à proposta, pela radicalização dos métodos de luta e pelo crescimento do número de fugas e de libertações voluntárias, tornou a abolição, nas palavras do jornal *O Fluminense*, porta-voz conservador na Província do Rio de Janeiro, "uma questão vencida". Em 9 de maio de 1888, reunidos a Câmara dos Deputados e o Senado em assembleia geral, aprovou-se o projeto de extinção do trabalho escravo no Brasil, sem cláusula indenizatória. Manifestaram-se contrariamente à medida oito deputados conservadores, sete dos quais representantes da Província do Rio de Janeiro. Dentre os senadores, votaram contra o projeto os fluminenses Conse-

lheiro Paulino José Soares de Sousa e Francisco Belisário Soares de Sousa.¹³

O agravamento da crise trazida pela Abolição resultou, na província, no afastamento entre amplos setores de proprietários rurais monarquistas e a Coroa. De imediato, vários deputados gerais, deputados provinciais e vereadores passaram à oposição ao governo, embora ainda não à Monarquia. O distanciamento entre o governo central e os grupos hegemônicos fluminenses parece ter-se agravado com a divulgação da nova tabela dos impostos sobre indústrias e profissões, aprovada em fevereiro de 1888, mas não implantada imediatamente. Os defensores da revisão da tabela argumentavam com o fato de que o regulamento fora concebido no início de 1888, mas seria implementado em momento muito diferente, quando já se sentiam "as conseqüências naturais das grandes reformas". O novo sistema tributário era considerado severo demais, especialmente para a Província do Rio de Janeiro, "a que mais sofreu com a lei de 13 de maio último".¹⁴

As dificuldades vividas pela agricultura e a luta contra o regulamento tarifário fizeram com que o ano de 1888 assinalasse um notável crescimento da dissidência monarquista que, como se verá adiante, em muitos casos passou a alinhar-se com os republicanos. Também os comerciantes das duas maiores cidades fluminenses — Campos e Niterói — entraram em atrito com o governo em conseqüência do regulamento tarifário. Com o apoio de deputados monarquistas e republicanos, realizaram amplas reuniões e decidiram boicotar o pagamento dos impostos gerais até que as tarifas fossem modificadas.¹⁵

A abertura dos trabalhos parlamentares em maio de 1889 refletiu, desde logo, as dimensões políticas dos efeitos da Abolição. No Senado, o Conselheiro Paulino de Sousa derrotou o candidato governista à presidência da casa, Visconde de Cruzeiro; recebeu 22 votos contra 12 e foi maciçamente apoiado pela oposição liberal.¹⁶ Com a ascensão, em junho de 1889, do gabinete liberal chefiado pelo Visconde de Ouro Preto, realizaram-se novas eleições para a Câmara e o Senado. O Partido Liberal obteve esmagadora maioria nas duas casas, observando-se a tradição de que o partido no poder era sempre o eleitoralmente vitorioso. Na Província do Rio de Janeiro, no entanto, essa inversão nacional não se refletiu na correlação de forças no interior da Assembléia, onde o Partido Conservador manteve-se amplamente majoritário, posição que preservaria até a proclamação da República.

3. O FRÁGIL MOVIMENTO REPUBLICANO

Embora nas últimas décadas do Império a Província do Rio de Janeiro tenha produzido líderes republicanos de grande destaque no plano nacional,

como Quintino Bocaiúva e Silva Jardim,¹⁷ não se configurou dentro do território fluminense um movimento republicano que expressasse uma força social significativa. É sabido que o movimento republicano brasileiro, orientado por um projeto crítico do tradicional padrão de domínio político exercido pelos setores agrários e liderado por uma camada urbana de profissionais liberais, só se constituiu em força politicamente expressiva com a adesão dos fazendeiros paulistas, representantes de uma zona econômica em expansão e críticos da centralização. Assim, também, ainda que por motivos diferentes, somente com a adesão dos fazendeiros fluminenses à frente antimonárquica o republicanismo pôde abrir caminho na Província do Rio de Janeiro.

O sistema republicano de governo, defendido no país desde o período colonial, tornou-se uma alternativa viável a partir de 1870 diante das transformações econômicas e sociais por que passava a sociedade brasileira. Enquanto não houve maior diferenciação entre o poder econômico e o poder político, o sistema imperial centralizador sobreviveu sem dificuldade. Em fins do Império, no entanto, já se registrava uma verdadeira assimetria entre os dois níveis, oriunda “do empobrecimento das áreas de onde provinham os elementos que manipulavam o poder e, concomitantemente, do desenvolvimento de outras áreas que não possuíam a devida representação no governo”¹⁸.

A Província de São Paulo constituía o pólo mais evidente dessa assimetria: maior produtora de café do país a partir da década de 1880, contava com um número inexpressivo de representantes políticos, o que a inferiorizava diante da representação de províncias de muito menor peso econômico.¹⁹ Nessa região reuniram-se, portanto, condições bastante favoráveis ao desenvolvimento de um projeto de autonomia de caráter federalista, item presente no programa do Partido Liberal, embora condicionado à preservação da Monarquia. Esta, no entanto, era cada vez mais identificada pelos setores não representados com a mais rigorosa centralização político-administrativa.

A crise política gerada em 1868 pela “derrubada” do gabinete Zacarias levou o Partido Liberal a uma cisão. A ala mais radical deu origem ao Partido Republicano, fundado na cidade do Rio de Janeiro em 1870. Em seu primeiro manifesto,²⁰ os republicanos criticavam, entre outros aspectos, o regime de corrupção e privilégios, as prerrogativas do trono, o centralismo da administração, a falta de liberdade econômica, de consciência, de imprensa e de ensino e o sistema representativo limitado. Como alternativa, propunham a reforma da sociedade por meios pacíficos, pela implantação de

uma República federativa e democrática, baseada na soberania do povo e administrada por um governo representativo e responsável.

Concentrado no sul do país, o movimento republicano disseminou clubes e jornais em várias regiões, conseguindo por meio de intensa propaganda ampliar a receptividade às suas propostas.²¹ Mas apenas em São Paulo os republicanos conseguiram construir um partido de fato, com influência política e eleitoral. Aí o projeto republicano-federalista oferecia aos agricultores, especialmente aos do oeste cafeeiro, uma efetiva perspectiva de acesso ao poder político, uma vez que o poder econômico já se havia transferido para suas mãos.²²

Na Província do Rio de Janeiro, a fundação do Partido Republicano, ocorrida na vizinha capital do Império, parece não ter tido desdobramentos efetivos. Embora alguns dos signatários do manifesto de lançamento do partido fossem fluminenses, o documento praticamente não exerceu influência nos anos que se seguiram.

Há algumas hipóteses para explicar esse fato. George C. A. Boehrer afirma que a proximidade do núcleo republicano da Corte agia como fator de atração sobre os provincianos simpatizantes, que convergiam para a cidade do Rio de Janeiro em sua atividade política.²³ O destaque obtido por Antônio Silva Jardim no movimento republicano nacional não foi assim expressivo de uma suposta dinâmica provincial. Muito mais pela oportunidade de agitação e propaganda, amplamente garantida pelo Império, e por seus dotes pessoais, Silva Jardim, entrando no movimento republicano apenas em 1888, logo tornou-se líder de uma corrente influenciada pelo positivismo e defensora de métodos radicais para a derrubada da Monarquia. Mesmo sua luta contra a direção de Quintino Bocaiuva, considerada conciliadora, não repercutiu na província.²⁴

Já Hildiberto R. C. Albuquerque Júnior procura em aspectos da sociedade fluminense da época a explicação para as dificuldades encontradas pelos republicanos da província para se organizarem: "o tradicionalismo, o problema da escravidão e, de início, a falta de uma orientação filosófica".²⁵ De fato, era de se supor que a Província do Rio de Janeiro, baluarte do Estado Imperial escravocrata e centralizado, não fosse um terreno particularmente fértil para as idéias liberais e vagamente democráticas defendidas pelos propagandistas republicanos. Não há indicação de que, durante muitos anos após a divulgação do Manifesto de 1870, o movimento republicano fluminense tenha conseguido organizar-se senão em esparsos clubes de âmbito local, dos quais um dos primeiros foi fundado em 1876 por Êrico Coelho, em São Fidélis.²⁶ Ao mesmo tempo, a propaganda se desenvolvia por meio da fundação de periódicos, porta-vozes dos clubes locais.

A representação parlamentar dos republicanos fluminenses formou-se em ritmo também bastante lento, em geral por meio de alianças com o partido monárquico oposicionista à época das eleições. Afora algumas conquistas municipais, os republicanos pouco avançavam. José Tomás da Porciúncula, médico residente em Petrópolis, elegeu-se deputado provincial pelo 9.º distrito eleitoral na legenda do Partido Liberal, exercendo seu primeiro mandato de 1884 a 1885. Na mesma época, Antônio Luís Santos Werneck, de Paraíba do Sul, foi eleito deputado pelo Partido Conservador e aderiu ao republicanismo, formando com Porciúncula a primeira oposição republicana na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro. Candidatos à reeleição para o biênio 1886-1887, proclamaram em circular conjunta dirigida ao eleitorado: "Quem votar em nós, votará nas nossas idéias; somos republicanos." Porciúncula foi reeleito e Santos Werneck derrotado por muito pequena margem de votos.²⁷

A lentidão com que se expandia o movimento republicano na Província do Rio de Janeiro explicava-se na verdade pela força do conservadorismo, e esta era garantida em grande parte pela coesão em torno da escravidão. A questão do trabalho escravo foi sem dúvida um divisor de águas no movimento republicano nacional: no interior do partido, enquanto a corrente liderada por Silva Jardim a encarava como indissociável do projeto republicano, a facção paulista, especialmente representativa dos proprietários rurais, omitia-se prudentemente acerca do problema. A direção nacional do partido, personificada em Quintino Bocaiúva, refletia a preponderância política dos paulistas e conseguia evitar a associação direta entre os movimentos republicanos e abolicionista, defendendo a tese de que cada província deveria resolver o problema a seu modo e a seu tempo.

Na Província do Rio de Janeiro, mais poderoso reduto do escravismo, a questão era naturalmente tratada com extrema moderação. Entre os republicanos fluminenses muitos se opunham ao fim imediato da escravidão por entenderem que a medida resultaria na libertação em massa dos escravos, em profundas transformações na ordem econômico-social e em graves ameaças à ordem pública. Na Assembléia Provincial, Francisco Portela, médico residente em Campos,²⁸ destacava-se como a única exceção, responsabilizando a escravidão pela crise geral que assolava não apenas a agricultura, mas também o comércio e a indústria.²⁹

A posição de Portela refletia as características da luta antiescravista em Campos, onde o movimento abolicionista alcançou o mais alto nível de radicalização nos métodos de ação e organização.³⁰ Os próprios escravistas de Campos, enfraquecidos pela fuga contínua dos cativos, nem sempre por meios pacíficos, acabaram por tentar assumir a iniciativa de resolução do

problema da mão-de-obra. Presidido por Francisco Portela, em 18 de março de 1888 reuniu-se o Congresso Agrícola de Campos, que aprovou moção ao governo imperial em que se pedia o fim da escravidão, porque é preciso que cesse já a perturbação geral e profunda do país.³¹ Seguiu-se, em Campos, a libertação maciça de escravos, providência logo imitada em São João da Barra, São Fidélis, Macaé, Petrópolis, Cantagalo e Nova Friburgo.

Na medida em que a Abolição surgia como inevitável, enfraquecia-se o apoio dos proprietários rurais à Monarquia e, portanto, ampliavam-se as perspectivas de expansão do republicanismo. Na agitada Campos, Portela, Nilo Peçanha e Pedro Tavares Júnior lançaram, em 5 de abril de 1888, um manifesto à população, conclamando-a a organizar um clube republicano municipal, destinado a lançar as bases locais do futuro partido, obra que se completou dois meses depois com a constituição das seções paroquiais.³²

Decretada a Abolição, a situação tornou-se francamente favorável à propaganda antimonárquica. A frustração dos fazendeiros, crescente durante todo o tempo em que se discutia a questão dos escravos, mudou de qualidade após o 13 de maio, assumindo feição de desinteresse pela sorte de um sistema político que não garantira sua maior riqueza, não os indenizara, e parecia não se empenhar em oferecer-lhes reais alternativas à crise econômica em que viviam. Mais que isso, essa frustração significou em muitos casos a adesão ao republicanismo.

4. O PARTIDO REPUBLICANO DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO

O movimento republicano fluminense, que até 1888 vegetara na maior parte da província, viu abrir-se à sua frente, após a Abolição, um terreno muito mais fértil. O trabalho de agitação e propaganda, no qual se destacava Silva Jardim, que incansavelmente viajava pelo interior proferindo conferências, intensificou a exploração dos aspectos políticos dos desentendimentos entre os proprietários rurais e a Coroa. A nova situação política se expressou no avanço da organização partidária: entre junho e novembro de 1888, criaram-se quase 30 clubes em território fluminense.³³ De acordo com os princípios federalistas, esses clubes locais tinham plena autonomia política.

Os reflexos da Abolição se fizeram sentir também nas eleições provinciais realizadas logo em seguida. Os republicanos fizeram cinco deputados, dos quais apenas um, Francisco Portela, tinha tradições republicanas. Os demais só proclamaram seu afastamento dos partidos monárquicos após o 13 de maio, no grande movimento de adesismo dos monarquistas: “Formam-se clubes republicanos em todos os pontos da província, eleitorados inteiros fa-

zem a sua profissão de fé republicana; comendadores, barões e viscondes despem em público os arminhos da sua nobiliarquia, começam então os pronunciamentos de individualidades de valor político (...)”³⁴ A partir daí, tornou-se possível a transformação do movimento em partido e a unificação das forças de oposição à Monarquia na província.

O Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro foi fundado durante o Congresso Republicano Provincial realizado na cidade do Rio de Janeiro em 13 de novembro de 1888. Seu manifesto de lançamento³⁵ procurava justificar a adesão dos fazendeiros e a linha política a ser adotada na luta contra a Monarquia. A rigor, a maior preocupação dos republicanos fluminenses, no ato de fundação de seu partido, foi a consolidação do apoio dos ex-proprietários de escravos dissidentes do sistema monárquico. Iniciava-se aí a aliança dos republicanos “históricos”, pioneiros do movimento na fase propagandística, com os republicanos “do 13 de maio”, como eram conhecidos os chefes políticos que haviam deixado as fileiras monarquistas após a Abolição.

Mais de dois terços do manifesto foram dedicados à sustentação da tese segundo a qual os adesistas “do 13 de maio” sempre haviam sido republicanos, mas não teriam podido assumir publicamente posições antimonárquicas em virtude da sua condição de proprietários de escravos. Caberia à Coroa toda a responsabilidade pelo enraizamento da escravidão na província, já que não tomara medidas eficazes que oferecessem alternativas de mão-de-obra aos proprietários rurais. Estabelecidos em torno da escravidão laços de solidariedade compulsória entre os lavradores e o regime, a “província fluminense só poderia pedir à República depois que a Monarquia, ao impulso de todas as províncias brasileiras, consentisse, embora violentada, em perder o único apoio forte que lhe restava em nossa pátria — a chamada propriedade escrava. Assim, *não por causa da abolição da escravidão, mas depois dessa abolição* (grifos no original), constituiu-se em nossos dias, definitivamente, o Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro, composto em grande parte daqueles que, sabendo que a República é incompatível com a escravidão de todo gênero, sentiam-se impossibilitados em se declararem republicanos antes da abolição dessa escravidão que a Monarquia, e não eles, havia implantado (...). Abolido esse privilégio, entendem dever serem abolidos todos os outros: pois que não há mais escravos, não querem os fluminenses que, com esses escravos, hoje libertos, continuemos a ser apenas súditos (...).”

Dentro do espírito prevalecente no Partido Republicano nacional, defensor da orientação “evolucionista” na luta contra a Monarquia, tornava-se imperioso ao partido provincial conquistar adeptos com tradição eleitoral e

controle de grupos de eleitores. Os republicanos da agitação e da propaganda, em sua maioria profissionais liberais, não desfrutavam das bem montadas máquinas eleitorais manipuladas pelos monarquistas, detentores do poder econômico e social. Assim, a ampliação da influência eleitoral do partido passava a depender da classe social mais conservadora da província, os proprietários rurais, até a véspera pilares da Monarquia.

O Manifesto de novembro de 1888 é bastante sucinto na exposição das suas "idéias e disposições perante o atual momento político da pátria brasileira". Reivindica, como fonte de seus princípios gerais, o Manifesto Republicano de 1870 e o Manifesto Paulista de maio de 1873,³⁶ e as linhas de seu programa político decorrem da análise dos problemas estruturais e conjunturais vividos pela sociedade brasileira.

A mudança da forma de governo seria a alternativa à influência do "centro corruptor da Monarquia", à "casta imperial privilegiada", à desordem administrativa. Por outro lado, procurava-se aprofundar o fosso entre os proprietários rurais prejudicados pela Abolição e a Coroa, no momento em que os administradores eram pressionados a conceder indenização e recursos para a superação dos fatores de crise da lavoura: mão-de-obra e créditos, especialmente. Os fazendeiros não deveriam esperar qualquer iniciativa recompensadora da parte da Monarquia: "Somente da República esperamos melhorar materialmente, com o desenvolvimento da indústria, com o equilíbrio das finanças, com a economia dos dinheiros públicos, com a eliminação do imposto, com o progresso da lavoura pelo melhoramento das condições morais e mentais do trabalhador, pelo do comércio, pelo da navegação, pelo arbitramento nas questões internacionais; e melhorar moralmente, com a realização de todas as medidas do nosso vasto programa político, que tende a fortalecer o homem, a instruí-lo, a dignificar o cidadão e a engrandecer a nossa pátria perante a América e o mundo."

É interessante observar as especificidades contidas no Manifesto Republicano fluminense. A questão fundamental na proclamação de 1870 e no programa geral dos republicanos paulistas — o federalismo — não é sequer mencionada. Provavelmente, os autores do documento consideravam suficiente a citação dos manifestos de 1870 e 1873, mas de qualquer forma a diferença de prioridades na análise política revela as desigualdades entre os interesses provinciais. Os republicanos fluminenses estavam empenhados em constituir uma força de expressão social. Para isso, atacaram os problemas fundamentais à classe que viabilizaria o partido: mão-de-obra e recuperação econômica. Já os republicanos paulistas, representativos de uma expressiva parcela da área mais dinâmica da economia nacional, exigiam autonomia

dentro da federação para melhor administrar a riqueza material produzida em seu território.

De acordo com a lei orgânica do partido também aprovada pelo Congresso Republicano Provincial de 1888, o Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro compunha-se de "todos os indivíduos arrolados como republicanos nos diversos municípios".³⁷ A direção partidária ficava estabelecida em dois níveis: provincial e municipal. A direção provincial, geral, seria tarefa de uma comissão permanente, integrada por sete membros, quatro dos quais, obrigados a residir na província, constituíam a comissão consultiva; os demais integravam a comissão executiva, composta de um presidente, um secretário e um tesoureiro, e deveriam estabelecer-se na cidade do Rio de Janeiro, sede provisória do partido.

A instância política máxima do partido era o Congresso Republicano Provincial, formado por um delegado de cada município. Convocado anualmente, tinha como atribuições a elaboração da linha política geral e a eleição, de dois em dois anos, da comissão permanente. No congresso de fundação, elegeu-se a seguinte comissão permanente: Silva Jardim, Alberto Torres e Antônio Furquim Werneck de Almeida, respectivamente presidente, secretário e tesoureiro da comissão executiva; e ainda Francisco Portela, Virgílio Pessoa (representando o norte fluminense), Teófilo de Almeida e Santos Werneck (pelo sul da província), integrantes da comissão consultiva.³⁸

A fundação do partido contribuiu decisivamente para a expansão do republicanismo fluminense, o que despertou reações violentas do governo provincial, exercido na época pelos liberais e apoiado por setores do Partido Conservador, porque se tratava da "preservação da ordem pública".³⁹ A fissura no bloco monarquista abriu aos republicanos boas perspectivas de crescimento eleitoral.

Nas eleições gerais de agosto de 1889, o Partido Republicano apresentou candidatos em todos os distritos.⁴⁰ Mesmo não fazendo um só deputado, obteve cerca de 20% dos votos válidos,⁴¹ o que representou um grande avanço eleitoral, sintomático das alterações produzidas na vida política da província após 1888.

NOTAS

1. Raul Fernandes, "O Estado do Rio no Centenário do Brasil", *O Estado*, 7/7/1922.
2. Caio Prado Júnior, *História econômica do Brasil*, p. 162.
3. Ver Salomon Turnowski, "A cafeicultura no Estado do Rio de Janeiro", p. 21. Ver também Stanley Stein, *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba*.
4. Ver Wilson Cano, *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, p. 26.
5. Ver Emilia Viotti da Costa, *Da senzala à colônia*, p. 101-107.
6. Ver Wilson Cano, op. cit., p. 27-28.
7. Barbosa Lima Sobrinho, em *Presença de Alberto Torres (Sua vida e pensamento)*, p. 203-218, faz um bom resumo da crise da cafeicultura fluminense e suas repercussões sobre as finanças estaduais em fins do século XIX.
8. Ver Emilia Viotti da Costa, op. cit., p. 439.
9. Para o estado da composição social e da ideologia dos partidos monárquicos, ver José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem: a elite política imperial*. Ver também Ilmar Matos, *Tempo Saquarema*.
10. José Murilo de Carvalho, op. cit., p. 172.
11. Ver Robert Conrad, *Os últimos dias da escravidão no Brasil, 1850-1888*.
12. Robert Conrad, op. cit., analisa detalhadamente a evolução do movimento abolicionista nas províncias. Destacam-se, como fatores de pressão sobre os conservadores fluminenses, a emancipação dos escravos no Ceará, consumada em março de 1884, e a adesão dos fazendeiros paulistas à tese abolicionista, já em 1887.
13. Ver *O Fluminense*, 11 e 13/5/1888.
14. Idem, 5/10/1888.
15. Idem, 13/2/1889.
16. Idem, 5/5/1889.
17. Quintino Bocaiuva, natural de Itaguaí mas radicado na cidade do Rio de Janeiro, foi fundador do Partido Republicano em 1870 e redator de seu manifesto, destacando-se como um dos principais líderes da fase propagandística. Proclamada a República, iria desempenhar importantes funções nos governos federal e fluminense, como se verá adiante. Silva Jardim, natural de Capivari de Cima, hoje Silva Jardim, dedicou-se igualmente à propaganda republicana na cidade do Rio de Janeiro, defendendo porém uma orientação "revolucionária" na luta contra a Monarquia, oposta à estratégia "evolucionista" delineada pelo Manifesto de 1870. Morreu dois

anos depois de proclamada a República, em julho de 1891, ao cair na cratera do vulcão Vesúvio, em Nápoles.

18. Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República; momentos decisivos*, p. 311. Ver também Simon Schwartzman, "Representação e cooptação política no Brasil".

19. Ver Emília Viotti da Costa, op. cit., p. 312. Para uma discussão mais detalhada da representação política no Império, ver Lúcia Maria Gomes Klein e Olavo Brasil de Lima Jr., "Atores políticos no Império", p. 62-68.

20. O Manifesto Republicano foi publicado no jornal *A República*, da cidade do Rio de Janeiro, em 3/12/1870, e está reproduzido em Reynaldo Carneiro Pessoa (org.), *A idéia republicana no Brasil através dos documentos*, p. 39-62. Para uma análise de seu conteúdo, ver George C. A. Bohrer, *Da Monarquia à República; história do Partido Republicano do Brasil*, especialmente cap. 8.

21. George C. A. Bohrer, op. cit., traça o mais completo panorama da expansão do movimento republicano no Brasil entre 1870 e 1889 de que dispomos. Para uma análise das diferenças entre os republicanos paulistas e os signatários do Manifesto de 1870, sediados em sua maioria na cidade do Rio de Janeiro, ver José Murilo de Carvalho, op. cit., especialmente cap. 8. Para uma versão contemporânea, ver Felisbelo Freire, *História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*.

22. Para o estudo do movimento republicano em São Paulo, ver Sandra Lúcia Lopes Lima, *O oeste paulista e a República*; Célio Debes, *O Partido Republicano de São Paulo na propaganda (1872-1889)*; José Ênio Casalechi, *O Partido Republicano Paulista*, e Maria Emília Marques Zimmermann, *O PRP e os fazendeiros de café*.

23. George C. A. Bohrer, op. cit., p. 67.

24. Para uma relato da luta entre Silva Jardim e Quintino Bocaiuva pela direção do Partido Republicano nacional, ver George C. A. Bohrer, op. cit., p. 193-211, e Eduardo Silva (org.), *As idéias políticas de Quintino Bocaiuva*.

25. Hildiberto R. C. Albuquerque Júnior, *O republicanismo fluminense: 1887-1891*, p. 15.

26. Ver Clodomiro Vasconcelos, *História do Estado do Rio de Janeiro*, p. 181.

27. Ver *Biografia do Dr. José Tomás da Porciúncula*, redigida por iniciativa da "Comissão Central encarregada de promover as homenagens a Sua Excelência por ocasião da terminação do seu período presidencial", p. 24.

28. Francisco Portela, piauiense de nascimento, foi um dos primeiros republicanos de influência na província. Em 1876 fundou em Campos o jornal *A República*, mas em 1878, com a ascensão dos liberais ao poder, retornou às fileiras monarquistas e elegeu-se deputado provincial. Membro do Conselho Municipal de Campos em 1880, tentou sem êxito renovar o mandato de deputado em 1881 mas foi reeleito em 1884 e 1886. Suas relações com os republicanos foram ambíguas, ao menos até 1888. Ver George C. A. Bohrer, op. cit., p. 68-70.

29. Ver Hildiberto R. C. de Albuquerque Júnior, op. cit., p. 41.

30. Ver Evaristo de Moraes, *A campanha abolicionista (1879-1888)*, p. 195, e Lana Lage da Gama Lima, *Rebeldia negra e abolicionismo*, p. 84-85 e 105.

31. Hildiberto R. C. de Albuquerque Júnior, op. cit., p. 32.

32. Idem ib., p. 90-91.

33. Idem ib., p. 84-85. Ver também George C. A. Bohrer, op. cit., p. 70.

34. Felisbelo Freire, op. cit., o. 262.

35. O manifesto, bem como a lista de seus 14 signatários, acompanhada de suas ocupações e locais de residência, podem ser encontrados em *Imprensa Barrumansense*, 22/11/1888. Ver também Renato Luis do Couto Neto e Lemos, *A implantação da ordem republicana no Estado do Rio de Janeiro — 1889-1892*, p. 84.

36. Ambos podem ser consultados em Reynaldo Carneiro Pessoa, op. cit.
37. O documento foi publicado em forma de opúsculo sem indicações tipográficas. Há um exemplar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
38. Ver George C. A. Bohrer, op. cit., p. 54.
39. *O Fluminense*, 21/1/1889.
40. George C. A. Bohrer, op. cit., p. 71 fornece a lista dos candidatos republicanos em todos os distritos fluminense. É interessante assinalar que esta eleição registrou uma disputa entre dois líderes, cujas repercussões se fariam sentir na evolução ulterior da política fluminense. Francisco Portela e o então jovem Nilo Peçanha, ambos de Campos, pleiteavam a vaga de candidato do Partido Republicano pelo 6.º distrito eleitoral. A questão esteve por ser resolvida mediante a intervenção de Quintino Bocaiuva, que, na condição de presidente do conselho executivo do Partido Republicano nacional, propôs a desistência de ambos em favor da candidatura de Ubaldino do Amaral Fontoura. Ao final, Nilo e Portela se enfrentaram, cabendo a vitória ao primeiro a despeito da tradição política do segundo, mas a cadeira na Câmara foi conquistada por um candidato do Partido Liberal.
41. Ver George C. A. Bohrer, op. cit., p. 71.

CAPÍTULO 2

*A DISPUTA DE PODER**

I. FRANCISCO PORTELA, O GOVERNADOR DE DEODORO

Com a Proclamação da República e a nomeação de Francisco Portela para governador do agora Estado do Rio de Janeiro, teve início uma intensa disputa entre os chefes políticos fluminenses pelo controle do governo estadual e das bases de poder em nível local. Tal disputa, ao contrário do que se poderia esperar, não resultou de um confronto entre partidários de projetos conflitantes ou de rivalidades políticas datadas do regime deposto. Na verdade, as antigas diferenças entre monarquistas e republicanos se diluíram em função da maneira como foi deposta a Monarquia, isenta de enfrentamentos decisivos. Apenas um restrito grupo de civis participou junto com setores militares da articulação de um golpe contra o governo, e a queda do Império foi uma surpresa em todo o país, tanto para monarquistas quanto para republicanos.¹

A Monarquia praticamente não encontrou quem se dispusesse a defendê-la. Ao contrário, a partir de 15 de novembro, assistiu-se a uma leva maciça de adesões ao novo regime. Preocupados em afugentar o fantasma do “regressismo”, no dia 18 de novembro os monarquistas realizaram uma reunião em que foram declarados extintos em todo o país os antigos partidos e foi ressaltada a conveniência de se aguardar a realização de eleições constituintes.² A forma de governo já não era realmente uma questão vital para os monarquistas. Desde que se haviam extinguido a escravidão e o sonho da indenização, amplos setores da classe de proprietários de terras se desinteressavam da preservação do regime monárquico, que durante tantos anos mantivera os fundamentos da

*Este capítulo é uma versão com pequenas modificações dos documentos de trabalhos de Renato Luis do Couto Neto e Lemos. “A disputa pela direção política do Estado” e a “Oligarquia no poder”. As alterações são de responsabilidade da coordenação do livro.

sociedade escravista. Interessava-lhes, agora, influir na definição da nova ordem que começava a implantar-se com a extinção das instituições imperiais.

Iniciava-se um período típico de transição, quando grupos concorrentes disputam a hegemonia na condução do processo político. A derrubada da Monarquia deixou, porém, um vazio de poder. Não havia partidos políticos em condições de exercer o papel unificador que até então coubera ao Imperador e à sua burocracia. Apenas as Forças Armadas poderiam fazer as vezes de partido dotado de estrutura nacional e centralizada, bem como responder pela direção política do país, legitimadas perante a sociedade em decorrência do papel desempenhado pelo Exército na derrubada do Império.³ De fato, o governo provisório chefiado pelo general Deodoro da Fonseca, embora integrado também por civis de longa tradição republicana e ligados às oligarquias estaduais, apoiou-se inteiramente nas Forças Armadas, e especialmente no Exército.⁴ Tratava-se de um movimento de mudança institucional, e Deodoro, escudado em seu grande prestígio militar, tentou empolgar o controle político do país. Impregnado de noções que creditavam aos políticos civis os problemas vividos pelo país, o presidente da República imprimiu à intervenção dos militares uma orientação que geraria sérios conflitos com as oligarquias estaduais.

Ao estender a influência militar às antigas províncias, Deodoro pareceu desconhecer as forças republicanas locais, nomeando oficiais como governadores. Em alguns casos, porém, foi preciso absorver a iniciativa dos partidos republicanos, como em Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, ou aceitar a indicação de um membro do partido, como no Estado do Rio de Janeiro. Em qualquer dessas situações, a conduta de Deodoro pautou-se pela busca da hegemonia militar no processo de organização política estadual. Para isso, precisou de um lado fazer alianças com grupos civis interessados em ascender ao controle político dos estados e, de outro, enfrentar as poderosas oligarquias, empenhadas em fortalecer-se pela implantação do federalismo.

Sob a vigência de um governo provisório, os governadores nomeados por Deodoro, dotados de poderes excepcionais, disputaram a direção do processo político com os grupos civis oligárquicos resistentes à sua liderança. Nomeavam, demitiam, distribuíam verbas, incentivos e concessões financeiras, criavam e extinguíam cargos e repartições públicas, desmembravam e anexavam municípios, tomavam, enfim, todas as medidas que pudessem fortalecer sua posição e erodir as bases políticas dos adversários. No interior dos estados, as chefias locais mobilizavam-se para exercer influência política. As tradicionais rivalidades eram superadas ou agravadas, de acordo com o potencial que as alianças apresentavam em relação ao acesso ao poder es-

tadual. Os governadores procuravam explorar as diferenças entre as lideranças oligárquicas, mas, em geral, não conseguiam subordinar ao governo federal as suas facções mais expressivas. Essa intensa transação política caracterizou o país em todo o período que se estendeu da queda do Império à constitucionalização dos estados.

A Província do Rio de Janeiro, quando da deposição do gabinete Ouro Preto em 15 de novembro de 1889, era administrada por Carlos Afonso de Assis Figueiredo, irmão do presidente do Conselho de Ministros. Notificado das ocorrências na Corte, o presidente da província ainda tentou reunir forças para ajudar a defesa da Monarquia, enviando ao Rio de Janeiro uma tropa policial. Entretanto, diante do sucesso do golpe, acabou por renunciar ao governo em favor de Rufino Furtado de Mendonça, um de seus vice-presidentes. Nesse ínterim, contudo, Niterói já passara ao controle do capitão Francisco Vítor da Fonseca e Silva, que assumiu o comando do corpo policial da capital fluminense no próprio dia 15 de novembro.⁵

Por indicação de Quintino Bocaiúva, novo ministro das Relações Exteriores, o governador nomeado para o Estado do Rio foi Francisco Portela, que assumiu no dia 16.⁶ Membro da comissão executiva do Partido Republicano da província, Portela era o mais idoso dentre os republicanos com assento na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, onde, devido aos muitos anos em que vinha atuando, tinha bom trânsito também entre os monarquistas. A indicação de seu nome significou, porém, a preterição de José Tomás da Porciúncula, talvez o republicano de mais sólidas bases políticas regionais, consolidadas durante os vários mandatos que exercera como deputado provincial e estendidas por todo o 9.^o distrito eleitoral, especialmente em Petrópolis, Paraíba do Sul, Sapucaia, Magé e Estrela.⁷ Possivelmente como compensação e em reconhecimento de sua força, o governo provisório o nomeou, poucos dias depois, governador do Maranhão.

Naturalmente, bem recebido pelos republicanos, o nome de Portela também não sofreu restrições da parte dos monarquistas, preocupados em aderir ao novo regime. No dia 18 de novembro, a Assembléia Provincial do Rio de Janeiro aprovou moção de apoio ao novo governo, apresentada pelo deputado Almeida Pereira, líder da maioria conservadora.⁸

A palavra de ordem entre as principais lideranças monarquistas era reconhecer o novo estado de coisas e preparar-se para influir na "reorganização política da nação, como a esta aprouver em sua soberania", sentenciava o Conselheiro Paulino de Sousa.⁹ Garantidas a "ordem pública" e "a segurança dos direitos dos cidadãos", prosseguia o Conselheiro, os monarquistas deveriam trabalhar pela convocação da Constituinte, quando fariam da organização federativa a questão política prioritária: "A federação pare-

ceu-me sempre tão avessa à índole unitária da Monarquia quanto a reputo essencial ao andamento regular e seguro das instituições republicanas."¹⁰ O discurso monarquista identificava-se, neste ponto crucial, com as reivindicações republicanas de autonomia regional.¹¹

2. A REAÇÃO DOS REPUBLICANOS

A República encontrou o quadro partidário fluminense extremamente dividido. No campo monarquista, os liberais vegetavam, desorganizados e carentes de direção, enquanto os conservadores, gravemente divididos desde o episódio da Abolição, guardavam alguma solidariedade em função da liderança do Conselheiro Paulino de Sousa.¹² Já os republicanos tinham seu partido em fase de relativo crescimento. Como foi visto, a Abolição multiplicara seus simpatizantes e viabilizara sua organização. Ainda assim, na estrutura partidária existente nos primeiros dias da República não daria conta da tarefa de presidir a instauração da nova ordem em território fluminense. Na busca do controle político do estado, iriam suceder-se disputas e alianças entre antigos monarquistas, republicanos históricos, e adesistas do "13 de maio" e "do 15 de novembro".

Na verdade, uma precária definição ideológica identificava os republicanos fluminenses. Apenas um restrito grupo de propagandistas — Silva Jardim, Alberto Torres, Nilo Peçanha, entre outros — dispunha de uma concepção mais ou menos elaborada dos traços fundamentais da organização republicana. Os simpatizantes do republicanismo mobilizavam-se, em geral, pela exclusiva defesa dos seus interesses sociais, sintetizados no binômio "ordem pública" e "direitos do cidadão". Nesse contexto de indefinição organizacional e ideológica, as diferentes facções políticas precisavam tentar construir uma força que exercesse, pelo menos, influência efetiva sobre o governo estadual.

A fonte de legitimidade do poder de Portela era, sem dúvida, o governo provisório de Deodoro. Para o Partido Republicano fluminense, sua nomeação tivera significados contraditórios. Tratava-se, de fato, de um dos mais prestigiados membros da agremiação. Entretanto, sua ascensão ao governo resultara de uma delegação de poderes decidida pelo governo central, e não da indicação das instâncias partidárias, o que poderia revelar o alijamento do partido das decisões políticas relativas ao estado.

Os republicanos fluminenses tentaram assumir a iniciativa política, convocando em 25 de novembro de 1889, através de seus mais expressivos líderes, uma reunião pública a realizar-se um mês depois, com o objetivo de deliberar sobre os meios de "cooperar nos trabalhos de constituição da nossa

pátria'' e de ''estabelecer as correntes de opinião que auxiliem o governo provisório e o do Estado do Rio de Janeiro na direção dos negócios públicos''.¹³ A reunião não se realizou, segundo declaração oficial,¹⁴ em virtude das medidas de reconstitucionalização tomadas pelo governo provisório. Mas os comentários dos republicanos sobre essas medidas deixam entrever sua fragilidade: sentindo-se desarmados para enfrentar a bem estruturada máquina eleitoral dos monarquistas, interessava-lhes o adiamento das eleições para a Constituinte, até que pudessem melhor estruturar-se. O episódio sugere também que as fileiras republicanas começavam a enfrentar problemas de desunião interna. Na verdade, pode-se perguntar se não teria faltado unidade entre os promotores da reunião para levá-la até o fim, já que pouco tempo depois eles iriam de fato encontrar-se em campos opostos.

Esse período indica, portanto, que já estava em curso no Estado do Rio, como aliás em todo o país, uma acirrada disputa pela direção política estadual, à qual Portela chegara por delegação federal. Este seria o eixo das lutas que levariam à cisão o frágil Partido Republicano fluminense, e não a disputa pela primazia na elaboração das listas de candidatos à Assembléia Nacional Constituinte, como interpretou Barbosa Lima Sobrinho.¹⁵ Quando o processo eleitoral foi deflagrado, os republicanos fluminenses se agitaram para fortalecer-se e influir sobre o governador, mas também para controlar posições de influência nos municípios.

A ação político-administrativa de Portela era desorientadora para o Partido Republicano fluminense. A distribuição de cargos públicos estaduais e municipais provocava protestos dos grupos preteridos, os quais procuravam organizar-se em bases locais, o que prenunciava o espoucar de conflitos e cisões. Armado com poderes excepcionais, Portela executava uma política de nomeações aparentemente desprovida de coerência. Ao nomear fiscais, coletores, juizes, intendentes etc., freqüentemente beneficiava adversários locais de correligionários seus, mas, com isso, tecia uma rede de apoio ao seu governo independente do Partido Republicano. Controlar as chefias locais, neutralizando os insubmissos e arregimentando os demais, era a tarefa que Portela teria que cumprir para estruturar sua própria facção política em todo o estado.

Quanto aos adesistas, a própria força de atração da máquina estatal se encarregava de conduzi-los às áreas de influência do governo. Em diversos municípios, políticos de longa tradição monarquista mobilizavam-se para estruturar diretórios que reunissem os eleitores dos antigos partidos em apoio ao governo provisório e a Portela. Para isso, exploravam as divisões entre as facções republicanas, cujas lideranças pareciam compreender que, para obter

densidade eleitoral, não podiam prescindir do pecúlio amealhado pelos monarquistas durante o Império.

Beneficiado pelas rivalidades entre as lideranças locais, que as enfraqueciam, Portela fortalecia-se também com uma série de medidas adotadas pelo governo provisório. À nomeação de Porciúncula para o governo do Maranhão, em 31 de dezembro de 1889, que afastou do Estado do Rio uma das suas mais reconhecidas lideranças e, provavelmente, o mais forte concorrente de Portela, seguiu-se, em 2 de janeiro do ano seguinte, a decretação da nova tabela dos impostos de indústrias e profissões em moldes próximos aos reivindicados pela oposição durante o Império. Porém, a mais importante medida baixada pelo poder central com o objetivo de fortalecer seus delegados estaduais foi a dissolução, decretada em 30 de dezembro de 1889 e consumada em 6 de janeiro de 1890, dos órgãos de administração local, eleitos ainda sob o Império, e sua substituição por câmaras de intendentess nomeados pelo governador. A medida, defendida por Campos Sales nas reuniões ministeriais,¹⁶ era justificada como precaução contra uma suposta arregimentação monarquista contra o governo republicano e visava sobretudo garantir a vitória nas futuras eleições constituintes, que assim seriam realizadas sob o controle das situações estaduais.

Apesar do progressivo fortalecimento do governador em relação às facções partidárias, a nomeação dos três vice-governadores de Portela, datada do dia 9 de janeiro de 1890, ainda revela uma preocupação em manter laços com o Partido Republicano fluminense. Para o cargo de primeiro vice-governador foi escolhido Manuel Martins Torres, chefe político em Niterói e um dos principais líderes do extinto Partido Liberal, além de pai de Alberto Torres, secretário do Partido Republicano desde sua fundação. Para os cargos de segundo e terceiro vice-governadores foram designados, respectivamente, Teófilo de Almeida e Cirilo de Lemos, ambos republicanos "do 13 de maio".

Se o Partido Republicano tinha alguma representação formal no plano da administração estadual, na prática era ignorado no jogo político local. O diretório estadual procurava reforçar sua autoridade sem desafiar o governo provisório, o que de certa maneira o imobilizava politicamente, na medida em que todos os poderes eram garantidos a Portela. As relações entre o Partido Republicano e Portela foram finalmente definidas durante o congresso partidário realizado em Niterói a 15 de abril de 1890. A convocatória da reunião era por si só um atestado da precariedade em que vivia o partido, já que se convocava o congresso para organizar "um diretório que se torne o centro do Partido Republicano deste estado".¹⁷ Convém recordar que Portela era membro do diretório, tendo sido eleito ainda em 1888.

A condução política do congresso orientou-se pela tentativa de isolar Portela e seus simpatizantes sem atacar diretamente o governo provisório. Cerca de trezentas pessoas ouviram Nilo Peçanha e Silva Jardim declararem que consideravam necessário que os republicanos apoiassem incondicionalmente o governo de Deodoro. Silva Jardim, contudo, ainda discordante da chefia republicana nacional, acentuou a dramaticidade do momento político, afirmando que esse apoio era um "ato de submissão voluntária" e "o maior sacrifício que se possa exigir da consciência democrática".¹⁸

O congresso resultou na exclusão de Portela do diretório estadual, assim como de seu aliado Virgílio Pessoa. Alberto Torres também se afastou, e com a decisão de que o número de membros seria reduzido, foram admitidos apenas dois novos integrantes, Francisco Santiago e Oscar Varady, ligados a Silva Jardim. Com isso, o novo diretório estadual, no qual se mantiveram Silva Jardim, Teófilo de Almeida e Santos Werneck, passou a ser integrado apenas por adversários do governador, tornando-se um instrumento de luta aberta contra Portela.

3. O PRIMEIRO CONFRONTO: AS ELEIÇÕES PARA A CONSTITUINTE

A disputa entre Portela e o Partido Republicano pela direção política do estado chegou ao auge quando entraram em pauta as eleições dos deputados à Assembléia Nacional Constituinte, convocada desde dezembro de 1889 para reunir-se em 15 de novembro de 1890. A legitimidade da República começava a construir-se com esse pleito, marcado para 15 de setembro de 1890, e o desempenho eleitoral das facções políticas estaduais seria o principal indicador das perspectivas que estas poderiam começar a traçar em relação ao acesso ao poder.

A estratégia definida pelo governo provisório baseava-se na existência de uma suposta ameaça monarquista, conforme está registrado nas atas das reuniões ministeriais.¹⁹ Diante disso, estabeleceu-se um mecanismo eleitoral — Decreto n.º 200-A, de 8 de fevereiro de 1890, e Decreto n.º 511, de 23 de junho de 1890, o "Regulamento Alvim" — que deixava nas mãos dos presidentes das câmaras de intendentes, nomeados pelos governadores, o controle total dos trabalhos eleitorais, desde a formação das mesas em cada distrito até a apuração final dos votos.²⁰ Não havia restrições legais à organização partidária, mas eram muito remotas as possibilidades de eleição de candidatos desvinculados do poder administrativo. Quanto aos casos de inelegibilidade, restringiam-se à incompatibilidade entre as funções executivas e judiciárias.

A elaboração da lista oficial de candidatos do Estado do Rio veio suscitar sérios desentendimentos. A insistência de Portela na inclusão de três nomes claramente impostos por Deodoro tornou-se o principal obstáculo a um acordo com o diretório do Partido Republicano, que acusou o governador de, aceitando-os, desrespeitar a autonomia estadual. Ainda assim, o diretório tentou, durante todo o mês de junho, chegar a um acordo com o governo e a uma lista que reunisse republicanos, portelistas e adesistas. A própria imprensa portelista empenhava-se em alardear posturas conciliatórias adotadas pelo diretório em relação aos governos estadual e federal.

Entretanto, preocupado em preparar o terreno para o bom funcionamento do mecanismo previsto pelo “Regulamento Alvim”, que implicava a total sintonia entre o governo e as intendências, Portela intensificava o solapamento das bases locais de seus adversários. Quintino Bocaiúva observa que a orientação política adotada por Portela “mais parecia dirigir-se ao sistemático aniquilamento de todas as influências reais, preexistentes à revolução, substituindo-as por outras exclusivamente engendradas pelo elemento oficial e autoritário”.²¹ A seu ver, o governador fluminense desfrutava de inusitado apoio do governo federal: “A esse tempo já não era segredo para ninguém que o sr. governador do Estado do Rio de Janeiro era mais forte e preponderante no ânimo do honrado marechal Deodoro do que o próprio Ministério”.²² Iniciou-se, assim, um amplo processo de demissão de intendentes nomeados pelo próprio governador a partir da indicação de políticos agora opositores.

A insistência de Portela em subordinar à sua liderança a política estadual impediu-o também de chegar a um acordo com os principais chefes monarquistas.²³ Estes, por seu turno, decidiram reorganizar-se independentemente, em 31 de agosto de 1890, sob a liderança máxima do Conselheiro Paulino de Sousa, fundaram o Partido Republicano Moderado. Compareceram à reunião, na cidade do Rio de Janeiro, além de políticos de tradição conservadora e liberal, representantes da corrente republicana, presença essa indicadora de uma aproximação que teria, como se verá adiante, importantes desdobramentos políticos. Na ocasião, o Conselheiro Paulino definiu a orientação política a ser seguida pelos moderados naquele momento de reorganização institucional. Tratava-se de estabelecer as bases da federação, “grande princípio conservador das novas instituições e o primeiro elemento da sua estabilidade”.²⁴ Assim, acrescentava o Conselheiro, aos antigos monarquistas caberia, naquele início da República, colaborar para a manutenção da ordem e a garantia do princípio da autonomia estadual, questão que, aliás, no seu entender, impunha que se denunciasse a intervenção do governo pro-

visório e dos governadores na elaboração das chapas de candidatos à Constituinte.²⁵

No entanto, apesar de todo o potencial político-eleitoral de que dispunham, os moderados assumiram uma posição defensiva em relação às eleições. Talvez por terem a certeza de que o ponto principal de seu programa — a federação — seria fatalmente vitorioso, já que era defendido por todas as correntes políticas, deram prioridade à situação estadual. O Conselheiro Paulino de Sousa já afirmava, quando da promulgação do regulamento eleitoral, que naquelas condições o pleito não passaria de uma farsa, e que o governo ditatorial elegeria a quem quisesse eleger.²⁶ Por isso, o Partido Moderado recomendou a seus simpatizantes que se abstivessem de votar nas eleições de deputados à Constituinte, evitando o desgaste que sofreriam com a derrota inevitável.

Quando a tese abstencionista foi proposta, despertou resistências entre alguns dos antigos chefes monarquistas, preocupados em apoiar o governo, responsável pela manutenção da ordem e do crédito do país no exterior.²⁷ Abria-se, por aí, um caminho para a adesão dos monarquistas — especialmente os liberais, carentes de uma liderança polarizadora como o Conselheiro Paulino —, não mais ao projeto republicano, mas ao governo. Deve-se lembrar, também, que Portela mantivera estreitos contatos com os liberais na Assembléia Provincial, onde formavam um grupo conhecido por “Montanha”.

A chapa governista de candidatos à Constituinte²⁸ acabou sendo lançada sem qualquer menção aos responsáveis por esse lançamento, e na verdade jamais seria encampada publicamente pelo governo. Já o diretório republicano anunciou sua lista em manifesto²⁹ divulgado pela imprensa em 2 de setembro de 1890, 13 dias antes das eleições, o que sugere a dificuldade enfrentada pela oposição para compor sua chapa. No manifesto, Portela era acusado de conduzir políticas piores do que as da era monárquica e de ter aliado do processo político estadual o Partido Republicano e as forças dos antigos partidos. Por fim, atribuía-se ao governador a subordinação do “estado ao poder ditatorial”, concluindo o documento com a reivindicação da “autonomia fluminense”.

A composição das duas chapas sugere-nos algumas observações sobre as táticas adotadas pelas duas facções. Portela dispunha da máquina estadual e, portanto, do poder de manipular as eleições com base no “Regulamento Alvim”. Entretanto, a intransigência com que tentava impor sua influência no estado criava dificuldades na negociação com a maioria dos chefes políticos de real expressão, fossem antigos monarquistas ou republicanos. Para supe-

râ-las, indicou elementos ligados a essas correntes. Além disso, precisava fortalecer seus laços com o governo federal e, por isso, aceitou incluir na chapa os nomes indicados por Deodoro. Assim, poderíamos distribuir os candidatos portelistas nas seguintes categorias: candidatos de ligação com a capital federal (como Fonseca e Silva), antigos monarquistas, republicanos históricos da fase propagandística (entre os quais Quintino Bocaiúva, Nilo Peçanha e Érico Coelho), adesistas "do 13 de maio", adesistas do "15 de novembro" e funcionários do governo. A origem política não era portanto um divisor de águas, embora pareça ter havido uma preocupação em indicar para o Senado nomes com tradição republicana.

Já a "chapa do diretório", como ficou conhecida, parece ter optado por explorar o potencial das chefias locais para compensar o poder de alicia-mento do governo. É possível que a inclusão de nomes com "influências locais" não tenha sido um constrangimento decorrente da cisão do partido, como interpretou Barbosa Lima Sobrinho.³⁰ Ao contrário, a cisão impediu definitivamente que Portela negociasse com esses chefes. A presença na "chapa do diretório" de nomes como Geraldo Martins, Fidélis Alves, Sebastião de Lacerda, Maurício de Abreu e Gustavo Jardim significava um elo com a fase propagandística do movimento republicano, quando esses elementos estabeleceram suas reais "influências políticas". Além disso, é razoável supor que, de acordo com os métodos defendidos principalmente por Silva Jardim e Alberto Torres para a apresentação de candidatos, que deveriam provir da indicação dos organismos partidários, esses nomes seriam muito cotados para compor a lista, ainda que não ocorresse a cisão.

Também a presença de antigos monarquistas na "chapa do diretório" precisa ser explicada por fatores mais abrangentes do que as condições específicas criadas pela cisão, que teria forçado Silva Jardim "a transacionar com elementos remanescentes do Partido Conservador, chefiado por Paulino de Sousa, incluindo na lista elementos que os comentários Jornalísticos davam como recomendados pelo chefe conservador".³¹ Na verdade havia monarquistas nas duas chapas e, na do diretório, em menor proporção. Os liberais tendiam a aproximar-se de Portela em função da situação de dispersão em que se encontravam, das ligações pessoais com o governador e da rivalidade com os conservadores, que, em geral, mantinham-se fiéis à liderança do Conselheiro Paulino. Por outro lado, os "comentários jornalísticos" não se concretizaram, pois os antigos monarquistas optaram em sua maioria pela abstenção eleitoral. A grande proporção de republicanos históricos e "do 13 de maio" na "chapa do diretório" não nos autoriza a supor que Silva Jardim desprezasse uma aliança com os monarquistas. A aproximação entre republicanos e monarquistas já era um processo em andamento

em vários estados e teria, como se verá mais à frente, um papel estratégico na implantação da ordem republicana no Estado do Rio.

Governo e oposição concorreram à Constituinte como autênticos adversários. Naturalmente, a previsão do Conselheiro Paulino acerca do poder de manipulação do governo concretizou-se, e em 15 de setembro foi eleita a chapa oficial de ponta a ponta. No Estado do Rio, como em todo o país, o governo provisório obteve, por meio dos governadores, uma vitória total. Mas em todo esse processo Portela se desgastou profundamente, isolando-se das principais chefias políticas estaduais.

Ainda durante a campanha eleitoral, um outro fator contribuiu para esse isolamento de Portela: sua decisão, firmada em agosto, de transferir a capital de Niterói para Teresópolis assim que aí fossem construídos os edifícios destinados às repartições públicas.³² A mudança da capital, para fugir à área de influência da cidade do Rio de Janeiro, era um tema já tradicional nos debates políticos fluminense, e desde a posse de Portela, Campos reivindicava abrigar a sede do governo estadual.³³ No entanto, embora fosse político de tradição campista, Portela não desfrutava de apoio unânime naquela que era a cidade de maior densidade política e cultural do estado. A escolha de Teresópolis, que na época estava muito distante do que se poderia considerar uma cidade, certamente refletia o desejo do governador de constituir um núcleo de sustentação política livre de quaisquer influências.

● anúncio da transferência despertou graves resistências em todo o estado, especialmente em Niterói e Campos. Desta última partiu a iniciativa, estendida a vários outros municípios, de uma série de *meetings* em favor da deposição de Portela.³⁴ Tal desgaste junto à opinião pública e às lideranças locais poderia resultar em pressões sobre Deodoro no sentido de sua substituição. Portela encontrava-se de fato numa situação delicada. Todas as suas ações políticas, voltadas para a constituição de uma facção própria, aprofundavam sua dependência do governo central, na mesma medida em que o isolavam da maioria dos mais importantes chefes locais. A solidez de seu poder dependia portanto dos rumos da situação política nacional, marcada, nessa conjuntura, por intensas lutas entre Deodoro e a oposição militar e civil.

4. A RECONSTITUCIONALIZAÇÃO ESTADUAL E A FRENTE HISTÓRICO-MODERADA

● processo de reconstitucionalização estadual, nas condições de subordinação à facção portelista, se encarregaria de consumir o isolamento político do governador. ● Primeiro Congresso Constituinte fluminense foi con-

vocado, como os dos demais estados, por decreto federal de 4 de outubro de 1890. No dia 19, Portela promulgou a primeira Constituição do Estado do Rio, que tinha caráter provisório e entrou em vigência imediatamente, tratando porém apenas do Poder Legislativo e da eleição dos deputados e senadores constituintes, prevista para 1.º de janeiro de 1891. Quanto aos demais aspectos políticos e administrativos do estado, o governador continuaria dotado de atribuições excepcionais, ficando a Constituição provisória destinada a servir de projeto constitucional para os futuros trabalhos constituintes.

Essas medidas preparatórias foram pretextos para a cisão da bancada federal fluminense. A divisão da bancada em relação ao governo estadual, maior responsável por sua eleição, revela um aspecto importante do tipo de articulação presente na base do poder político republicano em conformação. Quando das eleições federais de 15 de setembro de 1890, a oposição fluminense denunciara a chapa oficial como "uma lista de funcionários e, salvo algumas exceções, de ilustres desconhecidos, trazidos à tona neste primeiro revolver das águas".³⁵ As "exceções" mencionadas eram Nilo Peçanha, Érico Coelho e alguns outros políticos com tradição de militância no estado. Mas, tanto estes quanto os "funcionários" haviam simplesmente optado pela chapa que, nas condições impostas pelo "Regulamento Alvim", reunia reais condições de vitória eleitoral. Uma vez eleitos, defrontaram-se com o acirramento dos conflitos no Congresso entre Deodoro e a oposição, progressivamente fortalecida, o que tendia a erodir as bases federais de sustentação de Portela. Se uma expressiva parcela da bancada fluminense na Assembléia Nacional Constituinte não tinha compromissos políticos incontornáveis com Portela, também não tinha divergências de fundo com o diretório republicano e com o Partido Moderado, dos quais se havia afastado por conveniência eleitoral. A inclusão de Fonseca e Silva, ainda comandante da Força Pública fluminense, na lista dos descontentes com o governador sugere que se processava uma manobra tática preventiva para a eventualidade cada vez mais provável de uma inversão na conjuntura política, nos planos nacional e estadual, em favor da oposição.

O modo como a ordem republicana se estava instituindo no Estado do Rio de Janeiro começou a assumir contornos mais nítidos a partir da aproximação entre os republicanos históricos e os moderados para disputar as eleições ao Congresso Constituinte estadual. À primeira vista essa aproximação surge apenas como mais uma tática eleitoral, imposta pela necessidade de derrotar a máquina oficial e destinada a desfazer-se após o pleito. Na verdade, porém, não se estava, nesta como na eleição anterior, diante de um mero expediente conjuntural.

Como já foi visto, as transações entre republicanos e monarquistas eram intensas desde novembro de 1889 e objetivavam, basicamente, o controle do eleitorado. A identidade entre as duas correntes ia sendo construída sobre os escombros da ordem monárquica, na exata medida em que se definiam os aspectos da sociedade a serem modificados durante o processo de reorganização política nacional e estadual. Naturalmente, a questão estratégica era o controle do poder. A partir daí estabeleceram-se as relações entre o governo, seus grupos de apoio nos municípios, e a oposição. Esse relacionamento, contraditório e não-institucionalizado, funcionava como um ponto de referência no quadro político-partidário, tornando secundárias questões que pudessem obscurecer o horizonte das lideranças republicanas históricas e moderadas e desviá-las do ponto essencial de convergência: a aceitação da ordem republicana federativa.

A derrota eleitoral em 1890 agiu na verdade como um impulsionador da frente histórico-moderada em direção a formas mais profundas de relacionamento político. Os primeiros passos nesse sentido foram dados pelos republicanos históricos, que se reuniram para discutir a tática a ser adotada nas eleições estaduais, bem como a direção partidária. Em assembléia realizada no dia 3 de dezembro de 1890, com a presença de Porciúncula, já de volta do Maranhão, os delegados republicanos apoiaram a proposta de uma ação eleitoral conjunta com o Partido Moderado, defendida em plenário por Santos Werneck, que a desdobrou do ponto de vista estratégico: "A República, desde que é aceita por todos os brasileiros, não pode ser privilégio de um partido".³⁶ Definia-se, assim, um conteúdo para a aproximação com os moderados que extrapolava a mera conveniência eleitoral. A aceitação da forma republicana era suficiente para homogeneizar as facções políticas.

Essa perspectiva seria aprofundada por Porciúncula, designado para chefiar a frente histórico-moderada, em manifesto "Aos fluminenses", datado de 12 de março de 1891. Para Porciúncula, a idéia de unificação com os monarquistas tinha a idade da República, não tendo sido concretizada por responsabilidade do "desastrado governador", que empenhara em construir um "partido pessoal". A maioria dos monarquistas, tendo aceito a federação, estaria igualada aos republicanos. Porciúncula aceitaria a discriminação dos antigos monarquistas "se todos os republicanos chamados históricos tivessem uma orientação verdadeiramente republicana e se muitos daqueles que serviram à pátria no regime decaído não se mostrassem mais federalistas, o que hoje quer dizer mais republicanos, do que outros que sempre se disseram republicanos e não sabem ser federalistas".³⁷ Por fim, resumia os princípios comuns às duas correntes: a luta por um governo estável, o princípio federativo e a autonomia estadual.

Após dois adiamentos, a eleição foi marcada definitivamente para o dia 20 de março de 1891. Em decorrência das negociações travadas a partir de janeiro entre Porciúncula e o Conselheiro Paulino de Sousa, em 10 de março o chefe dos moderados anunciou a chapa oposicionista unitária, composta, segundo ele, de "homens da maior notoriedade nos partidos anteriores à revolução: conservadores, liberais e republicanos, no pensamento de restaurar-se a ordem e a moralidade no governo do estado".³⁸

De acordo com a Constituição provisória em vigor, o Congresso Constituinte fluminense seria bicameral. Infelizmente, a precariedade das informações sobre os candidatos tanto da chapa de oposição quanto da chapa governista³⁹ não permite que nossa análise das eleições vá além de algumas hipóteses e observações gerais. De imediato, percebe-se que a oposição acreditou em suas possibilidades de vencer o pleito: apresentou chapa completa, incluindo uma ampla maioria de tradicionais chefes políticos monarquistas e republicanos. Do lado monarquista, embora não constasse o nome do Conselheiro Paulino, estavam três representantes de sua família — seus primos e irmãos entre si Belisário Augusto e Pedro Luís Soares de Souza e seu filho Paulino José Soares de Sousa Júnior —, todos com tradição eleitoral e administrativa na antiga província. A seu lado figuravam barões, conselheiros e ex-deputados provinciais e gerais. Do lado republicano, incluíam-se líderes pioneiros da propaganda, como Alberto Torres, Porciúncula, Silva Jardim e Santos Werneck, além de muitas "influências locais", como Gustavo Jardim, Cândido de Lacerda e Maurício de Abreu. Tratava-se, portanto, da representação de uma ampla parcela dos grupos que haviam exercido o poder até a Proclamação da República em combinação com aqueles que, ainda sob o Império, construíram sua rede de influência em torno do programa republicano. Embora as informações disponíveis sejam incompletas, a relação de candidatos ao Senado nos informa sobre a origem política de 17 de um total de 20: 12 monarquistas e 4 republicanos. Aliás, o jornal *O Fluminense* se referia apenas ao Partido Moderado quando analisava a oposição.⁴⁰

Sobre a chapa governista dispomos de informações ainda mais incompletas. Talvez isso indique que os candidatos governistas tendiam a ser figuras de menor projeção. Uma afirmação, no entanto, pode-se fazer, com grande possibilidade de acerto: a chapa portelista não tinha programa, sequer a vaga defesa do federalismo e da autonomia fluminense, que estariam sendo conspurcados, aos olhos da oposição, pelo governador. Em relação a esse ponto, *O Fluminense*, insuspeito porque governista, comentava o "curioso espetáculo" que a luta política oferecia naquele momento: "É o de ferir-se com o combate sem que os lutadores possam dizer qual o lema político de que se fizeram defensores. (...) Neste estado, tem hoje o Partido Moderado adversá-

rios reunidos não em torno de um programa diferente do seu, porque não há programas, mas em torno do primeiro governador (...). Não é, pois, a luta de dois partidos o que devemos ver no presente pleito, porque os que sustentam o primeiro governador representam elementos muito semelhantes aos do Partido Moderado."⁴¹

O governo, naturalmente, voltou a derrotar a oposição. Esta, mais uma vez, acusou o governador de ter lançado mão de recursos ilegais e violentos para obter a vitória. Entretanto, essa segunda experiência eleitoral negativa provocou efeitos diferentes no ânimo oposicionista. Dessa vez a derrotada fora a máquina eleitoral monarquista, o que deixava claro que a oposição esgotara os recursos legais para chegar ao poder. Ao mesmo tempo em que amadurecia a idéia de um recurso insurrecional contra Portela, republicanos históricos e moderados começavam a concretizar o projeto de unificação.

Em 13 de abril de 1891, Porciúncula, na qualidade de chefe do Partido Republicano, convocou um congresso dos "republicanos históricos em oposição ao governador do estado". Presentes delegados de todos os municípios — "influências e chefes locais", na linguagem da época —, o congresso aprovou a indicação apresentada por Alberto Torres e Santos Werneck no sentido de que fosse dissolvida a organização dos republicanos históricos e fundada, com o concurso de representantes de todos os antigos partidos, o Partido Autonomista Fluminense, cujo programa "se sintetiza na emancipação do município dentro do estado e do estado dentro da União".⁴²

O novo partido dava portanto consequência ao papel que a reivindicação federalista tinha no quadro político de então. A intervenção federal, obstando os planos dos chefes locais fluminenses de controle do poder, funcionou como elemento aglutinador das forças em oposição. Estas se fizeram representar na comissão diretora do novo partido, eleita na mesma ocasião com poderes ilimitados até 3 de dezembro de 1891; dela faziam parte Batista da Mota, membro da fração oposicionista da bancada federal, Alberto Torres, pelos republicanos históricos, e Fonseca Portela, pelos moderados.⁴³

5. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PORTELISMO

O processo de elaboração da Constituição fluminense pelo Congresso Constituinte, bem como a atuação dos parlamentares na legislatura ordinária que se seguiu à promulgação da nova Carta em junho de 1891, iria refletir dois tipos de preocupação: de um lado, era preciso observar as características gerais do processo de institucionalização republicana em curso no país com a promulgação da Constituição federal em fevereiro de 1891; de outro, era necessário levar em conta as injunções particulares da conjuntura polí-

tica estadual, de modo a criar mecanismos adequados ao enraizamento e estabilização da facção portelista. Assim, como no resto do país, a constitucionalização fluminense deve ser encarada menos do ponto de vista jurídico e mais como um ajuste das relações de poder em todos os níveis da organização republicana: distrital, municipal, estadual e federal.

O Primeiro Congresso Constituinte do Estado do Rio de Janeiro instalou-se em Niterói no dia 10 de maio de 1891, com poderes para julgar a Constituição provisória promulgada por Portela em 19 de outubro do ano anterior — que serviria assim de anteprojeto constitucional — e para eleger o governador e o vice-governador. Um de seus primeiros atos foi a eleição de Francisco Portela e Artur Getúlio das Neves, respectivamente, para os dois cargos, nos quais ambos foram empossados em sessão solene realizada no dia 11.⁴⁴ Anunciava-se assim o espírito que predominaria nos trabalhos constituintes: a legitimação de uma situação de fato. Uma assembléia totalmente governista iria se encarregar de definir a nova moldura de poder, adequando as linhas gerais da organização republicana às conveniências políticas do portelismo.

As alterações introduzidas no anteprojeto constitucional tiveram portanto, todas elas, o sentido de fortalecer o governo e sua facção. Com esse espírito, os mandatos parlamentares e executivos foram dilatados, passando a quatro anos para os deputados estaduais, oito anos para os senadores estaduais e seis anos para o governador. A defesa dessa ampliação dos mandatos baseava-se na análise das características do povo brasileiro, considerado incapaz para o exercício da cidadania. Preocupados apenas com a estabilidade do governo, os constituintes consideravam que os momentos eleitorais poderiam permitir que a oposição manipulasse o imaturo eleitorado, trazendo a desestabilização.⁴⁵ Ao retardar as eleições com a fixação de mandatos longos, ganhavam tempo e tranquilidade para legislar sobre assuntos delicados como a lei orgânica das municipalidades, a lei eleitoral e outras.

Outra questão estratégica para o grupo governista era a estruturação do Poder Judiciário no estado. O capítulo constitucional relativo a este ponto veio concretizar uma inovação radical introduzida pelos republicanos na Constituição federal, qual seja, a dualidade da organização judiciária do país. Em complementação à Justiça Federal, cabia aos estados o direito de estruturar seu aparelho judiciário, e eles o fizeram de maneira mais ou menos uniforme, instalando “tribunais de segunda instância nas capitais, juizes de direito nas comarcas;” tribunais de júri; juizes municipais nos termos; juizes de paz, em regra eletivos, nos distritos”.⁴⁶ No entanto, dada a importância política do Poder Judiciário, sua regulamentação assumiu características específicas de acordo com a realidade de cada estado. Assim, embora a

Constituição fluminense, como as demais, tenha preservado a prerrogativa da vitaliciedade dos juizes de direito, instituiu, através do expediente da remoção, um modo de subordiná-los às conveniências dos chefes políticos.⁴⁷

A terceira medida importante para a afirmação do poder do governador foi a submissão do poder local a seu controle. As atribuições das constituintes estaduais em relação aos municípios estavam em princípio limitadas à formulação das linhas gerais de sua organização, devendo a matéria ser objeto de lei orgânica a ser elaborada durante a primeira legislatura ordinária. Na ausência da lei orgânica, foi garantida ao governador a faculdade de criar municípios, o que significava um instrumento de ampliação de suas bases de apoio político.

Na medida em que a institucionalização republicana tendia a favorecer o governador e sua facção, cresciam igualmente os protestos e as críticas da oposição. Palmier refere-se à extrema tensão que envolveu o clima político do Estado do Rio durante os trabalhos constituintes, e especialmente após a promulgação da Constituição.⁴⁸ Iniciada a rotina constitucional no mês de agosto com o desmembramento do Congresso Constituinte em Senado e Câmara estaduais, entrariam em pauta as leis complementares, todas de alto teor político, pois que voltadas para aspectos da administração pública fundamentais para o desenvolvimento das relações de poder, especialmente em nível local.

De modo geral, os trabalhos legislativos transcorreram em ritmo lento e com baixo grau de eficiência. Ao término das sessões do ano de 1891, no mês de novembro, nenhuma lei complementar fora votada. Não se pode atribuir a lentidão e a ineficiência à complexidade das matérias ou ao rigor das discussões, uma vez que os projetos foram apresentados quase um mês após o início da legislatura e pouco acrescentaram de substancial, que pudesse gerar polêmicas. Às disposições constitucionais, limitando-se a regulamentá-las com maior detalhe. Para a oposição fluminense, a "lentidão" dos legisladores resultava da pressão sobre eles exercida pelo governador, que estaria empenhado em preservar pelo prazo mais dilatado possível o poder de legislar por decreto, que cessaria quando o Congresso estadual votasse as leis de regulamentação política e administrativa do estado.⁴⁹

A organização do Judiciário estadual era um dos pontos em que as relações de poder assumiam contornos mais nítidos. Embora a Constituição estatuisse que a primeira legislatura ordinária deveria legislar sobre a matéria, ela não chegou sequer a se tornar assunto de projeto de lei. A questão se tornava ainda mais delicada na medida em que o Poder Judiciário era o único que o estado não herdara do Império já estruturado, a não ser pela divisão em comarcas. De toda forma, era necessário adaptar a rede de comar-

cas organizada na fase provincial à administração autônoma do estado. Portela fora temporariamente autorizado a fazê-lo com poderes quase ilimitados, o que sem dúvida representava um instrumento de afirmação de sua força política, e tudo indica que se utilizou largamente da capacidade de criar e distribuir cargos: mal foi promulgada a Constituição, já surgiam acusações segundo as quais estariam sendo preteridos antigos magistrados em favor de juizes que teriam colaborado com o situacionismo nas eleições estaduais.⁵⁰ É fato que, durante seu governo, Portela praticamente duplicou o número de comarcas, muitas delas criadas às custas da divisão de outras, coincidentemente em áreas dominadas por poderosos líderes oposicionistas.

A organização municipal foi outro ponto crítico da administração portelista. Como o projeto de lei referente às municipalidades foi apresentado tardiamente (5/10/1891) ao Senado estadual, o governador, usando de suas atribuições constitucionais, manteve a política que praticara desde a posse em novembro de 1889, de retificação da divisão administrativa do estado. Efetivamente, o poder de criar municípios era duplamente útil para um chefe político na situação de Portela, carente de bases próprias e determinado a enfraquecer adversários de raízes tradicionais. A criação de um município significava novos serviços, repartições e um órgão legislativo, isto é, verbas e empregos. Por outro lado, os municípios, assim como as comarcas, estavam sendo criados por desmembramento de outros, em geral controlados por chefes oposicionistas, que com isso tinham suas bases de apoio reduzidas na medida em que perdiam eleitores, funcionários, empregos que poderiam distribuir, fontes de receita etc.⁵¹

Na ausência da lei das municipalidades e da lei eleitoral, Portela pôde também nomear diretamente os intendentess gerais dos municípios. De acordo com a Constituição, os chefes dos executivos municipais seriam escolhidos pelos membros dos conselhos locais, os quais, no entanto, só poderiam ser eleitos depois que se aprovasse a lei eleitoral. Pode-se supor que, empenhado em retardar as eleições municipais, ou certo de que elas não se realizariam a curto prazo em função da morosidade do Congresso estadual, Portela tenha procurado fortalecer sua posição nos municípios de maneira a controlá-los à época das eleições através dos intendentess gerais, dotados de atribuições de alto poder aliciador.

Os próprios situacionistas indicavam muitas vezes a relação pragmática e casuística existente entre a administração estadual e as lutas políticas. Assim, o deputado Marcondes Ferraz defendia a existência da Força Pública, considerada supérflua pelo deputado Malvino Reis, para quem já bastaria a organização dos corpos policiais dos municípios, com os seguintes argumentos: "A Força Pública, ao contrário de supérflua, é atualmente necessária

para conter as maquinações desses sindicatos de condes, barões e comendadores do Império que, nas trevas, conspiram contra a República''.⁵²

O situacionismo portelista, dependente do governo federal e da máquina estadual, evidentemente reconhecia as oligarquias oposicionistas, profundamente enraizadas em solo fluminense, e mobilizava todos os recursos políticos e administrativos no sentido de construir uma estrutura própria de poder para mantê-los sob controle. Exterminar o espectro do Conselheiro Paulino era o seu programa político. Derrubar o governador era o objetivo da oposição.

6. A DERRUBADA DO GOVERNADOR

A promulgação da Constituição fluminense de 1891 coincidiu com o início da primeira legislatura ordinária do Congresso Nacional. A transformação da Assembléia Nacional Constituinte em Congresso ordinário evitou a realização de novas eleições, mas manteve a composição de forças no Legislativo, caracterizada por sérios conflitos entre o governo e o bloco oposicionista, liderado pela maioria da bancada paulista e integrado por ''deputados e senadores cujas facções vinham sendo preteridas nos estados''.⁵³ Tornava-se evidente portanto que o governo constitucional de Deodoro manteria a característica básica do governo provisório: o impasse político. Dada a interpenetração dos processos de definição das estruturas políticas em todas as instâncias da vida do país, tal situação teria reflexos em todos os estados, e assim também no Estado do Rio.

Na verdade, a legislação jurídica da República não resultou na superação dos antagonismos existentes, nem permitiu ''reconstituir um sistema político viável e legítimo''.⁵⁴ Em consequência, as relações entre o Executivo e o Congresso se deterioraram rapidamente, em especial durante a tramitação de projetos que acabaram vetados por Deodoro. Negociações malsucedidas resultaram na decretação do fechamento do Congresso, por ato de Deodoro, em 3 de novembro de 1891. O golpe recebeu o apoio de todos os governadores, com exceção de Lauro Sodré, do Pará. Essa solidariedade não significou, porém, o efetivo respaldo das oligarquias estaduais, já que os governadores alinhados com o governo federal haviam chegado ao poder, em sua maior parte, por meio de nomeações e eleições fraudulentas para as constituintes estaduais. Também entre as Forças Armadas, as bases deodoristas eram precárias e estavam mesmo em desagregação, por força do surgimento de lideranças concorrentes, como o vice-presidente Floriano Peixoto e os almirantes Custódio de Melo e Eduardo Wandenkolk.

A oposição ao governo federal contava, portanto, com parlamentares, militares e setores civis, predominantemente oligárquicos, incluindo ainda, no estado de São Paulo, operários, e, no Distrito Federal, ferroviários.⁵⁵ A reação ao golpe foi deflagrada imediatamente no Rio de Janeiro, em São Paulo, Pernambuco, Pará e outros estados. No dia 4, os congressistas lançaram o manifesto "a nação brasileira", em resposta à proclamação que Deodoro fizera em defesa de sua atitude.⁵⁶ No Rio de Janeiro, a oposição civil e militar passou a conspirar e a promover contatos entre as tropas, ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil e movimentos grevistas de Santos.⁵⁷ Quando já estavam aliciados expressivos contingentes do Exército e da Armada, o contragolpe foi desencadeado, com a rebelião, na madrugada de 22 para 23 de novembro, de várias embarcações de guerra fundeadas na baía de Guanabara. Eram limitados os recursos à disposição do governo para a resistência. Na manhã de 23 Deodoro renunciou, transferindo o cargo a seu sucessor legal, Floriano Peixoto.

O golpe de Deodoro, em 3 de novembro, recebera a imediata solidariedade do governo fluminense. Nas condições em que se encontrava, Portela teria muito a ganhar com o fortalecimento de Deodoro, seu principal sustentáculo. O anúncio feito por este, no ato de fechamento do Congresso, de que convocaria eleições para uma nova Constituinte, indicava também a possibilidade de renovação da bancada federal fluminense, com elementos mais fiéis ao governo.

Além da oposição de parte da bancada federal e dos antigos grupos oligárquicos, Portela enfrentava dificuldades com relação à população fluminense como um todo, em decorrência da crise econômico-financeira que atingia o país desde a Abolição e persistia com a política do "Encilhamento", gerando escassez de gêneros alimentícios e elevação geral dos preços.⁵⁸ Já em inícios de 1890, a crise no abastecimento de produtos de primeira necessidade provocava enérgicos protestos por parte da imprensa fluminense.⁵⁹ A elevação de preços não foi contida, ao menos até quase o fim do governo Portela,⁶⁰ provocando a mobilização de trabalhadores por melhores salários. Oficialmente, registraram-se em território fluminense, em 1891, 12 greves, em Campos, Macaé, Macuco, Nova Friburgo e São Sebastião, "promovidas, em sua maioria, por trabalhadores de estrada de ferro, e originadas, umas vezes, por não serem pagos com regularidade, e outras, por serem diminutos os seus vencimentos ou não serem atendidos em suas reclamações pelos diretores de estradas de ferro e fábricas onde eram empregados".⁶¹ Convém recordar que em 1890 organizaram-se centros operários em Campos e Niterói com vistas às eleições constituintes.

A renúncia de Deodoro, 20 dias após o golpe, veio deixar o governo fluminense em posição bastante delicada. Mais do que o apoio a uma violação da Constituição federal, a solidariedade ao golpe representara uma importante participação — dada a proximidade de Niterói da capital federal — num lance decisivo da luta política que naquele momento se travava em todo o país, opondo facções em nível federal e, por meio de alianças, nos estados. A ascensão de Floriano Peixoto à presidência da República significou a derrota de uma coalizão civil-militar que estivera no poder durante dois anos.

Portela e seu grupo, visceralmente comprometidos com a facção aliada do Poder, ainda tentaram aderir à nova situação, prática que se tornaria corriqueira na política republicana. Os portelistas tentaram defender-se, reivindicando a garantia da “forma republicana federativa” e da “autonomia dos estados”. Tentavam, por esse meio, explorar a ambigüidade legal da posição de Floriano; alçado ao poder por força de atitudes anticonstitucionais de Deodoro, tendia, agora, a promover a derrubada dos governadores ligados ao ex-presidente, mas eleitos constitucionalmente. Daí “o papel de espectador assumido por Floriano, incentivando secretamente alguns movimentos revolucionários nos estados e dizendo nada poder fazer contra os movimentos populares”.⁶² Entre novembro de 1891 e março do ano seguinte, todos os estados com exceção do Pará, assistiram à derrubada pacífica, pela renúncia, ou violenta, de seus governadores.

No Estado do Rio, havia a expectativa de que Portela, a exemplo de outros governadores, renunciasse.⁶³ Ao contrário, entretanto, Portela tentou reforçar sua posição política interna, apressando a tramitação das leis complementares sob exame do Legislativo. O clima político no estado era, porém, de grande radicalização por parte dos setores oposicionistas, que saíam da defensiva e deixavam transpirar inícios de atividade conspiratória, certamente contando com a simpatia ou, ao menos, a “neutralidade” do presidente da República.

No dia 3 de dezembro, explodiu a rebelião em vários pontos do estado. Rapidamente foram depostas as autoridades municipais ligadas a Portela. Em Campos, Sapucaia, Macaé e Vassouras, porém, houve forte reação policial, registrando-se mortos e feridos. Em face dessa realidade, Portela, alegando a insuficiência dos efetivos da Força Pública, solicitou apoio militar ao presidente da República.⁶⁴ Floriano não o atendeu, o que, diante da evidente situação insurrecional em que se encontrava o estado, teve a significação tácita de um apoio aos rebeldes. Nessa mesma ocasião, Porciúncula lançou, da capital federal, um manifesto instando o governo federal a “compreender a situação e dignificar-se, distinguindo os patriotas fluminenses”.⁶⁵

Diante da intensa circulação de rumores dando conta de que Portela abandonara o palácio do governo, Floriano Peixoto enviou a Niterói, no dia 9, o contra-almirante Marques Guimarães, com a missão de tomar as providências necessárias à manutenção da ordem pública. Àquela altura, porém, a situação já se definira em favor da oposição.

Portela renunciou no dia 10 de dezembro, e seus dois primeiros sucessores legais — Getúlio das Neves, vice-governador, e Demerval da Fonseca, presidente do Senado — recusaram-se a assumir o governo.⁶⁶ Por fim, Porciúncula chegou a um acordo com o governo federal em torno de um nome que se pudesse considerar equidistante das facções adversárias, recaindo a preferência no contra-almirante Carlos Baltasar da Silveira. Sua missão seria convocar eleições para um novo Congresso Constituinte. Na verdade, prepararia com isso a ascensão dos oposicionistas vitoriosos ao poder da maneira mais adequada possível à formalidade constitucional, efetivamente desrespeitada pelo movimento insurrecional.

NOTAS

1. Edgar Carone, em *A República Velha (evolução política)*, p. 25, descreve a queda da Monarquia em todas as províncias.
2. Ver Hêlio Silva, *1889: A República não esperou amanhacer*, p. 23. Houve, é verdade, importantes chefes monarquistas que não aderiram à República. Embora não tenham oferecido resistência ao golpe, tentaram articular um movimento "restaurador", cujas vicissitudes são analisadas por Maria de Lourdes Mônaco Janotti em *Os subversivos da República*.
3. Para o estudo da participação das Forças Armadas no processo político brasileiro durante a primeira década republicana, ver June E. Hahner, *Relações entre civis e militares no Brasil (1889-1898)*. A obra básica para a compreensão dos fatores que conduziram o Exército à posição de eixo político nacional é José Murilo de Carvalho, "As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador".
4. Para a composição do governo provisório, ver Felisbello Freire, *História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*, p. 316-329.
5. Ver Felisbello Freire, op. cit., p. 367-368.
6. Em "Na defensiva. Fragmento histórico e revelações incompletas", série de 36 artigos publicados em *O Paiz* entre novembro de 1891 e fevereiro de 1892, Quintino Bocaiuva explicou a divisão do país em áreas sob a coordenação dos membros do governo provisório. Ver Eduardo Silva (org.), *Idéias políticas de Quintino Bocaiuva*, p. 50.
7. Ver *Biografia do Dr. José Tomás Porciúncula*, p. 23.
8. A Assembleia Provincial funcionou até o dia 22 de novembro, quando foi extinta, como as demais do país, por força de decreto do governo provisório, que também fixou as atribuições dos novos governadores.
9. *Monitor Campista*, 4/12/1889.
10. Idem.
11. Ver observações sobre a questão do federalismo em Renato Luis do Couto Neto e Lemos, "República e política regional fluminense".
12. Ver Miguel de Carvalho, *Organização republicana do Estado do Rio de Janeiro — 1889-1894*, p. 10.
13. *Jornal do Comércio*, 7/12/1889.
14. Idem, 15/12/1889.
15. Barbosa Lima Sobrinho, *Presença de Alberto Torres (sua vida e pensamento)*, p. 87-97.

16. Ver Dunshee de Abranches, *Atos e atos do governo provisório*, p. 55-57.
17. *O Fluminense*, 6/4/1890.
18. Idem, 16/4/1890.
19. Ver Dunshee de Abranches, op. cit., p.55-57.
20. Ver observações sobre o do sistema representativo em Renato Luís do Couto Nelo e Lemos, *A implantação da ordem republicana no Estado do Rio de Janeiro — 1889-1892*, p. 18-20.
21. Quinlino Bocaiuva em Eduardo Silva, op. cit., p. 52.
22. Idem ib.
23. Quinlino Bocaiuva, em Eduardo Silva, op. cit., p. 52-53, descreve os contatos por ele travados com o Conselheiro Paulino de Sousa com o objetivo de incorporar o chefe conservador à política oficial, obstados pela incompatibilidade entre aquele e o governador Portela.
24. *Jornal do Comércio*, 3/9/1890.
25. Ver *A República*, 5/9/1890.
26. Ver José Leão, *Silva Jardim, apontamentos para a biografia do ilustre propagandista*, p. 251, citado por Barbosa Lima Sobrinho, op. cit., p. 93.
27. Ver *Monitor Campista*, 12/9/1890.
28. Ver quadro com os candidatos das duas chapas, suas origens locais e políticas e ocupações profissionais em Renato Luís do Couto Nelo e Lemos, op. cit., p. 124.
29. Ver Miguel de Carvalho, op. cit., p. 24.
30. Barbosa Lima Sobrinho, op. cit., p. 95.
31. Idem ib.
32. Decreto n.º 127-c, de 6 de agosto de 1890. Ver Barbosa Lima Sobrinho, op. cit., p. 117.
33. Ver o jornal *Monitor Campista* em novembro de 1889.
34. Ver *O Fluminense*, 19/10/1890, e *O Rio de Janeiro*, 9/11/1890.
35. Miguel de Carvalho, op. cit., p. 22.
36. *Jornal do Comércio*, 13/3/1891.
37. Idem
38. *O Rio de Janeiro*, 12/3/1891.
39. Ver chapas em Renato Luís do Couto Neto e Lemos, op. cit., p. 138.
40. *O Fluminense*, 20/3/1891.
41. Idem.
42. *O Rio de Janeiro*, 17/4/1891.
43. Idem.
44. *Anais do Primeiro Congresso Constituinte do Estado do Rio de Janeiro*, 1891, p. 15.
45. Idem, p. 98.
46. Vitor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, p. 202.
47. Para informações sobre as constituições estaduais, ver Felisberto Freire, *As constituições dos estados e a Constituição Federal*, p. 171-173.
48. Luiz Palmier, *Maurício de Abreu — um pioneiro da democracia*, p. 123.
49. Ver *A República*, 26/9/1891.
50. Idem, 19/7/1891.
51. Segundo Luiz Palmier, op. cit., p. 123, "às comunas chefiadas pelos mais eminentes próceres republicanos seriam subdivididas em pequenos municípios. Aconteceu, assim, principalmente em Cantagalo, em Macaê, Itaperuna e Rio Bonito. Aumentava dia a dia o mal-estar reinante".
52. *Anais da ALERJ*, 1891, sessão de 9 de novembro, p. 261. De acordo com o Decreto n.º 1 de 25 de novembro de 1889, a Força Pública do estado compunha-se de mil praças.

53. Eduardo Kugelmas. "a Primeira República no período de 1891 a 1909" p. 146.
54. Fernando Henrique Cardoso "Dos governos militares a Prudente de Moraes — Campos Sales", p. 40.
55. Ver Edgar Carone, op. cit., p. 48.
56. Entre os signatários do documento oposicionista estavam os seguintes representantes fluminenses em nível federal: Nilo Peçanha, Urbano Marcondes, Virgílio Pessoa, Batista da Mota, Alcindo Guanabara, Êrico Coelho e França Carvalho. *Jornal do Comércio*, 25/11/1891.
57. Ver Edgar Carone, op. cit., p. 48-49.
58. Sobre a crise agrícola do início da República, ver Aníbal Villanova Vilella e Wilson Suzin- gan, *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*, p. 99-111. A política do "Encilhamento" pode ser vista em Luis Antônio Tannuri, *O Encilhamento*.
59. Ver, por exemplo, *O Fluminense*, 5/2/1890.
60. Ver *Mensagem enviada pelo Governador Francisco Portela ao Senado do Estado do Rio de Janeiro* em 4 de agosto, de 1891, p. 7.
61. Ver *Relatório do Chefe de Polícia do Estado do Rio de Janeiro*, 30 de junho de 1892, p. 13.
62. Edgar Carone, op. cit., p. 55.
63. Ver *A República*, 25 e 29/11/1891, e Miguel de Carvalho, op. cit., p. 46. A imprensa oposi- cionista passou a exigir, após a renúncia de Deodoro e diante da insistência de Portela em manter-se no cargo, que o presidente Floriano Peixoto decretasse a sua exoneração. Tal me- dida equivaleria a uma intervenção federal, o que nos ajuda a relativizar as reivindicações auto- nomistas da oposição.
64. O *Jornal do Comércio* de 15/12/1891 transcreve o ofício.
65. *Biografia do Dr. José Tomás da Porciúncula*, p. 106.
66. ● *Jornal do Comércio* de 11/12/1891 transcreve a proclamação de Portela ao renunciar e descreve o impasse sucessório. Artur Azevedo comentou a situação em forma de quadrinha: "De mão em mão anda a vara/ninguém a quer aceitar!/anunciam — coisa rara:/Estado para alu- gar!" (citado por Barbosa Lima Sobrinho, op. cit., p. 107). O mesmo jornal em 16/12/1891 pu- blica a versão de Getúlio das Neves dos entendimentos que teria mantido com o contra- almirante Marques Guimarães.

I. A POLÍTICA DE CONCILIAÇÃO

Após a derrubada de Francisco Portela, o poder político no Estado do Rio de Janeiro passou às mãos dos segmentos majoritários da oligarquia fluminense, reais detentores do poder econômico e social, que se encontravam até então na oposição. Esses grupos ascenderam através da aliança com os republicanos, que, se não tinham expressão social significativa no estado, representavam um importante trunfo pelos laços que mantinham com o governo federal. Tal aliança, esboçada desde a Abolição e consolidada no combate a Portela, pode ser considerada a base da efetiva oligarquização da política republicana fluminense e da relativa estabilidade que se estenderia da segunda jornada constitucionalizadora aos governos Porciúncula (1892-1894) e Maurício de Abreu (1895-1898), para só se romper no início do governo Alberto Torres.

Com a renúncia de Portela, Carlos Baltasar da Silveira foi empossado no governo do estado sob "aclamação popular" em 11 de dezembro de 1891, tendo como vice-governador Leopoldo Teixeira Leite. Empenhado em iniciar imediatamente o desmantelamento do esquema jurídico-político portelista, três dias depois baixou atos que decretavam a dissolução do Congresso estadual e convocavam nova Assembleia Constituinte, cujas eleições deveriam se realizar em 31 de janeiro de 1892. Seguiram-se, durante toda a segunda quinzena de dezembro, decretos que, entre outras medidas, reorganizavam a magistratura do estado, extinguíam as guardas municipais e reintegravam funcionários da Justiça e professores demitidos a partir de 15 de no-

* Este capítulo é uma versão modificada dos documentos de trabalho de Renato Luís do Couto Neto e Lemos "A oligarquia no poder" e "A política oligárquica no Rio de Janeiro: estabilidade e compromisso". As alterações são de responsabilidade da coordenação do livro.

vembro de 1889.¹ Essas providências, tomadas sob a supervisão de Porciúncula e do Conselheiro Paulino, na mesma medida em que golpeavam o portelismo, reabilitavam funcionários republicanos e monarquistas preteridos por Portela.

Alarmada com a tendência do governo Baltasar, a facção deposta buscou convencer Floriano a promover o retorno do estado à "legalidade". Seus jornais advertiam o marechal para a hegemonia do Conselheiro Paulino de Sousa no novo situacionismo, o que representaria para o estado a permanência do "peso tremendo da mão de ferro escravocrata, origem de todos os seus males, de todas as suas desgraças, de tudo quanto de mau lhe aconteceu no período de 30 anos".² O argumento, que lembrava a responsabilidade do chefe conservador na defesa da escravidão e no despreparo em que a província fluminense se encontrava quando da Abolição, seria poderoso se, de fato, a luta política estivesse sendo travada em torno de problemas relativos ao conservadorismo ou progressismo das correntes partidárias. Na verdade, porém, os políticos se alinhavam indiferentes às filiações anteriores, unidos pela perspectiva do poder. As dissidências, antigas ou não, começavam a ser sepultadas em nome da construção da República, isto é, da federação, efetivo elemento aglutinador das facções oligárquicas.

O calendário eleitoral de Baltasar da Silveira foi mantido, e o regulamento das eleições para a nova Constituinte fluminense foi baixado em 21 de dezembro. Enquanto ainda se discutia a questão eleitoral, a facção portelista sofreu novo revés, acusada de participar da revolta da fortaleza de Santa Cruz, na baía de Guanabara, deflagrada por partidários de Deodoro da Fonseca em 19 de janeiro de 1892. O movimento foi derrotado no mesmo dia, e os portelistas viram-se em situação ainda mais delicada, tendo-se mesmo queixado de sofrer perseguições ligadas à repressão aos revoltosos.³ Nessas condições, só lhes restava pregar a abstenção eleitoral.⁴

No melhor estilo da época, a chapa situacionista — e única — foi divulgada uma semana antes das eleições.⁵ Os nomes propostos, que incluíam apenas cerca de 20% de renovação em relação às listas apresentadas pela então oposição nos dois pleitos anteriores, mais uma vez representavam a coalizão que combatera Portela. Foi estabelecida uma certa paridade entre republicanos e ex-monarquistas, constando da chapa praticamente todas as chefias políticas de expressão no estado. Embora não incluísse o nome do Conselheiro Paulino, a chapa abrigava, como das outras vezes, membros de sua família.

Realizadas as eleições em 31 de janeiro de 1892, a chapa única foi eleita de ponta a ponta. O cronograma estabelecido pelos decretos de Baltasar da

Silveira continuou sendo respeitado, e a Assembléia Constituinte foi oficialmente instalada em março seguinte.

Barbosa Lima Sobrinho refere-se à derrubada de Portela como “um outro *changez de places* da quadrilha marcada pelos donos do poder”.⁶ De fato, não se processou uma revolução, mas um ajustamento no interior da classe dominante. No entanto, os candidatos eleitos para a nova Assembléia Constituinte não eram apenas os “candidatos da chapa de Silva Jardim, derrotados no pleito de 15 de setembro de 1890”, que agora “voltavam vitoriosos”. Naquele pleito, os antigos monarquistas haviam optado pela abstenção, e os republicanos tiveram de concorrer sozinhos. Agora, as duas correntes se apresentavam unificadas e como expressão política de uma mesma substância social.

Virtualmente instalados no poder no governo de Baltasar da Silveira, os antigos monarquistas e os republicanos “históricos” procurariam portanto consolidar a unidade construída durante as campanhas oposicionistas. Tratava-se, essencialmente, de estabelecer as regras de relacionamento no interior da composição dominante, de maneira que as inevitáveis divergências de interesses não resultassem em impasses ameaçadores da ordem política. A nova Constituição deveria assim definir as condições em que a disputa intra-oligárquica permaneceria subordinada ao interesse geral de manter estável a coalizão que assumira o poder estadual.

José Tomás da Porciúncula, a quem os constituintes elegeram presidente da Assembléia Constituinte, fez da “conciliação”⁷ o tema exclusivo das suas poucas intervenções em plenário. Já na sessão de instalação, pronunciou um discurso que afirmava claramente a relação entre a conciliação política e a autonomia estadual, isto é, entre a coesão das oligarquias do estado e o usufruto do federalismo.⁸ Os *Anais da Constituinte* indicam o pleno êxito dessa política, já que não houve um tema sequer que opusesse republicanos históricos a ex-monarquistas enquanto blocos. As questões de princípio do programa republicano — o presidencialismo, o federalismo e o sistema representativo — eram gerais o suficiente para se adequarem às conveniências das oligarquias estaduais. Assim, no momento em que se definiram as estruturas estaduais de poder, os temas decisivos não tinham a ver com as doutrinas republicana ou monarquista, mas com a administração do poder local, a relação entre o estado e os municípios, a representatividade dos órgãos legislativos etc. Questões como estas deveriam ser objeto de consenso entre as facções oligárquicas, de maneira a garantir-se a concretização de seu principal objetivo político: a estabilidade do sistema em implantação.

2. A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE 1892

Ao contrário do ocorrido durante o governo Portela, a constitucionalização presidida por Porciúncula e orientada pela política de conciliação expressou o ajustamento do arcabouço jurídico-político do estado à sua base social. O terreno já fora preparado por Baltasar da Silveira, que destruíra a rede institucional e clientelística montada por Portela, e a segunda jornada constitucionalizadora veio apenas repor as coisas em seus devidos lugares. Reunindo lado a lado tradicionais conservadores, como o Barão de Miracema, Carlos Castrioto e Pedro Luís Soares de Sousa, e republicanos de primeira hora, como Porciúncula, Alberto Torres e Pedro Tavares, a Assembleia Constituinte de 1892 procurou na verdade contornar diferenças e definir regras de dominação para os grupos hegemônicos no estado, adequando-as à ideologia do liberalismo conservador dominante no país.

É particularmente expressivo o tratamento dispensado pelos constituintes aos mesmos temas que selecionamos para comentar a Constituinte portelista. Os prazos dos mandatos, por exemplo, foram homogeneizados. Pelo artigo 116 da nova Constituição,⁸ o governador, os deputados estaduais, os chefes dos executivos municipais e os vereadores exerceriam suas funções por períodos de três anos. Não havia mais razões para impor mandatos longos nem temer eleições como fator de ameaça à ordem.

No tocante ao Poder Judiciário, a Constituição de 1892 incorporou a prerrogativa de vitaliciedade dos juizes introduzindo ainda a de inamovibilidade, que veio concorrer para a independência da magistratura. A possibilidade de remoção dos juizes de direito, desdobrada ao máximo pelo portelismo, constituíra um ponto delicado no equilíbrio entre os poderes locais e o poder estadual. Agora, porém, ao contrário do ocorrido no período anterior, essas relações tendiam à estabilidade. O poder estadual — no caso, o Tribunal da Relação, nomeado pelo presidente do estado — surgia como a instância fiadora da autonomia do Judiciário, na medida em que, pela nova Constituição, os juizes de direito só poderiam ser removidos de suas comarcas nas hipóteses de acesso a posições mais elevadas na carreira, a pedido do próprio por motivo de “conveniência pública, julgado provado pelo Tribunal da Relação”. É claro que a última hipótese deixava aberta a possibilidade de pressão política sobre os juizes, mas o poder decisório ficava concentrado na órbita estadual, enquanto sob a Constituição portelista os chefes locais dispunham do direito de exigir a remoção por meio de uma simples representação.

A nova Constituição favoreceu finalmente a ampliação da autonomia municipal, conferindo aos municípios a posse exclusiva sobre a arrecadação

do imposto de indústria e profissões e alargando a representação local. A administração municipal passou a ser exercida por três instituições: a Câmara Municipal, composta de um conselho de vereadores eleitos pelo município e de mais um vereador eleito em cada distrito; as juntas distritais, formadas pelo vereador distrital e os juizes de paz, e a Assembléia Municipal, formada pela reunião da Câmara e das juntas distritais. À Câmara Municipal e a seu presidente competiam funções deliberativas e executivas, e às juntas distritais funções de assessoramento da Câmara, sobretudo no tocante à cobrança de impostos. A Assembléia Municipal, por sua vez, deveria aprovar o orçamento e autorizar empréstimos, além de criar e extinguir cargos públicos.¹⁰

O tratamento dispensado às três questões comentadas — prazo dos mandatos, independência da magistratura e autonomia municipal — e o estabelecimento de dispositivos inéditos — como o voto direto para todos os cargos eletivos, a representação das minorias,¹¹ a descentralização da administração estadual com a criação de três secretarias, e a implementação do Tribunal de Contas — revelam a plena realização do princípio liberal que caracterizou a República brasileira em seus primeiros tempos: centralização política combinada a descentralização administrativa. Nesse sentido, entende-se que não se tenha sequer questionado a concessão à Assembléia Legislativa do poder de veto às deliberações municipais consideradas contrárias às leis do estado e da federação. Se o portelismo, escorado no governo federal e com bases precárias no estado, delegara tal poder de veto ao governador, a segunda Constituinte, expressiva do poder oligárquico estadual, pôde ser coerente com o formalismo liberal, atribuindo tal prerrogativa à Assembléia Legislativa. No interior da coalizão dominante, a aliança política deveria portanto assumir este duplo conteúdo: exercício pleno da autonomia administrativa nas municipalidades, organizadas e geridas de maneira amplamente representativa das chefias locais, e preeminência política da direção estadual, reconhecida pelas mesmas chefias locais como legítima fiadora da ordem política geral.

A segunda Constituição fluminense, promulgada em 9 de abril de 1892, estipulava em suas "disposições transitórias" a imediata eleição, pelos constituintes, de um presidente e um vice-presidente estaduais provisórios; a eleição de deputados estaduais, do presidente e vice-presidente no estado 15 dias depois; a instalação da legislatura ordinária em 12 de maio seguinte, e a eleição, 45 dias depois da escolha dos deputados, dos vereadores e juizes de paz. Ainda no dia 9, Carlos Baltasar da Silveira e Miguel de Carvalho foram eleitos respectivamente presidente e vice-presidente provisórios, e em seguida a Assembléia Constituinte dissolveu-se, não sem antes prestar home-

nagem ao marechal Floriano Peixoto. Aliás, os laços com o governo federal se estreitaram no dia seguinte ao término dos trabalhos constituintes, quando nova tentativa de rebelião deodorista foi deflagrada no Rio de Janeiro e sufocada imediatamente.¹²

No dia 18 de abril, a comissão encarregada pela recém-dissolvida Assembléia Constituinte de indicar os candidatos à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) divulgou a chapa oficial em nome do Partido Republicano Fluminense,¹³ que pela primeira vez aparecia com esta denominação. A própria composição da comissão refletia a aliança política que conformava o partido, já que dela faziam parte os ex-monarquistas Carlos Castrioto e Paulino José Soares de Sousa Júnior, e os republicanos históricos José de Barros Franco Júnior e Alberto Torres. Dos candidatos apresentados, apenas oito não haviam sido constituintes, o que revela uma pequena renovação de nomes. Por outro lado, seguindo já as disposições constitucionais relativas à representação das minorias, a chapa era incompleta, sendo reservadas dez vagas à oposição.

Segundo o cronograma estabelecido pela Constituição, em 24 de abril realizaram-se as eleições dos deputados estaduais e do presidente do estado. A chapa do PRF foi eleita integralmente, cabendo as vagas restantes a candidatos avulsos simpatizantes do partido, uma vez que a oposição sequer concorreu. Para presidente estadual foi eleito José Tomás da Porciúncula, com Manuel Martins Torres, Maurício de Abreu e Lourenço Maria de Almeida Batista (o Barão de Miracema) como vice-presidentes.

3. AS BASES DA ESTABILIDADE

A administração de contradições secundárias de maneira a preservar a identidade fundamental tem sido uma das principais características do relacionamento entre as classes e frações de classes dominantes no Brasil. Esse estilo "conciliatório", que se tornou um mito importante na cultura política do país,¹⁴ foi perseguido pelos novos donos do poder no Estado do Rio não só durante os trabalhos constituintes, mas nos governos que se seguiram, de Porciúncula e Maurício de Abreu, resultando num padrão de prática político-administrativa eficiente. A estabilidade a que este modelo conduziu, viabilizada sem dúvida pela melhoria da situação financeira do estado, não resultou da ausência de conflitos — na verdade, houve vários —, mas de sua superação, garantida pela sintonia entre o governo estadual e o PRF, de um lado, e o governo federal, de outro. A estabilidade traduziu-se, enfim, no controle do governo sobre todos os pleitos realizados entre 1892 e 1897.

Um dos principais objetivos da luta federalista contra o centralismo imperial fora a transferência para os estados de parte da receita tributária até então arrecadada pelo governo central. Ainda no governo Portela, concluída a organização constitucional do estado, esta transferência fora oficializada no tocante aos impostos de exportação, sem prejuízo da taxa de 4% que já era paga pelo café. Assim, a partir de agosto de 1891, estariam sujeitos ao imposto de exportação, a ser recolhido pelo estado, os seguintes gêneros da produção fluminense: café (7%), aguardente ou álcool, madeira, cacau, fumo e couro (9%), algodão, azeite, farinha, mel de tanque ou melaço (5%).¹⁵ Na mesma ocasião, passariam da União para o estado os impostos de transmissão de propriedades e de indústrias e profissões e ainda a taxa de selo, quando relativa a atos do governo estadual.¹⁶

Os reflexos desta redistribuição sobre o orçamento estadual foram imediatos. Em 1892, a receita do estado já incluía uma taxa de 11% sobre o café e aumentava em cerca de 90%. Como a conjuntura de preços na época era favorável, as exportações, embora em declínio desde 1883, seguiram uma linha ascensional de valores a partir de 1890, que se manteve inalterada até 1895, quando a queda dos preços do café no mercado internacional veio alterar drasticamente esta situação.¹⁷

Em relação ao quadro político estadual, com o início do governo Porciúncula inaugurou-se um período que seria marcado pela presença constante de duas lideranças-chaves; de um lado, o próprio Porciúncula, que iria manter a condição de principal líder do PRF mesmo após ter encerrado seu mandato de presidente do estado, e de outro, o Conselheiro Paulino de Sousa, referido muitas vezes como o “diretor mental e real” da política fluminense.¹⁸

Afastado dos cargos políticos desde a extinção da Monarquia, o Conselheiro continuava contudo a ser o mais importante chefe estadual, posição devida tanto à tradicional hegemonia conservadora na antiga província, pouco alterada pela Proclamação da República, quanto aos não menos tradicionais limites da representação social dos republicanos históricos no estado como um todo. Os contemporâneos que lhe faziam oposição cunharam o termo “paulinismo” para designar políticos e práticas identificadas com a figura do Conselheiro.

A atuação individual do Conselheiro Paulino sob o regime republicano é de difícil apreensão a partir de indicações empíricas. Após a queda do Império, seu último ato político público foi a presidência da Assembléia que resultou na fundação do Partido Moderado em 1890. Em 1892, foi nomeado presidente de uma comissão de alto nível formada pelo governo federal para estudar a conveniência da intervenção pública na economia para a “prote-

ção às empresas industriais".¹⁹ Em 1895, acumulava, pelo menos, os seguintes cargos: presidente da Companhia de Centros Pastorais, da Companhia Torres e da Companhia Agrícola Paranapanema, e vice-presidente da Companhia Leopoldina.²⁰

O Conselheiro, portanto, atuava politicamente de maneira informal, fora dos canais partidários e por meio de terceiros. Alguns políticos cumpriam nitidamente a função de correias de transmissão de sua liderança. Miguel de Carvalho era talvez o mais destacado dentre todos. Correligionário do Conselheiro desde o Império e seu vizinho no município de Cantagalo, participou ativamente do movimento armado contra Portela, foi secretário-geral e diretor dos Negócios do Estado e Justiça do governador Carlos Baltasar da Silveira e vice-presidente provisório do estado, por eleição dos constituintes de 1892. Secretário dos Negócios do Interior e Justiça e de Obras Públicas e Indústrias do governo Porciúncula, era tido como "braço direito" do Conselheiro Paulino ou "chefe supremo dos paulinistas",²¹ tendo sido dirigente dos mais importantes da política fluminense. Participavam também do estado-maior paulinista três membros de sua família, Paulino Junior, Belisário Augusto e Pedro Luís Soares de Sousa. Os três tiveram destacada participação na segunda Constituinte Estadual, e os dois primeiros, ainda na primeira década republicana, iriam assumir papéis de grande projeção nacional, na condição de deputados federais pelo Estado do Rio.

A presença dos ex-monarquistas era de tal forma dominadora que em geral os republicanos, mesmo os mais fortemente identificados como históricos, a eles se subordinavam em assuntos políticos, especialmente os eleitorais. Pode-se apontar uma situação exemplar deste tipo de relação em Campos, onde Nilo Peçanha, republicano histórico e abolicionista radical, fruto de uma novíssima geração de políticos, construía sua trajetória à sombra do Barão de Miracema, antigo chefe da poderosa seção local do Partido Conservador. No primeiro pleito municipal fluminense sob o regime republicano, realizado em 8 de junho de 1892, Nilo trabalhou ativamente por uma chapa em que, entre 20 candidatos, havia 18 conservadores, um liberal e apenas um republicano.²²

É verdade que, na prática, houve uma preocupação em reservar-se o cargo de presidente do estado para os republicanos históricos, que o monopolizariam mesmo quando tradicionais figuras da política imperial — os conselheiros Rodrigues Alves e Afonso Pena — já chegavam à presidência da República. Mantinha-se, assim, uma certa continuidade da fase de consolidação das estruturas republicanas, quando a condição de republicano histórico rendia importantes — e talvez, indispensáveis — dividendos políticos. No plano da política local, no entanto, os republicanos históricos só se des-

tacavam como chefes políticos em poucos municípios, como Petrópolis, Paraiíba do Sul, Vassouras e Sapucaia.

O fundamental, contudo, é perceber que a tradicional dominação política dos ex-monarquistas expressava a realidade de sua inserção na sociedade fluminense.²³ Campos é mais uma vez exemplar, inclusive por apresentar um tecido social razoavelmente definido e diversificado, composto por lavradores, usineiros, comerciantes, "capitalistas", industriais, operários fabris, artesãos, profissionais liberais etc. O Barão de Miracema, Manuel Coelho Barroso, Joaquim José de Sousa Mota, Benedito Galvão Pereira Batista, Luis Crisóstomo de Oliveira, Manuel Gesteira Passos, Benedito Gonçalves Pereira Nunes e Antônio Ribeiro Cardoso — todos em algum nível ligados ao Partido Conservador — são os nomes inevitavelmente encontrados na primeira década republicana como diretores, membros do conselho fiscal ou acionistas com atuação decisiva sobre os rumos de cerca de 90% das empresas locais de capital aberto, cobrindo atividades bancárias, de seguro e industriais. Estes mesmos nomes se destacam, no período considerado, nas listas de deputados estaduais, vereadores, chefes partidários, provedores da Santa Casa de Misericórdia e diretores de empresas de serviços de utilidade pública, como os Correios, ou de diversões, como a Companhia de Teatro São Salvador.²⁴

Também em relação a Niterói encontram-se indicações de uma inserção dessa natureza, embora a economia da capital apresentasse características particulares, em especial por suas conexões com a da cidade do Rio de Janeiro. Luís Carlos Fróes da Cruz, por exemplo, membro de uma das mais enraizadas famílias de Niterói, onde exercia tradicional influência política, era advogado de empresas de diversos ramos, tendo presidido a Companhia de Seguro Aurora de Niterói. Já a Companhia Nacional Manufatora de Fumos contava, entre seus primeiros diretores, com o Conselheiro Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, deputado desde 1878, advogado e fazendeiro, e ainda com Oscar Varady, ativo chefe republicano desde 1890, e o senador Antônio Justino Esteves Júnior. Carlos Castrioto, tradicional líder conservador e esteio do PRF em Niterói durante a primeira metade da década de 1890, era banqueiro e capitalista com destacada participação acionária na Companhia de Seguros Aurora de Niterói.²⁵

Se o peso dos antigos monarchistas na direção política e na própria sociedade fluminense era considerável, é também verdade que isto não significava a existência de um projeto divergente em relação aos republicanos históricos. No recinto da ALERJ, por exemplo, os deputados proclamavam-se representantes do povo fluminense como um todo e negavam a permanência de conflitos remanescentes do período imperial. A bandeira republicana era

reivindicada como elemento unificador do PRF, “mesclado de todas as origens políticas do velho regime”.²⁶

Além desses fatores, o bom entendimento com o governo federal foi também um elemento estabilizador da vida política fluminense. As relações entre os governos de Porciúncula e Floriano Peixoto foram, em geral, de sustentação mútua e apoio recíproco. Enquanto a oposição portelista se articulava com movimentos antiflorianistas, apoiando a campanha pela realização imediata de eleições presidenciais,²⁷ ou defendendo os revoltosos gaúchos quando da deflagração da guerra civil no Rio Grande do Sul em fevereiro de 1893,²⁸ o PRF e o governo do estado mantinham-se alinhados com o governo federal.

Esse alinhamento tornou-se ainda mais nítido com a proximidade do pleito para a escolha do sucessor de Floriano, a ser realizado em março de 1894, quando foi organizado o Partido Republicano Federal por iniciativa da oligarquia paulista, interessada em garantir a eleição de seu candidato Prudente de Moraes.²⁹ Às reuniões realizadas entre 8 de julho e 25 de setembro de 1893 para a criação do novo partido estiveram presentes representantes do PRF, entre os quais se destacou Nilo Peçanha, que iniciava uma ascendente trajetória na política nacional.³⁰

Enquanto o PRF se aliava ao Partido Republicano Federal, a oposição portelista procurava aliar-se às forças oposicionistas dos outros estados para enfrentar as eleições para o Congresso Nacional. Originariamente marcadas para março de 1893, adiadas para outubro do mesmo ano em virtude da guerra civil no sul do país, as eleições federais iam realizar-se finalmente em março de 1894, junto com o pleito presidencial. A vitória do PRF depurou a representação federal fluminense dos remanescentes portelistas eleitos em 1890, tornando-a apta a exercer importante papel na política interoligárquica em nível nacional.

Com a ascensão da oligarquia paulista à presidência da República na pessoa de Prudente de Moraes, apoiado pelos grupos dominantes em quase todos os estados, o Partido Republicano Federal absorveu muitos dos partidos republicanos estaduais, que se tornaram meras seções da agremiação nacional.³¹ No Estado do Rio, o PRF preservou plenamente sua identidade, mas estabeleceu uma íntima associação com o partido nacional e o governo federal. A medida dessa ligação pode ser avaliada pelas funções que os políticos fluminenses exerceram no governo de Prudente de Moraes. Manuel de Queirós foi vice-presidente do Senado. Sebastião Lacerda foi ministro da Viação, Edwiges de Queirós foi chefe de polícia do Distrito Federal e Alberto Torres foi ministro da Justiça.

Além disso, Paulino de Sousa Júnior foi o principal redator do jornal *O Debate*, porta-voz oficial do Partido Republicano Federal, e Belisário de Sousa foi líder do partido na Câmara dos Deputados. Porciúncula foi também um dos seus mais importantes dirigentes nacionais, mesmo após passar o governo do Estado do Rio a Maurício de Abreu, em janeiro de 1895. Amigo íntimo de Prudente de Moraes, segundo Dunshee de Abranches teria sido cogitado para sucedê-lo na presidência da República.³²

4. OS FOCOS DA CRISE INTERNA

A coalizão de forças que assumiu o controle político do Estado do Rio a partir do governo Porciúncula enfrentou sem dúvida momentos de crise, resultantes de conflitos entre forças e interesses locais e o governo estadual. Enquanto esses conflitos se restringiram ao âmbito municipal, puderam ser mantidos sob controle, preservando-se a unidade do PRF e a estabilidade do grupo dominante.

Os primeiros sinais de atrito no interior do situacionismo fluminense ocorreram em relação à eleição dos vice-presidentes do estado, em 24 de abril de 1892, cuja posição ordinal seria definida pelo total de votos obtido por cada um. A imprensa campista denunciou a manipulação dos resultados eleitorais, no sentido de colocar o Barão de Miracema, tradicional líder conservador do município, na terceira vice-presidência, de excluir da lista de vitoriosos seu correligionário Antônio Ribeiro Cardoso, e de eleger Martins Torres primeiro vice-presidente. Este resultado seria, segundo a mesma fonte, o desejado pela comissão encarregada pela Assembléia Constituinte de compor a chapa de candidatos à ALERJ.³³ Independentemente da veracidade da denúncia, o fato é que a evolução dos acontecimentos iria confirmar a existência de sérias tensões entre a direção estadual do PRF e os chefes campistas.

Nas eleições municipais de 8 de junho de 1892, na qual foram eleitos vereadores e juizes de paz, o PRF obteve vitória tranquila em todo o estado, com a significativa exceção de três municípios, Niterói, Campos e Resende. Na capital do estado, a eleição provocou a cisão do diretório local do PRF, constituído na época pelo ex-conservador Carlos Castrioto, o ex-liberal Luís Carlos Fróes da Cruz e o republicano histórico Alberto Torres. Valendo-se da antiga influência liberal em Niterói, Fróes da Cruz, que também não rompera totalmente com o ex-governador Portela, apresentou chapa independente e venceu.³⁴ Este fato, ao confirmar a força remanescente do portelismo em Niterói, veio indicar as dificuldades que o novo situacionismo encontraria para se firmar na capital.

Outro indício grave dessas dificuldades se apresentou na manhã de 14 de dezembro de 1892, quando o Regimento Policial do Estado, sediado em Niterói, rebelou-se em virtude dos “castigos sofridos por praças desligados”.³⁵ Os revoltosos chegaram a tomar de assalto o palácio do governo e a anunciar a volta de Portela, mas Porciúncula recebeu pronta ajuda militar de Floriano. Após “terrível tiroteio”,³⁶ restabeleceu-se a ordem, mas evidenciou-se o isolamento do presidente do estado em Niterói.

Esses acontecimentos sem dúvida influíram para que, em janeiro de 1893, se reiniciasse a discussão sobre a transferência da capital. Imediatamente, após a revolta do Regimento Policial, a imprensa campista, em face dos rumores que davam como decidida a mudança da capital para Nova Friburgo, iniciou uma campanha pela escolha de Campos para suceder a Niterói.³⁷ A Associação Comercial e os principais jornais do município — *Monitor Campista*, *A Republica* e *Gazeta do Povo* — enviaram representação a ALERJ, e a campanha ganhou as ruas, sob a liderança do Barão de Miracema. Este, secundado por Nilo Peçanha, estabeleceu contatos com os grupos situacionistas de São João da Barra, Macaé, São Fidélis e Itaperuna, fazendo da bandeira campista o embrião de um movimento regional.

Em meio aos protestos da imprensa niteroiense,³⁸ entre 13 e 26 de janeiro de 1893 a ALERJ reuniu-se em sessão extraordinária, com fim exclusivo de debater a questão. A comissão formada para dar parecer sobre o assunto, incluindo representantes de Niterói e Campos, acabou por opinar favoravelmente — embora não por unanimidade — à transferência para Teresópolis, já indicada no governo Portela, e agora justificada por “sua posição central, por seu clima, pela abundância d’água para abastecê-la e pela facilidade da sua ligação com a rede de viação férrea”.³⁹

As discussões que se seguiram dividiram a representação niteroiense na ALERJ. Enquanto o deputado Belisário Augusto tomou a defesa de Niterói, embora reconhecendo a força da oposição na cidade, Alberto Torres, na condição de líder do governo na Assembléia, defendeu o parecer da comissão. Para Belisário Augusto, o resultado da mudança para Teresópolis seria “atrairmos contra nós esta honrada e laboriosa cidade de Niterói, seria atrairmos contra nós Campos, núcleo comercial do estado, seria atrairmos contra nós Vassouras”.⁴⁰ Para Alberto Torres, três poderosas razões indicavam a necessidade da mudança: o alheamento da heterogênea população de Niterói, “de pronunciada tendência industrial”, em relação aos interesses do estado, sua submissão aos interesses da vizinha capital federal e a ameaça à sua autonomia que essa proximidade representava.⁴¹ Era razoável, portanto, que o PRF projetasse transferir o centro político-administrativo do

estado para uma localidade onde pudesse exercer a plenitude de sua hegemonia política.

O parecer da comissão da ALERJ transformou-se em projeto de lei e desencadeou intensa disputa entre os interesses locais. Contamos com o apoio dos demais municípios do norte fluminense, a reivindicação campista tornou-se, além de regional, autonomista. O *Monitor Campista* chegou a veicular proposta no sentido da formação de um "estado campista", incluindo os municípios vizinhos, sob a presidência do Barão de Miracema.⁴² Ainda que tal proposta não passasse de uma forma suplementar de pressão sobre o PRF e o governo do estado, sem dúvida revelava um foco de tensão importante. Também em Vassouras, embora com expressão mais reduzida, delineou-se um movimento pelo direito de sediar a capital.⁴³

A ALERJ não recuou de sua decisão, mas a transferência da capital para Teresópolis não chegou a se realizar. De um lado, eram trabalhosas as providências de ordem material e administrativa necessárias, e, de outro, certamente o conflito de interesses em jogo retardou-a. No entanto, a eclosão da Revolta da Armada em 6 de setembro de 1893 precipitou os acontecimentos. Niterói foi palco de violentos combates, e o que é mais importante, a maioria da população local, assim como a Câmara Municipal presidida por Luís José de Meneses Fróes, apoiou os rebeldes liderados pelo almirante Custódio de Melo.⁴⁴ Diante disso, e da ameaça de bombardeio da cidade, a ALERJ decidiu transferir provisoriamente a capital não mais para Teresópolis, mas para Petrópolis,⁴⁵ base política — é bom lembrar — do presidente do estado, Porciúncula. A transferência seria consumada em fevereiro de 1894, e a volta da capital para Niterói só se efetuariia anos depois.

A insatisfação gerada pela discussão sobre a mudança da capital teve ainda outro tipo de reflexo: nas eleições realizadas ao longo de 1893 para o preenchimento de vagas abertas tanto na ALERJ quanto na Câmara Federal, o protesto contra o PRF em Campos e Vassouras traduziu-se na abstenção do eleitorado ou no boicote aberto aos candidatos apresentados pelo partido.⁴⁶ Tal postura não impediu que os candidatos oficiais fossem eleitos e diplomados. Por outro lado, o governo manteve em cargos de confiança funcionários campistas, que tampouco pediram exoneração. Este fato sugere que, mais do que o rompimento, interessava ao PRF e aos campistas algum tipo de conciliação.

As relações entre os dirigentes estaduais e campistas voltaram contudo a se deteriorar no início de 1894, quando o deputado João Quintino da Rocha Werneck, o Barão de Palmeiras, cafeicultor e representante de Paraíba do Sul, apresentou à ALERJ projeto taxando o açúcar em 5% sobre sua exportação.⁴⁷ A produção fluminense de açúcar fora taxada durante quase todo o

período imperial, mas a concorrência do açúcar nordestino justificara em fins da década de 1870 a suspensão do imposto, na época calculado em 4%.

O novo projeto naturalmente dividiu a ALERJ. A bancada da zona açucareira, correspondendo ao norte do estado, contestou-o, argumentando que a situação da lavoura canavieira era crítica e que permanecia o quadro que levava à extinção do imposto. Os representantes da área cafeeira, por seu turno, alegavam que era necessário estabelecer-se o equilíbrio entre as participações de cada zona do estado na formação da renda pública, bem como colocar o município de Campos em pé de igualdade com os demais. Ao final, iria prevalecer a emenda do deputado Barreto Durão, do município cafeeicultor de Cantagalo, que restabelecia a taxa sobre a exportação do açúcar, fixando-a porém em 3%.⁴⁶

Este episódio é significativo, na medida em que a situação financeira do estado, fortalecida pela taxação sobre a exportação do café, não justificava na época qualquer tipo de pressão fiscal. Mais do que atender a uma necessidade do governo, portanto, é provável que os representantes da zona cafeeicultora, identificados com a direção do PRF, tenham procurado submeter as lideranças campistas pela correção de sua autonomia financeira.

A nítida configuração de uma dissidência campista, mais precisamente miracemista, não impediu contudo que o PRF controlasse as eleições realizadas ao longo de 1894. O mesmo se pode dizer em relação à oposição portelista remanescente, baseada sobretudo em Niterói. Nas eleições federais de março de 1894, a comissão executiva do PRF apresentou chapa incompleta, reservando vagas à minoria, mas a oposição praticou abstenção total e as vagas foram preenchidas por candidatos identificados com a situação. Na sucessão de Porciúncula, disputada em julho seguinte, o candidato oficial Maurício de Abreu foi vitorioso em todo o estado, com exceção de Niterói, onde venceu o candidato da oposição, o ex-governador Portela.⁴⁹ Finalmente, nas eleições municipais de outubro de 1894, mais uma vez o PRF teve assegurada sua supremacia e sua coesão.

5. O CAMINHO DA CISÃO

O equilíbrio mantido pelo governo fluminense através da absorção dos conflitos locais passou a ser seriamente ameaçado quando os grupos dissidentes começaram a se articular entre si ou com facções atuantes na política nacional. Este processo teria início com a exclusão do PRF do grupo dominante de Campos e com o reconhecimento da eleição de seus representantes para a Câmara Federal em 1896.

Iniciado o governo de Maurício de Abreu em janeiro de 1895, no mês seguinte os delegados municipais do PRF reuniram-se em Petrópolis, então capital do estado, com o objetivo de discutir questões relativas à direção partidária, exercida de fato por Porciúncula, que situava acima da comissão executiva. A lista de delegados publicada pela imprensa sugere que estes não eram realmente vinculados às localidades que representavam, e que para a direção do PRF o mais importante talvez fosse garantir a presença de chefes políticos fiéis à sua orientação.

Ausente Porciúncula, recém-nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Argentina, Miguel de Carvalho comandou politicamente a reunião, indicando a mesa diretora dos trabalhos. Arthur de Sá Earp, delegado por Sapucaia, apresentou proposta no sentido de que o chefe único do partido fosse substituído durante sua permanência no exterior por uma comissão eleita por aquele plenário e integrada por 15 membros, três de cada um dos cinco distritos eleitorais em que se dividia o estado.⁵⁰

Neste momento, os delegados do 2.º distrito, sediado em Campos, assumiram uma posição que caracterizaria suas relações com a direção partidária nos anos seguintes: o questionamento da validade da chefia única. Nilo Peçanha, na condição de porta-voz do norte do estado, ainda tentou atenuar a situação, esclarecendo que não punha em dúvida os méritos pessoais de Porciúncula, mas a chefia personalizada. Opunha-se também à formação de um diretório tão amplo quanto o proposto, incapaz de ter a agilidade necessária ao desempenho de funções executivas. Como opção, propunha a elição de um diretório composto de cinco membros, representantes dos cinco distritos eleitorais.

A proposta de Sá Earp foi aprovada pelo plenário, garantindo assim a estabilidade partidária, na medida em que o grande número de membros reduzia os possíveis efeitos desagregadores que uma aliança dos representantes do 2.º distrito com outras lideranças distritais poderia produzir. Ao apresentar sua contraproposta, Nilo Peçanha assegurara que, se fosse derrotado, aceitaria a posição majoritária. De fato, tanto Nilo como seus companheiros de distrito se submeteram à maioria, mas a partir de então suas relações com a direção do PRF entraram em acelerado processo de deterioração.

Assumir uma postura abertamente oposicionista era contudo uma atitude arriscada, diante do poder concentrado pelo governo, particularmente quando se tratava de eleições em âmbito estadual. Assim é que, nas eleições dos deputados à ALERJ, em 20 de maio de 1895, os miracemistas foram incluídos na chapa do PRF, representando o 2.º distrito. A chapa oficial foi vitoriosa em todo o estado, e os miracemistas mantiveram uma atitude pru-

dente. Evitavam criticar o presidente do estado, Maurício de Abreu, e chegaram mesmo a elogiar sua mensagem à ALERJ relativa ao ano de 1896.⁵¹

Por outro lado, virtualmente impossibilitado de reduzir a influência miracemista no norte do estado, Porciúncula, já de volta ao Brasil, providenciou o alijamento daquela facção da máquina partidária, convocando para 30 de setembro de 1896, em Petrópolis, um congresso do PRF, para mais uma vez discutir a organização do diretório estadual. Na ocasião, apresentou proposta no sentido de que este fosse constituído de sete membros, eleitos trienalmente pelos delegados dos municípios após o reconhecimento dos poderes dos deputados estaduais e federais e dos senadores. A eleição seria feita por escrutínio de listas, uma por município, contendo nomes para representar cada um dos cinco distritos eleitorais e mais um deputado federal e um senador.⁵² Esta fórmula diluía por todo o estado os votos que elegeriam os dirigentes partidários, reduzindo a influência dos chefes locais.

A posição do bloco miracemista ficou bastante ameaçada pela proposta de Porciúncula, e suas tentativas de derrubá-la foram rejeitadas pelo plenário. Prevaleceu por fim a decisão de que os membros do diretório deveriam ser eleitos naquela reunião. Ouvidos os delegados, a direção do partido foi entregue a Porciúncula, Martins Torres (1.º distrito), o Visconde de Quiçamã (2.º), Miguel de Carvalho (3.º), Hermogêneo Silva (4.º) e João Barcellos (5.º).⁵³

Esta composição evidenciou a vitalidade de dupla liderança Porciúncula — Conselheiro Paulino, já que nos três primeiros distritos a chefia coube a ex-monarquistas. Assim como Miguel de Carvalho, o Visconde de Quiçamã era íntimo colaborador do Conselheiro, tendo sido o primeiro secretário do Partido Moderado em 1890. Embora Martins Torres, ex-liberal, preservasse certa autonomia em relação ao Conselheiro, era pouco simpático ao Barão de Miracema.⁵⁴ No 4.º e 5.º distritos assumiram a chefia política republicanos históricos estreitamente ligados a Porciúncula: é importante lembrar que Hermogêneo Silva era presidente da Câmara Municipal de Petrópolis, base local do chefe máximo do partido.

A derrota final dos representantes do 2.º distrito levou-os a abandonar o plenário, diferentemente do que haviam feito na reunião anterior. Nilo Peçanha anunciou que renunciava naquele momento à vaga que lhe cabia na chapa oficial de candidatos à Câmara dos Deputados, e afirmou sua disposição de concorrer pelo terço reservado à minoria.⁵⁵ Consumava-se assim o rompimento entre o PRF e a facção miracemista, que logo iria demonstrar disposição de radicalizar a situação.

A luta que se seguiu foi aberta. No plano da política local, a arma do PRF foi o controle dos cargos de nomeação estadual. Entretanto, Porciún-

cula não dispunha de boas alternativas para substituir os funcionários ligados ao Barão de Miracema, dada a inserção do grupo por ele liderado em Campos. Para reorganizar a facção governista nesse município, foi designado Alberto Bezamat, deputado geral no Império ligado aos ultraconservadores, natural de Campos mas radicado em Cantagalo, onde era fazendeiro, advogado e vizinho do Conselheiro Paulino. Bezamat foi nomeado delegado de polícia em Campos, posição na qual deveria dirigir a política local do PRF, com a missão de controlar e vencer as eleições federais marcadas para 31 de dezembro de 1896.

No plano estadual, os miracemistas tentaram, em vão, o apoio do Visconde de Quiçamã, representante do 2.º distrito no diretório do PRF.⁵⁴ Ao mesmo tempo, seus representantes na ALERJ romperam com o governo e renunciaram às comissões de que participavam. A disputa teve repercussões em nível federal, na medida em que os dois grupos se vinculavam a duas correntes políticas nacionais igualmente em conflito naquele momento: enquanto o PRF se identificava com a facção do Partido Republicano Federal liderada por Prudente de Moraes, os miracemistas ligavam-se ao grupo liderado por Francisco Glicério, que dentro do partido nacional se opunha ao presidente da República.

As eleições que se seguiram não poderiam, portanto, ter um desfecho tranquilo. Os miracemistas recusaram-se a disputar o terço reservado à minoria e apresentaram candidatos a todas as vagas correspondentes ao 2.º distrito. O PRF, por seu lado, não teve dificuldades para compor sua chapa, mesmo no 2.º distrito: Luís da Silva Castro representava Madalena, controlada pelo Conselheiro Paulino, e Eusébio de Queirós Carneiro Matoso, sobrinho do Visconde de Quiçamã, representava Macaé. Apenas Pedro Tavares estava em posição delicada, pois, a despeito de sua tradição política em Campos, teria de enfrentar a máquina miracemista.

Ao contrário do que conclui Barbosa Lima Sobrinho, que viu na eleição de 1896 apenas "Nilo Peçanha correndo isolado, sem outros recursos que o seu prestígio pessoal",⁵⁷ os miracemistas armaram-se para obter um número significativo de votos e chegar ao momento da apuração amparados por uma expectativa que dificultasse as fraudes normalmente praticadas. Teceram um acordo com seus tradicionais adversários portelistas, que indicaram João Batista Laper para o Senado e Leonel Loretto para a Câmara dos Deputados. Com a inclusão desses nomes, os miracemistas tentavam penetrar em Madalena (através de Loretto) e Cantagalo (através de Laper), maiores redutos do Conselheiro Paulino. Além disso, os miracemistas contavam com o situacionismo de São João da Barra, que controlava a maioria das mesas eleitorais do município.⁵⁸

As duas facções empenharam-se decididamente na disputa, cujos resultados, na verdade, iriam depender de articulações na área federal, já que cabia à Câmara, através de sua Comissão de Verificação de Poderes, reconhecer a eleição dos candidatos. Aliás, as injunções da política federal interferiram no próprio curso da votação. Em 10 de novembro Prudente de Moraes foi temporariamente substituído pelo vice-presidente Manuel Vitorino, que imprimiu novos rumos à política nacional, em muitos aspectos opostos aos de seu antecessor. Vitorino aproximou-se dos Jacobinos,⁶⁰ entre os quais se incluía Nilo Peçanha, que vinha se destacando na Câmara como um dos líderes da oposição a Prudente. De modo geral, o presidente interino prestigiou as facções estaduais que até sua posse faziam oposição ao governo federal. Além disso, o Partido Republicano Federal vivia naquele momento grave crise, polarizada por Prudente de Moraes e Francisco Glicério, igualmente paulista e líder da maioria na Câmara.

No Estado do Rio, os miracemistas estreitaram os laços com Manuel Vitorino e Glicério, com quem, aliás, Nilo Peçanha mantinha relações de amizade desde a época da propaganda republicana.⁶¹ Na correspondência entre ambos, Nilo Peçanha expunha com objetividade suas diferenças com o presidente licenciado: "Omite-me no Estado do Rio para agradar a Porciúncula e a Maurício de Abreu. Não concordo com o sistema."⁶² O resultado desta aproximação significou, segundo informações da imprensa, a garantia dada a Nilo por Vitorino de que o governo federal não exerceria pressões contra os dissidentes durante as eleições.⁶³ Os miracemistas procuraram também difundir através da imprensa a idéia de que estavam sendo ameaçados pelo governo estadual, para com isso provocar a intervenção federal a seu favor.⁶⁴

A manobra miracemista obteve êxito. Em fins de dezembro, a Justiça federal concedeu *habeas corpus* preventivo aos mesários que atuariam nas eleições em Campos, em geral amigos e correligionários de Nilo Peçanha. Por outro lado, a presença de tropas federais, enviadas para garantir as eleições em Campos e São João da Barra, foi interpretada pelo PRF como intervenção federal nos assuntos estaduais e provocou, em 30 de dezembro de 1896, o pedido de exoneração de Alberto Torres da pasta da Justiça. Poucos dias depois, o PRF rompeu com Manuel Vitorino.⁶⁴

A junta apuradora do 2.º distrito eleitoral, controlada pelos miracemistas, proclamou a vitória de seus candidatos e a eleição do governista Silva Castro pelo terço.⁶⁵ Os miracemistas foram beneficiados pela posição influente de Francisco Glicério no processo de reconhecimento e verificação de poderes,⁶⁶ mas o retorno de Prudente de Moraes à presidência em 4 de março de 1897 veio trazer novas forças ao PRF. Ainda assim, as articula-

ções gliceristas prevaleceram no tocante ao 2.º distrito fluminense, e a 7 de junho, por proposta da bancada mineira, os candidatos dissidentes tiveram sua vitória reconhecida por 92 votos contra 69.⁶⁷ As disputas em curso no interior do Partido Republicano Federal acabaram por conduzir à cisão do partido no final de junho, permanecendo os miracemistas, com Nilo Peçanha à frente, ao lado de Francisco Glicério, e o PRF ao lado de Prudente de Moraes.

A vitória eleitoral consolidou o miracemismo como força política estadual, não só por ter delegado aos políticos oposicionistas do norte fluminense o controle de sua representação federal, mas por ter encaminhado a aproximação com o portelismo, detentor de considerável influência política, sobretudo em Niterói. Ainda antes do reconhecimento dos eleitos, em fevereiro de 1897, tiveram início as conversações entre as duas facções no sentido de traçar uma linha de ação unitária, com a possibilidade de fusão das duas correntes.⁶⁸ No final do mês, 319 delegados municipais simpatizantes de Portela reuniram-se em Niterói, criticaram duramente o governo estadual e o paulinismo, e decidiram reorganizar o Partido Autonomista.⁶⁹ No dia 6 de março realizou-se uma reunião de miracemistas no Rio de Janeiro. Os delegados presentes deliberaram intitular-se “Partido Republicano em oposição”, mas propuseram-se atuar em conjunto com os autonomistas no combate ao governo estadual e ao paulinismo.⁷⁰

Finalmente, o acordo entre os dois grupos foi formalizado em fins de março, em documento subscrito por Francisco Portela e o Barão de Miracema. A “Liga Oposicionista” surgia com o propósito de lutar pela “sustentação da República e a guarda da Constituição e das leis na pátria brasileira, especialmente no Rio de Janeiro”.⁷¹

6. AS ÚLTIMAS VITÓRIAS DO PRF

A aproximação entre miracemistas e portelistas veio sem dúvida alterar o quadro político fluminense, após cinco anos de domínio incontestado do PRF. O poder de fogo da nova coalizão era entretanto limitado pela solidez do esquema situacionista, garantido pela sintonia entre o governo do estado e o partido oficial. Embora abalado pelo êxito da aliança de seus opositores com facções influentes na política nacional, o PRF ainda demonstraria sua força nas eleições realizadas em 1897 para o governo do estado, as câmaras municipais e a ALERJ.

A sucessão de Maurício de Abreu foi disputada em 11 de julho de 1897 por dois candidatos: Alberto Torres, do PRF, e João Batista Laper, da Liga Oposicionista. A força do partido oficial pode ser medida pelo resultado da

eleição: enquanto Alberto Torres obteve 27.884 votos, Laper recebeu apenas 5.063.⁷²

Nas eleições municipais de outubro, o PRF preparou-se para conquistar os dois principais focos de contestação à sua hegemonia, ou seja, Niterói e Campos. Não era tarefa fácil, diante do fortalecimento da oposição, mas para enfrentar a possibilidade de “duplicatas” o partido contava com o apoio do governo do estado, com a esmagadora maioria na ALERJ e com a boa vontade do presidente da República, Prudente de Morais.

O controle sobre Niterói implicava aprofundar a divisão do portelismo iniciada aliás na eleição anterior, de 1894, quando o PRF venceu o pleito ao patrocinar uma chapa que, com exceção de Martins Torres, era composta de portelistas.⁷³ Em 1897, três correntes se apresentaram para disputar a eleição para a Câmara Municipal: o PRF, tendo a seu lado os aliados de 1894, os autonomistas, e o grupo da família Fróes, autodenominado “Dissidência Republicana”. O resultado oficial foi favorável ao PRF, mas no dia da posse duas câmaras foram instaladas: a oficialmente vitoriosa, presidida por Geraldo Martins, e a da “Dissidência”, presidida pelo major Luís José de Menezes Fróes, que recorreu ao Tribunal da Relação. Decidida a anulação do pleito, nova eleição iria se realizar em março de 1898, sendo a vitória do PRF reconhecida pelo Tribunal da Relação.⁷⁴

Em Campos, as eleições foram disputadas por duas chapas: a da Liga Opositorista, integrada por tradicionais políticos da cidade e apoiada pelo Centro Operário local, e a do PRF, que tinha como única figura de relevo Abreu Lima.⁷⁵ A chapa de oposição contava com o apoio dos dois mais tradicionais órgãos da imprensa campista, o *Monitor Campista* e a *Gazeta do Povo*, enquanto a chapa do PRF era sustentada apenas pelo jornal *Segundo Distrito*, fundado três meses antes por Abreu Lima e Alberto Bezamat. A oposição contava com a vantagem de controlar a Câmara Municipal em fim de mandato e os juizes de paz, responsáveis pela apuração dos votos. Realizada a eleição, contudo, cada facção formou sua própria junta apuradora e proclamou-se vitoriosa, o que levou à instalação de duas câmaras em 1.º de janeiro de 1898, mesmo dia da posse de Alberto Torres.

Prevendo possíveis problemas de duplicatas de câmaras municipais, ao se encerrar o ano legislativo de 1897 a ALERJ aprovou projeto de lei proposto por Alberto Bezamat — a Lei n.º 373, de 21 de dezembro — que atribuía ao presidente do estado a solução provisória dos casos de dualidade, porque “a solução definitiva não poderia ser afastada da competência do Poder Judiciário, nos termos da Constituição do estado”.⁷⁶ A segurança do PRF em relação à sua própria força era grande, tanto mais que sua vitória nas eleições para a ALERJ, em 26 de dezembro, foi total: mesmo no 2.º dis-

trito os miracemistas foram absolutamente esmagados, não conseguindo fazer um representante sequer.

No entanto, como já o demonstrava a atitude de Alberto Torres no dia de sua posse, as expectativas do partido não iriam se concretizar. Ao receber os ofícios das duas câmaras de vereadores que então se instalavam em Campos, o novo presidente do estado expediu um único telegrama dirigido “ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Campos”. Como observa Barbosa Lima Sobrinho, isto “equivalia a entregar ao estafeta dos Correios e Telégrafos a decisão da dualidade”.⁷⁷ A omissão de Alberto Torres diante do chamado “segundo caso de Campos” — em contraste com sua atitude frente ao “primeiro caso”, em 1896, quando se afastou do Ministério da Justiça — iria ter consequências extremamente graves, que alterariam os rumos da política estadual.

NOTAS

1. Ver *Coleção de leis do Estado do Rio de Janeiro*, 1891.
2. *Jornal do Comércio*, 1/1/1892.
3. Idem, 25/1/1892.
4. Idem, 26/1/1892.
5. Ver quadro com os nomes dos candidatos, suas ocupações profissionais, origens políticas e municipais em Renato Luís do Couto Neto e Lemos, *A implantação da ordem republicana no Estado do Rio de Janeiro - 1889-1892*, p. 207.
6. Barbosa Lima Sobrinho, *Presença de Alberto Torres (sua vida e pensamento)*, p. 109.
7. José Honório Rodrigues, em *Conciliação e reforma no Brasil*, p. 57, explica o recurso à "conciliação" como uma demonstração da "capacidade de autodefesa" do poder econômico dominante, que precisava da "tranquilidade e da ordem para os seus negócios".
8. *Anais da Assembleia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro*, 1892, sessão de 9 de março, p. 33.
9. Ver o texto constitucional em Felisbelo Freire, *As constituições dos estados e a Constituição Federal*.
10. Para mais detalhes sobre os debates constituintes em torno desses três itens, ver Renato Luís do Couto Neto e Lemos, op. cit.
11. A Constituição de 1892, em comparação com a anterior, era de fato mais flexível e mais adequada à formalidade exigida pelo sistema representativo republicano. O reconhecimento do direito de representação das minorias políticas visava canalizar as dissensões intra-oligárquicas através de mecanismos de disputa dentro da ordem, reforçando assim a legitimidade do sistema. Este princípio, que foi lançado pela reforma eleitoral de 1875 e se tornou conhecido como "Lei do Terço", foi incorporado pela Constituição Federal de 1891 no tocante à composição da Câmara dos Deputados. Os constituintes portelistas não o adotaram, não porque estivessem excluídos do universo liberal, mas em virtude de sua fragilidade social e política. Seus adversários de então, agora no poder, estavam em posição suficientemente segura para oferecer aos oponentes, ao menos formalmente, uma parcela do poder cuja proporção seria definida em lei ordinária.
12. Ver *Monitor Campista*, 10/4/1892, e Edgar Carone, *A República Velha (evolução política)*, p. 71 e segs.
13. Ver *A República*, 19/4/1892. Ver também Miguel de Carvalho, *Organização republicana da*

Estado do Rio de Janeiro — 1889-1894, p. 75.

14. Ver José Honório Rodrigues, op. cit., cap. I: "A política de conciliação: história cruenta e incruenta", p. 29-120.

15. Decreto n.º 268, de 29 de junho de 1891.

16. Decreto n.º 269, de 29 de junho de 1891.

17. Ver Afonso de E. Taunay, *História do café no Brasil*, vol. 10, tomo 2, p. 8.

18. *Monitor Campista*, 20/9/1895.

19. Idem, 8/4/1892.

20. Idem, 20/9/1895.

21. Dunshee de Abranches, *Como se faziam presidentes: homens e fatos do início da República*, p. 332.

22. *A República*, 12/6/1892.

23. A influência monarquista se traduzia no controle político da esmagadora maioria dos municípios, distribuídos entre ex-conservadores e ex-liberais. O *Monitor Campista* de 25/12/1892 dá a relação das chefias monarquistas dos municípios fluminenses.

24. Estas informações constam de fichário organizado a partir do levantamento de atas de assembleias gerais de empresas campistas e de notícias relativas a eleições publicadas pela imprensa local.

25. Idem.

26. *O Fluminense*, 2/10/1896.

27. Ver *Monitor Campista*, 17/2/1892 e *O Fluminense*, 18/3/1892. Para uma descrição detalhada da situação, ver Edgar Carone, op. cit., p. 71 e seqs.

28. Ver *Monitor Campista*, 10/3/1893. Para uma análise da conjuntura, ver Sandra Jatahy Pesavento, *A Revolução Federalista*.

29. Para a história do Partido Republicano Federal, ver José Sebastião Witter, *Partido político, federalismo e República*.

30. Eleito deputado federal em 1890, Nilo Peçanha já tivera participação destacada na discussão do projeto de amnistia aos deoduristas processados por participação em movimentos antio-rianistas, quando assumiu posições consideradas "jacobinas", opondo-se à concessão do benefício. Quando da criação do Partido Republicano Federal, embora visse derrotadas as suas propostas, interveio objetivamente na discussão das principais questões em pauta, como o programa, a organização e o nome do partido. José Sebastião Witter, op. cit., p. 49, refere-se à sua participação nas reuniões como "uma das que mais puseram em choque os representantes federais que decidiram quanto ao destino e à orientação da agremiação".

31. Ver Renato Lessa, *A invenção republicana*, cap. 3.

32. Dunshee de Abranches, op. cit., p. 31.

33. *Monitor Campista*, 4 e 7/5/1892.

34. *O Fluminense*, 15 e 24/6/1892.

35. Idem, 15/12/1892.

36. Idem, 16/12/1892, e *Monitor Campista*, 16/12/1892. Ver também *Biografia do Dr. José Tomás da Porciúncula*, p. 71-77.

37. As informações sobre o movimento em Campos estão em *Monitor Campista*, 3, 5, 6, 8, 12, 13 e 17/1/1893.

38. Ver *O Fluminense*, 6 e 14/1/1893.

39. *Anais da ALERJ*, 1893, sessão de 14 de janeiro, p. 6 e 41.

40. Idem, sessão de 17 de janeiro, p. 9.

41. Idem, sessão de 24 de janeiro, p. 34.

42. *Monitor Campista*, 27/1/1893.

43. *Anais da ALERJ*, 1893, sessão de 20 de janeiro, p. 17.
44. *O Fluminense*, 7/9/1893. Ver também Miguel de Carvalho, op. cit., p. 95-108.
45. *Anais da ALERJ*, 1894, sessão de 5 de janeiro, p. 173.
46. Sobre o preenchimento de vagas na ALERJ, ver *O Fluminense*, 29/1/1893, e *Monitor Campista*, 28/1/1893; sobre o preenchimento de vagas na Câmara Federal, ver *Monitor Campista*, de 29/3 a 25/8/1893.
47. *Anais da ALERJ*, 1894, sessão de 27 de janeiro, p. 270.
48. Idem, sessão de 28 de agosto, p. 45.
49. Idem, p. 89-95.
50. De acordo com o Decreto n.º 153, de 3 de agosto de 1893, o Estado do Rio de Janeiro dividia-se em cinco distritos eleitorais, abrangendo cada um deles os seguintes municípios:
 - 1.º distrito — Niterói (sede), Magé, Itaboraí, Rio Bonito, Araruama, Saquarema e Maricá.
 - 2.º distrito — Campos (sede), Macaé, Madalena, São João da Barra e Itaperuna.
 - 3.º distrito — Cantagalo (sede), Pádua, São Fidélis, Itaocara, São Francisco de Paula, Duas Barras, Carmo, Friburgo e Santana do Macacu.
 - 4.º distrito — Vassouras (sede), Sapucaia, Paraíba do Sul, Pirai, Itaguaí, Iguaçu, Petrópolis e Teresópolis.
 - 5.º distrito — Resende (sede), Santa Teresa, Valença, Barra do Pirai, Barra Mansa, Rio Claro, Parati, Angra dos Reis e São João Marcos.
- Ver *O Fluminense*, 6/8/1893, e *Anais da ALERJ*, 1894, sessão de outubro, p. 217.
51. *Gazeta do Povo*, 19/9/1896.
52. *Monitor Campista*, 1/10/1896.
53. *Gazeta do Povo*, 1/10/1896.
54. *Monitor Campista*, 3/10/1896.
55. Idem.
56. As informações sobre o rompimento dos miracemistas com o PRF e os preparativos eleitorais foram obtidos em *Gazeta do Povo*, de 7/11 a 15/12/1896.
57. Barbosa Lima Sobrinho, op. cit. p. 145.
58. *Monitor Campista*, 15/12/1896.
59. Ver Dunshee de Abranches, op. cit., p. 14.
60. Idem.
61. Ver Búgido Tinoco, *A vida de Nilo Peçanha*, p. 52, citado por Barbosa Lima Sobrinho, op. cit., p. 143.
62. *Gazeta do Povo*, 15/11/1896.
63. *Monitor Campista*, 27/12/1896.
64. *Gazeta do Povo*, 8/1/1897.
65. Idem, 17/1/1897.
66. Ver Dunshee de Abranches, op. cit., p. 16-33.
67. *Monitor Campista*, 8/6/1897. De acordo com o *Segundo Distrito*, 18/9/1897, os votos mineiros foram dados por influência de Francisco Portela, representado na chapa dissidente.
68. *Gazeta do Povo*, 7/2/1897 e *Jornal do Comércio*, 10/2/1897.
69. *Monitor Campista*, 23/2/1897.
70. Carta de Joaquim José Teixeira de Faro, Barão do Rio Bonito, a Quintino Bocaiúva, Petrópolis, 7/3/1897. Arquivo Quintino Bocaiúva. Ver também *Gazeta do Povo*, 9/3/1897.
71. *Monitor Campista*, 16/4/1897.
72. *Anais da ALERJ*, 1897, p. 88.
73. *O Fluminense*, 20/10/1898.
74. Idem, 10/4 e 7/5/1898.

75. Ver as chapas em *Gazeta do Povo*, 2/10/1897, e *Segundo Distrito*, 5/10/1897.
76. Barbosa Lima Sobrinho, op. cit., p. 156.
77. Idem ib.

PARTE II

A ESCALADA DO NILISMO

CAPÍTULO 4

*CRISE E RENOVAÇÃO**

I. A CISÃO DO PRF E A FORMAÇÃO DO PRRJ

A posse de Alberto Torres em janeiro de 1898 ocorreu num momento delicado para o esquema de dominação oligárquica fluminense, que combinava conjunturas críticas nos planos econômico e político. Baseada principalmente na monocultura cafeeira, a economia do Estado do Rio começava a sentir os efeitos da queda dos preços do café no mercado mundial ocorrida em 1895-1896. Politicamente, a situação não era menos complexa: a dualidade de câmaras em Campos, num momento em que a oposição ultrapassava as fronteiras municipais ameaçando a hegemonia do PRF, exigia do presidente do estado uma definição. No entanto, as atitudes de independência assumidas por Alberto Torres iriam romper o curso harmonioso das relações entre o partido oficial e o governo do Estado, aprofundando a crise em lugar de saná-la.

A emergência praticamente simultânea da crise econômica e da crise política no Estado do Rio requer uma análise dos nexos existentes entre elas. Na realidade, a crise da economia fluminense atuou como um elemento complicador da crise política, cujas vicissitudes dificultaram por sua vez a superação dos problemas na esfera econômica. Isto só se tornaria possível com o apaziguamento da crise política, configurado no afastamento do paulinismo e na passagem do poder para o controle de um novo grupo, mais marcadamente republicano. Esse processo de realinhamento das forças políticas fluminenses, iniciado com a cisão do PRF, iria atravessar os governos

* Este capítulo é uma versão modificada do documento de trabalho de Sérgio T. N. Lamarão, "O governo Alberto Torres: renovação da elite política e tentativa de recuperação econômica". As alterações são de responsabilidade da coordenação do livro.

de Alberto Torres (1898-1900) e Quintino Bocaiúva (1901-1904) para se consolidar finalmente no governo de Nilo Peçanha.

Republicano histórico, correligionário de Porciúncula e antiportelista, Alberto Torres foi um candidato que não encontrou objeções dentro do PRF, especialmente em função do prestígio que lhe rendera sua vigorosa reação à intervenção federal em Campos nas eleições de 1896. Sua administração parecia destinada a dar continuidade ao padrão de relacionamento entre governo e partido inaugurado por Porciúncula em 1892, mas desde o início as expectativas se frustraram em função do "segundo caso de Campos". Considerando inconstitucional a Lei n.º 373, que lhe conferia atribuições judiciais, Alberto Torres eximiu-se de assumir qualquer atitude que pudesse beneficiar os vereadores eleitos pelo PRF, permitindo assim que a situação de dualidade de câmaras se prolongasse indefinidamente.

Suas dificuldades com a direção do PRF, em especial com Porciúncula, são atestadas pelas observações da imprensa oposicionista. "Por muitos atos emanados já do governo que atualmente nos rege, vê-se a disposição em que está o ilustre presidente de governar por si — sem sugestões de quem quer que seja — o estado que até hoje tem sido governado pela mais cruel das oligarquias."¹ Por seu lado, os porta-vozes do PRF negavam a existência de qualquer problema sério com o presidente do estado: "A oposição pretendeu cair nas boas graças do sr. presidente", o qual, contudo, "não se achava disposto a governar com insignificante minoria".²

Os fatores imediatos da tensão que se estabeleceu entre Alberto Torres e a direção partidária são claros: a isenção frente ao conflito municipal em Campos, ditada por seu "legalismo" diante dos pleitos municipais, e a livre nomeação da equipe de governo, sem consulta à comissão executiva do PRF. Subsiste, entretanto, uma indagação: o que teria levado um presidente de estado eleito em total harmonia com seu partido a assumir de saída atitudes com ele conflitantes? Barbosa Lima Sobrinho³ responde à pergunta apontando as características pessoais de Alberto Torres: senso do dever público, respeito à lei, antifacciosismo, desambição. O Conselheiro Paulino de Sousa e seus companheiros influentes no PRF haviam sido até uma década atrás ultraconservadores, especialmente no tocante à escravidão, enquanto Alberto Torres fora abolicionista, filho de um chefe liberal de grande projeção. Barbosa Lima conclui seu raciocínio aventando uma hipótese: "Teriam sobrado resíduos dessas lutas antigas para que viessem envenenar os novos episódios da vida política do Estado do Rio de Janeiro?"

É razoável admitir que um político jovem e com as citadas características pessoais — que aliás se salientariam nos anos seguintes, fazendo de Alberto Torres um dos mais expressivos pensadores fluminenses, de projeção nacio-

nal — fosse levado a assumir atitudes independentes em face de uma rígida máquina partidária. Tal postura, no entanto, só assumiu dimensões políticas ponderáveis porque combinou-se a uma situação de conflito real, polarizada pela disputa municipal em Campos. A recusa de Alberto Torres em interferir no caso foi percebida pela dissidência miracemista como uma brecha no esquema situacionista que lhe abria uma efetiva oportunidade de ascensão ao poder, e sem dúvida essa oportunidade foi explorada até o fim, ensejando o realinhamento total das forças políticas fluminenses.⁴

O caso de Campos alcançou seu clímax em 14 de março de 1899, quando Alberto Torres baixou o Decreto n.º 530, determinando que a Câmara Municipal cujo mandato havia findado em 1897 reassumisse provisoriamente a direção do município.⁵ Essa decisão atendia aos interesses dos miracemistas, uma vez que todos os vereadores eleitos em 1894 pertenciam à sua facção, e ao mesmo tempo colocava por terra a estratégia da cúpula do PRF que, através de Alberto Bezamat, vinha tentando minar a força da dissidência campista.

A resposta dos comandados do Conselheiro Paulino e de seus lugares-tenentes, Porciúncula e Miguel de Carvalho, foi imediata: controlando a mesa da ALERJ, convocaram uma sessão extraordinária com objetivo de afastar Alberto Torres do governo.⁶ A base para a discussão do *impeachment* foi a denúncia de vereadores campistas fiéis a Bezamat, acusando o presidente do estado de impedir o livre exercício da administração municipal de Campos e requerendo sua punição na forma da lei.⁷

O encaminhamento do processo de *impeachment*, opondo partidários e opositores de Alberto Torres, conduziu imediatamente a um impasse na Assembléia.⁸ Em meio a boatos sobre a existência de uma conspiração para depor o presidente do estado, a troca de hostilidades no interior da ALERJ prosseguiu, intensificando-se no final de abril, quando os deputados Sá Earp e Bezamat chegaram às vias de fato. Paralelamente, comentava-se que os adversários de Alberto Torres, sentindo-se ameaçados, pretendiam transferir a ALERJ para Cantagalo,⁹ o que poderia acarretar uma dualidade de assembleias. Frente a esse clima de radicalização, a mesa suspendeu as sessões durante o mês de maio. Em junho, quando os trabalhos foram retomados, constituiu-se uma Comissão de Justiça que determinou que a Câmara Municipal de Campos, presidida pelo miracemista Gesteira Passos, fosse destituída pelo presidente do estado, e fosse reconhecida a legitimidade da Câmara chefiada por Antônio Pereira Gavinho, ligado a Bezamat.¹⁰ No início de julho foi encerrada a sessão extraordinária sem que tivesse sido alterada a situação em Campos ou resolvida a questão do *impeachment*.

A sessão extraordinária da ALERJ serviu na verdade para cavar um fosso profundo entre o PRF e Alberto Torres que se alastraria da Assembleia a todas as frentes da política fluminense: ao Congresso Nacional, aos municípios e à própria estrutura partidária.

Ao longo dos anos de 1899 e 1900, os 60 deputados estaduais (12 por distrito eleitoral) iriam se distribuir entre uma maioria oposicionista, hostil a Alberto Torres e fiel ao PRF, detentora de um número variável entre 32 e 36 cadeiras, e uma minoria situacionista, fiel ao presidente do estado, que reuniu de 24 a 28 representantes. Esses números traduzem uma situação de quase equilíbrio entre os dois lados, e permitem compreender o impasse político que iria perdurar até o fim do mandato de Alberto Torres.

Quanto à distribuição dos deputados das duas facções por distrito eleitoral, convém notar que o novo situacionismo contava sobretudo com representantes do 1.º distrito, sediado em Niterói, cujo chefe político incontestável era Martins Torres, pai do presidente do estado; do 4.º distrito, sediado em Petrópolis, liderado por Hermogêneo Silva, um dos principais articuladores políticos de Alberto Torres, e do 5.º distrito, sediado em Resende, onde se destacava a figura do deputado Alberto Whately. Embora o 2.º distrito fosse o foco de oposição mais evidente ao PRF, sua representação na ALERJ não traduzia essa realidade, uma vez que os candidatos miracemistas haviam sido derrotados nas eleições de 1897. Predominavam aí, portanto, deputados fiéis ao PRF, o mesmo acontecendo no 3.º distrito, reduto de Miguel de Carvalho.

Na Câmara dos Deputados, a situação da bancada fluminense era de equilíbrio: nove deputados apoiavam Alberto Torres (entre os quais os representantes do 2.º distrito Alves de Brito, Leonel Loretto, Silva Castro e Nilo Peçanha), e oito mantinham-se fiéis ao PRF (entre os quais Júlio Veríssimo dos Santos, Agostinho Vidal Leite de Castro e Ernesto Brasília de Araújo, do 3.º distrito). No Senado, o equilíbrio se repetia: de um lado situava-se Porciúncula, de outro Manuel de Queirós Matoso Ribeiro, enquanto Quintino Bocaiuva procurava manter-se afastado da disputa.

Nos municípios, a correlação de forças era amplamente favorável a Alberto Torres. Das 48 câmaras municipais do estado, somente as de Cantagalo, Santo Antônio de Pádua e Bom Jardim declararam-se a favor do pedido de *impeachment*, 30 manifestaram-se solidárias ao presidente do estado e 15 não se pronunciaram a respeito.¹¹ Essa maciça adesão das chefias municipais ao governo estadual vinculava-se indiscutivelmente à extrema dependência das primeiras em relação ao segundo. Como afirma Barbosa Lima Sobrinho, "as forças políticas municipais procuraram, por todos os meios, fugir à oposição, o que vale dizer ao temor da autoridade policial adversa, ao

risco da exação fiscal. Onde os chefes continuavam fumes com Porciúncula, os correligionários iam passando para o partido do governo, enquanto fosse governo".¹²

Diante desse quadro, era natural que a estrutura do PRF também sofresse sérios abalos. Em maio de 1899, quatro dos seis membros da comissão executiva do partido — Martins Torres, o Visconde de Quiçamã, Hermogêneo Silva e João Francisco Barcelos — renunciaram a seus cargos, rompendo com Porciúncula e Miguel de Carvalho, que também integravam a comissão. Por iniciativa deste último, ainda em maio, nova comissão foi formada excluindo os partidários de Alberto Torres.¹³

Afastados do PRF, Alberto Torres e seus correligionários apressaram-se em formar um novo partido, consolidando definitivamente a cisão. Em 23 de julho de 1899 foi assim fundado o Partido Republicano do Estado do Rio de Janeiro (PRRJ), com uma comissão executiva composta de cinco membros, um por distrito eleitoral.¹⁴

O novo situacionismo, além de abrigar o grupo miracemista, ausente da ALERJ mas detentor de todas as cadeiras correspondentes ao 2.º distrito na Câmara dos Deputados, contava com políticos de diferentes regiões que no momento da cisão preferiram seguir Alberto Torres. Tratava-se na verdade de um agrupamento heterogêneo, formado de políticos que até pouco tempo encontravam-se em campos opostos, a começar por Alberto Torres e o Barão de Miracema. A frente anti-PRF incluía ainda o portelismo, que preferiu contudo manter-se no Partido Autonomista em lugar de aderir ao PRRJ.¹⁵

Embora PRF e PRRJ não apresentassem diferenças de natureza político-ideológica mais profundas, compartilhando ambos de interesses de classe comuns e tecendo suas redes de adesão na oligarquia rural e nas incipientes camadas médias urbanas dela dependentes,¹⁶ alguns traços distinguíam os dois partidos. O PRF, contando em suas fileiras com um grande número de políticos comprometidos com o *ancien régime* e com a escravidão, fora um continuador do paulinismo, que dominara a política fluminense desde a década de 1870. Já o PRRJ, embora abrigasse alguns ex-monarquistas notórios, como os barões de Miracema, Ipiabas e Palmeiras e o Visconde de Quiçamã, era marcado pelo republicanismo de suas lideranças mais jovens, como Alberto Torres e Nilo Peçanha.

A despeito de sua heterogeneidade, o novo partido situacionista não deixou, portanto, de representar um elemento de renovação na política fluminense, vindo colocar um ponto final a quase três décadas de domínio paulinista. Foram também suas lideranças as que primeiro se preocuparam em concretizar propostas para equacionar a crise econômica do estado através de um

intervencionismo mais direto — e até então desconhecido — do poder público, ainda que sem romper os marcos do liberalismo vigente.

2. O PROJETO ECONÔMICO-FINANCEIRO DE ALBERTO TORRES

Entre 1896 e 1903 a economia do Rio de Janeiro viveu sua quadra mais crítica em toda a República Velha. A queda dos preços internacionais do café veio pôr a nu uma crise iniciada na década de 1870, quando a cafeicultura fluminense, ressentindo-se dos problemas de oferta de mão-de-obra escrava, começou a perder terreno para São Paulo e viu sua produção decrescer gradativamente.¹⁷ A agroindústria açucareira, vivendo uma crise mais antiga do que a do café, viu também crescerem suas dificuldades, com a perda dos mercados europeu e em seguida norte-americano,¹⁸ e a concorrência da produção do Nordeste, sobretudo de Pernambuco e de Alagoas.¹⁹

O grande problema enfrentado pelos agricultores fluminenses a partir da Abolição foi o suprimento de mão-de-obra. Como a abertura de novas plantações em São Paulo requeria um numeroso contingente de trabalhadores, e como os imigrantes europeus não foram suficientes para satisfazer à demanda, os cafeicultores paulistas recorreram à força de trabalho nacional, em boa parte formada por negros libertos atraídos do Estado do Rio de Janeiro e de outros pontos do país.²⁰ Na década de 1890 o Estado do Rio caracterizou-se, assim, como uma região de emigração, vendo sua população trabalhadora transpor suas fronteiras, seduzida por melhores oportunidades não só em São Paulo como no Distrito Federal, que então atravessava um importante surto industrial.²¹ Entre 1890 e 1900, o Estado do Rio sofreu uma perda líquida de mais de 97.000 indivíduos em idade de trabalhar (maiores de 10 anos), o que correspondia a 11,35% de sua população nessa faixa etária em 1890.²²

A solução encontrada pela maioria dos proprietários de terra fluminenses para restabelecer, no contexto do "trabalho livre", o suprimento de uma força de trabalho regular, barata e disciplinada, foi o sistema de parceria.²³ Além de não pressupor salários monetários — o que lhes interessava diante da insolvência financeira em que se debatiam —, a parceria oferecia a vantagem de dividir os eventuais prejuízos entre proprietários e parceiros, mantendo intacta a dominação de classe dos primeiros.

Embora os dirigentes estaduais percebessem a necessidade de romper a dependência do estado em relação à monocultura cafeeira, pouco foi realizado nessa direção nos primeiros anos republicanos. Como a receita estadual atingia um *quantum* satisfatório graças aos preços elevados do café no mercado mundial e à arrecadação dos impostos de exportação, o governo

não manifestou intenções mais concretas de promover a diversificação agrícola.²⁴

Entretanto, a crise de 1894 da economia dos Estados Unidos, maior consumidor mundial de café, e o excesso de produção provocado pela expansão das lavouras em São Paulo, acarretaram já em 1896 uma baixa acentuada dos preços internacionais, inaugurando para a economia cafeeira um longo período de declínio.²⁵ Os efeitos deste novo quadro não tardaram a se fazer sentir no Estado do Rio. De 1895 para 1896, a arrecadação do imposto de exportação sobre o café reduziu-se em 1/4, repercutindo sobre a receita total do estado.²⁶ Daí em diante, e sobretudo a partir de 1898, apesar de ligeiras e episódicas recuperações, essa redução iria prosseguir de forma inexorável,²⁷ acarretando a ampliação dos déficits orçamentários e conseqüentemente da dívida pública estadual. A precária situação financeira teve sérios reflexos na administração, desorganizando os serviços públicos, provocando o atraso no pagamento do funcionalismo e o fechamento de escolas, e impossibilitando a prestação regular da justiça.

Diante desse quadro dramático, Alberto Torres formulou um programa de combate à crise que incluía iniciativas inovadoras e de caráter estrutural, como a difusão da pequena propriedade, o aproveitamento do trabalhador nacional e a diversificação agrícola. Procurou, também, concretizar o binômio contenção de gastos públicos-ampliação da receita, deslocando a base tributária do estado do imposto de exportação para o imposto territorial. Seu programa, ainda que aprovado pela ALERJ, esbarrou contudo na resistência surda dos grandes proprietários e não foi adiante.²⁸ Retomado por Quintino Bocaiúva, despido das propostas mais radicais, só seria efetivamente implementado na gestão de Nilo Peçanha, ainda mais esvaziado de seu conteúdo original. Num quadro de maior estabilidade política, a crise financeira seria por fim debelada com a eliminação do crônico déficit orçamentário estadual, e a crise econômica seria amenizada, graças aos resultados positivos obtidos com a diversificação da agricultura.

Alberto Torres localizava a raiz da crise econômica fluminense em dois problemas básicos e interligados: a grande propriedade e a escassez de mão-de-obra. Além de defender a difusão da pequena propriedade e o aproveitamento do trabalhador nacional, criticava a dependência em relação ao café, vendo na diversificação agrícola uma alternativa capaz de abrir novas perspectivas.²⁹

Em seu entender, o parcelamento ou a mobilização da grande propriedade poderiam ser alcançados por meio indiretos, como a redução do imposto de transmissão de propriedade *inter vivos* — como determinava a Lei n.º 396, de 18 de dezembro de 1898³⁰ — ou a instituição do imposto territo-

rial — que seria também um item importante do programa de ampliação da receita estadual. Com estas medidas, o governo oferecia na verdade duas alternativas aos proprietários: ou cultivavam suas terras, reunindo condições de pagar o tributo que sobre elas incidia, ou as alienavam, total ou parcialmente.

O Decreto n.º 522, de 22 de fevereiro de 1898, referia-se igualmente à questão fundiária, autorizando a concessão de lotes dos núcleos coloniais do estado a funcionários públicos, empregados ou operários de estabelecimentos fabris e comerciais e dos arsenais do Distrito Federal que tivessem sido dispensados de seus empregos e desejassem adquirir terras.³¹ A única iniciativa concreta nessa área foi a transformação do núcleo colonial de Vargem Alegre, em Barra do Piraí, em centro agrícola. Contudo, dos 251 lotes aí criados, apenas 58 foram vendidos até o final da administração Alberto Torres.³²

Em relação à mão-de-obra, a Lei n.º 410, de 24 de dezembro de 1898, previa que ao estado caberia “a introdução de imigrantes, nacionais e estrangeiros, quando solicitados nominalmente por lavradores fluminenses ou por parentes estabelecidos no estado”.³³ Embora aos poderes públicos coubesse apenas secundar a iniciativa dos proprietários privados, garantia-se com isso o aproveitamento efetivo da mão-de-obra recém-chegada na agricultura. Quanto à diversificação agrícola, a despeito da crença de Alberto Torres em sua conveniência, nenhum texto legal sobre a matéria chegou a ser promulgado durante seu governo.

Na tentativa de reduzir gastos e aumentar a receita, Alberto Torres lançou mão de outras medidas, propondo a supressão de órgãos da administração, o corte de pessoal e a revisão do sistema de aposentadoria. A principal inovação de sua administração foi, porém, a criação do imposto territorial, que deveria constituir a base do sistema tributário estadual. A iniciativa não era propriamente uma novidade, uma vez que desde o início do Segundo Império o imposto territorial era visto como uma alternativa ao imposto de exportação, tendo sido inclusive previsto no projeto original da Lei de Terras de 1850, mas retirado após a votação no Senado. Segundo José Murilo de Carvalho, a nova taxa, embora devesse em tese atingir um “número muito maior de pessoas, isto é, todos os proprietários rurais (...) seria muito difícil de arrecadar, em virtude sobretudo da ausência de cadastramento das propriedades”.³⁴

A proposta do imposto territorial de Alberto Torres ganhou forma de projeto de lei e foi levada à apreciação da ALERJ, ainda em 1898. Segundo o projeto, no primeiro ano seria cobrada uma taxa de 0,5% sobre o valor das terras, que aumentaria anualmente até corresponder à renda gerada pelos

impostos sobre o café e o açúcar, os quais seriam paulatinamente reduzidos até sua extinção.³⁵

O exame do projeto dominou os trabalhos da ALERJ em 1898, destacando-se os deputados André Werneck como seu maior adversário, e Barreto Durão como seu mais convicto defensor.³⁶ Apesar dos ataques de Werneck, para quem o imposto constituía uma agressão ao direito de propriedade que levaria os proprietários a aplicar seu capital em outros estados, o projeto foi aprovado, transformando-se na Lei n.º 395, de dezembro de 1898.³⁷ A cobrança do imposto não seria contudo implementada até o final do governo Alberto Torres. Além das dificuldades do próprio governo, que não dispunha de um cadastro das propriedades, pesou sem dúvida a resistência e mesmo a hostilidade dos proprietários rurais.

Tal postura não deve ter surpreendido o governo, uma vez que em janeiro de 1898 a Secretaria de Obras Públicas e Indústrias enviara um questionário às Câmaras Municipais de todo o estado, procurando saber como os proprietários encaravam a crise da agricultura e que soluções propunham.³⁸ As perguntas evidenciavam as preocupações do governo com a estrutura fundiária, a imigração e a diversificação agrícola. Analisando as respostas, Ana Maria dos Santos afirma que os fazendeiros, embora não rejeitassem o estímulo às novas culturas sugerido pelo governo, deixaram claro que voltariam ao café ao primeiro sinal de recuperação de preços.³⁹ Por isso mesmo, não viam com bons olhos o desmembramento de suas terras pela venda de lotes, e nem poderiam aprovar um imposto que os onerava.

Resta ainda uma observação: os projetos do governo aprovados pela ALERJ durante a sessão legislativa de 1898, num momento em que a cisão partidária ainda não se havia explicitado, dificilmente seriam apoiados por aqueles que em 1899 passaram a ser oposição. Ao contrário, nos dois últimos anos da gestão Alberto Torres a oposição mostrou-se refratária à cobrança de impostos previstos em leis por ela mesma aprovadas anteriormente, o que demonstra o grau de radicalização e de animosidade que passou a dominar a cena política estadual.

3. A “POLÍTICA DOS GOVERNADORES” E O AVANÇO DO PRPJ

A análise da crise política do Estado do Rio não pode deixar de lado as relações de Alberto Torres com o governo federal, chefiado a partir de novembro de 1898 por Campos Sales. A cisão do PRF não se esgotou nas fronteiras do estado, e, a exemplo das contendas travadas entre facções oligárquicas em outras unidades da federação, as partes em confronto no Estado do Rio buscaram comprometer o governo da União com suas posições.

Dentro do contexto da "política dos governadores", Alberto Torres iria obter o irrestrito apoio do novo presidente da República, para o que muito contribuiu Nilo Peçanha.

Sucessivamente reeleito deputado federal a partir de 1890, Nilo Peçanha participou da cisão do Partido Republicano Federal em 1897, mantendo-se ao lado de Francisco Glicério em oposição ao então presidente Prudente de Moraes. Acusado de envolvimento na tentativa de assassinato do presidente ocorrida em novembro daquele ano,⁴⁰ refugiou-se no interior do Estado do Rio para não ser preso, mas, com a decretação da anistia, voltou à Câmara em junho de 1898. Nesse momento já havia sido eleito para a presidência da República o então presidente de São Paulo e candidato oficial, Campos Sales, derrotando o paraense Lauro Sodré, apoiado pelos gliceristas. A despeito de suas posições anteriores, Nilo Peçanha logo aproximou-se do novo presidente, tornando-se em pouco tempo um de seus principais porta-vozes na Câmara.

Esta reviravolta na trajetória de Nilo Peçanha é explicada por seus biógrafos pelo interesse que então começava a manifestar pelas questões econômicas.⁴¹ A proposta de recuperação econômico-financeira do país defendida pelo ministro da Fazenda de Campos Sales, Joaquim Murtinho, incluindo a redução dos gastos públicos, o incremento da carga tributária, o controle central e o combate à inflação, encontrou em Nilo um partidário convicto. Endossando sem restrições o plano econômico antipopular de Murtinho, Nilo reviu posições tomadas anteriormente, como o apoio à industrialização durante o governo Floriano Peixoto⁴² e o combate ao aumento de impostos defendido por Prudente de Moraes no final de seu mandato.⁴³

No plano estadual, iniciado o governo de Alberto Torres, Nilo Peçanha não poderia ser considerado um aliado do novo presidente do estado, de quem se havia afastado por ocasião das eleições de 1896. Nos primeiros tempos, manteve-se assim na posição de atento observador da crise que se desenhava no interior do situacionismo.⁴⁴ Sua aproximação com Alberto Torres iniciou-se efetivamente com a cisão do PRF: Nilo teve participação destacada nas articulações que se sucederam, tendo sido um dos redatores do manifesto apresentado à convenção de 23 de julho de 1889, em que foi fundado o PRRJ.⁴⁵ Do ponto de vista de Alberto Torres, se durante o ano de 1898, quando as divergências no interior do PRF ainda não se haviam explicitado, Nilo não representava um aliado de peso, com a cisão partidária a situação mudou: seu papel agora era o de uma ponte importante entre o governo estadual e a presidência da República.

Por outro lado, tendo-se comprometido com os credores europeus desde a assinatura do Funding Loan, em junho de 1898, a realizar o saneamento

das finanças do país, Campos Sales temia que as rivalidades políticas internas gerassem um clima de instabilidade capaz de comprometer o êxito de seu plano econômico. Por isso mesmo, ao iniciar seu mandato, pretendeu desenvolver uma política independente dos conflitos partidários, considerando que as duas facções em que se havia dividido o Partido Republicano Federal — os “republicanos”, alinhados a Prudente de Moraes, e os “concentrados”, aliados de Francisco Glicério — não constituíam “partidos opostos, mas simplesmente (...) facções rivais, que se haviam desagregado com objetivo no governo da República”.⁴⁶

As preocupações de Campos Sales aumentaram com a aproximação do final da terceira legislatura e a possibilidade de um eventual recrudescimento das lutas nos estados, em virtude dos preparativos para o pleito de 31 de dezembro de 1899. Para evitar essas lutas, Campos Sales dirigiu-se diretamente aos chefes políticos estaduais mais importantes, e negociou com eles a modificação do regimento da Câmara no tocante à formação da Comissão de Verificação de Poderes. Na própria Câmara dos Deputados, Nilo Peçanha, Augusto Montenegro, do Pará, e Lauro Muller, de Santa Catarina, empenharam-se decisivamente na reforma do regimento.⁴⁷

A fórmula que até então havia norteado a constituição da Comissão de Verificação de Poderes determinava que, “no início da instalação da nova Câmara [i.e., durante as sessões preparatórias], o parlamentar mais idoso entre os presumidamente eleitos ocupa a presidência da casa, nomeando cinco deputados para decidir sobre a legitimidade dos mandatos dos demais”.⁴⁸ Com a reforma, a presidência da Comissão de Verificação de Poderes passava às mãos do presidente da Câmara na legislatura anterior, o que garantia a continuidade da direção política. Outra alteração importante determinava que fosse entendido por diploma “a ata geral da apuração da eleição, assinada pela maioria da Câmara Municipal competente por lei para apurá-la”.⁴⁹ Com isso, a luta em torno da diplomação passava para o âmbito do estado, favorecendo o situacionismo, uma vez que a facção oligárquica no poder contava com mais recursos para controlar as juntas apuradoras.⁵⁰

A reforma do regimento da Câmara foi aprovada em outubro de 1899 e representou uma peça fundamental para a efetivação do projeto político mais amplo de Campos Sales, que ficaria conhecido como a “política dos governadores”. Segundo este “conjunto de normas e práticas políticas informais”, em troca do apoio ao presidente da República, as facções oligárquicas dominantes em cada estado recebiam deste apoio político, favores pessoais, obras públicas etc. Garantindo a permanência e a consolidação dos grupos dominantes nos estados, a “política dos governadores” restringia por

outro lado as possibilidades de acesso ao poder das oposições, quer pela via eleitoral, quer pela violência armada.⁵¹

No Estado do Rio, o efeito imediato da “política dos governadores” foi o fortalecimento da facção de Alberto Torres, organizada no PRRJ, e o aumento do prestígio de Nilo Peçanha, cuja importância como aliado era abertamente reconhecida pelo presidente do estado.⁵²

A cooperação de Campos Sales com o situacionismo fluminense seria efetivamente explicitada no início da sessão legislativa de 1900, quando se procedeu ao reconhecimento dos eleitos em dezembro de 1899. O pleito foi disputado pelo PRF, que apresentou um nome a menos em cada um dos cinco distritos eleitorais, num total de 12 candidatos,⁵³ e o PRRJ, que lançou chapa completa, com 17 nomes.⁵⁴ Para o Senado, o PRRJ indicou Quintino Bocaiuva, que concorreu com o ex-presidente estadual Maurício de Abreu, lançado pela oposição.⁵⁵

Os primeiros resultados da eleição revelaram a nítida vantagem dos candidatos do PRRJ em todos os distritos. Como era de se esperar, a oposição denunciou a ocorrência de irregularidades.⁵⁶ Em meados de abril de 1900, às vésperas das sessões preparatórias, os candidatos do PRF receberam o apoio de quase toda a bancada paulista, que, segundo Dunshee de Abranches, teria deixado claro a Campos Sales seu empenho em que fosse concedido o terço aos “seus velhos amigos da oposição fluminense”.⁵⁷ Campos Sales, por seu lado, em reunião com o presidente de São Paulo Rodrigues Alves, afirmou que pretendia “reconhecer integralmente os candidatos da chapa Alberto Torres”.⁵⁸ No final de abril, a Comissão de Verificação de Poderes da Câmara reconheceu os diplomas de 16 deputados situacionistas e de apenas um oposicionista. No Senado, Quintino Bocaiuva teve seu diploma reconhecido.

Ao mesmo tempo em que o PRF reivindicava a revisão do veredito da Comissão, a imprensa ligada ao partido colocava em questão a “política dos governadores”, criticando abertamente o fato de o governo federal colocar em pé de igualdade as diversas oposições estaduais, sem levar em conta seus pesos políticos diferenciados.⁵⁹ No início de junho, a discussão sobre o reconhecimento dos diplomas dos deputados federais fluminenses chegou ao fim sem que o PRF tivesse sido atendido em suas pretensões. Foi apenas a partir desse momento que a sucessão de Alberto Torres ganhou espaço no debate político e no noticiário dos jornais. Temia-se que a eleição do novo presidente, marcada para 8 de julho de 1900, provocasse o recrudescimento das hostilidades entre situação e oposição.

4. QUINTINO BOCAIÚVA, UM CANDIDATO DE CONCILIAÇÃO

A sucessão de Alberto Torres começou na realidade a ser tratada nos bastidores da política fluminense em dezembro de 1899, quando Nilo Peçanha propôs ao presidente Campos Sales o lançamento da candidatura de Quintino Bocaiúva,⁶⁰ um dos "pais da República", nome nacionalmente respeitado, que apresentava a vantagem adicional de ter-se mantido alheio à cisão do PRF.⁶¹ Preocupado em evitar que incidentes políticos repercutissem negativamente na obtenção de créditos externos para o país, Campos Sales aceitou a sugestão de Nilo, "solucionando a crise fluminense com o conagraamento político em torno de uma grande figura nacional".⁶²

Antes, porém, de Nilo e Campos Sales terem articulado a indicação de Quintino, Alberto Torres havia escolhido Hermogêneo Silva para seu sucessor.⁶³ O campo oposicionista, por seu turno, não se definira por nenhum candidato, embora tivessem sido cogitados os nomes de Maurício de Abreu, Sebastião Lacerda e Paulino Soares de Sousa Júnior. A despeito da derrota sofrida nas eleições legislativas federais, o PRF dispunha ainda da maioria na ALERJ, o que lhe daria condições de garantir o reconhecimento de seu candidato. Este fato poderia dar origem a uma dualidade de governos, já que o PRRJ certamente não acataria a decisão da maioria da ALERJ, e seus deputados proclamariam a vitória de Hermogêneo Silva.

Diante desse quadro, Quintino Bocaiúva despontava como um candidato de conciliação, capaz de oferecer uma solução satisfatória à sucessão fluminense. O PRF divulgou oficialmente seu apoio à candidatura Quintino em 18 de junho de 1900, indicando ainda para a vice-presidência Oscar de Macedo Soares, Leopoldo Teixeira Leite e Bruno Nora.⁶⁴ Dois dias depois, a comissão executiva do PRRJ lançou manifesto indicando Quintino, o que implicou a retirada da candidatura de Hermogêneo Silva.⁶⁵ Quintino Bocaiúva recebeu ainda o apoio dos portelistas do Partido Autonomista.⁶⁶

Concorrendo como candidato único, Quintino foi eleito com quase 30.000 votos, tendo como vice-presidentes os deputados governistas Rangel Pestana, Pereira Lima e Antonio Fialho.⁶⁷ O principal beneficiado por esse resultado foi sem dúvida Nilo Peçanha, que, como articulador da candidatura vitoriosa, ampliou seu espaço no interior do PRRJ, em prejuízo do grupo mais diretamente ligado a Alberto Torres, comandado por Hermogêneo Silva.

Por outro lado, o fato de o PRF ter endossado a candidatura Quintino levou-o a aproximar-se do presidente eleito, na expectativa de uma participação mais efetiva na futura administração.⁶⁸ A apresentação, após a eleição, do projeto do deputado Alberto Bezamat modificando a Lei das Muni-

cialidades deve ser examinada exatamente à luz dessa política de aproximação. Tratava-se de projeto nitidamente centralizador, que reforçava as atribuições do Executivo estadual em detrimento dos municípios, e que, transformado em lei, só seria implementado na gestão de Quintino, quando o PRF poderia estar participando do governo.⁶⁹

O projeto recebeu parecer favorável de uma comissão especial da ALERJ, que promoveu pequenas alterações no texto original e elaborou um substitutivo apresentado em seguida à Assembléia. No momento da votação, a maioria oposicionista colocou-se maciçamente a favor do substitutivo, e a situação contra, acompanhando o veto de Alberto Torres, que considerou-o "inconveniente em seu conjunto e inconstitucional em algumas de suas disposições".⁷⁰ Este resultado veio apenas confirmar que o clima de animosidade entre as duas facções persistia, e era o que de fato contava para a definição da política estadual.

As eleições para as Câmaras Municipais e para a ALERJ, realizadas respectivamente, em 15 de novembro e 30 de dezembro de 1900, deixaram bem à mostra como a situação e a oposição estavam longe de um entendimento no final do governo Alberto Torres. Mais que isso, constituíram a última etapa do processo de consolidação do PRRJ na política fluminense e de alijamento da oposição.

No pleito municipal, os candidatos apoiados pelo governo estadual foram amplamente vitoriosos, inclusive nos três principais municípios do estado, Campos, Niterói e Petrópolis. Nas eleições para a ALERJ, o PRRJ apresentou os nomes de praticamente toda a bancada governista em busca de reeleição e mais um punhado de políticos, compondo uma chapa cujo principal articulador foi Nilo Peçanha.⁷¹ O PRF lançou nove candidatos por distrito, e o Partido Autonomista de Francisco Portela também se apresentou, com nove candidatos pelo 4.º distrito. Mais uma vez os oposicionistas saíram derrotados, tendo o PRF reduzido sua representação na ALERJ de mais de 30 deputados para apenas cinco.

NOTAS

1. *Gazeta do Povo*, 25/4/1898. O *Monitor Campista* sintetizaria o problema na edição de 3/12/1898: "O sr. Porciúncula acostumou-se a dominar, e sr. Alberto Torres, não tendo embo-cadura para ser dominado, o resultado é arrepiarem-se ambos e fazerem caretas uns aos ou-tros."

2. *D Tymburibá* (Resende), citado em *O Debate*, 31/7/1898.

3. Barbosa Lima Sobrinho, *Presença de Alberto Torres (sua vida e pensamento)*, p. 154-155.

4. A discussão sobre as razões das divergências entre Alberto Torres e o PRF foi extraída de Renato Luís do Couto Nelo e Lemos, "A política oligárquica no Estado do Rio de Janeiro: es-tabilidade e compromisso" (relatório de trabalho, CPDOC, 1987).

5. O Decreto n.º 530 determinava o seguinte em seu artigo 1.º: "Enquanto não for decidido definitivamente o conflito de duplicatas de vereadores e juizes de paz no município de Campos, exercerão as funções desses cargos os vereadores e juizes de paz do triênio findo em 1897" (ci-tado por Barbosa Lima Sobrinho, *op. cit.*, p. 170).

6. Para maiores detalhes, ver Barbosa Lima Sobrinho, *op. cit.*, capítulo "A tentativa de im-po-achment", p. 165-182.

7. Tratava-se da Lei Estadual n.º 9, de 1892, que estabelecia as normas para o julgamento do presidente e dos secretários de estado. Ver *Anais da ALERJ*, 1899, Sessão Extraordinária, p. 13.

8. *Idem*, p. 15, 17 e 18.

9. *O Fluminense*, 23, 25 e 26/4/1899.

10. *Segundo Distrito*, 5/5/1900.

11. Ver *Anais da ALERJ*, 1899, Sessão Extraordinária, p. 13. Até mesmo a oposição reconhe-cia o predomínio do governo nos municípios. Ver *O Fluminense*, 18/4/1899.

12. Barbosa Lima Sobrinho, *op. cit.*, p. 173.

13. A nova comissão, presidida por Maurício de Abreu e secretariada por Fonseca Portela, era composta ainda por Sebastião Lacerda (secretário de Agricultura do governo Porciúncula e de-putado federal entre 1894 e 1896), Vitorio Pareto (deputado estadual do 2.º distrito e vice-presidente da ALERJ), Paulino José Soares de Sousa Júnior (deputado federal do 5.º distrito) e o próprio Miguel Carvalho. Ver *Fluminense*, 24/5/1899.

14. Martins Torres (1.º distrito), Barão de Miracema (2.º), Augusto Pereira Lima (3.º), Barros Franco (4.º) e Alfredo Whately (5.º). Ver *O Fluminense*, 25/7/1899. Martins Torres foi esco-lhido presidente da comissão em dezembro de 1899. Ver *O Fluminense*, 2/12/1899.

15. O apoio dos portelistas à frente anti-PRF é descrito em Elísio de Araújo, *Através de meio século — notas históricas*, p. 147. Há menções a este fato em *Segundo Distrito* 1/11/1879 e *O Fluminense*, 21 e 28/12/1879.

16. A identidade de pontos de vista dos dois partidos, apesar do facciosismo reinante, foi observada pela imprensa da época. Ver por exemplo *O Fluminense*, 15/9/1900.

17. A participação do Estado do Rio no total da produção nacional de café passou de 62% em 1880 a 56% em 1881, a 59% em 1882 e 1883, continuando mais ou menos nessa proporção até 1894, quando desce súbita a 20% (Barbosa Lima Sobrinho, op. cit., p. 20). Em contrapartida, a produção paulista, que representava 25% do total nacional em 1880, pulou para 40% em 1888 e para 60% em 1902. Ver Charles Mueller, *Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo do processo de formação de políticos agrícolas no Brasil*, p. 37.

18. A expansão do açúcar de beterraba excluiu o Brasil dos mercados da Europa, principalmente o da Inglaterra, que até 1870 foi o maior consumidor de açúcar brasileiro. Esse lugar foi assumido pelos Estados Unidos até a década de 1890, quando a anexação de Porto Rico e Cuba dotou este país de áreas produtoras capazes de suprir sua demanda.

19. A lavoura canavieira no Rio de Janeiro concentrava-se no norte do estado, nos municípios de Campos — de longe o principal produtor, Macaé, São Fidélis e São João da Barra. Na virada do século, Campos produzia menos de 1/10 do total da produção nacional, proveniente em sua maior parte de Pernambuco e Alagoas. Ver *Anais da ALERJ*, 1901, p. 270-275.

20. Ver Ana Maria dos Santos, *Agricultural reform and the idea of decadence in the State of Rio de Janeiro*, p. 164. Os deputados fluminenses também se preocuparam com o êxodo de mão-de-obra para São Paulo na década de 1890 e suas repercussões na lavoura estadual. Ver *Anais da ALERJ*, 1899, Sessão Ordinária, p. 316-317, e *Anais da ALERJ*, 1900, Sessão Ordinária, p. 276.

21. Ver *Anais da ALERJ*, 1899 e 1900.

22. Ver Antônio Villanova Viçella e Wilson Suzigan, *Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945*, p. 262-265.

23. Ver Ana Maria dos Santos, op. cit., p. 164 e 191-192, e Sônia Regina de Mendonça, *A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do Estado do Rio de Janeiro*, p. 104-107.

24. Em 1895, pouco antes da crise começar a afetar o orçamento, o presidente Maurício de Abreu afirmava despreocupadamente: "As nossas futuras condições financeiras não me causam apreensões porque os nossos dignos antecessores, com a providência dos competentes (...), lançaram as bases da transformação industrial e agrícola do estado." *Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro à ALERJ*, 1895, p. 31.

25. Ver Charles Mueller, op. cit., p. 64. Entre 1885 e 1890 o preço médio do café no mercado internacional foi de 102 francos-ouro; entre 1895 e 1900, despencou para 39 francos. Ver Edgar Carone, *A República Velha: Instituições e classes sociais*, p. 34. Como o café respondia na década de 1890 por 64,5% do valor das exportações do país, a própria economia brasileira foi arrastada a uma situação extremamente grave. Ver Paul Singer, "O Brasil no contexto do capitalismo internacional, 1889-1930", p. 355.

26. Ver *Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro à ALERJ*, 1903, em *Anais da ALERJ* 1903, p. 17.

27. Idem.

28. O projeto de Alberto Torres foi esboçado em sua *Mensagem à ALERJ* de 1898. Os diferentes itens foram sistematizados e apresentados sob a forma de projetos de lei ao longo do ano. Colocados em discussão num momento em que a cisão do PRF ainda não se havia explicitado, foram aprovados pela imensa maioria da Assembleia, mas isso não garantiu sua implementação.

29. Estas idéias seriam desenvolvidas por Alberto Torres na década de 1910, quando se tornou um dos expoentes do pensamento ruralista brasileiro com a publicação das obras *A organização nacional* e *O problema nacional brasileiro* (ambas de 1914) e *As fontes da vida no Brasil* (1915). Concebendo o Brasil como um país de natureza essencialmente agrária, e opondo-se assim a qualquer velocidade industrialista. Alberto Torres situava no campo a solução de inúmeros problemas nacionais. Para uma discussão dessas teses, ver Eduardo Gomes, *Campo contra cidade: reação ruralista à crise oligárquica no pensamento político social brasileiro (1910-1935)*.
30. O texto integral da lei encontra-se em *Coleção de leis e decretos*, 1898, p. 29-32.
31. O texto do decreto foi publicado por *O Fluminense*, 2/3/1898.
32. Ver Barbosa Lima Sobrinho, op. cit., p. 31.
33. *Coleção de leis e decretos*, 1898, p. 85.
34. José Murilo de Carvalho, *Teatro de sombras: a política imperial*, p. 29.
35. *Anais da ALERJ*, 1898, p. 81.
36. Idem, p. 314, 352 e 365.
37. Para a íntegra da lei, ver *Coleção de leis e decretos*, 1898, p. 27-29.
38. O questionário é reproduzido em *Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Indústrias apresentado pelo Dr. Hermogêneo Pereira da Silva ao Dr. Alberto de Seixas Torres (Presidente do Estado)*.
39. Ver Ana Maria dos Santos, op. cit., p. 187.
40. O Segundo Distrito de 16/6/1900 acusa não só Nilo Peçanha, mas também o Barão de Miracema e seus seguidores, de terem participado do atentado contra Prudente de Moraes que vitimou o ministro da guerra, marechal Carlos Machado Bimencourt.
41. Ver Brígido Tinoco, *A vida de Nilo Peçanha*, p. 104 e Robert Russell, *Nilo Peçanha and fluminense politics: 1889-1917*, p. 74.
42. Ver Robert Russell, op. cit., p. 74.
43. Ver Celso Peçanha, *Nilo Peçanha e a revolução brasileira*, p. 64.
44. Robert Russell, op. cit., p. 78, assim descreve sua atitude: "Lembrando-se das velhas rixas entre Silva Jardim e Francisco Portela, Nilo sentia que uma luta similar iria se travar entre Porciúncula e Torres pelo controle do PRF." Se suas previsões se confirmassem, Nilo se aproximaria de Alberto Torres, político de menor tradição, o que lhe permitiria uma maior margem de manobra para atuar. Brígido Tinoco, op. cit., p. 104, vai mais além, atribuindo a Nilo a responsabilidade pelo afastamento entre Torres e Porciúncula: Nilo "atraiu Alberto Torres e cavou a cisão entre este e a corrente de Porciúncula. Maquiavelicamente, sem alardes, empreendeu a conquista do Estado do Rio".
45. Ver *O Fluminense*, 25/7/1899.
46. Manuel Ferraz de Campos Sales, *Da propaganda à presidência*, p. 235. Ver a esse respeito Maria do Carmo Campello de Sousa, "O processo político-partidário na Primeira República", p. 182.
47. Ver Edgar Carone, *A República Velha (evolução política)*, p. 177.
48. Renato Lessa, *A invenção republicana*, p. 105-107.
49. Alcindo Guanabara, *A presidência Campos Sales: política e finanças*, p. 104.
50. Idem ib., p. 105. Ver também a esse respeito *Anais da Câmara dos Deputados (1899)*, p. 574 e segs.
51. Ver Paulo Gilberto Fagundes Vizentini, *Os liberais e a crise da República*, p. 13, e Renato Lessa, op. cit.
52. Ver cartas de Alberto Torres a Nilo em 19/6, 11/7, 27/8 e sobretudo 5/9/1899. Arquivo Nilo Peçanha.
53. Nesse pleito ocorreu uma inversão na numeração do 1.º distrito, sediado em Niterói, e do

4.º distrito, sediado em Petrópolis. Tais mudanças, contudo, vigoraram por pouco tempo, já que nas eleições federais de 1903 voltou-se à antiga divisão. De acordo com o *Segundo Distrito* de 29/12/1899, a chapa do PRF era composta por: Joaquim Bernardes Dias, Leopoldo Teixeira Leite e Sebastião Lacerda (1.º distrito), Eusébio de Queirós Carneiro Matoso, Macário de Freitas e Pedro Tavares Júnior (2.º), Leite de Castro e Júlio Veríssimo dos Santos (3.º), Belisário Augusto Soares de Sousa e Luís Carlos Fróes da Cruz (4.º) e Paulino Soares de Sousa Júnior e Bruno Nora (5.º).

54. Dos 17 candidatos da chapa do PRRJ, sete tentavam a reeleição: Barros Franco Júnior e Deocleciano Alves de Sousa (1.º distrito), Nilo Peçanha, Alves de Brito e Silva Castro (2.º), Joaquim Pereira dos Santos (4.º) e Rangel Pestana (5.º). Dos dez novos candidatos, cinco foram indicados por Alberto Torres: Antônio Fialho, monsenhor João Aurelino Correia dos Santos, Martins Teixeira, Oliveira Figueiredo e Martinho Álvares de Campos. Os cinco candidatos restantes eram: Barão de Miracema (2.º distrito), Custódio de Almeida e Pereira Lima (3.º), Joaquim José de Sousa Breves e Oliveira Belo (5.º). Note-se ainda que Joaquim Pereira dos Santos foi uma indicação dos autonomistas, o que comprova a articulação da situação com o portelismo.

55. Ver *O Fluminense*, 2/12 e 23/12/1899.

56. O *Segundo Distrito* de 4/1/1900 declarava: "Nem durante a satrapia do sr. Francisco Portela chegou a tais extremos a violência, a tais delírios a fraude."

57. Dunshee de Abranches, *Como se faziam os presidentes*, p. 301.

58. Idem ib.

59. O *Segundo Distrito* de 17/5/1900 transcrevia matéria do *Jornal do Comércio* denunciando o equívoco de se "nivelar estados onde a oposição é tão forte que dispõe da maioria da Assembleia Legislativa, de quase todas as Câmaras Municipais [sic], (...) como acontece no Rio de Janeiro", por aqueles onde a oposição "nem sequer candidatos apresenta nas eleições para os cargos de governadores e presidentes". As oposições tinham força na Paraíba e em Minas Gerais, e eram extremamente débeis no Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Pernambuco, São Paulo, Alagoas e Bahia.

60. Ver Búgido Tinoco, op. cit., p. 106.

61. Ver Ciro Silva, *Quintino Bocaiuva, o Patriarca da República*, p. 142. Convém lembrar, no entanto, que Quintino reelegera-se ao Senado por indicação do PRRJ.

62. José Tolentino, *Nilo Peçanha: obra política*, p. 67-68.

63. Visando facilitar o lançamento de sua candidatura, Hernogêneo Silva renunciou ao cargo de secretário de Obras Públicas e Indústrias do Governo Alberto Torres no final de dezembro de 1899.

64. Ver *Segundo Distrito*, 24/6/1900. Na verdade, a oposição reivindicou para Miguel de Carvalho a prioridade no lançamento da candidatura Quimino. O próprio Miguel de Carvalho assegurava que fora ele, e não Campos Sales, quem primeiro apresentara esta candidatura. Ver *Segundo Distrito*, 27/7/1900, reproduzindo carta de Miguel de Carvalho ao *Jornal do Brasil*.

65. Ver *Gazeta de Petrópolis*, 23 e 26/6/1900. Para Barbosa Lima Sobrinho, op. cit., p. 189, Alberto Torres aderiu à candidatura Quimino por não ter "ambições políticas e maiores preocupações pessoais", pois, se as tivesse, "o que lhe convinha era resistir ao nome de Quintino Bocaiuva".

66. Ver *O Fluminense*, 27/6/1900.

67. Ver *Anais da ALERJ* 1900, Sessão Ordinária, p. 14.

68. A imprensa oposicionista deu grande destaque aos acordos mantidos por Quintino com Miguel de Carvalho e a cúpula do PRF. Ver *Segundo Distrito*, 8/11/1900.

69. Ver *Anais da ALERJ*, 1900, Sessão Ordinária, p. 33. De acordo com o *Segundo Distrito*,

de 14/11/1900. Quintino Bocaiúva já se teria comprometido com a reforma da Lei das Municipalidades, considerando-a “peça indispensável para o andamento do governo”.

70. *Anais da ALERJ*, Sessão Ordinária, p. 398-399.

71. Durante todo o mês de dezembro, Nilo Peçanha recebeu abundante correspondência de candidatos a candidatos. Ver Arquivo Nilo Peçanha.

*A FORMAÇÃO DO GRUPO NILISTA**

1. A TENTATIVA DE PACIFICAÇÃO

Ao iniciar seu governo no Estado do Rio em janeiro de 1901, Quintino Bocaiúva tinha uma difícil tarefa pela frente. No plano econômico-financeiro, o estado encontrava-se em situação precária, devido à acentuada e continuada queda dos preços do café; no plano político, as feridas abertas pela recente luta partidária ainda não haviam cicatrizado. Este quadro era agravado pelo fato de Quintino não ter grande vivência dos problemas fluminenses: embora tivesse representado o estado no Senado durante quase toda a década de 1890, desenvolvera sua carreira política sobretudo na capital do país, preocupando-se prioritariamente com a discussão de questões nacionais. Sua idade avançada — completou 71 anos logo após ser empossado —, seus hábitos de gabinetes e sua falta de experiência administrativa tampouco contribuíam para um bom desempenho na chefia do governo.¹

De toda forma, eleito como candidato único com o apoio das correntes políticas mais expressivas do estado, Quintino procurou colocar um ponto final no clima de radicalização dominante no triênio anterior. Seu papel conciliador ficaria mais uma vez comprovado pelo apoio dado, tanto pelo PRF como pelo PRRJ, à sua candidatura à presidência da República, lançada logo após sua posse no governo do Estado do Rio. Se o confronto entre os dois partidos foi até certo ponto superado, isto não significou porém a pacificação da política fluminense, na medida em que a disputa iria se deslocar para o interior do próprio partido situacionista. Centrado inicialmente na

* Este capítulo é uma versão modificada do documento de trabalho de Sérgio T. N. Lamarão, "O governo Quintino Bocaiúva e a escalada do nilismo". As alterações são de responsabilidade da coordenação do livro.

discussão da transferência da capital de Petrópolis para Niterói e confirmado pela discussão da reforma constitucional, o conflito iria cavar uma profunda divisão na ALERJ, opondo *grossa modo* os seguidores de Hermogêneo Silva e os de Nilo Peçanha.

Outro aspecto marcante do governo de Quintino Bocaiúva foi a participação decisiva de Nilo Peçanha, seu amigo pessoal de longa data.² A correspondência entre ambos atesta a ascendência de Nilo sobre Quintino, que não tomava uma decisão importante sem consultá-lo.³ Aproveitando habilmente o espaço que o governo Quintino lhe abria, e adotando uma estratégia que combinava, de acordo com as necessidades, confronto e conciliação, Nilo iria montar em três anos uma poderosa máquina política no Estado do Rio, que lhe permitiria, a partir de então, iniciar um longo período de dominação.

O apoio dado pelo PRF à eleição de Quintino para o governo do estado aparentemente não trouxe lucros ao partido, que não só foi fragorosamente derrotado nas eleições para a ALERJ como também não conseguiu se fazer representar na nova administração. Ainda assim, o PRF continuou interessado em manter uma aproximação, como o comprova seu empenho na candidatura do presidente fluminense à chefia do governo federal. A intenção dos oposicionistas, liderados por Miguel de Carvalho, era a de ao menos frear o processo de desgaste que o grupo vinha sofrendo desde a cisão partidária, e conservar o controle político de alguns municípios, seus tradicionais redutos. A manutenção de boas relações com o presidente do estado era essencial para atingir tal meta.

O movimento em prol da candidatura de Quimino Bocaiúva à sucessão de Campos Sales teve início nos primeiros meses de 1901, coincidindo praticamente com a inauguração de seu governo no Estado do Rio, e chegou ao fim em março de 1902, com a realização do pleito presidencial. O responsável pelo lançamento do nome de Quintino foi o enfraquecido PRF, em 1.º de março de 1901.⁴ Nesse momento o clima era de calma: a ALERJ encontrava-se em recessão, e as correntes políticas procuravam mostrar-se solidárias ao presidente recém-empossado.

A iniciativa do PRF foi logo apropriada por Nilo Peçanha, que passou a defender a candidatura Quintino junto a seus colegas da bancada fluminense e mesmo a parlamentares de outros estados. Contudo, situando-se fora do eixo São Paulo—Minas Gerais, que dominava a política nacional, o nome de Quintino não conseguiu se impor às principais lideranças do país, a começar pelo próprio Campos Sales.⁵ A falta de apoio à sua candidatura ficou amplamente demonstrada na convenção nacional realizada na capital federal em 20 de setembro de 1901, quando o paulista Rodrigues Alves e o mineiro

silviano Brandão foram indicados candidatos oficiais à presidência e à vice-presidência da República.⁶

Mesmo diante desta decisão, dias depois da convenção a ALERJ lançou um manifesto de apoio à candidatura Quintino.⁷ No início de 1902, os políticos fluminenses voltaram a se pronunciar no mesmo sentido: em 6 de fevereiro a comissão executiva do PRF lançou novo manifesto,⁸ e no dia 12 seguinte o diretório do PRRJ enviou carta a Quintino reiterando seu apoio.⁹ No entanto, conforme o previsto, Rodrigues Alves venceu a eleição de 1.^a de março, obtendo 316.248 votos contra 23.500 dados a Quintino.¹⁰

As reduzidas chances de êxito de Quintino levantam uma questão: o que teria levado Nilo Peçanha, mesmo depois da convenção nacional, a insistir numa candidatura que praticamente se tornava de oposição, sabendo-se de suas ligações com Campos Sales? Alcindo Guanabara afirma que Nilo, embora consciente "de que a corrente geral de opinião (...) inclinava-se para outro nome pretendeu (...) que ao menos em seu estado essa homenagem lhe fosse prestada, e com tal habilidade se houve que logrou ser essa candidatura amparada por todos os partidos dentro do estado".¹¹ Esta avaliação merece contudo alguns reparos.

Se, de um lado, a intenção de homenagem deixa transparecer o reconhecimento da inviabilidade da candidatura Quintino, de outro, a pretensão de que ela fosse amparada por todos os partidos deixa entrever que o propósito de Nilo Peçanha era alcançar um maior grau de coesão política no estado, em torno, naturalmente, de sua própria liderança. A eficácia dessa estratégia foi porém reduzida. Para começar, o apoio a Quintino não foi unânime, como o demonstra a adesão de Martins Torres a Rodrigues Alves.¹² Não foi este contudo o principal obstáculo ao projeto de coesão: a iniciativa de Nilo não produziu os resultados desejados devido, basicamente, ao fato de que a mobilização eleitoral coincidiu com a retomada dos debates sobre a transferência da capital.

2. A DIVISÃO DO PRRJ

A discussão da transferência da capital de Petrópolis para Niterói gerou uma nova correlação de forças na ALERJ, tornando superadas as divergências que haviam marcado os trabalhos legislativos no governo Alberto Torres. Foi a partir deste debate que se definiram os contornos do grupo nilista no interior do PRRJ, embrionário desde as eleições estaduais de 1900.

A atuação de Nilo Peçanha em favor da mudança da capital foi decisiva no episódio.¹³ Embora atuando fora da ALERJ, Nilo mantinha contatos frequentes com os deputados estaduais a ele ligados e, ao mesmo tempo, pro-

curava influenciar seus colegas de bancadas na Câmara. Seus colaboradores mais próximos eram os deputados federais Érico Coelho e Teixeira Brandão e os deputados estaduais Henrique Borges, Curvelo Cavalcanti, Elísio de Araújo e Álvares de Azevedo. Em pouco tempo outros deputados vieram se juntar a esse grupo.¹⁴

O tema da transferência da capital fora colocado em discussão na ALERJ pela última vez em novembro de 1899, quando o oposicionista Félix Moreira apresentou o projeto 1.017, que declarava Niterói capital do Estado do Rio.¹⁵ Em virtude da resistência dos situacionistas, o projeto não foi votado naquela ocasião e tampouco foi examinado na sessão legislativa de 1900, só voltando a ser discutido em 1901, por iniciativa do deputado Laurindo Pitta.¹⁶ Entre seus defensores, além dos já citados colaboradores de Nilo Peçanha, incluíram-se Geraldo Martins, Baltasar Bernardino, Oliveira Belo, Oliveira Botelho e Bulhões Carvalho.

Por outro lado, os adversários da mudança eram chefiados por aquele que seria talvez o maior prejudicado com a iniciativa, ou seja, Hermogêneo Silva, chefe político de Petrópolis e herdeiro de Alberto Torres. Este último, pouco depois de concluído seu período de governo, assumiu um assento no Supremo Tribunal Federal,¹⁷ abrindo mão com esta decisão de concorrer à vaga aberta por Quintino Bocaiuva no Senado, o que lhe permitiria continuar influenciando na política estadual.¹⁸ Seu legado passou então às mãos de Hermogêneo Silva, que, mesmo tendo sido preterido em favor de Quintino em sua pretensão ao governo do estado, voltou em grande estilo à política parlamentar no final de 1900: em novembro foi o vereador mais votado à Câmara Municipal de Petrópolis e em dezembro obteve a maior votação de seu distrito para a ALERJ. Presidente da ALERJ na sessão legislativa de 1901, liderou o chamado "grupo de Petrópolis", antimudancista, do qual faziam parte Sá Earp, Soares de Gouveia, Braga Melo, Sebastião Modesto, Sebastião Barroso, Aureliano Portugal, Rocha Werneck, Eduardo Coltrim e José Land.

Controlando os postos-chaves da mesa da Assembléia, o grupo de Petrópolis conseguiu impedir que o projeto 1.017 fosse posto em votação. Além disso, majoritários na Comissão da Guarda da Constituição, das Leis e Poderes, os antimudancistas emitiram um parecer declarando o projeto inconstitucional.¹⁹ O parecer destacava as deficiências sanitárias de Niterói e a perda de autonomia que o estado sofreria caso a capital voltasse à vizinhança do Distrito Federal, já que "Niterói é um prolongamento da rua do Ouvidor". Petrópolis, ao contrário, não apenas se localizava a uma maior distância do Distrito Federal, o que a deixava "menos exposta a (...) seus

abalos e vicissitudes", como também contava com uma infra-estrutura urbana satisfatória e era menos atingida pelas epidemias.

Embora a sessão legislativa de 1901 tenha chegado ao fim sem que o projeto 1.017 tivesse sido posto em votação, nesse momento a ALERJ já estava dividida em dois grupos equivalentes de deputados pró e contra a mudança. No primeiro semestre de 1902, com a Assembléia em recesso, mudancistas e antimudancistas procuraram fortalecer suas posições. Os primeiros, beneficiados pela participação decisiva de Nilo Peçanha, levaram a melhor, garantindo o apoio de 35 das 48 municipalidades e obtendo a convocação de uma sessão extraordinária em julho para discutir a questão. Seu fortalecimento ficou patente desde o início dos trabalhos: contando com a maioria dos deputados, ganharam o controle da mesa, que passou a ser presidida por Geraldo Martins. Na mesma ocasião, Henrique Borges tornou-se líder do governo, substituindo o antimudancista Sá Earp.

Em sua *Mensagem* à Assembléia, lida na abertura da sessão extraordinária, o próprio Quintino Bocaiuva declarou-se favorável à mudança.²⁰ Aprovado em primeira e segunda discussões, o projeto foi objeto, durante a terceira discussão, de emendas apresentadas por antimudancistas visando dificultar na prática a transferência. Tais emendas foram rejeitadas, e finalmente, nos últimos dias de julho, o líder Henrique Borges apresentou um substitutivo ao projeto. Segundo a nova versão, Niterói seria declarada capital do estado, e o presidente transferiria as repartições na medida em que julgasse conveniente.²¹ O substitutivo foi aprovado por 33 votos contra 14, com a ausência de 13 deputados, dentre os quais Hermogêneo Silva.²²

Em 4 de agosto foi promulgada a Lei n.º 542, determinando a volta da capital para Niterói.²³ A sessão legislativa ordinária de 1902 (de setembro a dezembro) já foi realizada nesta cidade, mas a mudança só se completaria em 20 de junho de 1903, com a transferência do Poder Executivo.²⁴

3. A ELEIÇÃO DE NILO PEÇANHA

O triunfo de posição mudancista no episódio da transferência da capital contribuiu para clarear os contornos do quadro político fluminense. Ao mesmo tempo em que o grupo nilista se afirmava como força hegemônica, a derrota de Hermogêneo Silva lançava-o na oposição e comprometia mais uma vez suas pretensões à presidência do estado na sucessão de Quintino Bocaiuva.²⁵

Em meados de 1902, além dos hermogenistas, os nilistas enfrentavam a oposição de dois outros grupos: os miguelistas, liderados por Miguel de Carvalho, e os toristas, chefiados por Martins Torres. As eleições para a Câmara dos Deputados, em fevereiro de 1903, e para presidente do estado, em julho se-

guinte, ofereciam aos nilistas e seus opositores uma excelente oportunidade para medirem forças, mas também para avaliarem as possibilidades de negociação. A falta de união entre as oposições e os acordos parciais estabelecidos pelos nilistas iriam beneficiar estes últimos, garantindo por fim a eleição de Nilo Peçanha.

Reunida no PRF sob a chefia de Miguel de Carvalho, a oposição miguelista, herdeira direta da coalizão que unira paulinistas e republicanos históricos e dominara a política fluminense durante quase toda a primeira década republicana, contava desde as eleições de 1900 com um número insignificante de deputados na ALERJ e com apenas um representante na Câmara dos Deputados. Ainda assim, o miguelismo conservava certa importância em alguns municípios, continuando a atuar na política local. A sobrevivência do PRF devia-se em grande parte ao prestígio político e pessoal de Miguel de Carvalho, que, com a morte de Porciúncula e do Conselheiro Paulino em 1901, assumiu de forma direta e incontente a chefia do partido.²⁶

As correntes hermogenista e torrista, ao contrário do miguelismo, estavam ambas alojadas no interior do partido situacionista, o PRRJ, e tinham uma expressão municipal bastante localizada, concentrada respectivamente em Petrópolis e Niterói. Reunindo cerca de 15 deputados estaduais, os hermogenistas desenvolviam a oposição mais sistemática e efetiva à maioria nilista. Já que o único representante torrista na ALERJ apoiou a iniciativa do governo no tocante à volta da capital para Niterói.²⁷

O período que antecedeu as eleições de fevereiro de 1903 para a Câmara dos Deputados e um terço do Senado foi marcado pela aproximação entre o situacionismo nilista e a oposição miguelista. Embora viesse consolidando seu controle sobre o estado, Nilo Peçanha sentiu necessidade de contrabalançar a oposição do grupo hermogenista e por isso mesmo manteve contatos com Miguel de Carvalho. O resultado dessas negociações, encerradas em janeiro de 1903, foi a inclusão na chapa oficial de cinco candidatos miguelistas — Belisário Augusto Soares de Sousa (1.º distrito), Alberto Bezamat (2.º), Júlio Verissimo dos Santos (3.º), Maurício de Abreu (4.º) e Paulino José Soares de Sousa (5.º). A partir daí, a sigla PRF passou a designar o partido do governo, dando a impressão de que os miguelistas teriam sido incorporados ao nilismo dominante na condição de minoria.²⁸

A abertura de espaço a antigos adversários na chapa da situação suscitou reações contrárias entre os próprios nilistas, alguns dos quais tiveram suas candidaturas preteridas e acabaram concorrendo ao pleito como avulsos.²⁹

Os hermogenistas foram totalmente excluídos da chapa oficial, enquanto os torristas indicaram representantes no 1.º distrito.³⁰ A disputa pela vaga no Senado foi travada entre o próprio Nilo Peçanha, que dessa forma preparava

sua candidatura à presidência do estado, e o ex-governador Francisco Portela, apresentado pelos torristas e apoiado por Hermogêneo Silva.³¹

Realizada em 18 de fevereiro de 1903, as eleições federais foram marcadas por violentos distúrbios em Petrópolis, que culminaram com a invasão e a destruição parcial do prédio da Câmara Municipal. O governo e o grupo hermogenista trocaram acusações, responsabilizando-se mutuamente pelos incidentes. Os resultados do pleito foram os esperados. À chapa oficial foi integralmente eleita e reconhecida, passando a bancada fluminense a abrigar cinco deputados miguelistas, em contraste com a legislatura anterior, na qual o PRF contou com apenas um representante. Para o Senado foi eleito Nilo Peçanha, derrotando por ampla margem de votos Francisco Portela.³²

Ainda antes das eleições, em 4 de fevereiro de 1903, Quintino Bocaiuva lançou oficialmente a candidatura de Nilo Peçanha à sua sucessão. Na verdade, esta candidatura era aguardada desde a eleição de Quintino, e nos anos seguintes foi apenas confirmada pela ascendência de Nilo na política estadual. Em dezembro de 1902, segundo um ritual já tradicional nos processos sucessórios, Nilo recebeu manifestações de apoio das "bases municipais".³³

Dando seguimento ao processo de formalização da candidatura Nilo, em 21 de abril de 1903, 40 deputados federais e estaduais divulgaram um manifesto de apoio, justificando sua indicação pela continuidade administrativa que seu governo representaria. Finalmente, em 17 de junho, a comissão executiva do PRF — agora legenda situacionista — confirmou o nome de Nilo e indicou, como candidatos às três vice-presidências, Oliveira Botelho, de Resende, José Caetano Alves de Oliveira, de Barra Mansa, e Francisco Marcondes Machado, de Sapucaia.

Embora houvesse indícios de que os miguelistas desejavam a eleição de Miguel de Carvalho, assim como os hermogenistas a de Hermogêneo Silva, tais candidaturas não se consolidaram. A julgar pelos resultados do pleito de julho de 1903, Nilo Peçanha concorreu praticamente sozinho, obtendo vitória esmagadora.

4. A REFORMA CONSTITUCIONAL

A reforma constitucional de 1903 representou a última etapa do processo de afirmação do grupo nilista como força hegemônica na política estadual antes de Nilo Peçanha assumir diretamente o governo. A reforma acarretou profundas alterações na Carta de 1892, tanto no que diz respeito à administração pública quanto em termos eminentemente políticos. Preconizando pesados cortes nos gastos governamentais, o que acabaria contribuindo para a recuperação do estado, as novas disposições promoveram igualmente uma acentuada centraliza-

ção do poder nas mãos do Executivo estadual, com a consequente redução das atribuições do Legislativo e do Judiciário.³⁴

A iniciativa da reforma constitucional partiu diretamente de Nilo Peçanha e seus colaboradores mais próximos. Durante o primeiro semestre de 1903, período em que também estava envolvido com a eleição para a presidência do estado, Nilo trabalhou intensamente no sentido de ganhar o apoio dos políticos fluminenses a seu projeto de alteração da Carta estadual, justificando-o pela necessidade de dinamizar a administração pública, a fim de alcançar a recuperação econômica. Esta argumentação não apresentava propriamente novidade, na medida em que desde o governo Alberto Torres tornara-se patente tal tipo de preocupação. No entanto, se o governo de Alberto Torres fora rico em proposições, ainda que sem consequências práticas, nem isso podia ser creditado à administração Quintino. Durante sua gestão o polêmico imposto territorial foi revisto e atenuado, e ainda assim permaneceu letra morta. As propostas expressas nas mensagens presidenciais anuais visando a solução da crise econômica, como a diversificação agrícola, o emprego da mão-de-obra imigrante — e não mais nacional — e a difusão da pequena propriedade tampouco alcançaram resultados concretos.³⁵ De fato, durante todo o governo Quintino, a crise econômico-financeira não fez senão se agravar.

Segundo o deputado Sebastião Barroso, Nilo e seu grupo teriam pedido às câmaras municipais que solicitassem a transformação da ALERJ em Assembléia Constituinte, a fim de que “a organização do estado pudesse ser refundida em moldes mais modestos e mais econômicos”.³⁶ Paralelamente, ainda durante o recesso da ALERJ, os nilistas formaram uma comissão composta de deputados estaduais e federais, além do próprio Nilo, com o objetivo de discutir a matéria. Nesta comissão, o deputado Leão Teixeira foi encarregado de assentar o resultado dos trabalhos num documento final.

Aberta a sessão legislativa em agosto, uma comissão nomeada pela mesa da Assembléia, formada por notórios partidários de Nilo Peçanha,³⁷ elaborou um projeto de reforma em tempo recorde, o que confirma que seu texto já estava pronto desde algum tempo. Após demorados debates em plenário, a Assembléia foi investida de poderes constituintes e em 5 de setembro deu início à discussão do projeto. A minoria hermogenista praticamente não participou dos debates, já que apenas os deputados José Land e Sá Earp tiveram uma atuação mais efetiva, criticando diversos artigos e propondo emendas. A participação da maioria também foi pequena, restringindo-se aos integrantes da comissão especial e ao líder do governo Bulhões Carvalho, além de poucos deputados que intervieram episodicamente. Maurício de Medeiros sintetizou bem esta situação ao afirmar que “o projeto da comissão foi aprovado sem que se note a influência do plenário”.³⁸

A tramitação do projeto foi de fato extremamente rápida. No dia 17 de setembro, a mesma comissão que havia elaborado o texto original apresentou um substitutivo contendo pequenas alterações, e no dia 18 a reforma foi aprovada, transformando-se na Lei n.º 600. Dos 60 deputados que compunham a Assembleia, 45 assinaram a reforma. Os 15 restantes, integrantes do chamado “grupo de Petrópolis”, recusaram-se a fazê-lo.³⁹

Nos dois anos que antecederam a reforma constitucional, a ALERJ debateu um grande número de projetos relacionados à crise econômico-financeira fluminense, muitos dos quais, ao propor a maior centralização administrativa e a redução da autonomia municipal, visavam em última análise a diminuição dos gastos públicos. Poucos desses projetos foram transformados em lei, e, por sua vez, algumas das leis aprovadas não foram implementadas. É compreensível que os deputados, tanto situacionistas como oposicionistas, tenham oposto uma resistência tenaz a esses projetos, na medida em que a contrapartida do equilíbrio orçamentário a ser obtido com o controle de despesas consistia justamente na menor disponibilidade de oferta de empregos públicos e favoritismos de toda ordem, tão caros à política clientelística.

Ao elaborar seu projeto de reforma constitucional, Nilo Peçanha e seus colaboradores puderam dispor assim de um material já acumulado e avaliar os temas mais polêmicos, evitando propor alterações como a extinção de municípios, que certamente provocaria reações. A reforma de 1903 consistiu portanto num conjunto de medidas que refletiam as tendências mais gerais do Legislativo, acrescidas de itens cuja autoria foi de responsabilidade específica dos nilistas. Eles foram capazes de perceber até onde poderiam ir, sem abrir mão, contudo, daquilo que julgavam fundamental para consolidar sua dominação política. A discussão da reforma ocorreu num momento em que Nilo era o presidente eleito do estado, prestes a tomar posse, e já contava com uma rede de adesões suficientemente extensa para garantir-lhe apoio.

O eixo da reforma constitucional de 1903 foi o fortalecimento do Executivo estadual, alcançado através do esvaziamento das atribuições do Legislativo e do Judiciário e de uma centralização administrativa que, restringindo a esfera de ação das Câmaras, afetou decisivamente a autonomia dos municípios.

Entre as alterações mais significativas trazidas pela reforma à competência do Poder Executivo destacava-se a dilatação do mandato do presidente do estado de três para quatro anos, a partir, segundo as disposições transitórias, “do período presidencial que se deve iniciar em 31 de dezembro do corrente ano”.⁴⁰ A ampliação do mandato era de grande importância para Nilo e seu grupo, que assim disporiam de mais tempo para implementar as mudanças julgadas necessárias ao estado. Outra medida relevante foi a confirmação da fusão das secretarias, efetuada em novembro de 1902, quando o secretário de Fi-

nanças, João Rodrigues Costa, foi empossado no cargo de secretário-geral. Além de representar uma redução nos gastos públicos, a fusão encerrava um aspecto político claro, no sentido da centralização.

As mudanças concernentes ao Poder Legislativo incidiram sobre diversos pontos. A redução do número de deputados de 60 para 45 e a vinculação do pagamento dos vencimentos aos dias em que os parlamentares efetivamente comparecessem à ALERJ ligavam-se diretamente à preocupação de diminuir os gastos.⁴¹ Por outro lado, o Legislativo perdeu a prerrogativa de tratar de itens do orçamento que implicassem criação de despesas, passando para a esfera do Executivo a contratação de funcionários públicos e o poder de decisão sobre o aumento de vencimentos ou a concessão de outras vantagens. Em síntese, os deputados tiveram sua margem de atuação em assuntos financeiros sensivelmente restringida, o que implicou a redução do poder de manobra da política clientelista da ALERJ.

As principais inovações introduzidas na esfera do Judiciário diziam respeito aos critérios de promoção e remoção e ao princípio de vitaliciedade dos magistrados. Todas elas restringiam na verdade a independência do Judiciário, confirmando a tendência geral da reforma, de fortalecer o Executivo. Cabia agora a este poder determinar as promoções a juiz de direito e desembargador, com base no "mérito" e não mais na antiguidade, bem como decidir transferências de magistrados que não estivessem atendendo às solicitações dos amigos locais do situacionismo.⁴² A extinção da vitaliciedade da magistratura contribuiu igualmente para envolver os juizes com as chefias políticas municipais.⁴³ Outra alteração importante foi a extinção do Tribunal de Contas, medida essa que, mais do que reduzir gastos, veio dar total liberdade de ação ao Executivo.⁴⁴

No entanto, a parte da reforma que mais atraiu as atenções da ALERJ foi a relativa à administração dos municípios. Além de extinguir as juntas distritais e as assembleias municipais, sob a alegação de que não vinham funcionando na prática, a reforma permitiu que as funções executivas, até então privativas dos presidentes das câmaras municipais, fossem exercidas por prefeitos nomeados pelo presidente do estado nos municípios em que o governo estadual fosse responsável pelo financiamento de serviços públicos como água e esgoto, iluminação pública etc., ou houvesse concedido abono ou fiança para a contratação de empréstimos.⁴⁵

Agente de confiança do presidente do estado, o prefeito encarnava a intromissão direta do Executivo estadual no município. A oposição considerou a inovação um atentado à autonomia municipal, visto que a população perderia o direito de escolher seus governantes. Um dado fundamental para a compreensão desta medida é o fato de que os municípios passíveis de so-

frer intervenção na época eram Niterói, Campos e Petrópolis, exatamente os três principais centros políticos e econômicos do estado: o governo estadual respondia em Campos e Niterói pelo pagamento dos serviços públicos prestados por companhias privadas, e era o avalista de um empréstimo contraído pela municipalidade de Petrópolis.

Se a autonomia dos municípios foi restringida, por outro lado a reforma fortaleceu os executivos locais, quer fossem chefiados por prefeitos quer por presidentes de câmaras. Os vereadores perderam a prerrogativa de criar e extinguir empregos e fixar vencimentos, e, o que é mais importante, a grande maioria de suas deliberações ficou sujeita à sanção dos governos locais.⁴⁶

Outra alteração capital no texto da Carta de 1892 foi a passagem do imposto de indústrias e profissões para os cofres do governo estadual. Arrecadado pelos municípios desde 1892, o imposto passava agora em sua maior parte (80%) para a mão do estado, até que cessassem suas dificuldades financeiras. Esta mudança entraria em vigor em 1.º de janeiro de 1904, dia seguinte ao da posse de Nilo Peçanha.

Encerrados os trabalhos da Constituinte, em 23 de setembro reiniciaram-se as sessões ordinárias da ALERJ, passando a ser debatidos diversos projetos que davam continuidade à reforma constitucional. No entanto, o reduzido comparecimento dos deputados — poucos nilistas e nenhum opositor — dificultou a realização das sessões e, por conseguinte, a votação dos projetos. A resistência da Assembléia à reforma tornou-se evidente também com a apresentação de projetos que negavam ou amenizavam as medidas já previstas. Este comportamento dos deputados foi veementemente denunciado pelo secretário-geral Abelardo de Melo, que, temendo o êxito do boicote à reforma, não hesitou em recomendar o fechamento da ALERJ.⁴⁷

Se a reforma constitucional de 1903 significou a etapa final do processo de constituição do grupo nilista, revelou também a falta de unidade interna desse grupo. Na realidade, o projeto centralizador da reforma foi idealizado pelo próprio Nilo e por um reduzido número de auxiliares, entre os quais destacaram-se Leão Teixeira e Bulhões Carvalho. A grande maioria dos nilistas era constituída de políticos sem maior identificação com a reforma, governistas por conveniência, que reagiram abertamente a algumas das propostas mais arrojadas.

NOTAS

1. Ver Ciro Silva, *Quintino Bocaiúva, o patriarca da República*, p. 143. Em pouco tempo o exercício da presidência iria representar um fardo para Quintino, como o comprova sua carta a Rodolfo Abreu, de 13/9/1901, onde declara estar "doído (...) para terminar a minha tarefa no Estado do Rio" (Arquivo Quintino Bocaiúva).

2. Quintino Bocaiúva era padrinho de casamento de Nilo Peçanha. Brígido Tinoco, em *A vida de Nilo Peçanha*, p. 116-117, destaca o fato de que "quase todas as cartas do famoso propagandista a Nilo terminavam desta maneira: 'Receba com a sra. Anita as minhas saudações cordiais e as de minha Anita. Do velho e afetuosos amigo'."

3. A correspondência pode ser encontrada nos Arquivos Nilo Peçanha e Quintino Bocaiúva.

4. Ver Ciro Silva, op. cit., p. 149.

5. Segundo Dunshoe de Abranches, em *Como se faziam presidentes*, p. 307, Campos Sales teria de início considerado ideal o nome de Quintino Bocaiúva para seu sucessor. Contudo, após uma viagem à Argentina em fins de 1900, enciumado pelas homenagens prestadas a Quintino, que o acompanhava, Campos Sales teria passado a "depreciar seu velho amigo, insinuando que seria grande desastre elevá-lo (...) à presidência da República". Em junho de 1901, em carta a João (?) transcrita por Edgar Carone em *A Primeira República (1889-1930)*, p. 109, Campos Sales afirmava: "Se colocássemos essa escolha no terreno da justiça (...) ninguém tem mais direito que Quintino Bocaiúva, que foi o maior e o mais poderoso dos apóstolos da nossa causa (...). O momento, porém, exige que além das extraordinárias qualidades que o ornaram (...) fale ainda e principalmente a de administrador, o que ele infelizmente não possui, como patenteou claramente na presidência do Rio."

6. A esse respeito ver Ciro Silva, op. cit., p. 150; Edgar Carone, *A República Velha (evolução política)*, p. 195, e Afonso Arinos de Melo Franco, *Rodrigues Alves, apogeu e declínio do presidencialismo*, p. 182. Participaram da convenção 19 estados, cada um com dois representantes. O Estado do Rio foi representado por Hermogêneo Silva e Martins Torres. O primeiro, seguindo a orientação de Nilo Peçanha, votou em Quintino, enquanto o segundo acompanhou a maioria, votando em Rodrigues Alves.

7. Ver Eduardo Silva (org.), *As idéias políticas de Quintino Bocaiúva*, p. 38.

8. *Idem ib.*, p. 39.

9. A carta, assinada pelo diretório do PPRJ — Barão de Miracema (representado por Henrique Borges), João Batista Pereira dos Santos, Alfredo Whately, Antônio Pereira Lima e Sá Earp — encontra-se no Arquivo Quintino Bocaiúva.

10. Ver Edgar Carone, op. cit., p. 195. Afonso Arinos, op. cit., p. 184 e 191, dá outros resultados: 592.039 votos para Rodrigues Alves e 52.359 para Quintino.
11. Citado por Ciro Silva, op. cit., p. 151.
12. Além de Martins Torres, o Visconde de Quiçamã e seus coneligionários também teriam trabalhado em favor de Rodrigues Alves em Macaé. Ver carta de Alfredo Backer a Nilo Peçanha em 24/12/1901. Arquivo Nilo Peçanha.
13. Diversos autores que estudaram este período da história fluminense afirmam textualmente que Nilo foi o principal articulador da transferência da capital de Petrópolis para Niterói. Ver João Barreto, *Aspectos políticos, econômicos e administrativos do Estado do Rio de Janeiro; o sr. Nilo Peçanha*, p. 21; Brígido Tinoco, op. cit., p. 115; Clodomiro Vasconcelos, *História do Estado do Rio de Janeiro*, p. 197-198.
14. Ver Elisio de Araújo, *Através de meio século*, p. 164.
15. Ver *Anais da ALERJ*, 1899, Sessão Ordinária, p. 122.
16. Ver *Anais da ALERJ*, 1901, p. 58-59.
17. Alberto Torres foi nomeado para o STF em 30 de abril de 1901 e tomou posse no mês seguinte. Ver Barbosa Lima Sobrinho, *Presença de Alberto Torres (sua vida e pensamento)*, p. 232.
18. O grupo que apoiava Alberto Torres detinha inegável força política, tanto é que o substituto de Quintino no Senado foi Rangel Pestana, um de seus seguidores. A resolução de afastar-se "inteiramente da política partidária" ao terminar o período presidencial já teria sido tomada, segundo o próprio Alberto Torres, "logo após o primeiro rompimento declarado", ou seja, em seguida à cisão do PRF. Ver carta de 30/12/1915 publicada em *A Notícia*, 13/1/1916, e citada por Barbosa Lima Sobrinho, op. cit., p. 188.
19. Ver *Anais da ALERJ*, 1901, p. 402.
20. Ver *Mensagem do presidente do estado à ALERJ*, 1902. Embora esta tenha sido a posição oficial de Quintino, Elisio Araújo, op. cit., p. 164-165, afirma que o presidente do estado era estranho ao movimento mudancista e recebeu a notícia da mudança com manifesta contrariedade.
21. *Anais da ALERJ*, 1902, p. 107.
22. Dos 14 votos contrários, todos ligados à liderança de Hermogêneo Silva, sete foram dados por representantes do 4.º distrito (agora novamente sediada em Petrópolis), quatro do 5.º distrito e três do 3.º distrito. Ver *Anais da ALERJ*, 1902, Sessão Extraordinária, p. 108.
23. *Coleção de leis e decretos...* 1902, p. 64-65.
24. Ver *Mensagem do presidente do estado à ALERJ*, 1903, p. 10.
25. Nilo Peçanha relacionava a oposição de Hermogêneo à transferência da capital e à sua pressão ao governo do estado: "O Heringênco não está tão resignado como fazia acreditar; tanto que, pleiteando a presidência, faz ao mesmo tempo a campanha de resistência à mudança." (Carta de Nilo Peçanha a Quintino Bocaiúva, 11/7/1902, Arquivo Quintino Bocaiúva).
26. Mesmo antes da morte de Porciúncula e do Conselheiro Paulino, a imprensa e as fontes em geral já se referiam aos integrantes do PRF como "miguelistas", o que revela que a ascendência de Miguel de Carvalho no interior do partido é anterior a 1901. A existência de miguelistas em municípios do centro-norte fluminense pode ser constatada pela correspondência enviada no Arquivo Nilo Peçanha. Ver, principalmente, as cartas enviadas a Nilo por Raul Bastos e Araújo Pinheiro datadas respectivamente de 15/1 e 2/9/1903.
27. O único partidário abertamente reconhecido do torrismo na ALERJ era Francisco Tavares. No entanto, ele não se comportava exatamente como oposicionista, tendo votado com a situação em momentos cruciais como a transferência da capital e a reforma constitucional. O alinhamento de Francisco Tavares a Martins Torres fica patente em pelo menos duas declarações de Tavares na Assembleia Legislativa, conforme atestam os *Anais da ALERJ* (julho de 1902),

p.22-23, *Os Anais da ALERJ*, 1903, p. 592-594. Na Câmara dos Deputados, o torrismo se fazia representar por João Batista Pereira dos Santos.

28. Ver *O Fluminense*, 18/2/1903.

29. Araújo Pinheiro (1.º distrito), Oliveira Belo (5.º distrito) e Honório Pacheco (3.º distrito), rival de Júlio Veríssimo dos Santos em Cantagalo, entre outros, lançaram-se como avulsos.

30. Martins Torres apresentou três nomes, disputando as vagas do 1.º distrito: Francisco Tavares, Luís Carlos Frões da Cruz, tradicional liderança política em Niterói e seu adversário no período imperial, e, surpreendentemente, o presidente da ALERJ, Geraldo Martins. A inclusão deste último dificulta a avaliação do real oposicionismo da corrente torrista. Se Martins permaneceu na presidência da ALERJ desde a sessão extraordinária de 1902 até o final da legislatura é porque gozava da confiança do governo e de Nilo Peçanha. O fato de estar estreitamente ligado ao mesmo tempo ao situacionismo e a Martins Torres faz supor a existência de um canal de negociação entre as duas partes.

31. Álvares de Azevedo destacou a relação entre a eleição para o Senado e para o governo estadual. "Escolhido senador pela comissão executiva, i.e., indicado à mais alta posição na chapa do partido, estás tacitamente indicado à presidência. Ninguém poderá contestá-lo." (Carta de Álvares de Azevedo a Nilo Peçanha, 23/1/1903, Arquivo Nilo Peçanha).

32. Além da maior presença da minoria, outro dado a ser destacado na representação do Estado do Rio foi o elevado índice de renovação, de quase 2/3. Reelegeram-se somente seis deputados: Júlio Veríssimo dos Santos e mais os situacionistas Luís da Silva Castro e Barão de Miracema (2.º distrito), Pereira Lima (3.º distrito) e Oliveira Figueiredo (5.º distrito), além de Pereira dos Santos (1.º distrito). O aumento numérico da oposição teria acarretado problemas ao situacionismo, comprometendo a atuação da bancada do Estado do Rio. A propósito do comportamento da "deputação miguelista" por ocasião do reconhecimento do deputado mineiro Leopoldo Correia, Honório Pacheco, em carta a Nilo, criticava-o pelo fato de ter concedido o terço à oposição: "Terias muito mais prestígio e força perante a União com uma deputação compacta ao teu lado, do que cindida como se acha a representação fluminense". (Carta de Honório Pacheco a Nilo Peçanha, 25/5/1903, Arquivo Nilo Peçanha).

33. A correspondência de Nilo em dezembro de 1902 é pródiga em cartas expressando apoio à sua candidatura.

34. O Rio de Janeiro não foi o único estado a reformar sua Constituição nesse período. Na virada do século, mais 11 estados alteraram, em grau de profundidade variável, suas Cartas constitucionais. Ver Castro Nunes, *As Constituições estaduais do Brasil*.

Um traço comum a todas essas reformas foi a redução da autonomia dos municípios. Como a Constituição federal de 1891 era extremamente vaga em relação ao tema, limitando-se a relacionar a autonomia municipal à noção de "peculiar interesse dos municípios", sem contudo definir o conceito, os estados ficaram praticamente livres para regular o assunto. Por conseguinte, cabia aos legisladores estaduais, tanto os deputados constituintes quanto aqueles no exercício do mandato ordinário, "a tarefa de discriminar as matérias e os limites da competência municipal". Ver Vilor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*, p. 82.

35. Para mais detalhes sobre a política econômico-financeira do governo Quintino Bocaiuva, ver Sergio T. N. Lamarão, "O governo Quintino Bocaiuva e a escalada do miltismo", (relatório de trabalho, CpDOC, 1987).

36. Ver *Anais da ALERJ*, 1918, p. 167. Cartas de diversas câmaras municipais, recebidas por Nilo em julho e setembro de 1903, atestam claramente seu envolvimento direto nas iniciativas das municipalidades. Seu empenho foi tão evidente que os oposicionistas o acusavam de estar agindo em causa própria. Ver a correspondência do segundo semestre de 1903 no Arquivo Nilo Peçanha.

37. Eram eles José Hipólito (presidente), Baltasar Bernardino, Soares Brandão, Raul Fernandes e Leão Teixeira (relator). Ver *Anais da ALERJ*, 1903, p. 144.
38. Maurício de Medeiros. "Sobre a história constitucional fluminense na República".
39. Formavam o "grupo de Petrópolis" Hermogêneo Silva, Sá Earp, José Land, Soares de Gouveia, Sebastião Barroso, Sebastião Modesto, Eduardo Cotrim, Gesteira Passos, Sena Campos, Aureliano Portugal, entre outros.
40. *Anais da ALERJ*, 1903, p. 144.
41. *Anais da ALERJ*, 1903, p. 141. No entanto, de acordo com o deputado Raul Rego, a segunda disposição jamais foi cumprida. Discursando em agosto de 1918, Rego afirmava que "até hoje não consta que a Assembléia (...) tenha descontado um só real dos srs. deputados". Ver *Anais da ALERJ*, 1918, p. 163.
42. Ver *Anais da ALERJ*, 1903, p. 142 e 216.
43. Sebastião Barroso afirma textualmente: "Contrariar o chefe local será a ruína para o juiz municipal no termo do quadriênio." Ver *Anais da ALERJ*, 1918, p. 171.
44. A supressão do Tribunal não teria causado uma redução das despesas, uma vez que "os seus membros, que eram vitalícios, continuaram a receber seus vencimentos integrais; todos os seus funcionários foram distribuídos pelas secretarias do estado". Ver discurso de Sebastião Barroso. *Anais da ALERJ*, 1918, p. 178.
45. A instituição de prefeitos nomeados tinha caráter provisório, voltando o município a ser comandado pelo presidente da Câmara Municipal assim que o estado deixasse de ter responsabilidades pecuniárias. Ver *Anais da ALERJ*, 1903, p. 207.
46. *Anais da ALERJ*, 1903, p. 143.
47. Ver carta de Abelardo de Melo a Nilo Peçanha em 16/11/1903. Arquivo Nilo Peçanha.

*O PROJETO POLÍTICO DE NILO PEÇANHA**

1. A POLÍTICA DE COOPTAÇÃO

Nilo Peçanha tomou posse na presidência do Estado do Rio em 31 de dezembro de 1903, em meio a um clima de relativa estabilidade e amparado por uma reforma constitucional cujos princípios serviriam de esteio a seu programa político-administrativo. Preocupado em estruturar uma máquina política sólida,¹ iria desenvolver estratégias de consolidação e fortalecimento do nilismo que incluíram a cooptação de antigas lideranças² e o desenvolvimento de programas visando a recuperação econômico-financeira do estado. Tais esforços seriam acompanhados de articulações destinadas a ampliar seu prestígio na política nacional, cujo êxito se expressaria no lançamento de sua candidatura à vice-presidência da República ao lado de Afonso Pena, na sucessão de Rodrigues Alves.

Os esforços de Nilo Peçanha e seus partidários para promover uma política de "fusão" ou de cooptação de antigos adversários registraram-se com intensidade desde o início do mandato, quando destacados elementos ligados ao governo idealizaram uma fórmula eficaz que seria claramente expressa em carta do miguelista Leopoldo Teixeira Leite a Nilo: "Só vejo um modo de consegui-la [a fusão]: abandonar a idéia lançada quando era apenas candidato, de apoiar-se nas câmaras municipais para o governo dos municípios, e francamente declarar que só serão aceitas indicações para cargos de confiança política nos municípios feitas por comissões de que façam parte representantes de todos os antigos partidos e que estão apoiando seu governo."³ Esta iniciativa explicava-se pelo fato de que, embora a maioria dos

* Este capítulo é uma versão modificada do documento de trabalho de Sílvia Pantoja, "O projeto político de Nilo Peçanha — a consolidação do nilismo". As alterações são de responsabilidade da autora.

presidentes das câmaras municipais fosse elemento afinado com o nilismo, em alguns municípios ainda havia preeminentes chefes políticos vinculados à oposição remanescente cuja adesão era interessante conquistar de forma a neutralizar conflitos.

O plano arquitetado para a consolidação do nilismo por meio da cooptação de elementos oposicionistas foi testado em três situações especialmente significativas: as negociações em torno da criação de prefeituras, a reorganização da comissão executiva do partido oficial — que no governo Nilo passou a ser mais uma vez designado pela sigla PRRJ — e as eleições estaduais e municipais de 1904.

De acordo com a reforma constitucional, o Executivo estadual poderia intervir na administração municipal nomeando prefeitos naqueles municípios em que o estado arcasse com os serviços de infra-estrutura. Dos municípios que se encontravam nessa situação — Petrópolis, Campos, Niterói e São Gonçalo —, os três primeiros não só eram os de maior representatividade política do estado, mas também importantes núcleos da oposição remanescente. Nilo Peçanha tinha portanto todo empenho em controlá-los, o que era uma questão delicada, levando-se em conta o interesse concomitante em manter uma política de conciliação.

Assim, em 2 de janeiro de 1904, antes de decretar a criação das prefeituras, Nilo conferenciou com Hermogêneo Silva acerca da conveniência da medida e do nome indicado para ocupar o cargo em Petrópolis, reduto político do hermogenismo. Segundo notícia divulgada na ocasião, Nilo teria afirmado que não se recusaria a nomear Hermogêneo Silva ou seu correligionário Soares de Gouveia, interessando-lhe apenas cumprir a lei.⁴ Não obstante, os partidários de Hermogêneo firmaram posição contra a intervenção do presidente do estado. Nilo acabou por ceder, desistindo de criar uma prefeitura no município em troca do compromisso de que Hermogêneo não deflagraria uma oposição ostensiva a seu governo. Assim, em 4 de janeiro, através dos decretos 833 e 835, foram criadas apenas as prefeituras de Campos, Niterói e São Gonçalo.

Embora abrigasse o núcleo da máquina nilista, Campos mantinha aceso um foco de oposição sob a liderança de Manuel Rodrigues Peixoto, adversário do Barão de Miracema desde os tempos da Monarquia. Interessado em conciliar as duas correntes, Nilo nomeou Rodrigues Peixoto prefeito do município, suscitando na imprensa o comentário de que, “com o apoio desses dois grupos e dos republicanos que o acompanham, que são quase todos os do Estado do Rio, vai governar o sucessor de Quintino Bocaiúva”.⁵ Os limites da estratégia de Nilo em Campos seriam contudo anunciados ainda no mês de janeiro em carta de seu correligionário João Gouveia, que acusava o

prefeito recém-nomeado de ter rompido o acordo com ele estabelecido ao nomear secretário, em seu lugar, o próprio filho.⁶ O novo prefeito tampouco foi bem aceito pelo coronel Manuel Leopoldino Almirante Porto, político de prestígio e deputado estadual do 2.º distrito, que muito iria contribuir para sua substituição, um ano depois, pelo nilista Manuel Landim.⁷

Em Niterói, ao contrário de Petrópolis e Campos, a política adotada não foi de cooptação, mas de neutralização das forças resistentes ao situacionismo. Sem poder de barganha para firmar um acordo político, Nilo procurou amortecer as rivalidades nomeando prefeito o engenheiro Paulo Ferreira Alves, elemento apolítico radicado em Petrópolis, escolhido essencialmente por suas qualidades técnicas que o capacitavam a remodelar a capital a exemplo do que ocorria na cidade do Rio de Janeiro sob a administração do prefeito Pereira Passos.⁸ A despeito de sua neutralidade política, Paulo Alves também sofreu fortes ataques por parte dos nilistas, o que acabaria por levar à sua substituição dez meses depois por Benedito Gonçalves Pereira Nunes, ex-presidente da Câmara Municipal de Campos.

Ainda que a escolha dos prefeitos de Campos e Niterói não tenha produzido a estabilidade desejada, num primeiro momento seus efeitos foram positivos, como o comprovariam as eleições de 31 de janeiro de 1904. Foi também a perspectiva desse pleito, e o desejo de compor uma chapa homogênea de candidatos à ALERJ, bem como de ampliar a estrutura partidária, que levaram Nilo Peçanha a promover a reorganização da comissão executiva do PRRJ, abrindo espaço aos representantes da oposição. Sendo a comissão executiva o órgão central dos partidos estaduais, indicador do grau de sua força e estabilidade, compreende-se o interesse dos nilistas em absorver elementos oposicionistas e transformar os conflitos em disputas intrapartidárias, garantindo assim o fortalecimento do PRRJ e a preservação do situacionismo.

Nilo Peçanha iniciou os debates sobre a reorganização da comissão executiva ainda na condição de presidente eleito, no final do governo Quintino. Alegando a proximidade das eleições de janeiro e preocupado em criar condições para o desenvolvimento de seu projeto político, já em novembro de 1903 alertava para a conveniência de absorver a facção minoritária no órgão de direção do partido. Em carta a Quintino, datada do início de dezembro, opunha-se à renovação do mandato da antiga comissão, declarando-se favorável à eleição de uma nova, que, "com o espírito de concórdia e apaziguamento, dirigirá os negócios políticos no meu quadriênio, começando por apresentar a lista de deputados ao estado em dezembro, e, tanto quanto possível, superintendendo a eleição municipal. Nessa comissão não haverá in-

conveniente da minoria antiga ter representação proporcional às suas forças, embora hoje consideravelmente reduzidas".⁹

A reestruturação da comissão executiva seria igualmente um mecanismo capaz de arrefecer os conflitos que ocorriam na bancada federal fluminense. Este propósito é evidenciado em carta enviada a Nilo pelo deputado federal do 4.º distrito Henrique Borges, para quem "a composição da comissão executiva com elementos de um e outro grupo político dará idéia de uma aliança, contrastando com a beligerância de outrora". Nesta mesma carta, Henrique Borges indicava Leopoldo Teixeira Leite, chefe miguelista de seu próprio distrito, para fazer parte a seu lado da comissão: "Não estranho que justamente o 4.º distrito dê dois representantes, um enfraquecendo o outro, e não estranho porque sei que conheces o meu ânimo tolerante e conciliador e com certeza você teve esta circunstância em mente quando assim resolveu".¹⁰

A oposição também interessava estabelecer acordos políticos e aproximar-se da situação, como forma de participar das principais decisões político-partidárias. Assim, após intrincadas negociações, em 10 de janeiro de 1904, sob a presidência de Pereira Nunes, então presidente da Câmara Municipal de Campos, reuniram-se os presidentes das câmaras municipais que haviam indicado Nilo Peçanha para o governo do estado, com o objetivo de eleger a nova comissão executiva do PRRJ.¹¹

A principal decisão relativa à reestruturação foi a de aumentar o número de membros de cinco para sete, incluindo-se dois representantes da oposição. Ao lado dos nilistas Barão de Miracema, Oliveira Botelho, Laurindo Pitta, Henrique Borges e João Batista Pereira dos Santos, foram assim escolhidos Leopoldo Teixeira Leite e Belisário Augusto Soares de Sousa. Comprovando o fato de que a composição da nova comissão havia sido previamente discutida, tendo apenas recebido aprovação formal na reunião de janeiro, João Curvelo Cavalcanti assim escreveu a Quintino Bocaiúva: "Como verá nos Jornais de Hoje, representamos ontem a nossa comédia para a eleição do diretório".¹²

As articulações que se sucederam para a composição das chapas de candidatos às eleições de 31 de janeiro, sempre visando o fortalecimento do nilismo, seguiram lógicas diferentes nas esferas municipal e estadual. Se nos municípios foi mais uma vez acionado o mecanismo da cooptação dos setores oposicionistas, com a inclusão de nomes por eles indicados nas listas de candidatos, na composição da chapa de deputados à ALERJ verificou-se o alijamento dos elementos resistentes ou pouco identificados com a situação, de forma a garantir a coesão da bancada que deveria aprovar o programa administrativo do governo. Prevendo possíveis ataques de elementos oposi-

cionistas prestes a serem expurgados do cenário político, às vésperas do pleito a comissão executiva do PRRJ justificou o não atendimento de algumas indicações alegando “a redução do número de representantes” — a reforma constitucional havia de fato reduzido de 60 para 45 o número de deputados — “e a necessidade de aconselhar, quando possível, a reeleição dos responsáveis pela reforma constitucional e pela atual situação política do estado”.¹²

Realizadas as eleições, os candidatos da chapa oficial obtiveram plena vitória, sendo excluídos da ALERJ todos aqueles que não haviam assinado a reforma constitucional. Como Petrópolis constituía o núcleo de maior resistência à aprovação da reforma, a maior renovação da bancada ocorreu no 4.º distrito, com a exclusão de Hermogêneo Silva, Sá Earp, Soares de Gouveia, José Land, Sebastião Modesto e Rocha Werneck.

Quanto às eleições municipais, mostrou-se evidente a eficácia da política de cooptação. Em Niterói, o nilismo obteve a adesão dos partidários de Martins Torres, incluindo em sua chapa três nomes por eles indicados. Em Petrópolis, embora tenha ficado sem representação na ALERJ, Hermogêneo Silva manteve seu prestígio e sua força política, obtendo o controle da Câmara Municipal, reconhecido por Nilo Peçanha a despeito dos protestos de seus próprios correligionários.¹³

Se o saldo da estratégia nilista foi positivo no tocante aos municípios e ao Legislativo estadual, o mesmo não pode ser dito em relação à tentativa de unificação da bancada federal fluminense, que abrigava uma minoria miguelista eleita em janeiro de 1903.¹⁴ A incompatibilidade entre o governo do estado e o governo federal chefiado por Rodrigues Alves, decorrente da posição assumida por Nilo na campanha sucessória de 1902 em defesa da candidatura de Quintino Bocaiuva, comprometeu a posição do Estado do Rio no quadro da “política dos governadores”, e este fato foi devidamente explorado pela oposição em suas tentativas de desestabilizar o situacionismo.

A falta de coesão da bancada federal pesou igualmente nas desinteligências ocorridas entre o estado e a União em torno de problemas econômicos, entre as quais ganhou notoriedade a disputa entre Nilo Peçanha e o ministro da Fazenda, Leopoldo Bulhões, pelo direito de exportar areias monazíticas descobertas em território fluminense. Enquanto a ALERJ lavrou, em agosto de 1904, seu protesto contra a atitude do ministro, que instituiu severas medidas de controle sobre as exportações fluminenses de forma a assegurar à União o monopólio do tório,¹⁵ o Senado presenciou séria polêmica entre o Barão de Miracema, ardoroso defensor de Nilo Peçanha, e Martins Torres, alinhado ao governo federal. Da mesma forma, na Câmara dos Deputados, conforme atesta carta de Bernardino Franco a Nilo Peçanha, ocorreu a ci-

são da bancada. "em que um grupo de deputados (os miguelistas), felizmente uma insignificante minoria, apoiando a infeliz e impatriótica política do presidente da República, (...) rompeu em franca hostilidade, apoiada pelo governo federal, ao vosso brilhante e benemérito governo".¹⁷

A desunião da representação federal fluminense foi sem dúvida estimulada pelas relações distantes entre Nilo e Rodrigues Alves. No entanto, este distanciamento não impediu que por ocasião da Revolta de Vacina, em novembro de 1904, Nilo Peçanha prontamente prestasse auxílio ao governo federal, enviando contingentes da força pública estadual para combater os revoltosos. Neste caso a adesão era indiscutível, pois com a proporção assumida pela revolta, o que estava sendo ameaçado era a própria ordem republicana.

2. OS PROGRAMAS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA

Alegando a necessidade premente de "reconstrução" do estado, Nilo Peçanha apresentou ao tomar posse um plano bem estruturado de recuperação financeira e econômica que se revestia também de forte conteúdo político, já que sua implementação ao mesmo tempo pressupunha e acarretava o fortalecimento do Executivo e conseqüentemente do nilismo. Em suas linhas gerais, o plano nilista já vinha sendo defendido desde a administração de Alberto Torres, encontrando porém resistência junto aos proprietários rurais, refratários à alteração da estrutura fundiária e do sistema tributário. Interessado em garantir o êxito de sua administração e em superar efetivamente a crise por que passava o estado, depois de preparar um clima propício através da reforma constitucional de 1903, Nilo procurou tornar seu plano mais aceitável para o conjunto dos setores dominantes evitando medidas radicais e amenizando antigas propostas. A adequação de seu programa à realidade fluminense, associada a uma conjuntura política favorável, não só iria tornar viável a superação da crise como assegurar-lhe um sucesso político-administrativo amplamente reconhecido por seus contemporâneos.

Convencido de que ao equilíbrio orçamentário seguir-se-ia o incremento da produção, Nilo Peçanha elaborou um plano de governo destinado a restaurar, em curto prazo, as finanças estaduais sem o recurso a uma operação de empréstimo que, a seu ver, "não resolvia a crise e talvez tornasse mais sombrio o dia de amanhã."¹⁸ Assim, imediatamente após a posse, promoveu uma reforma administrativa, através do Decreto 831, que suprimiu diversos cargos e repartições públicas, com cortes significativos no funcionalismo. Também como medida de economia reduziu seus próprios vencimentos, os

do secretário-geral do governo e os dos membros da magistratura. Essas iniciativas não só produziram efeito imediato no saneamento das finanças como serviram aos objetivos políticos de Nilo, ao excluir da máquina burocrática estadual elementos não-afinados com a situação.¹⁸

Concomitantemente à redução das despesas, Nilo empenhou-se em elevar a receita do estado. Para tanto programou uma reforma tributária que iria incidir sobre a produção de modo a recuperar a economia. Em defesa de seu projeto, apontou os vários inconvenientes dos impostos de exportação, lembrando que o déficit acumulado nos últimos anos havia resultado em grande parte da instabilidade da receita deles oriunda. A seu ver, a política tributária até então praticada era injusta, na medida em que impunha pesadas taxas ao setor produtivo voltado para a exportação, “uma classe cujo trabalho, direta ou indiretamente, alimenta todas as outras”, isentando por outro lado as mercadorias destinadas ao consumo interno, já favorecidas pela redução das despesas de transporte.²⁰ Retomando as idéias de Alberto Torres, Nilo considerava que a redução dos impostos de exportação poderia ser compensada pela cobrança do imposto territorial, o qual, por sua vez, forçaria ou a dinamização dos latifúndios improdutivos ou sua divisão em pequenas unidades.

Logo no primeiro dia de governo, Nilo baixou decretos reduzindo as taxas de exportação de diversos produtos, determinando o imediato levantamento das propriedades rurais e restaurando a cobrança do imposto territorial. Enquanto a lei em vigor — embora não cumprida — estipulava que o imposto deveria ser calculado com base na área e no valor venal do imóvel à razão de 1/4% do total, o novo imposto incidia apenas sobre o valor venal à razão de 3/10% de 70% do total. Se esta redução arrefeceu a antiga oposição dos donos de terras, a perspectiva de uma cobrança real suscitou protestos, quer por parte de pequenos proprietários dedicados à pecuária e à produção de subsistência, quer por parte de grandes proprietários de áreas improdutivas ou voltadas para o cultivo de produtos destinados ao consumo interno. Na medida em que não poderiam extrair nenhum benefício da redução das taxas de exportação, esses setores viam o imposto territorial como prejudicial a seus interesses objetivos.²¹ O governo, por seu turno, iria procurar apazigar as dificuldades, seja facilitando o pagamento do imposto, seja compensando os pequenos proprietários com uma política de concessão de favores.²²

Entre todas as iniciativas tomadas pelo governo para elevar a receita, no entanto, nenhuma teve maior eficácia do que a Lei 605 — prevista pela reforma constitucional — que transferiu provisoriamente dos municípios para o estado o imposto de indústrias e profissões. A lei estabelecia que o estado

repassaria às municipalidades apenas 20% da renda líquida obtida com o imposto, sob a forma de dinheiro ou de obras públicas, e dava também competência à ALERJ para, por 2/3 dos votos dos deputados presentes, decretar a reversão da renda para os municípios tão logo cessassem as dificuldades financeiras do estado. Mais uma vez os efeitos negativos da medida — evidentemente hostilizada pelas chefias locais por prejudicar a prática coronelista — seriam neutralizados pela política de cooptação, traduzida na concessão de favores e privilégios.

Este conjunto de medidas adotadas por Nilo Peçanha permitiu que em pouco tempo o estado alcançasse um equilíbrio financeiro, com o ressurgimento do crédito e a substituição do regime de déficit, que vigorava havia 11 anos, por um regime de saldos orçamentários.²³ Tal fato, amplamente explorado pelos partidários de Nilo, iria representar um triunfo importante para a concretização de seu projeto político.

Além de sanear as finanças, Nilo comprometeu-se a debelar a crise econômica que se cristalizara no estado desde meados da década de 1890, pondo em prática um conjunto de providências tendentes a amparar e estimular a produção já existente e a acionar diferentes fontes de riqueza, o que incluía a introdução de novas culturas. Na verdade, porém, o plano anunciado por Nilo iria restringir-se à proteção à cafeicultura e a algumas tentativas de desenvolver a policultura como atividade complementar e paralela ao café.

A participação da renda oriunda da exportação do café na receita do estado, calculada em 79% do total no ano de 1895, decresceu progressivamente, passando a 28,61% em 1905. Ainda que o café continuasse a manter uma posição preponderante, respondendo pela maior parte do total dos impostos de exportação arrecadados, aí também verificou-se um sensível decréscimo, de 82,24% em 1899 para 60,13% em 1905.²⁴ A crise do setor cafeeiro, aliada à incapacidade da estrutura produtiva de atender as demandas do mercado local de gêneros alimentícios básicos e à retração da capacidade de importá-los, despertou não só o interesse do governo, em promover uma política protecionista como a consciência de que cabia buscar na diversificação agrícola uma nova saída para a economia fluminense. Tal convicção veio reforçar a crença então difundida de que o futuro econômico-financeiro do Estado Rio de Janeiro estava atrelado ao desenvolvimento da lavoura, opinião esta que se vinculava por sua vez a um movimento nacional tendente a proteger a base agrária do país. Nas palavras do próprio Nilo Peçanha, “com a prosperidade da lavoura dar-se-á não apenas a liquidação das dívidas e o ressurgimento do crédito, como também a prosperidade geral”.²⁵

Desde o início de seu governo Nilo Peçanha viu intensificarem-se os pedidos de auxílio dos cafeicultores, atingidos pelos problemas decorrentes da superprodução, da queda dos preços e da crise do comércio. Naquele momento, os cafeicultores de São Paulo, principal estado produtor, também insistiam junto aos poderes públicos para que fosse adotada uma política protecionista que promovesse a valorização do produto. Endossando a posição paulista, deputados da ALERJ chegaram a apresentar propostas concretas de intervenção do estado no setor. Adepto da política contencionista de Joaquim Murinho e avesso à monocultura, Nilo manifestou reservas a esse tipo de proposta, mas, atendendo a compromissos firmados com os cafeicultores em sua plataforma de governo, adotou algumas medidas que os favoreceram, como a redução dos impostos de exportação e dos fretes. Embora esta política visasse a produção agrícola como um todo, o café, pela posição hegemônica que ocupava na economia do estado, foi especialmente beneficiado. Ainda assim, a ação de Nilo para deter o declínio progressivo do setor, cuja crise se alastrava pelos demais estados cafeeiros, foi limitada e insuficiente.

Mais do que o amparo ao café, a política econômica de Nilo Peçanha enfatizou o incentivo a novas culturas, inaugurando-se no período um programa regular e efetivo voltado para a diversificação agrícola. Tal iniciativa, proposta pela primeira vez no governo Alberto Torres, visava não só limitar a importação de produtos de primeira necessidade, como transformar o Estado do Rio em horta, celeiro e pomar do vizinho Distrito Federal, largo merecido consumidor. Mais uma vez a redução dos impostos de exportação beneficiou os produtores. A nova política tarifária adotada, estabelecendo fretes mínimos para os produtos exportados e fretes máximos para os importados, teve efeito igualmente positivo. A medida pró-diversificação agrícola de maior impacto foi sem dúvida a instituição do imposto de importação sobre produtos similares aos produzidos no estado.²⁸

Além dessas medidas oficiais, Nilo tomou várias iniciativas para promover a transformação da agricultura no estado. Usando de seu prestígio junto às chefias locais, incentivou os lavradores dos diferentes municípios a aderirem à policultura, facilitando-lhes a aquisição de instrumentos agrícolas e fornecendo-lhes gratuitamente mudas e sementes. Procedeu também à criação de estações experimentais, centros agronômicos e estabelecimentos de ensino agrícola, centralizados a partir de 1905 no Horto Botânico instalado na capital.

A despeito dos bons resultados obtidos — notadamente com as culturas de arroz, algodão e frutas, que além de garantir o abastecimento interno tiveram seus excedentes encaminhados para a exportação —, a política diver-

sificadora não conseguiu alterar fundamentalmente o quadro da economia fluminense. Na verdade, esta política se desenvolveu dentro dos parâmetros da estrutura agrícola existente, marcada pela crise do café, que impunha às demais culturas as limitações de uma atividade complementar e paralela.²⁷ Assim, se no plano financeiro Nilo obteve sucesso com a implementação de medidas consubstanciadas principalmente nas reformas administrativas e tributária, o mesmo não ocorreu em relação a seu programa de revitalização do aparelho produtivo. As medidas adotadas sem dúvida atenuaram a crise e tornaram-na administrável, mas não a solucionaram do ponto de vista estrutural.

De toda forma, o programa econômico e financeiro de Nilo Peçanha constituiu um instrumento eficaz para a consolidação do nilismo no Estado do Rio e para a projeção do presidente fluminense na esfera federal. A intensa propaganda então desenvolvida em torno do êxito de seu governo encontrou eco nos meios políticos de outros estados, e Nilo chegou a ser apontado como modelo de administrador arrojado e capaz.

3. O PROJETO DE AFIRMAÇÃO NACIONAL

O redobrado empenho do situacionismo fluminense em defender a imagem de Nilo Peçanha, como chefe político respeitado e administrador eficiente, visava sem dúvida projetá-lo nacionalmente de modo a assegurar-lhe um maior trânsito na esfera federal para que assim pudesse representar melhor os interesses do Estado do Rio. No contexto da política dos governadores, tal intento era por si só extremamente ambicioso e contribuiu para esfriar ainda mais as relações entre Nilo e Rodrigues Alves. Apesar disso, o real prestígio de Nilo, aliado ao conturbado clima político no qual foi escolhido o candidato à sucessão presidencial, acabariam por garantir-lhe a eleição para vice-presidente da República.

Os resultados obtidos por Nilo em seu governo no Estado do Rio eram elogiados não só por seus correligionários mas também por políticos de outros estados, que o apontavam como administrador exemplar. Há informações de que muitas de suas iniciativas destinadas a recuperar a economia fluminense estavam sendo seguidas pelo governo da Bahia e coincidiam em grande parte com as adotadas em Pernambuco. Outro fato indicativo de seu amplo prestígio foi o apelo do representante do Centro Econômico do Rio Grande do Sul para que enviasse o conjunto de seus atos, leis e decretos, os quais serviriam de modelo para o programa a ser implementado por aquele órgão.²⁸ Finalmente, em meio à correspondência contida em seu arquivo, são freqüentes as alusões à sua aptidão para exercer o governo federal.

como o comprova esta carta proveniente de Barbacena: "Todos aqui já o apontam como um modelo acabado de chefe de Estado, digno de ser imitado pelos demais e bater o record no esforço patriótico em que estão empenhados alguns governadores em salvar a crise financeira em que se debatem todos os estados da União."²⁹

A pretensão à presidência da República, a despeito da posição de estado de segunda grandeza ocupada pelo Rio de Janeiro, talvez explique a iniciativa de Nilo Peçanha de promover, em setembro de 1904, um Congresso dos Governadores. O encontro, para o qual foram convidados 19 presidentes de estado, tinha como objetivo aparente a definição de uma "reforma das leis de processo, no sentido de se estabelecer a sua unificação em toda a República".³⁰ Embora a reunião não tenha sido realizada, possivelmente por pressões do governo federal, é significativo o comentário estampado na imprensa na ocasião: "Ou muito nos enganamos, ou o final do Congresso dos Governadores será a aclamação unânime dessa candidatura (...) que é a única capaz de não precisar ser imposta ao eleitorado."³¹ A candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República não passou porém de conjectura, devido à ausência de respaldo na área federal.

A escolha do candidato à sucessão de Rodrigues Alves, nas eleições marcadas para 1.º de março de 1906, levantou celeumas e contestações entre as forças partidárias estaduais, que se rebelaram contra a supremacia de São Paulo na indicação dos presidentes da República, como vinha acontecendo até então. Incitadas por Pinheiro Machado, preeminente político gaúcho e vice-presidente do Senado desde 1902, essas forças questionaram a interferência de Rodrigues Alves na escolha de seu sucessor, por considerarem-na "o maior dos atentados à pureza do regime republicano".³² Sempre sob a liderança de Pinheiro Machado, as situações estaduais organizaram-se em uma coligação conhecida como "Bloco", "cuja principal finalidade era reivindicar para si próprias a indicação dos candidatos à presidência da República."³³

Após levantar estrategicamente a candidatura do ex-presidente Campos Sales, que desagradou a Rodrigues Alves e dividiu os paulistas, Pinheiro Machado uniu-se a destacados líderes mineiros e cavou a separação entre Minas e São Paulo. Em julho de 1905, através de um entendimento entre mineiros, gaúchos e baianos, chegou-se a um consenso em torno da indicação de Afonso Pena, vice-presidente de Rodrigues Alves. Com a convergência de todos os esforços para a candidatura mineira, o presidente não teve outra saída senão apoiar seu vice e interferir para que São Paulo fizesse o mesmo.

nome, hoje patrimônio nacional. fique preservado, sobretudo indo você ocupar (...) o alto cargo para o qual foi eleito." 38

NOTAS

1. Entendemos por "máquina política" uma organização político-partidária centralizada e estável, de cunho essencialmente clientelístico, que visa a consolidar o poder através da mobilização do apoio eleitoral. Essa organização usa incentivos e recompensas materiais para conquistar e manter a lealdade de seus quadros, bem como a fidelidade do conjunto mais amplo de seus seguidores e adeptos. Esta definição baseia-se nas concepções de Harold F. Gosnell e James Q. Wilson citadas por Ely Diniz em *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo do Rio de Janeiro*.

2. Com base na definição elaborada por Simon Schwartzman, entendemos por cooptação o mecanismo de participação de determinados segmentos sociais estrategicamente promovidos pelo Estado, de acordo com os interesses da própria máquina governamental. Essa participação caracteriza-se por ser "essencialmente situacionista e dependente". Ver Simon Schwartzman, "Representação e cooptação política do Brasil".

3. Carta de 15/5/1904, Arquivo Nilo Peçanha.

4. Ver *O Fluminense*, 3/1/1904.

5. Idem, 7/1/1904.

6. Carta de 14/1/1904, Arquivo Nilo Peçanha.

7. Em carta de 18/1/1905 endereçada a Nilo, Almirante Porto, após tecer severas críticas ao desempenho de Rodrigues Peixoto na prefeitura de Campos, arremata: "Nestas condições, para que o nosso partido não sofra o abalo dessa diligência, o que é certo, pois não posso mais entender-me com ele, (...) é mister, para continuarmos na paz e sossego de sempre, a imediata demissão do homem, segundo o acordo seu comigo. A sua permanência é um perigo para nosso partido e continuação dos preceitos dos nossos amigos." Arquivo Nilo Peçanha.

8. Embora tenha permanecido apenas dez meses no cargo, Paulo Alves deu início a diversos melhoramentos, notadamente ao alargamento, retificação e calçamento de várias ruas. O plano teve prosseguimento após sua demissão com a reconstrução do edifício da Câmara, a organização do Horto Municipal, a instalação da sede do governo no palácio do Ingá, a inauguração do Teatro João Caetano e a criação do Centro de Serviços Municipais. Ainda em relação à modernização de Niterói, o governo Nilo Peçanha, no intuito de substituir o obsoleto sistema de iluminação a gás pela luz elétrica, estabeleceu contrato com a Société Anonyme de Travaux et d'Entreprises au Brésil, pelo qual a empresa obrigava-se a fazer a referida substituição, sem encargos para o tesouro do estado, mediante aumento do prazo de concessão que lhe fora dado para explorar a distribuição da luz pública e privada. Simultaneamente, Nilo providenciou para

que a Companhia Cantareira de Viação Fluminense, presidida pelo Visconde de Moraes, inaugurasse as primeiras linhas de bondes elétricos e reformasse as comunicações marítimas com o capital. Com a mesma companhia o governo firmou contrato para que fosse instalado o novo serviço de esgoto da cidade.

É interessante por fim ressaltar o apoio financeiro que o Visconde de Moraes e o Conde Modesto Leal concederam a Nilo durante sua administração. Segundo José Tolentino, quando Nilo, premido pelas dificuldades do estado, emitiu 20 milhões de réis em apólices, suscitando severas críticas da imprensa, foi fundamental o auxílio prestado por esses capitalistas, que prontamente disputaram, através de lances sucessivos, as ações do Estado do Rio de Janeiro então lançadas à Bolsa. Ver José Tolentino, *Nilo Peçanha e sua vida pública*, p. 136.

9. Carta de 1/12/1903. Arquivo Nilo Peçanha.

10. Carta de 25/12/1903. Arquivo Nilo Peçanha.

11. Ver *O Fluminense*, 11/1/1904.

12. Carta de 11/1/1904, Arquivo Quinlino Bocaiuva.

13. *O Fluminense*, 28/1/1904.

14. Dentre estes destaca-se Eduardo de Moraes que, em sessão da Assembleia, denunciou a ocorrência de fraude nas eleições em Petrópolis. Ver *Anais da ALERJ*, 1904, sessão de 17 de setembro, p. 334-335.

15. A minoria oposicionista era composta por Paulino Soares de Sousa (5.º distrito), Belisário Augusto Soares de Sousa, (1.º), Alberto Bezamat (2.º), Joaquim Maurício de Ahreu (4.º) e Júlio Veríssimo dos Santos (3.º).

16. É interessante frisar que posição semelhante foi adotada pelo governo federal em relação à exploração das areias monazíticas no Espírito Santo. Usando idêntica argumentação, o ministro conseguiu a suspensão da extração e da exportação das areias, que eram efetuadas naquele estado por um empresário norte-americano em virtude de contrato celebrado entre este e o governo capixaba. Ver *Jornal do Comércio*, 25/5/1905.

17. Carta de 14/7/1905. Arquivo Nilo Peçanha.

18. Ver *Mensagem do presidente do Estado do Rio de Janeiro*, 1904, p. 6.

19. Cabe salientar que, a despeito dos efeitos positivos produzidos, a racionalidade administrativa, apregoada e perseguida não só por Nilo, mas por outros governos adeptos das teorias de Murinho, chocava-se com a prática clientelística também em voga, baseada na concessão de cargos e empregos, gerando uma contradição incontestável que muito condecoraria para a derrocada das instituições políticas da República Velha. Ver Renato Lessa, *A invenção da República*.

20. Ver *Mensagem* 1904, p. 20.

21. Encontramos no Arquivo Nilo Peçanha inúmeras cartas de pequenos proprietários insatisfeitos com a adoção da medida.

22. Ver Silvia Regina Pantoja S. Castro, "As tentativas de recuperação econômico-financeira do Estado do Rio de Janeiro durante o primeiro governo Melo Peçanha (1904-1906)" (relatório de trabalho, CPDOC, 1987).

23. Idem.

24. Ver Sônia Regina Mendonça, *A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do Estado do Rio de Janeiro*.

25. *Mensagem* 1905, p. 12-13.

26. Imediatamente após a instituição deste imposto, o ministro da Fazenda, Leopoldo Bulhões, manifestou-se, reclamando para a União o produto arrecadado, tal como estipulava o artigo 9.º da Constituição Federal. Esse fato veio a agravar as relações entre os executivos estadual e federal, já bastante comprometidas desde o episódio das areias monazíticas encontradas em território fluminense. No caso do imposto de importação, no entanto, Nilo não apresentou nenhuma

resistência. Afirmando que seu único interesse em estipular a referida taxaço era o de encorajar o crescimento da produço local, comprometeu-se a cumprir a lei. Desse modo, passou a remeter, periodicamente, o produto da arrecadaço do imposto, o qual, supunha, tenderia a minuiar a proporço que se processasse a substituiço das importaçoes.

27. Ver Ana Maria dos Santos e Sônia Regina Mendonça, "Intervenção estatal e diversificação agrícola no Estado do Rio de Janeiro (1888/1914)".

28. Ver *Diário de Pernambuco*, 21/8/1904, e carta de Eurico de Oliveira Santos a Nilo Peçanha, de 29/6/1905, Arquivo Nilo Peçanha.

29. Carta de José Cesário Miranda a Nilo, de 9/2/1905, Arquivo Nilo Peçanha.

30. *O País*, 10/9/1904. Até 9 de dezembro, os governos de São Paulo, Alagoas, Rio Grande do Norte, Piauí, Paraíba, Ceará, Bahia e Paraná já haviam aceito o convite.

31. Recortes de jornal, 1906, Arquivo Nilo Peçanha.

32. Ver José Maria Bello, *História da República*, p. 225.

33. *Idem ib.*, p. 227.

34. Afonso Arinos de Melo Franco, *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*, vol. 2, p. 406-407.

35. Celso Peçanha, *Nilo Peçanha e a revolução brasileira*, p. 61.

36. Para mais detalhes, ver Sílvia Regina Pantoja S. Castro, *op. cit.*

37. Ver Thomas H. Holloway, *Vida e morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café*, p. 74.

38. Carta de Quintino Bocaiuva a Nilo Peçanha, de 24/6/1906, Arquivo Nilo Peçanha.

PARTE III

FRAGMENTAÇÃO E INSTABILIDADE

*A DESESTABILIZAÇÃO DO NILISMO**

LA SUCESSÃO DE NILO PEÇANHA NO ESTADO DO RIO

A eleição de Nilo Peçanha para a vice-presidência da República, conquanto tenha representado um passo importante em sua trajetória na política nacional, inaugurou um período de aguda instabilidade no Estado do Rio, marcado por conflitos políticos que inviabilizaram a unificação dos diferentes segmentos oligárquicos fluminenses, apontando para um impasse na consolidação do nilismo. Os momentos de estabilidade que se seguiram coincidiram com os períodos de consonância entre o governo fluminense e o governo federal, o que comprova a força e a eficácia da política dos governadores e os riscos que corriam ao desafiá-la os estados de segunda grandeza, como era o caso do Estado do Rio.

O lançamento da candidatura de Nilo Peçanha à vice-presidência em agosto de 1905 precipitou a questão sucessória no Estado do Rio, levantando intensa polêmica em torno da duração do mandato do próprio Nilo. De acordo com as “disposições transitórias” da reforma constitucional de 1903, os mandatos dos presidentes de estado haviam sido ampliados de três para quatro anos. O fato de Nilo já estar eleito quando da promulgação da reforma — cujo objetivo era exatamente permitir a consolidação da máquina política nilista — em princípio não suscitou contestações a seu direito de se beneficiar da medida. Ao contrário, em seu primeiro ano de governos seus correligionários insistiram em uma dilatação ainda maior do período gover-

* Este capítulo é uma versão modificada dos relatórios de trabalho de Sílvia Pantoja S. Castro “A desestabilização do nilismo” e de Vera Lúcia Feijó “Limitações e fraquezas do nilismo no Estado do Rio: o governo Alfredo Backer. As alterações são de responsabilidade de Sílvia Pantoja S. de Castro e da coordenação do livro.

namental, bem como na alteração do item da Constituição que impedia a reeleição do presidente do estado.¹

Entretanto, logo após a comissão executiva do PRRJ ter emitido nota, em setembro de 1905, esclarecendo que o primeiro vice-presidente, Francisco Chaves de Oliveira Botelho, completaria o quadriênio, mantendo a mesma linha política traçada por Nilo, começaram a surgir obstruções. Entre as lideranças que levantaram obstáculos à complementação do mandato por Oliveira Botelho destacavam-se Henrique Borges e Teixeira Brandão, deputados estaduais pelo 4.º e 5.º distritos, respectivamente, e Érico Coelho, deputado federal pelo 1.º distrito. Além de atacar a figura do primeiro vice-presidente, os três repudiavam as estreitas ligações por ele mantidas com o secretário-geral de governo, Leão Teixeira.² Levando-se em conta que este último havia sido um dos principais articuladores da reforma constitucional de 1903 e um dos mais importantes defensores do programa político-administrativo do governo, conclui-se que, sob o pretexto da inconstitucionalidade dos quatro anos de mandato, grupos políticos aparentemente conciliados com Nilo reacenderam a chama da oposição.³

As vozes contrárias à posse de Botelho foram ganhando ressonância, dando início a um amplo movimento em favor da antecipação das eleições para julho de 1906. Em novembro de 1905, quando já se mostrava garantida a vitória da chapa Afonso Pena-Nilo, intensificaram-se as discussões. É certo que a oposição manifestada pelos líderes políticos era dirigida contra Botelho, sem atingir diretamente a figura de Nilo. É provável, por outro lado, que decorresse da própria estratégia adotada por Nilo, de preservar sua imagem frente às chefias locais agindo de forma indireta. Incumbido de cooptar, mas também de aliar as lideranças municipais no sul do estado, notadamente no 5.º distrito, Botelho atraiu para si numerosos desafetos.⁴ Estes, unindo-se à oposição que permanecia até então amortecida nos demais distritos, aproveitaram-se da ocasião para repudiar Botelho e o nilismo.

Pressionado a revogar o artigo da Constituição referente à duração do mandato, e temendo uma cisão no PRRJ, Nilo procurou uma solução apaziguadora: tentou convencer seus vice-presidentes a abdicarem da complementação do quadriênio, buscou um candidato de conciliação e propôs a seus correligionários a convocação de uma sessão extraordinária da ALERJ para revogar o artigo polêmico. Acatando a sugestão de Nilo, em 8 de dezembro de 1905, os três vice-presidentes encaminharam ofício ao presidente do estado comunicando que, eleitos na vigência da Constituição de 1892, sentiam escrúpulos de se prevalecerem da prorrogação do mandato por mais um ano. Afirmavam também que, solidários com o presidente, faziam aquela declaração para que este, em tempo útil, pudesse providenciar a realização,

em 8 de julho de 1906, das eleições para o quadriênio a se iniciar em 31 de dezembro seguinte.⁵

Ainda em dezembro de 1905, deveria realizar-se a eleição da comissão executiva do PRRJ para um novo período de dois anos. Possivelmente, as discussões sobre a duração do mandato de Nilo, bem como a proximidade das eleições para a Câmara Federal, marcadas para janeiro de 1906, muito concorriam para que fosse aprovada a sugestão de João Batista Pereira dos Santos de que fossem incluídos mais dois membros na comissão como forma de ampliar a representatividade do nilismo. Assim, em vez de sete membros, como ficou estipulado quando da reestruturação de janeiro de 1904, a nova comissão eleita em 17 de dezembro de 1905 passou a ser integrada por nove elementos. Com exceção do Barão de Miracema, todos os antigos componentes foram substituídos, o que representou uma ampla renovação na direção do partido. Por outro lado, enquanto a antiga comissão era composta em sua quase totalidade de deputados federais, a nova abrigava uma maioria de deputados estaduais e vereadores, o que parece indicar o interesse do grupo situacionista em estreitar suas ligações com as chefias locais, para desse modo conter as dissensões que ameaçavam a máquina nilista.⁶

O candidato escolhido por Nilo para sucedê-lo foi Alfredo Augusto Guimarães Backer, que havia sido seu secretário-geral entre 18 de janeiro e 30 de novembro de 1904.⁷ A indicação obteve boa repercussão, e em 29 de dezembro 31 dos 48 municípios fluminenses já se haviam pronunciado, através de suas câmaras municipais, em seu favor.⁸ No dia seguinte, a comissão executiva do PRRJ reuniu-se e, além de proclamar seu apoio à chapa Afonso Pena—Nilo Peçanha, lançou oficialmente a candidatura de Backer à sucessão estadual,⁹ apresentando ainda sua lista de candidatos à Câmara Federal e ao Senado. De acordo com a orientação de Nilo, o PRRJ apresentou chapa incompleta à Câmara Federal, reservando o terço à minoria.¹⁰

Em 28 de janeiro de 1906, a imprensa divulgou as candidaturas independentes que disputariam vagas pelo 1.º distrito, o que evidenciava a existência de uma oposição organizada. Para a Câmara foram indicados Francisco Luis Tavaras e Luis Carlos Fróes da Cruz, e para o Senado, foi lembrado o nome de Francisco Portela, embora sem possibilidade de vitória, já que naquela casa não fora reservada nenhuma vaga à oposição. Embora o PRRJ tivesse reservado à minoria apenas três das 17 vagas na Câmara Federal, o pleito de 30 de janeiro concedeu uma quarta cadeira à oposição, com a vitória de Fróes da Cruz sobre Leão Teixeira.¹¹ Tal fato poderia indicar, de um lado, a força política da facção contrária a Oliveira Botelho (já que Leão Teixeira havia sido seu principal defensor) e, de outro, o avanço da oposição no 1.º distrito.

Dando prosseguimento aos preparativos para a eleição de seu sucessor, em 17 de abril Nilo expediu o Decreto n.º 960, que estabelecia medidas práticas necessárias à realização do pleito. Em 19 de maio, novo decreto veio convocar a ALERJ para uma sessão extraordinária a ter início em 1.º de junho. A revogação do artigo que concedia a Nilo quatro anos de mandato foi aprovada no dia 9 seguinte por 31 votos contra apenas um, dado por Alexandre Moura.

Apesar da intensa propaganda, a eleição realizada no dia 8 de julho não conseguiu mobilizar o eleitorado nem provocar entusiasmo no cenário político estadual. Alfredo Backer foi sufragado numa eleição a bico de pena, sobre a qual comentou *O Fluminense*: "Em todas as três seções de Niterói compareceram pouquíssimos eleitores, embora o número de votos tenha sido considerável."¹²

É interessante frisar que a escolha de Backer como fórmula conciliatória para as disputas no seio do situacionismo serviu para angariar a simpatia de forças oposicionistas tradicionais, notadamente de Francisco Portela. Em carta publicada na imprensa após a eleição, Portela reconsiderava suas divergências com Nilo, chegando mesmo a aconselhar seus correligionários a apoiarem o novo presidente do estado.¹³ A aproximação de Portela com Backer explicava-se também pela proximidade das eleições estaduais e municipais marcadas para dezembro de 1906, às quais desejava apresentar candidatos. É ainda no mesmo sentido que podem ser entendidas as visitas de cumprimentos feitas por Portela a Backer e também a Oliveira Botelho, empossado interinamente na presidência do estado em 1.º de novembro devido ao afastamento de Nilo, que se preparava para tomar posse na vice-presidência da República no dia 15 daquele mês. Na qualidade de presidente do Centro Republicano Conservador de Niterói,¹⁴ Portela afirmou na ocasião que apenas cumpria os princípios essenciais de seu programa político, de "respeito dos governados aos governantes".¹⁵

As iniciativas de aproximação das forças oposicionistas com o governo suscitaram severas críticas por parte da imprensa.¹⁶ Cabe não entanto notar que esse movimento também interessava à situação, uma vez que esta, fragilizada pelas querelas internas, buscava fortalecer-se com o respaldo de chefias locais até então adversárias.¹⁷

2. AS INVESTIDAS AUTONOMISTAS DE ALFREDO BACKER

Aproveitando-se do clima de instabilidade que ameaçava a máquina nilista, desde cedo Backer manifestou suas intenções de romper os compromissos estabelecidos durante a campanha eleitoral e promover uma política au-

tônoma, livre da tutela de Nilo Peçanha. Após sua posse na presidência do estado, em 31 de dezembro de 1906, os conflitos que se delineavam desde meados do ano anterior iam tornar-se cada vez mais evidentes, conduzindo à desestabilização do nilismo no Estado do Rio.

Dois meses antes de tomar posse, Backer anunciou pela imprensa que iria imprimir um cunho pessoal a seu governo, começando por prestigiar antigas lideranças políticas municipais. Segundo suas declarações, desenvolveria uma "política exclusivamente sua, governando com elementos sólidos de reconhecida influência nas localidades, e afastando-se em absoluto do sistema de prestigiar representantes da maioria das municipalidades, cuja influência, em tese fictícia, representa o produto da fraude e da violência eleitoral, em detrimento do valor intrínseco de políticos sérios e graduados que permanecem no ostracismo, não obstante o desejo de prestarem seu concurso ao governo".¹⁸ Tal afirmação não só evidenciava suas divergências políticas com Nilo, como anunciava seu intuito de cooptar chefias locais adversárias deste.

Esta orientação de Backer foi posta em prática já na articulação das eleições para a ALERJ e para as câmaras municipais a serem realizadas em dezembro de 1906. Em nota publicada na imprensa, a comissão executiva do PRRJ esclarecia que, embora inicialmente tencionasse indicar a reeleição de todos os deputados que haviam colaborado com o governo Nilo Peçanha, "o partido teve que atender a outras circunstâncias, sobrelevando a que impeliu a comissão a obedecer às indicações locais".¹⁹

A composição das listas do 1.º distrito evidencia bem esta prática. Interessado em aproximar-se do chefe oposicionista Fróes da Cruz, Backer convidou-o a entrar em entendimentos com o líder situacionista Baltasar Bernardino para a indicação de candidatos à Câmara Municipal de Niterói. Cada um dos dois deputados prepararia individualmente uma lista com dez nomes, e de cada lista seriam selecionados quatro, de comum acordo. Assim, as duas partes apresentariam em conjunto oito nomes, cabendo a Backer indicar os dois restantes.

De modo geral, a composição das chapas oficiais de candidatos à ALERJ nos cinco distritos revelou um alto índice de renovação. Ao todo foram indicados 24 novos deputados, ocorrendo o afastamento de quadros que se identificavam com Nilo, mas não pareciam desfrutar de maior prestígio junto a Backer.²⁰ Embora o próprio Backer ainda estivesse bastante próximo de Nilo, tendo sido obrigado a consultá-lo na organização da chapa oficial, tornava-se evidente sua intenção de implantar uma máquina política própria.²¹ Com a posse de Backer no dia 31 de dezembro, os problemas tende-

ram a se agravar, já que a escolha de seu secretariado não seguiu a orientação das alianças políticas.²²

As divergências entre Backer e o nilismo se ampliaram sobretudo a partir da reestruturação do funcionalismo implementada a seguir. Divergindo da política de austeridade e contenção de gastos defendida por Nilo, Backer empreendeu modificações substantivas na administração estadual, restabelecendo cargos e criando novos órgãos.²³ O caráter eminentemente político dessas medidas era evidente, uma vez que a expansão dos cargos públicos ampliava as bases do governo, sobretudo em Niterói, núcleo administrativo do estado, e em Petrópolis, um dos principais redutos de oposição ao nilismo. A cooptação de chefias locais descontentes com a redução da autonomia municipal e com a restrição dos esquemas clientelísticos promovidas pelo governo anterior correspondia igualmente ao propósito de Backer de canalizar as insatisfações em seu próprio benefício.

A política de obras públicas empreendida por Backer foi outro ponto de divergência em relação a seu antecessor. Defendendo a idéia de que a remodelação de Niterói representaria um elemento irradiador de progresso para todo o estado, Backer não hesitou em contrair um empréstimo de cinco mil contos a ser aplicado em obras de embelezamento e infra-estrutura. Embora na administração de Nilo também houvesse sido implementado um plano de modernização da cidade com base em capitais privados, a ênfase maior do programa governamental recaía na tentativa de revitalização da agricultura. O empenho de Backer em elevar a receita do estado, ao contrário, tinha por objetivo viabilizar reformas urbanas.²⁴

3. A CISÃO NILO PEÇANHA—BACKER

O quadro de dissensão entre Backer e Nilo Peçanha seria agravado a partir das discussões sobre a cobrança da sobretaxa do café fluminense, iniciada em janeiro de 1907, em decorrência do acordo firmado pelo Estado do Rio com São Paulo e Minas Gerais em torno do primeiro plano de valorização do café. Esta questão iria se tornar o estopim da crise, acabando por provocar um racha definitivo no interior do nilismo.

A participação fluminense no Convênio de Taubaté, ditada pelos interesses políticos de Nilo Peçanha, desde cedo mostrou-se problemática, pois já naquela época era do conhecimento geral que seriam poucas ou quase nulas as vantagens do plano de valorização para o Estado do Rio, já que o café aí produzido era de qualidade inferior, e apenas o café de tipo superior teria sua compra garantida. Na medida em que o café fluminense não seria diretamente beneficiado, a cobrança da sobretaxa de três francos por saca de 60

kg de café exportado, que tinha por finalidade garantir as operações de crédito, certamente representaria para os cafeicultores, já onerados pelos custos da produção e sacrificados pela baixa produtividade e qualidade de seus grãos, um golpe de misericórdia.

Compreendendo as resistências que enfrentaria junto aos cafeicultores fluminenses, Nilo havia defendido a inclusão no convênio de dois itens estratégicos: em primeiro lugar, atrelou ao plano de valorização a estabilização cambial, provavelmente supondo que a discussão deste item polêmico no Congresso retardaria a aprovação do próprio plano; em segundo lugar, fez incluir junto à cláusula que criava a sobretaxa um parágrafo segundo o qual caberia aos presidentes de estado determinar quando teria início sua cobrança. Com isso, na verdade, Nilo passava o problema para seu sucessor.

De fato, somente em fins de 1906, quando Nilo já havia sido empossado na vice-presidência da República, o governo fluminense mostrou-se disposto a ceder às fortes pressões de São Paulo para que iniciasse a cobrança da sobretaxa, como garantia para a segunda operação de empréstimo, que envolvia a quantia de três milhões de libras esterlinas. Assim, em 26 de novembro, São Paulo promoveu novo acordo com os estados cafeeiros, conhecido como "subconvênio" — e, no caso do Estado do Rio, assinado por Oliveira Botelho —, instituindo a cobrança imediata da sobretaxa contra a promessa de compras de café no porto do Rio e a garantia do preço de sete mil réis por arroba de grão tipo 7.

Firmado o compromisso, em janeiro de 1907, no início do governo Bac-ker, o Estado do Rio iniciou a cobrança da sobretaxa, cuja receita deveria ser utilizada em programas de estímulo e aperfeiçoamento dos métodos de produção. Em meados de fevereiro, o governo federal, através do Banco do Brasil, concordou em emprestar a São Paulo seis milhões de contos de réis para que este estado comprasse cafés mineiros e fluminenses de qualidades entre 8 e 9. Como o montante do empréstimo, a uma taxa cambial de 15 pences estipulada pela Caixa de Conversão, atingia aproximadamente 375 mil libras esterlinas, o que garantia apenas a compra de uma parcela irrisória do excedente fluminense e mineiro, logo verificou-se que os dois estados pouco lucrariam com o subconvênio. Por outro lado, com recursos insuficientes e preferindo comprar café em Santos, em pouco tempo São Paulo deixou de comprar o café fluminense e mineiro, rompendo assim o acordo que promovera.

Os produtores fluminenses, assim como os mineiros, concentraram a partir de então seus esforços na supressão da sobretaxa. Essas iniciativas, no entanto, mostrar-se-iam inócuas, não só pela decisiva interferência do governo federal e dos políticos paulistas, que viam na medida o aniquila-

mento do setor cafeeiro em seu conjunto, mas também porque, tanto no Estado do Rio como em Minas Gerais, o montante arrecadado com a sobretaxa fora desde o início incorporado à receita estadual para gastos ordinários com a administração pública.²⁵ Na verdade, pouco importava a São Paulo e ao governo federal o destino dado à arrecadação do imposto no Estado do Rio e em Minas, e sim sua manutenção, de modo a propiciar ao café paulista uma posição favorável no mercado internacional. Este fato foi apontado pelo deputado estadual Eugênio Pinto, defensor da cobrança: "A extinção da sobretaxa seria a ruína de São Paulo e de todo o país (...) A situação dos fluminenses é de sacrifício pelos outros estados."²⁶

As discussões em torno da sobretaxa dominaram o cenário político estadual desde o início do governo Backer. Partindo da constatação de que Backer, antes mesmo de tomar posse, parecia disposto a desvincular-se da máquina nilista que o elegera, pode-se entender a atitude revanchista assumida por Nilo e seus correligionários, de utilizar a questão da sobretaxa como instrumento de ataque. Desse modo, tão logo cessaram as compras de café no porto do Rio, os nilistas procuraram desvincular a cobrança da sobretaxa da responsabilidade de Nilo, sob o argumento de que a medida passara a ser ilegal. Ao mesmo tempo, desencadeou-se um processo radical de críticas a Backer, que insistia em manter a cobrança, não só por pressão do governo federal, mas pelo interesse na renda arrecadada para a execução de seu programa de obras e para o atendimento das práticas clientelísticas.

A posição dos nilistas sem dúvida angariou a simpatia das chefias ligadas à cafeicultura, amortecendo antigos desentendimentos. Por outro lado, a postura de Backer parecia incoerente, pois sendo o setor cafeeiro o que gerava a maior renda e o de maior representatividade política, tornava-se necessário ao governo estadual atender as suas reivindicações. Tecendo um paralelo com as análises de Amílcar Martins sobre Minas Gerais, entende-se porém que também no Estado do Rio a insuficiência de recursos destinados à administração e obras públicas, imprescindíveis às práticas clientelísticas, tenha impellido o governo a reforçar ao máximo sua capacidade de arrecadação.²⁷

As divergências em torno da questão da sobretaxa atingiram seu clímax quando o governo, ignorando os protestos da oposição, apresentou à ALERJ o projeto n.º 1.626, que visava regulamentar a cobrança da sobretaxa e os destinos da arrecadação do imposto.²⁸ Em síntese, o projeto permitia ao Poder Executivo promover a propaganda para ampliar o consumo do café no exterior, bem como incrementar seu comércio através do beneficiamento, da fundação de armazéns gerais, do estabelecimento de crédito móvel agrícola, da colonização de zonas cafeeiras e de outras medidas que

julgasse conveniente, com base na arrecadação da sobretaxa de três francos, cuja cobrança seria mantida até que se regularizasse o mercado.

Percebendo a intenção do governo de buscar na ALERJ a legitimação da sobretaxa, o grupo nilista manifestou total repúdio a esse procedimento, destacando-se as críticas dos deputados Ari Fontenelle, Mário de Paula, Raul Fernandes, Raul Veiga e Otávio Kelly. Paralelamente às discussões na ALERJ, os nilistas procederam a uma articulação de bastidores para derrubar a proposta de Backer, como demonstra o telegrama enviado por Píndaro Machado a Nilo: "Na questão da Assembléia do Estado, não durma."²⁸ Por seu lado, Backer pedia aos deputados apoio e solidariedade, argumentando que a manutenção da sobretaxa era dever de lealdade para com Minas e São Paulo.

A votação do projeto, finalmente realizada em 16 de setembro de 1907, levou a uma polarização de forças no interior da ALERJ.³⁰ Considerando-se a denúncia do líder do governo, Eugênio Pinto, no início da legislatura, de que a representação estadual já estava dividida, conclui-se que a regularização da sobretaxa serviu de pretexto para tornar explícita uma cisão política até então latente.

Os resultados da votação garantiram expressiva vitória aos nilistas que, por 26 votos contra 17, derrotaram o projeto de Backer dando provas da força que detinham no estado.³¹ Em virtude dos mecanismos institucionais vigentes na República Velha, era freqüente a subordinação dos interesses econômicos aos interesses políticos.³² Sem dúvida foi este o caso da cisão entre Nilo e Backer, gerada por divergências políticas, e não econômicas. Prova disso é que, embora o projeto de regulamentação tenha sido derrotado na ALERJ, a sobretaxa continuou a ser cobrada sem suscitar uma contra-ofensiva da oposição.

4. O FORTALECIMENTO DE BACKER

A vitória nilista na votação do projeto de regulamentação da sobretaxa, que funcionou como um divisor de águas na política fluminense, desdobrou-se a partir de outubro de 1907 na tentativa de deposição de Backer. O desfecho do conflito entre nilistas e backeristas seria contudo determinado pelas injunções da política nacional, que iriam favorecer o presidente do estado, enfraquecendo as bases de Nilo Peçanha.

O racha político, consumado em setembro de 1907, levou os nilistas a assumirem imediatamente uma postura de contestação à legitimidade do mandato presidencial de Backer. Alegando a inconstitucionalidade da antecipação do término do mandato de Nilo, os nilistas consideravam que Backer

havia sido eleito não para um mandato de quatro anos, mas apenas para completar o período governamental de seu antecessor, que deveria expirar em 31 de dezembro de 1907.

Com base nesta argumentação, no início de outubro os deputados estaduais nilistas apresentaram um pedido de *habeas corpus* ao juiz federal de Niterói, determinando o fim do mandato de Backer. Concedido o *habeas corpus*, solicitaram a seguir ao presidente da República a intervenção federal no estado, a fim de garantir o cumprimento da medida. Afonso Pena, porém, recusou-se a tomar qualquer iniciativa sem a concordância de Backer. De forma a contornar a derrota política, os nilistas levaram o caso ao Supremo Tribunal Federal, mas aí tampouco obtiveram êxito.³³ Na mensagem de abertura dos trabalhos do Congresso Nacional em maio de 1908, Afonso Pena considerou que era de paz e ordem a situação em todos os estados, negando a existência de qualquer anormalidade no Estado do Rio e dando assim por encerrado o chamado “caso constitucional fluminense”.³⁴

O abalo sofrido pelo vice-presidente Nilo Peçanha com a decisão do presidente da República ligava-se na verdade a um conflito maior que opunha, de um lado, as forças lideradas por Pinheiro Machado, e, de outro, aquelas aliadas a Afonso Pena. A despeito do apoio do todo-poderoso senador gaúcho à sua eleição, Afonso Pena logo se manifestara pouco propenso a permitir que seu governo fosse por ele controlado. As divergências evidenciaram-se ainda antes da posse, com a exclusão de Pinheiro Machado das negociações para a composição do ministério.³⁵ Além disso, para neutralizar o poder político de Pinheiro, Afonso Pena julgou indispensável ter na presidência da Câmara dos Deputados um nome de sua confiança. Foi assim que em maio de 1907 o mineiro Carlos Peixoto de Melo Filho foi eleito presidente da casa por ampla maioria de votos, representando o grupo ironicamente chamado de “Jardim de Infância”, em alusão ao fato de ser composto basicamente de políticos iniciantes.³⁶

A atuação do Jardim de Infância tinha por objetivo garantir o apoio das diversas situações estaduais ao governo federal, esvaziando ao mesmo tempo as possibilidades das oligarquias de segunda grandeza, articuladas no Bloco liderado por Pinheiro Machado. Na verdade, a estratégia do governo federal era abrir brechas nos bastidores adversários e aí conquistar posições. Assim foi feito na Bahia, onde o governo provocou a cisão política e assegurou o apoio do governador.³⁷ e assim seria feito no Estado do Rio, onde o governo “afastava Backer de Nilo, definitivamente, atraindo o Executivo fluminense, como um cometa volúvel, para a órbita do astro federal”.³⁸ É preciso lembrar ainda que Nilo Peçanha, além de manter discreta oposição a Afonso Pena, na medida em que participava da chefia do Bloco, era um pos-

sível concorrente do mineiro João Pinheiro na disputa da sucessão presidencial. Ambos pertenciam à mais nova geração da propaganda republicana e ocupavam importantes cargos políticos, o que os qualificava a serem lançados candidatos, um pelo Bloco e o outro pelo Jardim de Infância.

Uma vez contornada a crise constitucional fluminense, Backer, ciente de que sua permanência no poder e a aliança que estabelecera com Afonso Pena constituíam por si só fatores de atração para os oposicionistas, redobrou os incentivos às práticas adesistas, passando a contactar, ainda antes da abertura da sessão legislativa de 1908, os mais expressivos deputados nilistas. Considerando-se que, durante a República Velha, as oposições aos situacionismos estaduais ligados ao governo federal eram praticamente aliadas do jogo político, é possível entender que esta iniciativa tenha alcançado pleno êxito.

O próprio presidente da ALERJ, o nilista Arnaldo Tavares, aderiu à maioria backerista, o que lhe rendeu a acusação de oportunista e traidor por parte de seus correligionários. Procurando arrefecer os ataques contra Arnaldo Tavares e os demais adesistas, o líder da minoria nilista, Raul Fernandes, assumiu uma postura conciliatória. Em discursos pronunciado na ALERJ, procurou convencer seus colegas de oposição de que o que havia era "uma predisposição do governo Backer em acolher oposicionistas, esquecendo ressentimentos oriundos da luta violenta que vinham travando". Ponderou ainda que os correligionários que haviam aderido à situação assim o fizeram por terem levado em consideração "uma proposta que airosoamente podia ser aceita, desde que o ponto principal de divergência entre a oposição e o governo estava dirimido com a decisão dada sobre a questão constitucional".³⁹

A defesa dos adesistas feita por Raul Fernandes, explicada por seu interesse em não entrar em choque com Backer no momento em que este se consolidava no governo, não aplacou contudo o ânimo de alguns nilistas, que insistiam em acusar os dissidentes de terem feito um pacto com o governo, sem ouvir a comissão executiva do PRRJ, tendo em vista unicamente interesses eleitoreiros e posições políticas.⁴⁰ Por seu lado, os adesistas procuraram justificar-se alegando o fato de que o próprio Nilo, ao acatar a decisão do governo federal sobre o caso constitucional fluminense, reconheceu a permanência de Backer no poder, desobrigando assim seus correligionários de permanecerem hostis ao governo.⁴¹

Depois de apresentar suas justificativas, os adesistas renunciaram aos cargos que ocupavam na direção da ALERJ. Embora para alguns desses cargos tenham sido eleitos deputados ligados a Backer, a maioria, composta agora de backeristas e adesistas, reconduziu Arnaldo Tavares à presidência.

de forma a evidenciar o êxito da política de cooptação. O coroamento dessa política veio com o requerimento apresentado pelo deputado Eugênio Pinto, em setembro de 1908, solicitando que constasse da ata daquela sessão "a afirmação de intenso júbilo por ser restabelecida a solidariedade política entre o presidente do Estado do Rio e a maioria da ALERJ que o apoiava". O requerimento foi aprovado por 26 votos contra 10, revelando o número de adesões a Backer.⁴³

Quanto a Nilo Peçanha, tudo leva a crer que, se não apoiou abertamente, ao menos acatou com simpatia a adesão de seus correligionários a Backer. Penalizado na esfera federal pela decisão de Afonso Pena, tornava-se perigoso para ele insistir numa oposição cerrada ao governo fluminense, já que às chefias locais, que constituíam a base de sustentação da máquina nilista, interessava, acima de qualquer demonstração de fidelidade partidária, estabelecer alianças com a situação de forma a obter favores e privilégios. Também do ponto de vista eleitoral interessava a Nilo a aproximação de seus aliados com o governo, pois, de acordo com o jogo político vigente, à oposição cabia um espaço reduzido nas listas de candidatos. Sendo os adesistas elementos que sempre demonstraram forte lealdade a Nilo, certamente retornariam às suas fileiras tão logo o nilismo recuperasse o controle político do estado. Tudo indica, portanto, que foi com a anuência de Nilo que Raul Fernandes assumiu a posição de mediador. O certo é que não há notícias de que Nilo tenha criticado os adesistas ou rompido politicamente com algum deles.

Uma vez contando com o apoio da maioria, Backer sentiu-se seguro para apresentar à ALERJ um novo projeto de regulamentação da sobretaxa do café. Assim, na sessão de 24 de setembro de 1908, o líder do governo, deputado Eugênio Pinto, submeteu à Assembléia o projeto n.º 1.678, que além de legitimar a cobrança da sobretaxa, propunha que o imposto fosse utilizado na implantação de um plano de viação e obras públicas visando o estabelecimento de novas indústrias no Estado do Rio.⁴³

Embora consciente de suas limitadas forças para afrontar o governo, a minoria nilista continuava a se opor à legitimação da sobretaxa, centrando porém sua arguição no destino que teria sido dado ao montante até então arrecadado. Diante da total ausência de informações por parte do governo, Ari Fontenelle, o mais virulento oposicionista, chegou a declarar que a arrecadação da sobretaxa, que se tornara a principal fonte de renda do estado, permanecia como "verdadeiro mistério pairando nos Anais da ALERJ".⁴⁴ Os backeristas resistiam à prestação de contas, levando a minoria a acusar o governo de ter-se apropriado do produto do imposto em benefício próprio, visando o atendimento de compromissos clientelísticos.⁴⁵

Na medida em que as investidas contra a manutenção da sobretaxa tornavam-se inócuas, a oposição, representada principalmente por Raul Veiga, Otávio Kelly e Ari Fontenelle, passou a dispender esforços no sentido de que a sobretaxa fosse canalizada para a cafeicultura. Os nilistas chegaram a sugerir a criação de um banco de crédito agrícola destinado a conceder empréstimos e a proporcionar condições mais favoráveis aos cafeicultores.⁴⁶ Embora o conjunto de considerações apresentados pelos nilistas não tenha sido aceito pelo governo, a maioria da ALERJ acabou por acatar a proposta encaminhada por Ari Fontenelle, de desmembramento do projeto n.º 1.678 em três projetos distintos. Os dois primeiros, 1.678 e 1.678A, prevendo o estímulo à atividade industrial e à colonização, seriam de pronto levados à consideração da Assembléia, enquanto o terceiro, 1.678B, dispondo sobre a utilização da sobretaxa, seria deixado para discussão posterior.⁴⁷ Esta iniciativa visava obviamente protelar a legitimação da sobretaxa, para que pudesse ser melhor discutida sua utilização em proveito do setor cafeeiro.

Após acirrados debates, o projeto relativo à cobrança da sobretaxa transformou-se na Lei n.º 82, de 15 de dezembro de 1908, que previa a aplicação exclusiva do imposto no amparo aos municípios cafeeiros. Entretanto, como na prática essa lei beneficiou apenas parcialmente o setor, com a construção e conservação de algumas estradas, logo desencadeou-se nova onda de protestos dos cafeicultores. Em decorrência, no período posterior a 1908 novos projetos visando a extinção da sobretaxa foram propostos à ALERJ.⁴⁸ Essas reações foram porém inúteis, já que o imposto havia-se tomado uma fonte de renda fundamental, que permitia ao governo ampliar suas bases políticas.

NOTAS

1. O deputado estadual e presidente da Câmara Municipal de São Gonçalo, Lobo Jurumenha, propôs a dilatação do prazo para sete anos e uma reforma na Constituição que tornasse reelegível o presidente do Estado. Ver *A Barra do Piraí*, 4/4/1904, e *Jornal do Comércio*, 1/7/1904.

2. Leão Teixeira permaneceu na Secretaria Geral até 28 de outubro de 1905, quando desincompatibilizou-se do cargo para concorrer a uma vaga na Câmara Federal.

3. Este fato é denunciado por Curvelo Cavalcanti em carta a Quintino Bocaiuva de 24/11/1905 (Arquivo Nilo Peçanha): "Há de ter visto pelos jornais que a sua obra de paz e os esforços de Nilo correm o risco de ficarem anulados, tudo por uma questão pessoal, ódio ao 1.º vice-presidente O. Botelho (...). O Henrique Borges, unido ao Teixeira Blandão, começaram essa obra impatriótica e deles nada havia que temer; ultimamente, porém, a eles uniu-se o nosso Érico e apareceu então o perigo. Principiaram por averbar de inconstitucional o artigo da reforma constitucional que ampliou o prazo governamental a 4 anos (...) e exigem a renúncia de Botelho, que reputam um perigo por suas ligações com o Leão Teixeira. No meio de todo isso vejo o Nilo titubear."

4. Ver nesse sentido significativa correspondência contida no Arquivo Nilo Peçanha, especialmente doc. 445 de 20/1/1904; doc. 452 de 22/1/1904; doc. 217 de 19/6/1904 e doc. 186 de 10/2/1905.

5. Ver *O Fluminense*, 10/12/1905. Cabe esclarecer que, de forma a ressarcir Botelho da impugnação que lhe havia sido feita por seus adversários, os nilistas ofereceram-lhe uma vaga na chapa oficial de candidatos à Câmara Federal no pleito a realizar-se em 30 de janeiro de 1906.

6. Eram deputados estaduais o coronel Francisco Marcondes Machado Jr. (Sapucaia — 4.º distrito), José Antônio Porto Rocha (Cabo Frio — 1.º distrito) e Galdino Antônio do Vale (Friburgo — 3.º distrito); eram vereadores Antônio Leite Pinto (Valença — 5.º distrito), João Lopes da Silva (São Fidelis — 3.º distrito), Júlio Braga (5.º distrito) e Luís Correia da Rocha (Bom Jardim — 3.º distrito).

7. Em 9 de abril de 1905, Backer fora eleito deputado federal pelo 2.º distrito.

8. Ver *O Fluminense*, 29/12/1905.

9. Os três candidatos oficiais à vice-presidência do estado eram Luís da Silva Castro, Benedito Gonçalves Pereira Nunes e o capitão-de-mar-e-guerra Carlos José de Araújo Pinheiro.

10. Nessas eleições foi reestruturado o mapa que reduziu de cinco para três os distritos eleitorais a terem representação na Câmara Federal, ficando assim distribuídos os municípios: 1.º distrito — Araruama, Barra de São João, Bom Jardim, Cabo Frio, Capivari, Iguaçu, Itaboraí,

Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, Rio Bonito, Saquarema, Santana de Japuíba, São Pedro de Aldeia, Teresópolis; 2.º distrito — Campos, Cantagalo, Itaocara, Itaperuna, Macaé, Cambuci, Madalena, Santo Antônio de Pádua, São Francisco de Paula, São Fidélis, São João da Barra, São Sebastião do Alto; 3.º distrito — Angra dos Reis, Barra Mansa, Barra do Piraí, Carino, Duas Barras, Itaguaí, Mangaratiba, Paraíba, Paraíba do Sul, Resende, Rio Claro, Sapucaia, Santa Tereza, Sumidouro, São João Marcos, Valença, Vassouras.

Para o Senado foram indicados o Barão de Miracema e Érico Marinho da Gama Coelho. Para a Câmara Federal foram lançados os seguintes candidatos pelos três distritos eleitorais: 1.º distrito — Américo Werneck, Baltasar Bernardino, Fidélis Alves, Leão Teixeira e João Batista; 2.º distrito — Pereira Lima, Galvão Batista, Pereira Nunes, Elísio de Araújo e Temístocles de Almeida; 3.º distrito — Oliveira Botelho, Henrique Borges, Teixeira Brandão e Curvelo Cavalcanti. Ver *O Fluminense*, 1/1/1906.

11. Foram eleitos os seguintes representantes da minoria: Luís Carlos Fróes da Cruz (1.º distrito), Manuel Rodrigues Peixoto (2.º), Paulino José Soares de Sousa Júnior e José de Barros Franco Júnior (3.º).

12. *O Fluminense*, 9/7/1906.

13. *Idem*, 26/7/1906.

14. O Centro Republicano Conservador de Niterói foi fundado em outubro/novembro de 1906.

15. *O Fluminense*, 9/11/1906.

16. *O Fluminense* de 22/7/1906 publicou diálogo, em tom de sátira, denunciando a falta de uma verdadeira oposição:

- Quantos partidos deve haver em Niterói?
- Dois. Um para apoiar o governo e outro oposicionista.
- Mas todos querem ser governistas, e ninguém se anima a embarcar na canoa da oposição.
- É verdade que todos querem ser governistas; entretanto, como há necessidade de partidos, e não de um partido, certo é que há de haver oposição.
- Como explicar, então, isso, se ninguém quer ser oposicionista?
- Há necessidade de partidos, logo há de ser feitos oposicionistas.

17. É interessante a trova publicada por *O Fluminense* de 23/7/1906 denunciando a divisão do partido situacionista:

Jaz aqui o partido inteiro
Que partido então ficou
Sem poder tirar partido
Do partido que sonhou
Sem ter partido no Estado
Pois igual nunca existiu
todo partido o partido
Para o ignoto partiu.

18. *O Fluminense*, 25/10/1906.

19. *Jornal do Comércio*, 1.º a 15/12/1906.

20. No 2.º distrito, onde tanto Nilo quanto Backer exerciam forte influência pessoal, elementos como Leão Teixeira — derrotado pelo oposicionista Fróes da Cruz nas eleições federais —, Almirante Porto, Ezequiel Batista e Costa Pimenta, fiéis correligionários de Nilo, foram substituídos por outros mais vulneráveis a uma orientação direta de Backer. Além dessas quatro vagas, abriram-se mais duas no 2.º distrito a de Pereira Nunes, que passou a integrar a bancada federal, e a de Silva Castro, que se elegeu vice-presidente do estado. Assim, verificou-se no 2.º distrito a maior renovação de quadros, com a inclusão dos seguintes nomes: José Hugo

Kopp, Joao da Costa Ribeiro, Domingos Cavalcanti de Sousa Leão Jr., Álvaro Augusto de Moraes Diniz, Marcial Rodrigues de Oliveira e Miguel Ribeiro do Rosário. Desses seis, apenas o último integraria o bloco nilista na Assembléia quando do posterior rompimento entre Nilo e Backer.

21. É significativo que no 4.º distrito, reduto fortemente oposicionista, três dos quatro nomes indicados — José Henrique Thyne Land, Bernardino Torres da Costa Franco e José Gabriel de Almeida Paim — fossem de filéis partidários de Hermogêneo Silva, portanto tradicionalmente avessos ao nilismo. De fato, esses três iriam conceder inteiro apoio ao governo Backer. Até mesmo o quarto nome, Bernardino José de Sousa e Melo, que parecia mais refratário à influência de Hermogêneo, romperia mais tarde com o nilismo passando a integrar o grupo backerista.

22. Ver Maria Isolina Pinheiro, *O líder Soares Filho*, p. 72.

23. Backer criou a Diretoria do Arquivo e Estatística, os cargos de inspetor geral de Obras Públicas, Agricultura e Indústria, e restabeleceu ainda o de contador da Diretoria das Finanças. A Diretoria do Arquivo e Estatística foi criada pelo Decreto n.º 1.028, de 1907, subordinada à Secretaria Geral do estado, e passou a ser dirigida por Joaquim Gonçalves. O aproveitamento feito por Backer do pessoal demitido por Nilo das repartições públicas, cerca de 400 servidores, assim como a requisição dos funcionários da secretaria da ALERJ para a recém-criada diretoria, acirrou suas divergências com os nilistas. Ver *Relatório do secretário geral do Estado do Rio de Janeiro*, 1907 e Clodomiro Rodrigues de Vasconcelos, *História do Estado do Rio de Janeiro*, p. 198.

24. Sobre esse assunto consultar Cristina Pessanha Mary, *Porto de Nictheroy: uma promessa de autonomia*.

25. Ver Francisco Igfésias, "Agricultura em Minas na República Velha", p. 250.

26. Ver *Anais da ALERJ*, 1908, sessão de 29 de setembro, p. 27. Ver Amílcar Martins, "Clientelismo e representação em Minas Gerais durante a Primeira República: uma crítica a Paul Cammack", p. 196.

28. O projeto n.º 1.626 foi apresentado à ALERJ na sessão de 5 de setembro de 1907. Ver *Anais da ALERJ*, 1907, p. 159.

29. Telegrama de 15/9/1907. Arquivo Nilo Peganha.

30. Ver discurso de Raul Fernandes em *Anais da ALERJ*, 1907, sessão de 16 de setembro, p. 196-197.

31. Votaram a favor da sobretaxa: Araújo Pinheiro (1.º distrito); José Thyne Land (4.º); José Hugo Kop (4.º); Modesto de Melo (4.º); Raul Macedo (1.º); Júlio Oliver (2.º); Costa Ribeiro (2.º); Sousa Leão (2.º); Faria Souto (2.º); Bernardino Franco (4.º); Almeida Paim (4.º); Sílvio Rangel (3.º); Bulhões Carvalho (4.º); Eugênio Pinto (3.º); Ventura de Albuquerque (5.º); Fernandes Júnior (5.º); e Francisco Tavares (1.º).

Votaram contra a sobretaxa: Irineu Sodré (3.º); Agnaldo Tavares (2.º); Raul Veiga (3.º); Álvaro Diniz (2.º); Francisco Cantarino (1.º); Geraldo Martins (1.º); Otávio Kelly (1.º); Abílio Alves Sousa (1.º); Teófilo de Castro (1.º); Miguel do Rosário (2.º); Marcial de Oliveira (2.º); Sérgio Pitta (3.º); Alves Costa (3.º); Cornélio Lima (3.º); João Sanches (3.º); José de Moraes (3.º); Francisco Marcondes (4.º); Bernardino Melo (4.º); Raul Fernandes (4.º); Ponce de Leon (5.º); Álvaro Rocha (5.º); Mário de Paula (5.º); Ernesto Resende (5.º); Adílio Monteiro (5.º); Ari Fontenelle (5.º); e Nestor Áscoli (4.º).

32. Nesse sentido é significativa a denúncia feita por Eugênio Pinto: "...os interesses partidários dos diversos municípios do estado orientam-se em regra, não, de acordo com o interesse imediato do eleitor ou do seu guia local, mas por sentimentos de outra ordem que primam sobre o interesse pecuniário, qual seja a paixão política, ou os laços de solidariedade estabelecidos

dentro das organizações partidárias." Ver *Anais da ALERJ*, 1908, sessão de 25 de setembro, p. 175.

33. Ver carta de Arnaldo Tavares a Nilo de 5/11/1907, Arquivo Nilo Peçanha.

34. Para uma descrição mais detalhada dessa questão, denominada na época "o caso constitucional fluminense", ver Robert Russell, *Nilo Peçanha and fluminense politics (1889-1917)*, p. 130-136.

35. Ver Joseph Love, *O regionalismo gaúcho*, p. 143 e segs.

36. Ver Alberto Venâncio Filho, "Carlos Peixoto e o Jardim de Infância", e Edgar Carone, *A República Velha (evolução política)*, p. 228 e segs.

37. Ver Afonso Arinos de Mello Franco, *Um estudista da República; Afrânio de Mello Franco e seu tempo*, (Nova Aguilar), p. 469 e segs.

38. Idem *ib.*, p. 478.

39. Ver *Anais da ALERJ*, 1908, sessão de 2 de setembro, p. 46.

40. Ver discurso de Mário de Paula, *Anais da ALERJ*, 1908, sessão de 31 de agosto, p. 29.

41. Ver discurso de Marcial de Oliveira, *Anais da ALERJ*, 1908, sessão de 1.º de setembro, p. 38.

42. Disseram sim ao requerimento: Arnaldo Tavares, Ernesto Resende, Francisco Soares Bulhões Carvalho, Eugênio Pinto, Irineu Sodré, Álvaro Diniz, Araújo Pinheiro, Bernardino Melo, Raul Macedo, Francisco Cantarino, Geraldo Martins, Abílio Alves, Teófilo de Castro, Júlio Olivier, Nestor Ascoli, Costa Ribeiro, Sousa Leão, Marcial de Oliveira, Sérgio Pitta, Faria Souto, João Sanches, Bernardino Franco, Sílvio Rangel, Ventura de Albuquerque e Fernandes Júnior. Raul Fernandes, líder oposicionista, não votou. Ver *Anais da ALERJ*, 1908, sessão de 1.º de setembro, p. 39.

43. O plano governamental propunha favores às empresas que se organizassem visando a exploração de fibras têxteis, como isenção dos impostos de importação de maquinaria. As outras a serem beneficiadas eram empresas destinadas à contagem e exploração de matadouros frigoríficos e as que se propusessem a realizar obras de saneamento na Baixada Fluminense.

44. Discurso de Ari Fontenelle, *Anais da ALERJ*, 1908, sessão de 30 de setembro, p. 207.

45. Esta acusação aparece em vários discursos. Ver principalmente o do deputado Ari Fontenelle em *Anais da ALERJ*, 1908, sessão de 30 de setembro, p. 206.

46. Projeto apresentado por Raul Veiga em sessão de 6 de outubro de 1908. Ver *Anais da ALERJ*, 1908, p. 272.

47. O projeto 1678 B previa a aplicação do produto da sobretaxa em favor da lavoura do café e da criação de cooperativas agrícolas.

48. Sônia Regina Mendonça, em *A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do estado do Rio de Janeiro*, p. 64, aponta os seguintes projetos de extinção da sobretaxa no período posterior a 1908: o projeto 2.675 (*Anais da ALERJ*, 1909, p. 65), e o projeto 2.008 (*Anais da ALERJ*, 1911, p. 416).

A RETOMADA DO CONTROLE POLÍTICO*

1. OS REFLEXOS DA ASCENSÃO DE NILO PEÇANHA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O processo de retomada do controle político do nilismo no Estado do Rio teve seu momento decisivo com a posse do vice-presidente Nilo Peçanha na presidência da República, em virtude da morte de Afonso Pena em 14 de junho de 1909. Situada no campo oposicionista estadual desde a cisão com Backer em 1907, o grupo nilista passaria a se fortalecer gradativamente — e também a reincorporar os antigos correligionários que haviam aderido ao situacionismo backerista — em função não só da presença de Nilo na presidência como, mais adiante, da eleição de Hermes da Fonseca. A retomada nilista se concretizaria finalmente com a posse de Oliveira Botelho na presidência do Estado do Rio em dezembro de 1910, garantida pelo governo federal.

A ascensão de Nilo à presidência da República ocorreu em um momento em que as discussões sobre a sucessão de Afonso Pena, a ser definida em eleição marcada para 1.º de março de 1910, dominavam o cenário nacional. O presidente da República faleceu sem ter encontrado um candidato capaz de aglutinar as forças políticas mineiras e garantir o domínio de Minas no novo governo. Por outro lado, o principal adversário de Afonso Pena, Pinheiro Machado, apoiava a candidatura recém-lançada do marechal Hermes da Fonseca. Se, para Pinheiro, a posse de Nilo, seu antigo aliado, tornava-se um elemento importante para seus objetivos de conduzir o processo sucessório, para Nilo, apoiar a candidatura Hermes na condição de presidente

* Este capítulo é uma versão modificada dos documentos de trabalhos de Vera Lúcia Feijó, "Limitações e fraquezas do nilismo no Estado do Rio: o governo Alfredo Backer" e de Mônica Almeida Kornis, "Os impasses para a consolidação do nilismo: retomada, enfrentamento e acordo". As alterações são de responsabilidade de Mônica Almeida Kornis.

da República significava garantir a vitória do marechal e, conseqüentemente, consolidar seu próprio poder no Estado do Rio.

É nesse contexto que residem as raízes da progressiva perda de poder de Alfredo Backer e da reconquista do controle da política fluminense pelos nilistas. Na medida em que o nilismo rearticulava suas forças no Estado do Rio, aprofundava-se o esvaziamento político do governo dirigido por Backer, que perdeu o apoio federal até então assegurado por Afonso Pena e pelo Jardim de Infância. Deve-se ainda registrar que a presença de Nilo à frente do Executivo federal permitiu a concessão de benefícios ao Estado do Rio, que se voltaram sobretudo para o desenvolvimento e o aumento do número de linhas férreas.¹

Para uma análise da base real de sustentação do governo Backer em 1909, contudo, torna-se necessário examinar não só a situação da ALERJ, como a composição da bancada federal fluminense eleita em janeiro desse mesmo ano, antes portanto da posse de Nilo na presidência. Embora o apoio às várias situações estaduais estivesse incluído na estratégia de consolidação do poder político de Afonso Pena, e embora o governo federal estivesse apoiando Backer, o resultado das eleições federais demonstrou o quão relativo era o poder do situacionismo fluminense na Câmara e no Senado. A despeito do avanço das posições de Backer e da adoção de certas medidas conciliadoras por parte de segmentos nilistas, a força de Nilo Peçanha mostrou-se significativa naquele pleito. Um certo equilíbrio marcou a articulação das chapas, já que nenhuma das duas facções teve condições de apresentar chapa completa, ficando reservado de ambos os lados um número de vagas para o grupo concorrente. O resultado final do pleito reiterou o equilíbrio de forças, já que foram eleitos nove deputados ligados a Backer e oito deputados e três senadores ligados à facção nilista.²

Já na ALERJ, a situação era bastante distinta, na medida em que em 1908 vários deputados nilistas haviam sido cooptados pelo governo Backer, que alcançara assim o controle da maioria. O primeiro passo na retomada do controle político do nilismo foi a reconquista da maioria, desde o início dos trabalhos legislativos, em agosto de 1909. Esta nova composição, decorrente de um comportamento pendular que apenas corrobora a predominância dos conflitos clientelísticos sobre os interesses econômicos nas clivagens entre as facções oligárquicas fluminenses durante a República Velha, iria a partir de então dificultar a aprovação de projetos oriundos do governo estadual. É preciso notar ainda que o móvel do realinhamento dos deputados estaduais a Nilo não se esgotava no fato de o líder fluminense estar ocupando naquele momento o cargo máximo da política nacional. A perspectiva da eleição de

Hermes da Fonseca, apoiado por Nilo, explicava igualmente o interesse das chefias locais em novas composições políticas.³

Embora o nilismo estivesse se fortalecendo no Estado do Rio, e a ALERJ, majoritariamente pró-Nilo, minasse as forças de apoio ao governo Backer, a tentativa de formalização de um acordo entre os dois líderes em torno das eleições legislativas marcadas para dezembro de 1909 veio revelar a necessidade sentida pelos nilistas de ampliar suas bases de sustentação política na Assembléia com vistas ao tão almejado controle do Executivo estadual. Aceito por ambas as partes em 13 de setembro de 1909, a partir de negociações levadas a cabo pelo deputado federal nilista José Tolentino, o acordo consistiu em suas linhas gerais na proposta de apoio de Backer à candidatura de Oliveira Botelho à sua sucessão em troca de apoio nilista à reeleição de alguns deputados backeristas e a algumas nomeações em municípios fluminenses.⁴ As dificuldades em neutralizar as hostilidades entre as duas facções criaram no entanto obstáculos para a aceitação do acordo. As desconfianças partiam de ambos os lados, como o comprovam as críticas tanto do nilista Everardo Backheuser, que se recusava a acompanhar Nilo nessa nova aliança,⁵ como do tradicional adversário de Nilo, Miguel de Carvalho. O fracasso da tentativa de acordo foi afinal saudado pelo líder de Petrópolis. Hermogêneo Silva, ao afirmar que “ninguém tinha confiança na atitude de Backer e na imparcialidade do Miguel [de Carvalho]”.⁶ Diante do acirramento do conflito entre as duas facções, o governo estadual enviou tropas policiais a alguns municípios, apesar das denúncias de violação à Constituição Federal feitas por Nilo em face daquela atitude.

Num clima tenso e marcado pelas costumeiras denúncias de fraude, as eleições estaduais e municipais se realizaram com a apresentação de duas chapas opostas⁷ que disputavam sobretudo o direito de reconhecer o sucessor de Backer no pleito previsto para o ano seguinte. O confronto foi intenso em alguns municípios, ocupados por tropas estaduais e federais a pretexto de garantir a realização do pleito. Em Petrópolis, Macaé e Niterói, localidades cuja base de apoio de Backer era maior, os conflitos foram especialmente graves.⁸ Os resultados foram contestados por ambas as partes, inaugurando-se uma nova situação de dualidade de assembleias, que só seria solucionada em favor dos nilistas no governo Hermes da Fonseca.

2. A ELEIÇÃO DE HERMES DA FONSECA E A SUSTENTAÇÃO DO NILISMO

As discussões em torno da sucessão presidencial de 1910 tiveram início ainda em 1908, com os esforços do presidente Afonso Pena para articular

um candidato que aglutinasse todas as correntes políticas mineiras contra a influência de Pinheiro Machado. O fracasso dessa tentativa possibilitou a consolidação da candidatura do marechal Hermes da Fonseca, que alterou o pacto político até então dominante, graças às novas alianças que se estabeleceram.

A tentativa de Afonso Pena de indicar um sucessor mineiro enfrentou sérios entraves não só devido à morte do presidente de Minas Gerais e virtual candidato João Pinheiro, ocorrida em outubro de 1908, mas também devido às divergências que se estabeleceram no interior do Partido Republicano Mineiro (PRM) em torno da indicação posterior do ministro da fazenda Davi Campista. O impasse criado implicou a cisão da bancada federal mineira e a conseqüente renúncia, em maio de 1909, do deputado Carlos Peixoto da presidência da Câmara dos Deputados. Tal fato redundou por sua vez no enfraquecimento do Jardim da Infância, grupo parlamentar que visava impedir o avanço das forças identificadas com o Bloco pinheirista.

Entre as várias candidaturas então cogitadas, tomou corpo a do ministro da guerra, marechal Hermes da Fonseca. Lembrada desde o início de 1909 em reuniões públicas promovidas por oficiais do Exército,⁹ a candidatura Hermes se fortaleceu em decorrência do apoio do Rio Grande do Sul, que além de se opor à permanência do domínio mineiro no governo federal, não havia conseguido entrar em acordo com Afonso Pena, através de Pinheiro Machado, para a escolha de outro candidato. A própria cisão das forças mineiras fez com que parte do PRM aderisse à candidatura defendida pelo Rio Grande, o que lhe abria a possibilidade de indicar o candidato à vice-presidência. Assim, em convenção realizada em 22 de maio de 1909, foi lançada a chapa Hermes-Venceslau Brás. O Estado do Rio, então governado por Backer, não compareceu à convenção, certamente em solidariedade a Afonso Pena, que ainda não se havia manifestado oficialmente sobre a questão.

Convém destacar que o apoio do Exército à candidatura Hermes encontrava-se naquele momento subordinado aos interesses das forças gaúchas e mineiras lideradas por Pinheiro Machado. Como lembram José Murilo de Carvalho e Boris Fausto, a candidatura militar do marechal não poderia ser considerada fruto da atuação do Exército como força autônoma.¹⁰ Segundo José Murilo, o que ocorreu foi que, diante do desacordo entre Minas e São Paulo e da cisão interna em Minas Gerais, "as lideranças civis, principalmente a mineira, já se dispunham a aceitar uma candidatura militar como saída para o impasse sucessório".¹¹ A indicação de Hermes da Fonseca situava-se portanto dentro do jogo determinado pela política oligárquica e sustentava-se graças a um amplo pacto político cuja transitoriedade se mani-

festaria, aliás, nos conflitos entre militares e políticos ocorridos nos anos seguintes.

O lançamento da chapa Hermes-Venceslau Brás veio por outro lado interromper as negociações que vinham sendo entabuladas entre Pinheiro Machado e Rui Barbosa. Opondo-se à indicação de um candidato militar, Rui Barbosa apresentou-se como concorrente de Hermes, contando com o apoio de ampla facção do Partido Republicano Paulista (PRP) e tornando-se, à frente da Campanha Civilista, um pólo de atração para o voto das populações urbanas.

A morte de Afonso Pena e a posse de Nilo Peçanha abriram novas perspectivas para a sucessão, renovando as expectativas de lançamento da candidatura do próprio Nilo, cogitada desde 1908 em oposição à de João Pinheiro. Segundo Afonso Arinos e Maria do Carmo Campello de Souza, Nilo teria assumido a presidência com a intenção de renunciar em favor de Quintino Bocaiúva, vice-presidente do Senado, para que este chefiasse o pleito no qual sua própria candidatura se afirmaria como uma expressão da conciliação nacional.¹² A falta de apoio à sua candidatura levou-o contudo a apoiar Hermes, o que fez com que vários estados da federação também apoiassem o candidato que assim se tornava oficial.

No Estado do Rio, o apoio de Nilo a Hermes levou a maioria da ALERJ, no início dos trabalhos legislativos de 1909, a aprovar a indicação do marechal para a presidência. A minoria backerista absteve-se de votar alegando não ter ainda candidato.¹³ Seguindo a lógica das alianças políticas, Backer acabaria por sustentar a candidatura oposicionista de Rui Barbosa.

A vitória da chapa Hermes-Venceslau Brás, em março de 1910, veio referendar no Estado do Rio a candidatura de Oliveira Botelho à sucessão de Backer, indicada por Nilo, representando assim um novo alento para o processo de afirmação do nilismo. Igualmente importante para a definição do processo sucessório fluminense foi a aliança de Nilo com Pinheiro Machado, que desfrutava de um poder crescente na nova composição política nacional.

O confronto entre nilistas e backeristas que se estabelecera no pleito de dezembro de 1909 transformou a sucessão de Backer em disputa acirrada. Desde aquela época até a eleição do presidente estadual, em 10 de julho de 1910, tropas federais e estaduais, a mando de Nilo e Backer, respectivamente, se hostilizavam em alguns municípios fluminenses. Nilo empenhou-se pessoalmente na campanha de Oliveira Botelho, enquanto Backer sustentava a candidatura do ex-deputado estadual com base política em Petrópolis, Manuel Edwiges de Queirós Vieira.

Realizada a eleição em meio às costumeiras denúncias de fraude, caberia à ALERJ reconhecer o candidato eleito. No entanto, na primeira sessão preparatória para a instalação da Assembléia, 27 deputados nilistas se reuniram em Niterói, enquanto 13 backeristas se concentraram em Petrópolis, configurando-se uma situação de "duplicata".¹⁴ O primeiro movimento para a saída desse impasse foi o pedido de *habeas corpus* encaminhado ao Supremo Tribunal Federal por 29 nilistas, solicitando o reconhecimento da legalidade de seu grupo enquanto maioria na ALERJ. Apesar dos esforços contrários de Backer, em 15 de agosto de 1910, o STF divulgou decisão favorável aos nilistas. A disputa no entanto prosseguiu, com os backeristas solicitando *habeas corpus* para seu reconhecimento, e os nilistas reivindicando a intervenção federal no estado. Embora aceita no Senado sob a influência de Pinheiro Machado, a proposta de intervenção foi rejeitada na Câmara por pressão do grupo civilista e do próprio presidente da casa, o mineiro Sabino Barroso.¹⁵

A discussão sobre a intervenção no Estado do Rio foi finalmente sustada em função da crise política então instalada no Amazonas. Tendo perdido o controle sobre o governador recém-empossado, Pinheiro Machado havia solicitado a intervenção naquele estado. A oposição de Nilo à proposta de Pinheiro, criando um foco de tensão entre os dois líderes que se manifestaria sobretudo nos anos seguintes, suprimiu naquele momento os fundamentos para a intervenção no Estado do Rio.

Ainda assim, o caso fluminense se encerrou a contento para os nilistas. Embora o problema da ALERJ não estivesse resolvido, Oliveira Botelho tomou posse em 31 de dezembro de 1910 e teve a legitimidade de seu mandato reconhecida pelo Decreto n.º 8.499, expedido em 3 de janeiro de 1911 pelo novo presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca.

3. O GOVERNO NILISTA DE OLIVEIRA BOTELHO

Ao tomar posse na presidência do Estado do Rio, Oliveira Botelho proferiu um discurso em que defendia a reabilitação do estado "na ordem moral, na ordem política e na ordem administrativa"¹⁶ e prometia dar continuidade aos programas econômico e financeiro iniciados na gestão de Nilo Peçanha. Embora tenha enfrentado dificuldades decorrentes das divergências entre as lideranças que haviam apoiado sua eleição — o próprio presidente Hermes da Fonseca, Pinheiro Machado e Nilo —, seu governo assegurou aos nilistas o controle da política fluminense, situação esta que só seria alterada na sucessão de Hermes da Fonseca.

Contando com o reconhecimento do presidente da República e com o apoio da assembleia nilista, mas enfrentando a oposição da assembleia backerista, Oliveira Botelho não esperou que o Congresso Nacional se pronunciasse sobre a legitimidade da ALERJ e dois dias após sua posse anulou resoluções e decretos expedidos no ano anterior pelo ex-presidente Backer. A assembleia nilista também iniciou seus trabalhos logo após a posse de Botelho, reunindo-se em sessões extraordinárias, e concentrou suas forças em denúncias contra o governo anterior. Entre suas iniciativas constam pedidos de esclarecimento sobre irregularidades financeiras e administrativas que teriam abalado o orçamento do estado, a reivindicação de um serviço de fiscalização dos impostos territorial e de indústrias e profissões, e as propostas de reforma do serviço público, de nova divisão judiciária do estado e de reorganização do serviço policial.

A oposição backerista reagiu em alguns municípios, o que provocou uma onda de demissões por parte do governo, além da deposição de algumas câmaras de vereadores. O domínio do grupo nilista na política estadual era evidente, chegando a contar com o apoio, segundo notícia publicada em 15 de fevereiro de 1911 por *O Fluminense*, da unanimidade da representação no Senado e 2/3 da bancada na Câmara dos Deputados, além de 37 das 48 municipalidades e da maioria da Assembleia. Tratava-se, evidentemente, da assembleia nilista, já que os backeristas continuavam a se reunir separadamente, prolongando a situação de dualidade.

Ao mesmo tempo em que procurava consolidar-se na política interna fluminense, Oliveira Botelho precisava observar os compromissos assumidos com o presidente Hermes da Fonseca e o senador Pinheiro Machado, que haviam garantido sua posse na presidência do estado. A gestão desses compromissos foi a herança que Botelho recebeu de Nilo Peçanha, já que este, em fevereiro de 1911, partiu para uma viagem à Europa da qual só retornaria em junho do ano seguinte. A ausência de Nilo, aliada à amplitude do acordo político que sustentava o governo Botelho, iria sem dúvida dificultar a reimplantação do nilismo no Estado do Rio.

A primeira demonstração de fidelidade de Oliveira Botelho aos compromissos firmados com Hermes e Pinheiro Machado ocorreu durante a convenção do partido situacionista, que desde 1909 voltara a adotar a sigla PRF. No encontro, realizado em 14 de fevereiro de 1911, foi eleita a nova comissão executiva, integrada por Nilo Peçanha, os senadores Quintino Bocaiúva, Oliveira Figueiredo e Barão de Miracema, e os vice-presidentes do estado João Guimarães, Antônio Ribeiro Velho de Avelar e coronel Alfredo Lopes Martins. Além disso, o partido aprovou moção de solidariedade ao presidente da República e integrou-se ao Partido Republicano Conserva-

dor (PRC), fundado por Pinheiro Machado uma semana antes da posse de Hermes da Fonseca com o objetivo de promover a união das oligarquias dominantes e dos militares numa agremiação de caráter nacional que, sob sua direção, apoiaria o novo governo. O partido situacionista fluminense passou então a se chamar Partido Republicano Conservador Fluminense (PRCF), enquanto a antiga sigla PRF passou a ser utilizada pela oposição.

O projeto de Pinheiro Machado ao criar o PRC, de promover a unificação política nacional, não foi contudo hem sucedido. Na verdade, os situacionismos mineiro e gaúcho a ele se aliaram apenas temporariamente, num momento em que lhes interessava a união de forças, e as próprias oligarquias dos estados menores reagiram ao comando pinheirista. O movimento dos grupos de oposição desencadeado em alguns estados do Nordeste como Ceará, Alagoas, Pernambuco e Sergipe contra as oligarquias dominantes rebeldes ao controle de Pinheiro contou com forte apoio do governo federal mas não proporcionou em troca uma real base de apoio a Hermes e Pinheiro. Ao contrário, o movimento das "salvações" militares, assim chamado em alusão ao objetivo de "salvar" as instituições republicanas através da derrubada dos governos estaduais, abriu novos focos de rebeldia e tensão, revelando a inexistência de uma sólida coesão política em torno do novo presidente.¹⁷

Os reflexos desse complicado jogo de alianças e dissensões logo se fez sentir no Estado do Rio. Embora ausente, Nilo Peçanha acompanhava o processo político fluminense através de vasta correspondência com seus correligionários, assumindo um papel de guia para a condução da política estadual. Seu afastamento do país era aliás aprovado por seus seguidores,¹⁸ que preferiam preservar sua imagem para lançá-lo candidato à sucessão de Hermes da Fonseca. No entanto, o início do movimento salvacionista veio colocar para Nilo alguns problemas. Amigo do general Dantas Barreto, que assumiu o governo de Pernambuco, de J. J. Scabra, empossado no governo da Bahia, Nilo viu seus dois aliados se rebelarem contra a dominação de Pinheiro Machado, sem dúvida peça fundamental para seu próprio projeto político.

Por outro lado, assim como em outros estados da federação, começaram a surgir no Estado do Rio disputas entre hermistas e pinheiristas, que dividiram o grupo nilista em torno das lideranças de Oliveira Botelho e Quintino Bocaiúva. A afinidade do presidente fluminense com o presidente da República era inegável,¹⁹ tendo inclusive merecido críticas da imprensa civilista. O fato de Oliveira Botelho ter nomeado Sebastião Lacerda para o cargo de secretário-geral também era visto como consequência da estreita relação que mantinha com Hermes, já que Lacerda não havia demonstrado anterior-

mente especial afinidade com Nilo Peçanha. Enquanto Botelho se identificava com o Marechal Hermes, Quintino Bocaiuva, substituto de Nilo Peçanha à frente do PRCF e presidente do PRC, colocava-se claramente ao lado de Pinheiro Machado. Embora Botelho afirmasse que como presidente do estado cabia-lhe administrar, e não chefiar o partido do governo,²⁰ ocorreram conflitos entre ele e Quintino. Os nilistas divididos entre as duas lideranças, ainda que respeitando a orientação de Nilo, envolveram-se em disputas pelo controle de áreas do estado, dificultando assim a consolidação de seu domínio.

Após ser resolvida a questão da ALERJ com o reconhecimento da assembleia nilista pelo Congresso Nacional em 3 de agosto de 1911, Oliveira Botelho enfrentou o primeiro grande desafio político de seu governo: a articulação da chapa situacionista de candidatos à eleição para Câmara dos Deputados e para o terço do Senado, a ser realizada em 30 de janeiro de 1912. Ligado a Hermes, sem poder contudo desprezar os compromissos com Pinheiro, e devendo ainda submeter-se à orientação de Nilo.²¹ Oliveira Botelho empenhou-se nessa difícil tarefa durante todo o segundo semestre de 1911.

Um dos grandes problemas ocorridos nesse processo foi a indicação de nomes estranhos à política fluminense em virtude da interferência federal. Assim, a inclusão na chapa do 1.º distrito do comandante Augusto Carlos de Sousa e Silva, indicado por Hermes com o aval de Botelho, e de Manuel Reis, ligado a J. J. Seabra e apoiado por Quintino e Pinheiro, ambos candidatos desconhecidos no estado, causou sérios embaraços, sobretudo porque significou a exclusão de outros políticos de Niterói.²² Também no 1.º distrito, a indicação de Érico Coelho, candidato à reeleição, causou problemas: apoiado por Quintino e Nilo, desagradava aos partidários de Botelho.²³ Oliveira Botelho, por sua vez, procurou indicar um correligionário seu em Petrópolis, tradicional reduto oposicionista.²⁴

As divergências se repetiram nos demais distritos eleitorais,²⁵ dificultando a organização da chapa, que só foi divulgada em 23 de janeiro de 1912, uma semana antes da eleição.²⁶ Ao final, o número de candidatos propostos por Oliveira Botelho e Hermes foi maior do que o dos indicados por Quintino. Botelho apoiou igualmente alguns candidatos que se apresentaram como avulsos, como Carlos de Faria Souto e Teixeira Leomil, compromissados com Hermes, e José Tolentino, apoiado por Nilo e pelo ministro da Guerra Dantas Barreto.²⁷ A chapa oposicionista revelou por sua vez a diversidade dos grupos antinilistas que se haviam congregado no PRF, agora partido de oposição. Entre os 14 nomes apresentados havia tradicionais adversários de Nilo ligados a Miguel de Carvalho, antigos nilistas que haviam aderido a

Backer, partidários de Rui Barbosa e ainda elementos ligados ao antigo líder antinilista de Petrópolis Hermogêneo Silva.²⁸

Realizado o pleito, a vitória coube à chapa oficial, que elegeu todos os candidatos apresentados. Nenhum candidato de oposição foi eleito, e os lugares reservados à minoria foram preenchidos com os avulsos Carlos de Faria Souto e José Tolentino. A despeito do comparecimento de 63,3% do eleitorado,²⁹ a eleição foi considerada desanimada pela imprensa antibotelhista, que qualificava o fato de inconcebível diante da “luta aberta entre dois partidos fortes e arregimentados, e ainda levando em conta o prestígio de alguns candidatos avulsos”.³⁰ É preciso lembrar, contudo, que as diferentes origens dos candidatos nilistas conferiam frágil coesão à nova bancada fluminense.³¹

Foi com esse equilíbrio instável que Nilo Peçanha, recém-eleito senador, se defrontou ao retornar de sua viagem à Europa, em fins de junho de 1912. A morte de Quintino, ocorrida dias depois de sua chegada, desencadeou algumas alterações na composição da bancada fluminense no Senado e na Câmara, bem como na comissão executiva do PRC. Em convenção realizada em 20 de julho, Pinheiro Machado foi eleito presidente do partido, enquanto Nilo passou a integrar a comissão executiva. Segundo Russell, a aproximação que então se verificou entre Pinheiro e Nilo, decorrente da presença deste na comissão executiva do PRC, foi reforçada pelo fato de Nilo ter reassumido a chefia do PRCF, pela qual respondera Quintino durante sua ausência. Ao retomar sua antiga posição, Nilo teria passado a atrair elementos que divergiam de Oliveira Botelho.³² Compreende-se assim que as antigas divergências entre Botelho e Quintino tenham-se mantido, polarizadas agora sob a liderança de Botelho e do próprio Nilo.³³

A presença de Nilo na comissão executiva do PRC era um fator importante para as articulações visando o lançamento de sua candidatura à sucessão de Hermes da Fonseca. Por outro lado, a permanência de conflitos no seio do grupo nilista atestava as dificuldades de uma unificação política do estado mesmo sob a liderança de Nilo. Embora fosse unanimemente respeitado, Nilo recebeu várias críticas à administração Oliveira Botelho, atacada pelos jornais *O Fluminense* e *Gazeta da Manhã* e defendida pelo *Diário Fluminense*. Os jornais contrários a Botelho apontavam uma série de irregularidades que vinham ocorrendo, desde a implantação de “um regime de mentira, esbanjamento e opressão”,³⁴ até o envolvimento do presidente do estado em fraudes eleitorais, com a organização de mesas “sob pressão das carabinas da polícia”.³⁵ O apoio de Botelho a Feliciano Sodré, prefeito de Niterói, era um dos aspectos mais criticados por *O Fluminense*, que desencadeou campanha contra a suntuosidade das obras executadas na capital.³⁶

A despeito de todas as dificuldades na preparação das eleições para a ALERJ e para as câmaras municipais, a serem realizadas em 15 dezembro de 1912, Nilo reuniu-se com Oliveira Botelho e lançou uma recomendação às direções políticas locais³⁷ com a qual pretendeu neutralizar os atritos existentes não só entre o governo do estado e a direção do PRCF, mas entre governo e oposição. A recomendação defendia a representação da minoria, visando sem dúvida controlar as oposições locais. Embora a desconfiança da oposição em relação ao cumprimento da lei do terço fosse evidente,³⁸ Miguel de Carvalho organizou a chapa do PRF, com um candidato por distrito.³⁹ Em nota assinada pela comissão executiva do PRF, este número era justificado pela decisão do governo do estado de limitar a cinco nomes a representação da oposição. Segundo Russell, não só alguns municípios de direção oposicionista, mas também partidários de Nilo, por razões contrárias, fizeram restrições ao critério adotado.⁴⁰

Na composição da chapa oficial, o PRCF adotou o critério da reeleição daqueles deputados cujas bases políticas estavam bem consolidadas,⁴¹ preponderando sempre as indicações de Nilo. Os 40 candidatos apresentados foram eleitos, enquanto a oposição fez apenas dois representantes, cabendo os três lugares restantes a candidatos avulsos.⁴² Assim como acontecera com as eleições para a Câmara dos Deputados e o Senado, as eleições para a ALERJ e para as câmaras municipais confirmaram o controle nilista sobre a política fluminense, a despeito das divergências internas. Este quadro iria ser alterado com a reordenação da política nacional em função da sucessão de Hermes da Fonseca.

NOTAS

1. Ver Robert Russell, *Nilo Peçanha and fluminense politics (1889-1917)*, p. 161-163.
2. A facção backerista elegeu os seguintes deputados federais: Lobo Jarumenha, João Batista, Luís Murat, Henrique Borges, José Paulino Soares de Sousa Junior (reeleitos); Faria Souto, Francisco Portela, Anibal Carvalho e Araújo Pinheiro (eleitos pela primeira vez). A oposição nilista elegeu Baltasar Bernardino, Benedito Gonçalves Pereira Nunes, Oliveira Botelho, J. C. Teixeira Brandão (reeleitos); Porto Sobrinho, Érico Coelho, Raul Fernandes (eleitos pela primeira vez para a Câmara Federal, sendo que Érico Coelho havia sido senador). Ver Dunshee de Abranches, *Governo e Congressos do Brasil*, vol. 2, p. 312-318.
3. Este foi o caso dos chefes políticos Hermogêneo Silva, de Petrópolis, e Horácio Magalhães, que romperam com Backer pelo fato de este não ter apoiado a candidatura Hermes. Ver *Anais da ALERJ*, 1909, sessão de 12 agosto, p. 102.
4. Ver carta de José Tolentino a Nilo, s.d., 1909, Arquivo Nilo Peçanha.
5. Ver carta de Everardo Backheuser a Nilo, de 11/9/1909, Arquivo Nilo Peçanha.
6. Carta de Hermogêneo Silva a Nilo de 8/12/1909, Arquivo Nilo Peçanha.
7. A relação dos candidatos de ambas as chapas está em *Jornal do Comércio*, 18 e 20/12/1909 e *O Século*, 10/12/1909.
8. Para maiores detalhes sobre os conflitos em vários municípios, ver Robert Russell, op. cit., p. 151-153; Afonso Arinos de Mello Franco, *Um estadista da República; Afrânio de Mello Franco e seu tempo* (Nova Aguilar), p. 518; Emmanuel de Macedo Soares, *História política do Estado do Rio de Janeiro (1889-1975)*.
9. Ver Afonso Arinos de Mello Franco, *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*, vol. 2 p. 595.
10. Ver José Murilo de Carvalho, "As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador", p. 218-219, e Boris Fausto, *Pequenos ensaios de história da República (1889-1945)*, p. 25.
11. José Murilo de Carvalho, op. cit., p. 218.
12. Ver Afonso Arinos de Mello Franco, *Um estadista da República*, p. 501, e Maria do Carmo Campello de Souza, "O processo político-partidário na Primeira República", p. 201.
13. Ver *Anais da ALERJ* 1909, sessão de 3 de agosto, p. 43.
14. Ver *Anais da ALERJ*, 1910, sessão de 1.º de agosto, p. 35.
15. Mais detalhes sobre o processo em Robert Russell, op. cit., p. 165-170 e Afonso Arinos de Mello Franco, op. cit., p. 518-526.

16. Discurso de posse de Oliveira Botelho em *O Fluminense*, 1/1/1911.
17. Para mais detalhes sobre a composição política do governo Hermes e o movimento salvacionista nos vários estados, ver Maria do Carmo Campello de Souza, op. cit., p. 203-208.
18. Ver cartas de Oliveira Botelho a Nilo de 4 e 21/8, 3/9 e 5/10/1911, e carta de Elisio de Araújo a Nilo de 21/8/1911, Arquivo Nilo Peçanha. Embora Nilo fosse até mesmo aconselhado a retornar somente após as eleições legislativas de dezembro de 1912 (carta de João de Moraes a Nilo de 14/9/1911, Arquivo Nilo Peçanha), o deputado federal nitista Raul Fernandes demonstrou seu temor de que essa distância pudesse tornar-se um sacrifício sem proveito, por ser pública a influência de Nilo na escolha de chapa da bancada fluminense à Câmara dos Deputados e sua estreita ligação com Oliveira Botelho (carta de Raul Fernandes a Nilo de 27/9/1911, Arquivo Nilo Peçanha).
19. Ver carta de Oliveira Botelho a Nilo de 13/3/1911, Arquivo Nilo Peçanha.
20. Ver *Mensagem de Oliveira Botelho à ALERJ* em 1/8/1911, p. 4.
21. Em carta a Nilo de 3/9/1911 (Arquivo Nilo Peçanha), dizia Botelho: "Organize como entender a chapa fluminense e mande os nomes que deverão ser apresentados ao eleitorado: tudo será feito de acordo com suas ordens". Na mesma carta, contudo, Botelho pedia a Nilo que Quintino não se compromettesse com os candidatos concorrentes à Câmara.
22. Ver *Diário Fluminense*, 15 e 28/1/1912, e carta de Chico (?) a Nilo de 16/1/1912, Arquivo Nilo Peçanha. As críticas feitas por três dos sete membros da comissão executiva do PRCF — o senador Barão de Miracema e os dois vice-presidentes João Guimarães e coronel Ribeiro Velho de Avelar — à inclusão na chapa de nomes estranhos à vida política fluminense é indicativa da intensidade dessa disputa. Ver *Diário Fluminense*, 10/1/1912.
23. Ver carta de Oliveira Botelho a Nilo de 22/11/1911, Arquivo Nilo Peçanha.
24. Embora não tenha obtido êxito na indicação do líder da Assembleia Horácio Magalhães, Botelho conseguia incluir na chapa o presidente da Câmara Municipal de Petrópolis, Luis Carlos Froes da Cruz. Ver *Diário Fluminense*, 6/1/1912. Ver também carta de Horácio Magalhães a Nilo, 12/2/1912, carta de Chico (?) a Nilo, 5/3/1912, e carta de Oliveira Botelho a Nilo, 13/3/1912, Arquivo Nilo Peçanha.
25. No 3.º distrito, enquanto Quintino defendia a candidatura do deputado federal e chefe político de Barra Mansa, João Carlos Teixeira Brandão (*Diário Fluminense*, 6/1/1912), Hermes propunha a de seu oficial de gabinete Maurício de Lacerda — filho do ex-secretário-geral de Oliveira Botelho, Sebastião Lacerda —, e Oliveira Botelho a do presidente da Câmara Municipal de Resende, Mário de Paula (cartas de Oliveira Botelho a Nilo, 3/9/1911 e 22/11/1911, Arquivo Nilo Peçanha). Da mesma forma, no 2.º distrito, Oliveira Botelho contestou a indicação feita por Quintino da candidatura do líder político de Pádua, Temístocles de Almeida (cartas de Temístocles de Almeida a Nilo, 30/9/1911 e 24/10/1911, citadas por Robert Russell, op. cit., p. 198-199, e carta de Oliveira Botelho a Nilo, 22/11/1911, Arquivo Nilo Peçanha).
26. A chapa do PRCF ficou assim constituída: para o Senado foi lançado Nilo Peçanha, e para a Câmara, os seguintes candidatos: 1.º distrito — Froes da Cruz, Manuel Reis, Sousa e Silva, Érico Coelho e Porto Sobrinho, sendo os dois últimos candidatos à reeleição; 2.º distrito — Elisio de Araújo, Luis da Silva Castro, Francisco Portela, Pereira Nunes e Raul Veiga, sendo os três últimos candidatos à reeleição; 3.º distrito — Mário de Paula, Alves Costa, Maurício de Lacerda, Raul Fernandes e Teixeira Brandão, sendo os dois últimos candidatos à reeleição. Ver *Diário Fluminense* 24/1/1912.
27. Idem, 29/1/1912, e carta de Oliveira Botelho a Nilo de 13/3/1912, Arquivo Nilo Peçanha.
28. A comissão executiva do PRF, composta por Bernardino Torres da Costa Franco, Luis de Carvalho e Melo, Antônio Ferreira Rabelo, Custódio de Araújo Padilha e José da Cunha Ferreira, indicou quatro candidatos à reeleição: o secretário de Miguel de Carvalho, Aníbal Tei-

xeira de Carvalho (2.º distrito), Luís Murat (2.º distrito), Henriquê Borges Monteiro (3.º distrito) e Paulino de Sousa Júnior (3.º distrito), sendo que este último foi apoiado pelo presidente Hermes como forma de bloquear o candidato situacionista Teixeira Brandão (carta de Oliveira Botelho a Nilo, 23/4/1912, Arquivo Nilo Peçanha). Os demais candidatos escolhidos pela comissão executiva do PRF foram: 1.º distrito — O miguelista Belisário Augusto Soares de Sousa; o coronel Francisco Soares de Gouveia, que era ligado ao grupo de Hermogêneo Silva; o portelista Joaquim da Fonseca Portela, Mário da Silveira Viana, que era apoiado por Rui Barbosa e pela agremiação civilista Centro Político de Niterói, e o ex-nilista Modesto Alves Pereira de Melo; 2.º distrito — Antônio Cavalcanti Sobral, o ex-nilista Leonel Loretti da Silva Lima e Pedro Americano; 3.º distrito — Adolfo de Oliveira Figueiredo e Samuel Nestor Madruga Costa. O miguelista Júlio Veríssimo da Silva Santos, presidente da Câmara de Cantagalo, era concorrente ao Senado. Ver *Diário Fluminense*, 15, 25, 28 e 29/1/1912.

29. Dos 73.903 eleitores inscritos em 1911, compareceram às urnas 46.850. Ver *Estatística eleitoral*, s. d., p. 245.

30. *Diário Fluminense*, 31/1/1912.

31. O deputado federal Raul Fernandes apontou nessa direção, ao demonstrar como a eleição de Teixeira Brandão ou Paulino de Sousa Júnior — o reconhecimento do primeiro veio somente em maio —, de Érico Coelho, de Manuel Reis, de José Tolentino e de Sousa e Silva respondia sobretudo às múltiplas interferências da política federal, enquanto os nilistas naquele triênio seriam em quantidade desprezível. Ver carta de Raul Fernandes a Nilo, 25/3/1912, Arquivo Nilo Peçanha.

32. Ver Robert Russell, op. cit., p. 209-210.

33. Observadores políticos na época identificaram a pressão de Hermes pela indicação do deputado federal e antigo oposicionista apoiado pelos miguelistas, Francisco Portela, para a vaga de Quintino no Senado, como um esforço dos presidentes da República e do Estado do Rio para diminuir o prestígio político de Nilo. Ver carta de Pereira Nunes a Nilo, 24/7/1912, citada por Russell, op. cit., p. 210.

34. *O Fluminense*, 17/11/1912.

35. Idem.

36. Idem, 29/12/1912. O projeto de Feliciano Sodré na prefeitura de Niterói era a remodelação do espaço da cidade com a utilização de recursos governamentais, não só para o serviço de esgotos e melhoria no abastecimento de água, mas também para a construção de vilas operárias, visando o saneamento de Niterói. Para um resumo do projeto de Sodré na prefeitura de Niterói, ver Cristina Pessanha Mary, *Porto de Nictheroy: uma promessa de autonomia*, especialmente capítulo 4.

37. Ver *Diário Fluminense*, 16/11/1912.

38. Ver *O Século*, 26 e 27/11/1912; *O Fluminense*, 1/12/1912, e telegrama de Faria Souto a Nilo, 11/12/1912, Arquivo Nilo Peçanha.

39. Ver *Diário Fluminense*, 5/12/1912. De acordo com o critério de apresentar nomes indicados em janeiro para concorrer à Câmara dos Deputados, a chapa de oposição foi composta pelos seguintes candidatos: Mário Viana (1.º distrito), Pedro Americano (2.º), Júlio Veríssimo da Silva Santos (3.º), Henrique Borges Monteiro (4.º), e Adolfo de Oliveira Figueiredo (5.º).

40. Segundo Robert Russell, op. cit., p. 215-212, em alguns municípios a situação recusou qualquer concessão à oposição, o que dificultava o projeto nilista de ampliar as suas bases políticas no estado. Segundo Oliveira Botelho, o 3.º distrito era o que mais a temORIZAVA pela força da oposição em Pádua, Cantagalo e Friburgo. Ver carta de Oliveira Botelho a Nilo, 12/12/1912, Arquivo Nilo Peçanha.

41. Dos 40 deputados apresentados, 28 concorriam à reeleição. Eram eles: 1.º distrito — Eve-

rando Backheuser, Francisco Guimarães, Luis Teixeira Leoni, Manuel Duarte, Raul Rego e Roberto Batista; 2.º distrito — Álvaro Augusto de Moraes Diniz, Antônio Buarque de Nazaré, Benedito Peixoto Ribeiro, João Guimarães, João Norberto da Silva Freire e Noel Batista; 3.º distrito — Constâncio Monnerat, Galdino do Vale Filho, João Sanches, José Abreu Sodré e Rômulo Barreto; 4.º distrito — Francisco Marcondes Machado Júnior, Horácio Gomes Leite de Carvalho, Horácio Magalhães Gomes, Joaquim Ribeiro de Avelar, Leopoldo Teixeira Leite e Otávio Ascoli; 5.º distrito — Adílio Monteiro, Álvaro Rocha, Antônio Pires Condeixa, Luis Carneiro de Campos Ponce de Leon e Oscar Leite Pinto. Os 12 novos candidatos eram: 1.º distrito — Eduardo Portela e Antônio Francisco dos Santos Abreu; 2.º distrito — Joaquim Mariano de Azevedo Castro e Julião Ribeiro de Castro; 3.º distrito — Teodoro Figueira de Almeida, Laurindo Lemgniber Filho e Ney Fortuna; 4.º distrito — coronel Henrique Nora e José Teixeira Lima; 5.º distrito — Afrânio de Albuquerque, Américo Lassance e Manuel Fernandes da Silveira. Ver *O Fluminense*, 1/12/1912.

42. Os oposicionistas eleitos foram Mário Viana e Pedro Americano, membros do Partido Republicano Liberal, e os avulsos foram João Quirino da Rocha Werneck (4.º distrito), Sérgio Pitta (3.º distrito) e Samuel Costa (5.º distrito), sendo que os dois últimos foram reeleitos.

ENFRENTAMENTO E ACORDO*

1. O ISOLAMENTO DE NILO NA SUCESSÃO DE HERMES DA FONSECA

O quadro político nacional foi marcado a partir de fins de 1912 por articulações entre os situacionismos de vários estados da federação visando a escolha do candidato à sucessão do marechal Hermes da Fonseca no pleito a ser realizado em março de 1914. A tentativa de Nilo Peçanha de atuar no processo sucessório como força independente do eixo Minas Gerais--São Paulo iria lançá-lo contra o governo federal, criando condições para a cisão interna com Oliveira Botelho e novamente afastando o nilismo do controle político do Estado do Rio. A recomposição do nilismo só ocorreria com a eleição do próprio Nilo à presidência do estado e com a garantia de sua posse dada pelo novo presidente da República, Venceslau Brás.

A candidatura preferida por Hermes da Fonseca à sua sucessão era a de Pinheiro Machado, que acumulava a chefia do PRC com a vice-presidência do Senado e contava com o apoio do situacionismo gaúcho. O PRC não conseguiu porém unificar os demais situacionismos estaduais, o que dificultava a aceitação da candidatura de seu chefe. Se alguns estados do Norte e Nordeste, como Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Norte e Sergipe, dispunham-se a apoiar Pinheiro, os governos estaduais que haviam subido ao poder através do movimento salvacionista e *grosso modo* apoiavam Hermes, recusavam-se a aceitar a candidatura do senador gaúcho. Este era o caso das chefias militares salvacionistas de Pernambuco, general Dantas

*Este capítulo é uma versão modificada do documento de trabalho de Mônica Almeida Kornis "Os impasses para a consolidação do nilismo: retomada, enfrentamento e acordo". As alterações são de responsabilidade da autora.

Barreto, Alagoas, general Clodoaldo da Fonseca, e Ceará, coronel Franco Rabelo, e ainda do chefe do governo baiano, J. J. Seabra. Quanto a São Paulo e Minas Gerais, a hipótese de apoio a Pinheiro sequer se colocava, já que a direção política dos dois estados não se alterara com a política salvacionista realizada pelo governo Hermes, e seu projeto era reconquistar o poder federal.

Diante dessas dificuldades, que revelavam o esgotamento do pacto hermitista, articularam-se algumas candidaturas alternativas à de Pinheiro. Nos primeiros meses de 1913, os dirigentes políticos paulistas e mineiros se uniram com o objetivo de indicar um candidato comum (e mineiro), formalizando tal propósito através do Pacto de Ouro Fino, firmado em abril. Houve, por outro lado, a tentativa de formação de uma terceira aliança, contrária tanto à candidatura de Pinheiro quanto à indicação mineira, reunindo os estados de Pernambuco e Rio de Janeiro. Na verdade, esta aliança tinha o mesmo objetivo de Pinheiro, qual seja, o de formar um bloco político sustentado pelos estados de menor peso no quadro da política dos governadores que pudesse se opor ao poder dos grandes estados. O candidato cogitado por Dantas Barreto era Nilo Peçanha que, além de contar com o apoio de Oliveira Botelho, certamente receberia a solidariedade de J. J. Seabra e Clodoaldo da Fonseca.¹ Nilo seria assim o candidato apoiado pelas salvaguardas estaduais e por seus correligionários fluminenses, que há muito defendiam o lançamento de seu nome à presidência da República.

Oliveira Botelho integrou-se à iniciativa desses dirigentes estaduais, de articular uma candidatura outra que a de Pinheiro Machado, sem se sentir com isso obrigado a romper com Hermes. Sua recusa em aceitar o convite que lhe foi feito pelo ministro da Justiça Rivadávia Correia para disputar a vice-presidência na chapa de Pinheiro confirma seu compromisso com a candidatura Nilo e sua subordinação às decisões do chefe do PRCF.² O próprio Nilo, contudo, talvez prevendo a falta de sustentação política a seu nome, e desejando uma saída honrosa, declarou que só aceitaria a candidatura que fosse escolhida na convenção do PRC.³ Em telegrama a Dantas Barreto, agradeceu sua indicação, recusando-a porém sob pretexto de que no partido havia outros nomes possíveis.⁴

A posição de neutralidade que Nilo procurou assumir não foi compartilhada por Oliveira Botelho, embora ambos permanecessem solidários na condução da política estadual. A inviabilidade da candidatura Nilo levou Botelho, aliado a Dantas Barreto e J. J. Seabra, a negociar uma nova candidatura, através de uma aproximação com o governo de Minas Gerais. Fortalecia-se de certa forma o bloco antipinheirista, através do reforço do Estado do Rio, Pernambuco e Bahia à política dos grandes estados. Essa aliança se

formalizou no Congresso sob o nome de "Coligação", incluindo ainda São Paulo, Alagoas e Ceará.

Após longas negociações, em julho de 1913 a comissão executiva do PRCF acatou a sugestão do presidente de Minas, Bueno Brandão, de lançar a candidatura do vice-presidente Venceslau Brás à presidência da República. Tal decisão revelava a identidade do PRCF com a orientação dos estados coligados, a despeito da atitude do chefe do partido, Nilo Peçanha, que insistia em afirmar que nenhuma candidatura deveria ser definida, senão através de uma convenção nacional do PRC. A aceitação dos demais estados, bem como de Hermes da Fonseca e de Pinheiro Machado, consolidou no entanto a candidatura de Venceslau Brás, que foi apenas confirmada, ao lado da de Urbano Santos à vice-presidência da República, na convenção nacional do PRC realizada em 9 de agosto de 1913.

Nilo Peçanha não compareceu à convenção, e enviou uma carta explicando as razões de sua ausência. Nela reiterava a neutralidade que vinha assumindo havia algum tempo e manifestava sua discordância em relação à maneira como haviam sido escolhidos os candidatos, que a seu ver limitava a convenção a homologar uma decisão tomada previamente.⁵ A atitude de Nilo marcou definitivamente sua divergência não só em relação ao PRC, mas em relação à posição assumida por Oliveira Botelho, de aderir aos estados coligados, cedendo a um alinhamento aos grupos oligárquicos paulistas e mineiros que haviam sido afastados da direção política nacional no governo Hermes, mas agora preparavam-se para retomar o controle do país. Seu isolamento iria criar um quadro extremamente desfavorável à sua permanência na direção da política fluminense, inaugurando um novo período de desestabilização do nilismo.

2. O ENFRAQUECIMENTO DO NILISMO NO ESTADO DO RIO

A liderança de Nilo Peçanha na política fluminense ao se iniciar o ano de 1913 era inegável. Além de controlar a ALERJ e as câmaras municipais recém-eleitas, Nilo teve seu poder sobre o PRCF reforçado com a eleição da nova comissão executiva do partido na convenção realizada em 23 de março com a presença de delegados de 48 municípios fluminenses. A nova comissão teve o número de membros reduzido e, sob a chefia do próprio Nilo, incluiu apenas políticos de sua confiança pessoal: o Barão de Miracema, o mais antigo senador fluminense, o deputado Raul Fernandes, líder da bancada fluminense na Câmara, e o deputado João Guimarães, vice-presidente do estado e também presidente da ALERJ. É importante notar a exclusão do se-

nador Francisco Portela, que, com a morte de Quintino Bocaiúva, havia ocupado o lugar deste na comissão anterior.

Se a nova comissão apresentava maior homogeneidade política, anunciava também conflitos entre o PRCF e o governo estadual que daí em diante só iriam se acirrar. Além de não ter comparecido à convenção do PRCF alegando problemas familiares, Oliveira Botelho fez restrições à composição da nova comissão, por considerá-la excessivamente regionalista, na medida em que a maioria de seus membros eram campistas.⁶ Mesmo que essas observações não expressassem uma divergência mais substantiva com a direção do partido, o fato de Botelho ter alertado Nilo para a "mágoa" de Francisco Portela e Lopes Martins ao serem excluídos da comissão certamente revelava seu próprio descontentamento.

A coesão e a hegemonia do nilismo começariam a ser realmente ameaçadas com o início do debate sucessório. Se a decisão de Botelho e Nilo de se afastar de Pinheiro Machado recebeu o apoio da maioria da bancada federal fluminense e de diversas câmaras municipais, algumas alianças políticas firmadas quando da sucessão estadual de 1910 foram abaladas. Os deputados federais Augusto Sousa e Silva e Carlos de Faria Souto discordaram da orientação do governo e preferiram alinhar-se a Pinheiro.⁷ Paralelamente, surgiram boatos sobre a fundação no Estado do Rio de um partido de apoio ao senador gaúcho, tendo à frente o antigo líder oposicionista Miguel de Carvalho e o ex-presidente Alfredo Backer, além do senador Francisco Portela.⁸ A pressão do governo federal contra a posição de Botelho e Nilo foi também bastante intensa. Segundo Russell, a nomeação, em junho, de Edwiges de Queirós, antigo opositor de Nilo, para a chefia de polícia do Distrito Federal, marcou o início da grande ofensiva contra o governo fluminense.⁹

Embora Nilo e Botelho já houvessem tomado rumos diferentes em relação à sucessão, o primeiro preferindo a neutralidade, e o segundo, a aproximação com Minas e São Paulo, até julho de 1913 as relações entre ambos se mantiveram estáveis. Ciente dos constantes boatos sobre seu rompimento com Nilo, Botelho chegou a declarar-lhe: "Fique tranquilo, sou seu soldado e amigo dedicado de muitos anos e não daria crédito a intrigas."¹⁰ A ausência de Nilo na convenção do PRC que homologou em agosto a candidatura Venceslau Brás iria no entanto tornar esta aliança cada vez mais incômoda para Botelho.

O não comparecimento de Nilo marcou definitivamente seu rompimento com o PRC, refletindo-se de imediato no quadro partidário fluminense. O PRCF, a partir de então, passou a reunir os opositores do governo estadual e da política nilista, entre os quais Francisco Portela, Alfredo Backer, Ed-

wiges de Queirós e os deputados federais Augusto Sousa e Silva, Teixeira Brandão e Érico Coelho,¹¹ enquanto o partido da situação voltou a adotar a sigla PRF. Se a bancada fluminense na Câmara Federal se dividiu, o mesmo não ocorreu com os deputados estaduais, que se mantiveram fiéis a Nilo, ainda que aceitando a candidatura de Venceslau Brás.¹² Por outro lado, o afastamento da direção política do estado da órbita do PRC intensificou as pressões do governo federal sobre as forças nilistas, surgindo inclusive boatos sobre a possível suspensão dos serviços de saneamento da Baixada Fluminense, uma das mais importantes iniciativas do governo Oliveira Botelho.

Para Botelho, portanto, tornava-se quase impossível manter-se fiel a um governo federal que procurava minar as forças de sustentação de sua política no estado na medida em que seu governo se subordinava à figura *non grata* de Nilo Peçanha. A tensão entre o governo federal e o governo fluminense chegou a tal ponto que no mês de outubro de 1913 circularam rumores de que o Estado do Rio sofreria uma intervenção federal a mando de Pinheiro Machado — a exemplo do que acontecera em Alagoas, Ceará e Pernambuco, estados governados por salvacionistas —, e Oliveira Botelho seria substituído por Edwiges de Queirós.¹³

Ainda em outubro, em virtude da explosão de bombas nas residências dos oposicionistas Francisco Portela e Teixeira Brandão, e da conseqüente campanha contra seu governo, que, segundo se alegava, permitia a ocorrência de fatos como aqueles, Botelho estabeleceu contatos com Hermes da Fonseca. Segundo *O Fluminense*, seu intuito seria “conseguir uma oportunidade de rogar-se aos pés dos senhores marechal Hermes e general Pinheiro, mesmo depois das esmagadoras provas de desconfiança recebidas de um e de outro”.¹⁴ O episódio sem dúvida revelava o esforço de Botelho para manter-se fiel ao poder federal, e, sintomaticamente, dias depois do ocorrido, *O Fluminense* anunciou que Nilo iria abster-se temporariamente de intervir na direção política do Estado do Rio.¹⁵

O movimento de redefinição das alianças políticas que culminaria no afastamento de Botelho da órbita do nilismo iria se consolidar, finalmente, no momento em que teve início o processo sucessório fluminense. A aproximação de Botelho com o governo federal, isto é, com as regras ditadas pela política hermista, ofereceria ao presidente da República, nas palavras de José Tolentino, “o instrumento de que ele carecia para a sua investida contra Nilo Peçanha”.¹⁶ Esse processo evidenciou como o governo federal interferiu decisivamente na política fluminense, com a aquiescência de Botelho, procurando de um lado alijar uma força política até então dominante —

o nilismo — e de outro criar condições para que os partidários do novo PRCF, aliados a Botelho, passassem a controlar a política estadual.

3. A SUCESSÃO ESTADUAL E A CISÃO NILO--OLIVEIRA BOTELHO

Iniciadas as articulações para a eleição do sucessor de Oliveira Botelho, prevista para 12 de junho de 1914, Nilo Peçanha negou-se a aceitar a participação de forças estranhas à política fluminense na escolha do candidato. Enquanto Botelho acatou a indicação feita por Pinheiro Machado do prefeito de Niterói, Feliciano Sodré, Nilo firmou posição em defesa da bandeira da autonomia estadual, acabando por romper com Botelho e por lançar-se ele próprio candidato à presidente do estado.

Nomeado prefeito da capital em 1911 por Oliveira Botelho, a partir de indicação de Pinheiro Machado, o engenheiro militar Feliciano Sodré entrou na política pelas mãos de Hermes da Fonseca, que, como ministro da Guerra do governo Afonso Pena (1906-1909), o encarregara da construção do forte de Macaé. Em 1910, Sodré participou da campanha presidencial de Hermes e foi eleito deputado estadual.¹⁷ Embora fosse antibackerista e tivesse apoiado a eleição de Oliveira Botelho, não era identificado com a política nilista, chegando mesmo a ser considerado por alguns aliados de Nilo como homem de oposição.

A indicação de Sodré por Pinheiro Machado na sucessão de 1914 apoiava-se não só na ligação deste com Hermes, mas na aproximação de Oliveira Botelho com o governo federal, que resultou na sua reincorporação ao PRC. Assim, em fins de fevereiro de 1914, a comissão central do PRC aprovou a candidatura Sodré. No interior do PRCF, porém, esta escolha não foi aceita pacificamente, já que o partido reunia as mais diversas tendências de oposição ao nilismo, não apresentando alto grau de coesão interna.¹⁸ A aceitação do nome de Sodré só se tornou possível graças à aliança entre Pinheiro e Botelho, os quais, juntamente com o deputado federal Augusto Sousa e Silva, porta-voz das propostas pinheiristas no Estado do Rio, procuraram induzir os vários segmentos da oposição nilista a apoiarem seu candidato. Embora não houvesse consenso absoluto, a manobra que resultou na aprovação de uma moção de apoio a Sodré durante uma reunião sem quorum da comissão executiva do PRCF selou sua candidatura: com a exceção de Backer, todas as lideranças antinilistas acataram a decisão.

Imediatamente após seu lançamento, a candidatura Sodré recebeu o apoio de 28 das 48 câmaras municipais fluminenses¹⁹ e de 25 deputados esta-

duais²⁰ e dez deputados federais.²¹ Estes números revelam que grande parte da representação política do estado preferiu manter-se fiel ao governo estadual, ao partido situacionista e ao governo federal. Uma carta enviada a Nilo pelo deputado federal pró-Sodré, Luís da Silva Castro, demonstra claramente em que medida era imprescindível o alinhamento das forças políticas estaduais com o poder federal: "O povo não se anima a lutar contra os presidentes do estado e da União, mesmo porque será perder tempo. Desde que o candidato saiu do partido, todos pensam que deve ser ele prestigiado. O que sei claramente é que todos os deputados federais e estaduais desejam acordo e não luta."²² As várias cartas enviadas a Nilo por deputados e vereadores com pedidos de desculpas pela adesão a Botelho comprovam o quão inevitável era aceitar as regras do jogo da política dos governadores.

Em 26 de abril de 1914, quase dois meses após a eleição para presidente da República, que em 1.º de março deu a vitória a Venceslau Brás, a candidatura Sodré foi ratificada em convenção do PRCF, durante a qual procedeu-se também à eleição da nova comissão executiva do partido. Ainda neste momento, porém, a coesão dos antinilistas não foi plenamente garantida. Além de críticas à indicação de Sodré,²³ ocorreram problemas na escolha do presidente do partido.²⁴ Ambos os fatos indicavam a existência de um conflito latente no interior do situacionismo fluminense, que seria posto a prova pela candidatura do próprio Nilo Peçanha.

Ainda em novembro de 1913, o deputado Porto Sobrinho, criticando severamente a situação econômica e financeira do estado, levantou a candidatura de Nilo Peçanha contra a indicação do prefeito Sodré. Segundo suas palavras, "a candidatura Nilo vem dar o tiro de morte nas suas (de Sodré) pretensões à presidência do estado".²⁵ Cauteloso, Nilo tentou negociar com Oliveira Botelho outras alternativas, apresentando os nomes de João Guimarães, Raul Fernandes e Mário de Paula, mas suas sugestões foram recusadas. Diante da consolidação da candidatura Sodré, a comissão executiva do PRF manifestou seu repúdio e, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 1914, lançou a candidatura de Nilo Peçanha, identificando-a com a defesa do espírito de independência e autonomia do estado, e como uma reação à ação conjunta do governo de Oliveira Botelho e do governo federal.²⁶

A cisão então consumada entre Oliveira Botelho e Nilo Peçanha, como em outros episódios da história fluminense na Primeira República, resultou muito mais de desentendimentos políticos do que de divergências programáticas de caráter administrativo ou econômico. Tal fato pode ser melhor compreendido através do exame das continuidades e discontinuidades entre as propostas do governo Botelho e aquelas apresentadas por Nilo durante seu primeiro mandato como presidente do estado.²⁷

Ao tomar posse, Botelho comprometera-se a dar seguimento ao programa administrativo e econômico elaborado por Nilo, o qual se baseava no fortalecimento do Poder Executivo em detrimento do Legislativo e do Judiciário, na redução da autonomia dos municípios e na intervenção do estado na economia. Assim, a reforma administrativa instituída pela Lei n.º 1.036, de 9 de novembro de 1911, pela qual foi remodelada a Secretaria Geral através da criação da Inspetoria de Higiene e Saúde Pública e do desmembramento das inspetorias de Agricultura e Indústrias, e Viação e Obras Públicas, veio reiterar a interferência direta do Executivo na formulação de diretrizes para o desenvolvimento econômico e o saneamento do estado. A criação de novas prefeituras e a nomeação dos prefeitos pelo governo estadual foram também medidas importantes para o fortalecimento dos situacionismos locais,²⁸ a exemplo do que acontecera no governo Nilo.

Na área econômica, Oliveira Botelho também procurou dar continuidade às medidas implementadas por Nilo. Sua atuação pautou-se pela intervenção direta do Executivo nos rumos do desenvolvimento do estado, assegurando o processo de diversificação agrícola já iniciado e mantendo especial atenção às antigas áreas de produção de café e cana-de-açúcar.²⁹ Distanciando-se porém dos princípios nílitas, segundo os quais a pecuária era expulsora da mão-de-obra, Botelho estimulou o desenvolvimento desta atividade, que vinha crescendo desde o início da década de 1910 em áreas decadentes do café localizadas sobretudo na parte sul não-litorânea do estado. Certamente não se pode localizar aí a razão do rompimento entre as duas lideranças, uma vez que o governo fluminense jamais representou os interesses econômicos de uma facção oligárquica em particular, sendo apoiado, em troca de privilégios, tanto por cafeicultores como por pecuaristas ou ainda por aqueles interessados na diversificação agrícola. O que importa notar, sobretudo, é que, assim como no governo Nilo, o incentivo governamental na gestão Botelho dirigiu-se exclusivamente à agricultura, não havendo qualquer tipo de preocupação industrializante.

Também na área tributária houve uma identidade entre as propostas de Botelho e Nilo no tocante à abolição gradual do imposto de exportação, paralelamente ao progressivo aumento do imposto territorial. Entretanto, numa atitude que atenuava o controle do governo estadual sobre os municípios, Botelho determinou, através do Decreto n.º 1.197, de 19 de janeiro de 1911, que a cota de 10% do imposto de indústrias e profissões que cabia aos municípios, antes arrecadada pelo estado e a eles repassada em dinheiro ou sob a forma de obras públicas, fosse recolhida diretamente pelas prefeituras e câmaras municipais.

O governo Botelho deparou-se ainda com uma questão que não se colocara na gestão Nilo e que causou intensos debates na ALERJ: a cobrança da sobretaxa do café. A abolição da cobrança, instituída no governo Backer, fora um dos pontos veiculados pela plataforma de Botelho em 1910. Uma vez no governo do estado, porém, sob o argumento de que a renda gerada pela sobretaxa já fora incorporada à receita devido ao empobrecimento do orçamento fluminense, Botelho manteve a cobrança do imposto. Tal atitude apenas corrobora a hipótese de que não foi a questão da sobretaxa por si só que provocou a ruptura entre Backer e Nilo. Na verdade, o fundamental era saber a quem caberia o controle de uma arrecadação que aumentava as bases clientelísticas do governo.

Os reflexos da cisão entre Nilo e Botelho na distribuição das benesses governamentais foram imediatos. A partir do início de 1914 avolumaram-se as críticas do grupo nilista ao governo, centradas sobretudo na aplicação de um empréstimo de três milhões de libras esterlinas concedido ao Estado do Rio em 1912 por banqueiros ingleses. Tal empréstimo fora negociado em 1911 por Nilo Peçanha, a pedido de Oliveira Botelho, e recebeu o aval posterior da ALERJ, destinando-se entre outras coisas à construção de obras públicas em Niterói, à criação de campos de experimentação agrícola, e ao saneamento e melhoramento de Campos e de outras três cidades onde seriam criadas prefeituras. Tudo indica que Oliveira Botelho nada mais fez do que aplicar a quantia recebida conforme o previsto, e só no momento de seu rompimento com Nilo passou a receber críticas. Por outro lado, nota-se, a partir de 1914, uma sensível redução dos gastos públicos em Campos e uma intensificação das obras em Niterói, o que parece ter sido uma forma de mobilizar o eleitorado da capital em favor da candidatura do prefeito Feliciano Sodré. Os incentivos concedidos por Botelho durante seu governo aos municípios do sul e do oeste do estado contribuíram igualmente para o fortalecimento de suas bases nessa região, de onde saíam importantes lideranças antinilistas da década de 1920, como Galdino do Vale Filho e Manuel Duarte.

4. A CAMPANHA DE 1914

O lançamento da candidatura de Nilo Peçanha contou evidentemente com o apoio de antigos correligionários nilistas, como os deputados federais Maurício de Lacerda, Ramiro Braga, Raul Fernandes e Raul Veiga, além do deputado José Tolentino, eleito como avulso. No entanto, para a vitória desta candidatura, que se colocava contra o governo do estado e o governo federal, seria fundamental o apoio do maior número possível de membros do

PRCF. Alguns elementos que já se haviam comprometido com Feliciano Sodré aderiram de imediato, enquanto outros foram sendo conquistados pouco a pouco, ao longo de uma campanha eleitoral cuja intensidade comprova a importância do voto, mesmo na República Velha, para a legitimação do poder das diferentes facções oligárquicas.³⁰

Os estudos existentes sobre a história política do Estado do Rio na Primeira República são em grande parte biografias políticas de Nilo Peçanha.³¹ Por isso mesmo, ao exame da campanha de 1914 esses trabalhos tendem a exaltar o desempenho de Nilo, destacando algumas constantes de seu discurso — a defesa da autonomia do estado, o respeito ao voto e o combate à fraude —, bem como a receptividade por ele obtida em suas viagens ao interior, e chegando até a caracterizar sua atuação como a de um “democrata conseqüente”.³² Seria interessante rever estas apreciações idealizadoras da performance pessoal de Nilo à luz das condições históricas em que se desenvolvia na época a disputa pelo controle do poder, a fim de se obter um quadro mais completo da eleição de 1914.

A posição de independência assumida por Nilo ao se lançar candidato sem apoio dos governos estadual e federal — coerente aliás com a distância por ele mantida em relação aos acordos políticos que levaram à escolha do candidato à sucessão de Hermes — gerou em primeiro lugar a necessidade de rearticular em torno de seu nome as forças políticas locais comprometidas com Feliciano Sodré. Por outro lado, esta posição de independência foi ideologicamente sustentada por um discurso de campanha que defendia a autonomia do estado frente às sucessivas investidas do governo federal, com o objetivo de engrandecer o próprio estado na federação. Portanto, muito mais do que como um princípio observado por Nilo ao longo de toda a sua vida pública, como querem seus biógrafos,³³ a bandeira da autonomia deve ser vista como um ingrediente de seu projeto de consolidação política naquele momento. Quanto ao compromisso com o respeito ao voto e a crítica à fraude eleitoral, é curioso observar que neste ponto havia uma forte identificação entre a campanha nilista de 1914 e os princípios defendidos pela Campanha Civilista de 1910, que na época tivera em Nilo um opositor.

As biografias de Nilo destacam a popularidade por ele conquistada em sua excursão eleitoral iniciada em 13 de maio de 1914, identificando sua campanha como um exemplo de democracia,³⁴ como a inauguração de um novo estilo de política no Estado do Rio — que seria retomado em escala nacional na campanha da Reação Republicana — e ainda como uma luta contra as oligarquias e a máquina governamental.³⁵ Sem dúvida, a necessidade de retomar o controle político no estado levou Nilo a percorrer todo o interior, desenvolvendo sua campanha nas praças públicas, nos teatros, nas

estações ferroviárias e nas câmaras municipais. Por mais contagiante que tenha sido esse movimento, ele não pode contudo ser caracterizado como uma campanha democrática ou contra as oligarquias, uma vez que a disputa de poder se mantinha dentro do espaço oligárquico. Não existiam nos discursos de Nilo quaisquer propostas que permitissem apontar uma preocupação com reformas sociais, o que relativiza a afirmação de que sua campanha voltou-se para o povo.³⁶ Num momento em que as forças políticas locais demonstravam tender para o candidato situacionista, a presença de Nilo nos municípios junto dos chefes políticos locais era essencial para promover a unificação oligárquica interna sob seu domínio.

É inegável que a campanha de Nilo, feita em moldes pouco comuns na Primeira República, causou grande impacto na política fluminense e que seu avanço interferiu diretamente nos rumos da candidatura Sodré, como o demonstra a gradativa mudança de postura de algumas câmaras municipais e de alguns chefes políticos locais. Ao menos as câmaras de Itaboraí, Pirai, Santo Antônio de Pádua, São João Marcos, Sumidouro, Sapucaia e Macaé, cujo apoio fora inicialmente dado a Sodré, aderiram à candidatura Nilo. Por seu turno, a adesão de elementos ligados à administração estadual provocou uma série de demissões e de pressões para a nomeação de funcionários ligados a Sodré.³⁷ Enquanto os jornais campistas *Gazeta do Povo* e *O Rio de Janeiro* participaram intensamente da campanha de Nilo, a imprensa situacionista criticou severamente os métodos usados pelos nilistas para obter apoio para seu candidato, denunciando sobretudo as tentativas de aproximação com antigos chefes da oposição, como Hermogêneo Silva e Alfredo Backer.

Embora as fontes sobre a campanha de Feliciano Sodré sejam extremamente precárias, sabe-se que em 15 de junho de 1914, ou seja, um mês depois de Nilo e a um mês das eleições, o candidato oficial iniciou também uma peregrinação pelo interior fluminense, certamente com o objetivo de recuperar o apoio das bases municipais. Sodré caracterizava sua campanha como um gesto de agradecimento à confiança que seu partido, o PRCF, nele depositara ao indicá-lo candidato,³⁸ não admitindo portanto que estivesse em busca de adesões ou defecções nas fileiras adversárias. Procurava demonstrar sua identificação com os princípios do PRC e, ao defender a administração Oliveira Botelho, firmava seu objetivo de dar continuidade àquela gestão e de restabelecer um bom relacionamento com o governo federal.³⁹

O governo estadual desencadeou igualmente uma ofensiva contra Nilo Peçanha. Em 20 de maio de 1914, ainda antes de Sodré iniciar suas viagens pelo interior, Oliveira Botelho assinou o Decreto n.º 1.375, convocando a ALERJ para uma sessão extraordinária em 10 de junho, cujo objetivo real,

segundo a oposição, era derrubar a mesa que estava nas mãos da minoria nilista,⁴⁰ e substituí-la por uma mesa botelhistas que iria presidir os trabalhos de reconhecimento do candidato vitorioso à presidência do estado. Os nilistas solicitaram um *habeas-corpus* preventivo ao STF como forma de garantir seus direitos e de se defender dos constrangimentos que alegavam vir sofrendo por parte do governo estadual e do PRC. A concessão do *habeas-corpus* à mesa nilista em 6 de junho veio provocar indiretamente a cisão da Assembléia em dois grupos, um apoiado pelo STF e outro pelo governo federal. Enquanto o primeiro se reuniu em sessões preparatórias, o segundo, majoritário, recusou-se a participar dos trabalhos.⁴¹ Esta situação arrastou-se até 21 de junho, quando finalmente o grupo nilista conseguiu reunir o quorum mínimo de 23 deputados para a instalação da sessão extraordinária. Nesse dia, reuniram-se em locais diferentes uma assembléia nilista e uma assembléia botelhistas,⁴² configurando-se mais uma vez uma situação de dualidade.

5. ELEIÇÃO E POSSE DE NILO PEÇANHA

Realizada a eleição de 12 de julho de 1914, tanto Nilo Peçanha como Feliciano Sodré consideraram-se vitoriosos,⁴³ iniciando-se assim uma disputa pelo reconhecimento do candidato eleito que se tornaria conhecida como o "caso do Estado do Rio de Janeiro". Mais uma vez, o desfecho de tal caso iria depender de entendimentos com o governo federal, que em 15 de novembro passou das mãos de Hermes da Fonseca para as de Venceslau Brás.

Três dias após a eleição, o tradicional chefe oposicionista Miguel de Carvalho felicitou Nilo pela "incontestável vitória alcançada em prol da autonomia alva fluminense".⁴⁴ No dia 16 de julho, o jornal oposicionista *O Fluminense* proclamou a vitória de Nilo por 22.000 votos, contra 19.986 dados a Sodré. Dois dias depois, o jornal paulista *A Platéia* noticiou o baixo comparecimento ao pleito fluminense, que registrou somente cerca de 40.000 votos, enquanto eleições anteriores menos interessantes teriam contado com 50.000 votantes. O jornal denunciava ainda a ocorrência de fraude em favor de Sodré, com a prisão de mesários e a pressão das autoridades estaduais e federais sobre o eleitorado. Se tais dados evidenciavam a recuperação do prestígio de Nilo, revelavam também a existência de problemas a serem superados.

Em 27 de julho, ainda em sessão extraordinária, a assembléia nilista reconheceu a eleição de Nilo à presidência do estado. Em 1.º de agosto, data do início dos trabalhos legislativos ordinários, a assembléia botelhistas reconheceu por sua vez a vitória de Feliciano Sodré.⁴⁵ Na oposição a Oliveira

Botelho, que encerrava seu mandato, os nilistas utilizaram-se da imprensa e de sua assembléia para criticar os rumos tomados pelo governo estadual, condenando sobretudo a má utilização do empréstimo concedido ao Estado do Rio por banqueiros ingleses, o boicote a alguns municípios em benefício de outros e a arbitrariedade policial contra simpatizantes de Nilo Peçanha.⁴⁶ Criticando a omissão das autoridades públicas diante dos roubos de animais, assaltos e mortes, os nilistas afirmavam que o banditismo tomara-se uma "norma regular do botelhismo".⁴⁷ Vingava ainda a denúncia de que as autoridades estaduais compactuavam com o chamado "grupo de morte", composto de fazendeiros que executavam elementos considerados malfeitores sem que a estes coubessem garantias mínimas.⁴⁸

Por seu lado, no início de outubro a assembléia botelhistas foi apoiada por Hermes da Fonseca, que enviou mensagem à Câmara dos Deputados referindo-se às violações da autonomia do Legislativo fluminense autorizadas pelo STF ao conceder *habeas-corpus* aos nilistas.⁴⁹ Para estes, ao levar a questão ao exame do Congresso, o presidente Hermes, com o apoio de Pinheiro Machado, estava na verdade solicitando a intervenção federal no estado, já que a Constituição dava ao Congresso o direito de dirimir disputas em casos de duplicata de assembléias.

Segundo Afonso Arinos, o fato de Hermes estar em seus últimos dias de governo levou o Congresso a se conter na adoção de práticas intervencionistas ao estilo da fase das "salvações".⁵⁰ De fato, a despeito das críticas de Pinheiro Machado ao STF, o Senado optou pelo arquivamento da mensagem do marechal Hermes. No dia 26 de novembro, já depois da posse de Venceslau Brás na presidência da República, a Câmara reiterou o parecer do Senado, ainda que também com críticas à atuação do STF.

A posse de Venceslau Brás era evidentemente um fator de suma importância para a afirmação dos grupos oligárquicos rivais no Estado do Rio. Assim, enquanto Oliveira Botelho reiterava seu apoio ao novo presidente, Nilo, embora se tivesse mantido distante das articulações que conduziram à sua eleição, também não lhe era hostil. Quando do reconhecimento da eleição de Venceslau Brás, em 30 de maio, Nilo o cumprimentara pela vitória, manifestando confiança em sua capacidade para solucionar os problemas do país, e desculpara-se por não ter colaborado na eleição, afirmando que tal "não permitiram as circunstâncias nem pontos de doutrina política".⁵¹ As tentativas dos nilistas de se aproximar do novo presidente foram denunciadas por Oliveira Botelho, em contraste com sua fidelidade e a de seu partido, o PRCF, evidenciando-se assim seu propósito de manter o grupo ligado a Nilo em oposição ao governo federal.

Num quadro de disputa entre as duas assembléias pela legitimidade da posse de seus respectivos candidatos, em 16 de dezembro o STF concedeu novo *habeas-corpus* aos nilistas, por oito votos a quatro, garantindo a posse de Nilo Peçanha. Os botelhistas reagiram, declarando-se mais uma vez lesados pela intervenção do Judiciário nos assuntos fluminenses.⁵² A atitude do STF voltou a ser debatida no Congresso, reavivando-se o confronto entre os pinheiristas e as forças políticas identificadas com o novo presidente, sobretudo a representação mineira.

No dia 31 de dezembro de 1914, em respeito ao acórdão do STF, Venceslau Brás garantiu a posse de Nilo Peçanha, colocando tropas à disposição do juiz federal no estado. O apoio de Venceslau certamente expressava o reconhecimento do prestígio político de Nilo, mas é também possível que tenha pesado na decisão presidencial a rearticulação política do eixo Minas-São Paulo, que tinha como um de seus objetivos o enfraquecimento de Pinheiro Machado, o grande sustentáculo de Feliciano Sodré e do antinilismo.

NOTAS

1. Vercarta de Dantas Barreto a Nilo. 24/5/1913. Arquivo Nilo Peçanha.
2. Ver o *Jornal do Comércio*, 25/4/1913. Ao mesmo tempo em que apresentou sua recusa, Oliveira Botelho ofereceu sua renúncia ao governo fluminense ao presidente Hermes, que no entanto não a aceitou.
3. Idem. 24/4/1913.
4. Telegrama de 27/4/1913, Arquivo Nilo Peçanha. Mais tarde, contudo, Nilo diria a Dantas Barreto: "... ficaria o partido no direito de recusá-lo [seu nome como candidato] e nós, no dever de conformarmo-nos com esta recusa". *O Imparcial*, 8/5/1913.
5. Ver *Diário Fluminense*, 10/8/1913.
6. Ver carta de Oliveira Botelho a Nilo Peçanha, 25/3/1913. Arquivo Nilo Peçanha.
7. Ver cartas de Augusto Sousa e Silva a Nilo, 28/4/1913, e de José Martins da Silva Matos a Nilo, 5/6/1913. Arquivo Nilo Peçanha.
8. Portela, declarando-se republicano, negava contudo qualquer união com o tradicionalmente monarchista Miguel de Carvalho. Ver *O Fluminense*, 2/6/1913.
9. Robert Russell, *Nilo Peçanha and fluminense politics (1889-1917)*, p. 223-224.
10. Carta de Oliveira Botelho a Nilo, 25/7/1913. Arquivo Nilo Peçanha.
11. Diante da inexistência de referências à presença de Miguel de Carvalho no PRCF, pode-se supor que sua posição era secundária na composição do partido, que passava a ser chefiado por Francisco Portela.
12. A única exceção foi Teixeira Leomil, portelista histórico, que se manteve fiel ao PRC. A solidariedade a Nilo não significou contudo um radical apoio ao rompimento com o PRC, como atesta o desenrolar dos debates desencadeados na ALERJ pelas críticas de Santos Abreu ao governo Hermes. Ver *Anuário da ALERJ*, 1913, discurso de Raul Rego na sessão de 30 de setembro, p. 332; de Everardo Backeuser em 2 de outubro, p. 344; de Teixeira Leomil em 13 de outubro, p. 441 e 443; de Álvaro Rocha, Pedro Americano e Teodoro Figueira em 2 de outubro, p. 350-352.
13. Ver carta de J. M. da Silva Matos a Nilo, 21/10/1913. Arquivo Nilo Peçanha.
14. *O Fluminense*, 30/10/1913. O jornal afirmava que Dantas Barreto já fizera seu pedido de misericórdia a Hermes, e por isso permanecia como chefe político de Pernambuco.
15. Idem, 5/11/1913. Por outro lado, também em novembro, os deputados federais Maurício de Lacerda, Manuel Reis, Ramiro Braga e Porto Sobrinho já se manifestavam contra a política de Oliveira Botelho.

16. José Tolentino, *Nilo Peçanha e sua vida pública*, p. 162.

17. Sodré foi eleito como representante de Macaé, reduto eleitoral do então presidente do estado Alfredo Backer, a quem fazia oposição.

18. As divergências existentes entre essas tendências eram certamente reflexo de acirradas disputas locais. O miguelismo, por exemplo, controlava somente a política do município de Cantagalo, através do presidente da Câmara Municipal, Júlio dos Santos. É possível que este fato tenha interferido na baixa representação dessa corrente na comissão executiva do PRCF, sobretudo se considerarmos que, desde dezembro de 1913, o deputado federal Érico Coelho se tornara chefe da comissão executiva do partido pela morte de Francisco Portela e existiam conflitos, pelo menos em São Fidélis, entre ele e Miguel de Carvalho. Ver João Barreto, *Aspectos políticos, econômicos e administrativos do Estado do Rio de Janeiro; o Sr. Nilo Peçanha*, p. 56-57.

19. Eram elas as de São Gonçalo, Maricá, São Pedro d'Aldeia, Araruama, Barra de São João, Magé, Rio Bonito e Saquarema, no 1.º distrito; Macaé, São João da Barra e Santa Maria Madalena, no 2.º Distrito; Friburgo, Santa Ana do Japuíba, Bom Jardim, São Fidélis, Monte Verde e Carmo, no 3.º distrito; Iguaçu, Itaguaí, Teresópolis e Paraíba do Sul, no 4.º distrito e Mangaratiba, Angra dos Reis, Santa Teresa, Barra do Pirai, Barra Mansa, Resende e Valença, no 5.º distrito. Ver *O País*, 28/2/1914. Essa mesma fonte refere-se ainda ao apoio do prefeito de Campos, João Maria de Costa, e dos presidentes das câmaras municipais de Santo Antônio de Pádua, Raul do Nascimento, de Angra dos Reis, Manuel Adílio dos Santos, e de Petrópolis, José de Barros Franco Júnior.

20. Entre eles incluíam-se os 23 nomes seguintes: Santos Abreu, Everardo Backheuser, Teixeira Leoni, Manuel Duarte e o presidente da Câmara de Magé, Eduardo Portela, no 1.º distrito; Álvaro Augusto de Moraes Diniz e os presidentes das câmaras de Macaé, Benedito Peixoto Ribeiro, e de Santa Maria Madalena, João Norberto da Silva Freire, no 2.º distrito; Rômulo Barreto e os presidentes das câmaras de São Fidélis, João Antônio da Silva Sanches, de Friburgo, Galdino do Vale Filho, e de Monte Verde, Sérgio Pitta, no 3.º distrito; os presidentes das câmaras de Iguaçu, Otávio Ascoli, e de Itaguaí, José Teixeira Lima, e o vice-presidente da Câmara de Vassouras, Horácio Gomes Leite de Carvalho, no 4.º distrito; Américo Lassance, Adílio Monteiro, Manuel Silveira, Oscar Leite Pinto, Afrânio de Albuquerque e os presidentes das câmaras de Barra do Pirai, Álvaro Rocha, de Barra Mansa, Ponce de Leon e de Santa Teresa, Pires Condeixa, no 5.º distrito, uma das grandes bases de apoio de Sodré. Constata-se que foram vários os presidentes de câmaras municipais que apoiaram Sodré.

21. Eram eles: Sousa e Silva, Érico Coelho e o presidente da Câmara de Niterói, Frôes da Cruz, do 1.º distrito; Pereira Nunes, Elísio de Araújo, Luís da Silva Castro e Faria Souto, do 2.º distrito; Teixeira Brandão e os presidentes das câmaras de Resende e do Carmo, Mário de Paula e Alves Costa, respectivamente, do 3.º distrito. Com exceção de Elísio de Araújo, todos os outros deputados, fariam parte da comissão executiva do PRCF, eleita em convenção de 26 de abril de 1914.

22. Carta enviada de Triunfo, distrito de Santa Maria Madalena, em 26/2/1914, Arquivo Nilo Peçanha.

23. De acordo com o jornal oposicionista *O Fluminense* de 27/4/1914, Sodré obteve apenas 170 votos de um total de cerca de 500 convencionais.

24. Segundo o mesmo jornal, de 28/5/1914, o conflito entre os membros da situação fluminense em torno da escolha do chefe do PRCF só foi resolvido com a reeleição de Érico Coelho, com quem Oliveira Botelho não mantinha boas relações. A indicação na mesma convenção de Érico Coelho para a vaga de Portela no Senado aparentemente não causou problemas.

25. Ver *O Fluminense*, 7/11/1913.

26. Ver "Resolução da comissão executiva do Partido Republicano do Rio de Janeiro", 27 de fevereiro de 1914, Arquivo Nilo Peçanha.
27. Para mais detalhes sobre a política econômica e administrativa do governo Oliveira Botelho e sobre o debate legislativo em torno dessas questões, ver Mônica Almeida Kornis, "Os impasses para a consolidação do nilismo no Estado do Rio de Janeiro — retomada, enfrentamento e acordo (1909-1914)" (relatório de trabalho, CPDOC, 1988).
28. Botelho criou em 1913 as prefeituras de Macaé, Teresópolis, Resende e Barra Mansa sob o argumento de que havia demanda de obras de saneamento naqueles municípios. Ver *Mensagem de Oliveira Botelho à ALERJ*, 1/8/1913, p. 111-116. Na realidade, a prefeitura de Macaé fora extinta por lei expedida durante o governo Backer, o mesmo que a criara, e a extinção foi anulada no início do governo Botelho. É possível supor que a criação das prefeituras de Resende e Barra Mansa fosse importante para a consolidação do domínio político botelhista no sul do estado, enquanto a prefeitura de Macaé, reduto eleitoral de Backer, juntamente com a prefeitura de Campos, solidificava o poder do governo estadual do norte do estado.
29. Segundo Robert Russell, op. cit., p. 200, o apoio ao açúcar fluminense era consequência da tentativa de Botelho de ampliar seu prestígio político na região de Campos, tradicional reduto nilista.
30. Para a discussão sobre o valor do voto na Primeira República, ver Vitor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*; Paul Cammack, "O 'coronelismo' e o compromisso coronelista: uma crítica"; e Renato Luís do Couto Neto e Lemos, *A implantação da ordem republicana no Estado do Rio de Janeiro — 1889-1892*, p. 18.20.
31. Refiro-me aqui particularmente aos trabalhos de José Tolentino, Celso Peçanha e Brígido Tinoco, além do recente estudo de Robert Russell e da extensa documentação que consta no trabalho de João Barreto.
32. Celso Peçanha, *Nilo Peçanha e a revolução Brasileira*, p. 92.
33. Tolentino, por exemplo, afirmava que a campanha demonstrou a coerência de Nilo, que sempre cultivou o princípio da autonomia dos estados.
34. João Barreto, op. cit., p. 187.
35. Celso Peçanha, op. cit., p. 92.
36. Robert Russell, op. cit., p. 240-244, afirma que Nilo era "um orador que entendia os impulsos das massas" e que a campanha empolgou "todos os níveis da sociedade fluminense, inclusive o homem da rua que nunca teve chance de participar do processo eleitoral".
37. Robert Russell, op. cit., p. 252-253, fornece mais detalhes sobre esse processo em alguns municípios.
38. Ver o *Diário Fluminense*, 24/6/1914.
39. Oliveira Botelho, por seu turno, apresentava seu candidato ao governo do estado como o responsável pela remodelação da cidade de Niterói, procurando identificá-lo com o engenheiro Pereira Passos que, à frente da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, promovera sua remodelação no início do século.
40. Os deputados João Guimarães, Raul Rego e Constandio Monnerat eram o presidente, primeiro e segundo secretários da ALERJ, respectivamente.
41. Segundo João Guimarães, desde 4 de junho a ALERJ estava funcionando em sessões preparatórias com 22 deputados, isto é, sem atingir o quorum de 23 parlamentares, necessários para que se iniciasse a sessão extraordinária. Ver *Anuário da ALERJ*, 1914, sessão de 23 de julho, p. 96. Na realidade, ao longo dos meses de junho e julho, as sessões legislativas registraram a presença de no máximo 18 deputados: João Guimarães, Constandio Monnerat, Benedito Peixoto, Julião de Castro, Santos de Abreu, Mário Viana, Buarque Nazaré, Nei Fortuna, Henrique Nora, Raul Rego, Francisco Guimarães, Azevedo e Castro, Noel Batista, Lemgruber Filho, Domingos Mariano,

Teixeira Leite, Francisco Marcondes e Irineu Sodré. Negando a legitimidade desse grupo, a situação referia-se a ele como "Club Político-Literário". Ver *Diário Fluminense*, 11/6/1914.

42. A maioria era composta pelos mesmos deputados que haviam manifestado apoio a Sodré no lançamento da sua candidatura — com exceção de Santos Abreu e Benedito Peixoto Ribeiro, que se incorporaram ao grupo nilista —, além de Samuel Costa e Figueira de Almeida. Ver *Diário Fluminense*, 22/7/1914. Nos dias subsequentes, o grupo se fortaleceu com a adesão dos deputados Ribeiro de Avelar e Roberto Pereira.

43. Para a discriminação dos votos por município, ver Mônica Almeida Kornis, op. cit., p. 113.

44. Telegrama de Miguel de Carvalho a Nilo, 15/7/1914. Arquivo Nilo Peçanha.

45. Segundo o deputado federal sodresista Elísio de Araújo, o governo fluminense e Sodré tinham o apoio de 11 deputados federais, num total de 17; de 28 deputados estaduais, num total de 45, e de 45 câmaras municipais em meio às 48 existentes. O deputado destacava ainda o apoio dos juizados de paz, suplentes judiciários, policiais e da maioria absoluta das mesas eleitorais. Ver Elísio de Araújo, *Através de meio século, notas históricas*, p. 254-255.

46. Ver *Anais da ALERJ*, 1914, sessão de 22 de junho, p. 33; de 21 de agosto, p. 146-148; de 9 de setembro, p. 162-165; de 21 de setembro, p. 171, e de 12 de dezembro, p. 226-227.

47. *A Capital*, 19/12/1914.

48. Ver Porfírio Henriques, *A terra da promessa*, p. 125.

49. Ver *Diário Fluminense*, 9/10/1914. As pressões contra o grupo nilista após o pleito já eram intensas, como demonstra a decisão do grupo botelhista da assembleia de não pagar os vencimentos dos oposicionistas, alegando o não reconhecimento dos parlamentares que haviam se reunido com a garantia do STF. Ver *Anais da ALERJ*, 1914, sessão de 29 de agosto, p. 157-159.

50. Afonso Arinos de Mello Franco, *Um estadista da República* (José Olympio), vol. 2, p. 817.

51. Telegrama de Nilo a Venceslau Brás, 1/7/1914. Arquivo Nilo Peçanha.

52. Ver *Diário Fluminense*, 19/12/1914.

PARTE IV

O DOMÍNIO NILISTA

*ESTABILIDADE E COMPROMISSO**

1. OS DESAFIOS DO NOVO GOVERNO

O segundo governo de Nilo Peçanha, a despeito das dificuldades iniciais, inaugurou um período de estabilidade interna e de compromisso com o governo federal que iria se prolongar durante o governo Raul Veiga, consolidando o domínio nilista no Estado do Rio. A retomada do controle da política fluminense reavivou as expectativas de projeção nacional de Nilo, bem como seu projeto de redefinir a posição do Rio de Janeiro no conjunto da federação. A impossibilidade de concretizar esse projeto com o aval da política oficial, em lugar de provocar o recuo de Nilo, iria levá-lo a lançar sua candidatura a presidência da República, com o apoio de Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul, na campanha oposicionista da Reação Republicana. Sua derrota em 1922 iria eliminar o nilismo da cena fluminense, pondo fim à mais importante força política surgida no Estado do Rio durante a primeira República.

No dia 31 de dezembro de 1914, ao mesmo tempo em que Nilo Peçanha assumia o governo com o apoio de Venceslau Brás, Feliciano Sodré assinou por seu lado o termo de posse perante a maioria dos deputados da ALERJ e encaminhou, secundado por esses parlamentares, um pedido de intervenção federal nos termos do artigo 6.º da Constituição. O pedido de intervenção de Sodré recebeu imediato apoio de Pinheiro Machado, que convenceu o presidente Venceslau Brás a convocar extraordinariamente o Congresso, em janeiro de 1915, para examiná-lo. Mal empossado, Venceslau ainda dependia do apoio do partido oficial, o PRC, controlado pelo senador gaúcho, e por isso cedeu às suas pressões. Embora vitorioso, Pinheiro Machado preferiu

* Esse capítulo é uma versão modificada do documento de trabalho de Paulo Brandi, "O segundo governo de Nilo Peçanha". As alterações são de responsabilidade da coordenação do livro.

contudo não se arriscar a uma luta aberta com Nilo. Segundo Afonso Ari-
nos, o próprio Pinheiro teria sido o primeiro a propor "uma solução amigá-
vel, provavelmente o encontro de um terceiro nome, com a desistência dos
dois competidores".¹ Diante da recusa de Nilo a esta proposta, Pinheiro
Machado contra-atacou, colocando imediatamente em discussão no Senado
o projeto que assegurava a Feliciano Sodré o livre exercício do governo do
Estado do Rio. Pinheiro não conseguiu o apoio de São Paulo e Minas, que
cautelosamente se abstiveram, mas o Senado aprovou o pedido de interven-
ção pró-Sodré por 28 votos contra 5.

Remetido à Câmara, o pedido de intervenção obteve parecer favorável
da maioria da Comissão de Constituição e Justiça. Antes porém que fosse
submetido à apreciação do plenário, o líder Antônio Carlos interveio, pro-
pondo o encerramento da sessão extraordinária. Em 3 de fevereiro de 1915,
a Câmara aprovou a moção de Antônio Carlos adiando para 3 de maio a dis-
cussão do "caso do Rio de Janeiro". Na verdade, o governo federal dese-
java evitar um confronto com Pinheiro, ciente de que a ação do tempo favo-
receria a consolidação do poder de Nilo.

Nilo, de fato, desde o momento de sua posse, passou a exercer a auto-
ridade única como chefe de governo, cabendo ao "governo" Sodré uma
existência apenas simbólica. Embora a oposição insistisse na luta pela inter-
venção federal, contestando abertamente a legitimidade de seu mandato,
Nilo manteve aceso o clima da campanha eleitoral, incentivando a formação
de batalhões patrióticos em Niterói e outras cidades do estado, e mobili-
zando o apoio da opinião pública do Distrito Federal. Durante a sessão ex-
traordinária do Congresso, Maurício de Lacerda, Evaristo de Moraes e ou-
tros grandes tribunos populares da época promoveram uma série de manis-
festações de solidariedade a Nilo, a mais importante das quais ocorreu em 9 de
janeiro, quando milhares de pessoas se concentraram em frente ao palácio
Monroe gritando "morras" a Pinheiro Machado.

Em meio a esse clima de agitação e ambigüidade, realizaram-se as elei-
ções para a Câmara dos Deputados em 30 de janeiro de 1915. Nos meses se-
guintes, nilistas e oposicionistas travaram uma acirrada disputa pelo reco-
nhecimento de seus candidatos. Em circunstâncias normais, segundo o crité-
rio da política dos governadores, a situação dominante no estado teria garan-
tida uma confortável maioria na bancada federal. No entanto, devido à pen-
dência em torno do reconhecimento do governo Nilo, ocorreu uma partilha
das 17 cadeiras da bancada fluminense, cabendo oito delas aos nilistas, uma
a um candidato independente, e oito a candidatos do PRCF. Segundo Elísio
de Araújo, candidato perrecista não reconhecido, "o critério de reconheci-
mento da Câmara se fez sob a base da meiação para os dois grupos".²

Quanto à vaga de senador, a vitória de Miguel de Carvalho sobre o Barão de Miracema não trouxe nenhuma surpresa, devido à poderosa influência de Pinheiro Machado no Senado. Como Nilo não renunciou de imediato à sua cadeira, a representação fluminense no Senado, em 1915, ficou reduzida a Miguel de Carvalho e Érico Coelho.

O início dos trabalhos legislativos, no mês de maio, deveria pôr em pauta novamente a discussão do pedido de intervenção no Estado do Rio. Durante o processo de reconhecimento dos candidatos eleitos em 30 de janeiro, tornou-se contudo evidente o declínio do senador Pinheiro Machado, cuja liderança foi violentamente contestada pelo eixo São Paulo—Minas. Pinheiro ainda teve força suficiente para impugnar a eleição do senador pernambucano José Bezerra e impor o reconhecimento dos oito deputados do PRCF, mas Venceslau Brás, demonstrando não estar disposto a governar sob a tutela do PRC, nomeou Bezerra para o Ministério da Agricultura. Rompido com o presidente da República, sem base de apoio parlamentar, Pinheiro buscou então retardar ao máximo a votação do pedido de intervenção.

O passo decisivo para a consolidação do poder nilista foi dado em 1.º de agosto de 1915, quando a bancada federal do PRCF e o deputado estadual Everardo Backheuser, principal porta-voz de Oliveira Botelho, assistiram à leitura da mensagem de Nilo Peçanha na reabertura dos trabalhos da ALERJ. Com seu comparecimento ao ato, a cúpula perrecista reconheceu de fato a legalidade da assembléia que obedecia à orientação situacionista, referendando assim o governo Nilo mesmo antes da decisão do Congresso.

Na eleição da mesa da ALERJ, os deputados antinilistas tentaram negociar um acordo que garantisse sua representação. Ao invés de um acordo, porém, Nilo recorreu às armas do casuísmo e da cooptação. O quorum para a votação, de metade mais um, foi reduzido para 22 deputados, número considerado suficiente em virtude da renúncia de três parlamentares. Com a presença de 20 nilistas e dois oposicionistas, a chapa oficial integrada por João Guimarães (presidente), Raul Rego (primeiro-secretário) e Constâncio Monnerat (segundo-secretário) foi assim reeleita, garantindo o controle nilista sobre a ALERJ. A cada sessão, a Assembléia incorporava deputados oposicionistas que consideravam “encerrado seu dever de resistência” e mostravam-se dispostos a “cooperar com a grandeza e o progresso do estado”.³ A renúncia de três deputados, o não comparecimento de sete e a adesão de um ao situacionismo acabaram por reduzir a assembléia botelhistas de 1914, com 25 deputados, a uma minoria de 14, submetida à maioria nilista de 20 representantes.

O fim da dualidade de assembléias e a capitulação da bancada federal oposicionista deixaram Nilo Peçanha à vontade para ditar as regras do jogo

político no estado. Sua posição tornou-se ainda mais cômoda com o falecimento de Pinheiro Machado, em setembro de 1915. A morte de Pinheiro acelerou o processo de desagregação interna do PRCF, precipitando a formação de uma dissidência liderada pelo senador Érico Coelho, e pesando sem dúvida na articulação das eleições para a ALERJ e as câmaras municipais marcadas para 15 de dezembro.

As forças políticas fluminenses agruparam-se em três chapas para concorrer às eleições legislativas estaduais. A chapa situacionista, com 35 candidatos, foi organizada pela comissão executiva do PRF de acordo com os seguintes critérios: limitar o número de candidatos de modo a reservar à minoria "condigna representação", garantir a reeleição dos deputados fiéis a Nilo na campanha sucessória de 1914 e respeitar as indicações dos diretórios municipais.⁴ Este último propósito não foi inteiramente observado, pois tudo indica que a chapa do PRF foi composta de cima para baixo, e do centro para a periferia.

Os candidatos da segunda legenda, a Oposição Constitucional Fluminense, não possuíam um vínculo partidário efetivo. A chapa lançada pelo senador Érico Coelho e os deputados federais Antônio Félix de Miranda, Sousa e Silva e Almeida Fagundes, dissidentes do PRCF, foi organizada para atender a múltiplos interesses. Assim, a presença de elementos vinculados ao ex-presidente Alfredo Backer resultou provavelmente de um acordo com Nilo, que não se dispôs a incluir nenhum representante bakerista na chapa oficial. A presença de Belisário Augusto Soares de Sousa, diretor de *O País*, tradicional adversário de Nilo e defensor da candidatura Sodré, coincidiu significativamente com a suspensão da campanha do jornal contra o governo e com a intervenção de Nilo junto a seu amigo Modesto Leal para que este concedesse um empréstimo a *O País*.⁵

A chapa do PRCF, finalmente, era formada em sua grande maioria por deputados que pleiteavam a reeleição. Além de enfrentar a dissidência de Érico Coelho e três deputados federais, o partido esbarrou em dificuldades decorrentes de divergências entre Oliveira Botelho e Feliciano Sodré, provocadas pela participação dos deputados botelhistas nos trabalhos da ALERJ. A uma semana das eleições, o PRCF lançou sua chapa, prometendo "dar ao estado e ao país uma prova de sua probidade partidária, fugindo aos acordos que não o honravam e repudiando os processos de fraude".⁶

Todos os deputados estaduais que apoiaram a candidatura Sodré em 1914, foram derrotados, com exceção de Oscar Leite Pinto, que concorreu pelo PRF. O partido oficial elegeu seus 35 candidatos, cabendo as vagas da minoria a oito elementos da chapa de Érico Coelho e dois avulsos. As elei-

ções municipais, também realizadas em 15 de dezembro, foram relativamente mais disputadas, já que o PRCF ainda controlava várias municipalidades. Isto não impediu, porém, que o PRF, ao fim e ao cabo, obtivesse expressiva vitória em todo o estado.

Com as eleições de dezembro de 1915, portanto, Nilo Peçanha reconduziu o PRF à posição de força hegemônica na ALERJ e ao mesmo tempo consolidou uma nova rede de relações entre o Executivo e os municípios. Em 30 de dezembro esse processo foi coroado com a rejeição do pedido de intervenção no Congresso por 106 votos contra 13. No ano seguinte, a consolidação do poder de Nilo prosseguiria, com a eleição da nova comissão executiva do PRF e o aumento da centralização através da criação de novas prefeituras.

O objetivo de Nilo Peçanha ao reestruturar a comissão executiva do PRF era aumentar o número de seus membros para neles incluir o capitalista Conde Modesto Leal e outros elementos de projeção nacional que poderiam sustentar suas aspirações ao governo federal. Em 13 de maio de 1916, sob a presidência de João Guimarães e com a presença de 48 delegados, realizou-se assim a convenção do partido na Câmara Municipal de Niterói, durante a qual foi aprovada por aclamação a formação de uma comissão composta de oito membros. O deputado estadual João Guimarães, o deputado federal Raul Fernandes e o futuro senador Barão de Miracema foram reconduzidos a seus cargos, e as novas vagas foram preenchidas pelos deputados federais Raul Veiga e José Eduardo de ~~Macedo~~ Soares, o Conde Modesto Leal e ainda os deputados estaduais Buarque Nazaré e Francisco Guimarães. Com essa reforma, Nilo passou a contar na direção de seu partido com apenas três políticos de atuação estadual e cinco elementos de maior peso da vida política nacional.

Entre junho e agosto de 1916, completando a remodelação da máquina político-administrativa do estado, Nilo criou novas prefeituras nos municípios de São Gonçalo, Petrópolis, Friburgo, Paraíba do Sul e Itaperuna.⁷ Ao menos nos três primeiros havia uma clara intenção política de esvaziar as funções administrativas das câmaras municipais para neutralizar o poder de grupos oligárquicos não inteiramente submetidos ao controle do nilismo. O caráter autoritário da medida foi denunciado na imprensa pela oposição, que a considerou uma espada de Dâmocles sobre os demais municípios: "Ao menor sopro de rebelião (...), aí do município, porque seus dias estarão contados: sob pretexto irrisório, 'o governo da democracia' tira-lhe a autonomia, asfixiando-o com a criação de prefeituras."⁸ A própria denúncia confirma a força alcançada por Nilo em sua volta ao governo do estado.

2. A POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA

Sempre visando seu fortalecimento no estado, Nilo Peçanha procurou empreender uma política financeira saneadora e aprofundar reformas no setor agrícola, com o objetivo de diversificar a produção. Sua atuação foi amplamente ressaltada por seus biógrafos, que chegaram a descrevê-lo como uma figura providencial, responsável pelo "milagre de duas salvasões financeiras".⁹ De fato, tal como em seu primeiro governo, Nilo impôs um severo programa de austeridade para equilibrar o orçamento do estado, visando agora a obtenção de recursos para o pagamento da dívida externa fluminense.

Ao tomar posse em 31 de dezembro de 1914, Nilo deparou-se com uma situação financeira caótica. Naquele ano, o déficit público estadual atingira um ponto crítico em função da diminuição da receita, causada pela queda dos preços e das exportações de café, e sobretudo em virtude da extraordinária expansão das despesas governamentais, obviamente relacionada com a intensa disputa que se travou pela sucessão presidencial. As despesas chegaram a quase 17 mil contos, enquanto a receita atingiu apenas 10.500 contos, o que resultou num déficit de 6.500 contos de réis.¹⁰

Embora a economia fluminense não estivesse ameaçada de bancarrota, como no início do século, o governo deparava-se, segundo o secretário-geral, José Matoso Maia Forte, com a "visão aterrorizadora da dívida externa, cancro que há de dilacerar as entranhas do estado durante meio século".¹¹ O Estado do Rio devia mais de três milhões de libras esterlinas a banqueiros ingleses, em virtude do empréstimo contraído em 1912. A obsessiva preocupação de Nilo Peçanha em honrar os compromissos do estado converteu-se em objetivo prioritário de sua administração. Como resultado dessa política, somente em 1915 o serviço da dívida externa fluminense consumiu mais de 2.500 contos em juros e amortizações, correspondentes a cerca de 22,5% da despesa total do governo.¹² Parece claro que, independentemente das pressões dos credores ingleses, Nilo buscou reforçar seu prestígio internacional, o que sem dúvida representava um trunfo importante para o futuro de sua carreira política.

A par do pagamento da dívida, Nilo preocupou-se em reduzir os gastos governamentais e aumentar a arrecadação. Assim, ainda em janeiro de 1915 promoveu uma reforma administrativa pela qual foram suprimidos repartições, subvenções e cargos, e foram elevados os impostos sobre os vencimentos dos funcionários públicos de 5 para 10%.¹³ A exemplo do que acontecera em 1904, ocorreu a demissão de numerosos servidores e procedeu-se a uma reorganização dos serviços públicos, acentuando-se o caráter centra-

lizador da administração. No tocante aos serviços de polícia, por exemplo, todo o escalão intermediário de delegados e escrivães foi reduzido à metade, sendo suprimido, em maio de 1916, com a extinção de delegacias e zonas policiais.

A política de contenção de gastos implicou ainda cortes profundos nos projetos de educação, saúde pública e infra-estrutura. Por medida de economia, várias obras, como a construção do Palácio da Justiça e da Escola Normal de Niterói, foram interrompidas, o mesmo acontecendo com obras de saneamento iniciadas no período anterior em Niterói, Barra Mansa, Macaé, Resende e Teresópolis. A suspensão desses programas de saneamento, bem como a reforma administrativa, foram justificadas por Nilo com argumentos típicos da ideologia agrarista. Em sua *Mensagem* de 1915, após denunciar "o erro das administrações que tomam dinheiro emprestado na Europa para gastá-lo improdutivamente nas cidades" e "as leis brasileiras que dão ao funcionalismo público civil e militar regalias, vantagens e privilégios crescentes",¹⁴ Nilo exaltava a agricultura como a atividade básica da nação, apontando como evidência lógica a dependência das cidades em relação ao campo. Esta posição seria reiterada na *Mensagem* de 1916: "O primeiro dever do Estado, antes de cuidar das cidades, é cuidar dos campos, promovendo meio de desenvolvê-los, educar as populações, abrir caminhos, favorecer transportes, defender a produção e aumentar a riqueza pública, cuja prosperidade os centros populosos refletirão depois".¹⁵

Na verdade, a ação do governo em favor da agricultura foi muito menos rigorosa do que preconizavam as mensagens do presidente do estado. Nilo chegou a sugerir a elevação do imposto territorial sobre as propriedades não aproveitadas ou consagradas exclusivamente à criação de gado, mas a idéia esbarrou na oposição do Legislativo e de vários fazendeiros. Os impostos de exportação e estatística sobre vários cereais, frutas e legumes foram substancialmente reduzidos por decreto de 22 de março de 1915, mas essas vantagens fiscais foram praticamente anuladas pela Lei n.º 1.274, sancionada em 16 de novembro do mesmo ano. De toda forma, cresceram as exportações de produtos como frutas, batata, leite, tecidos, arroz, feijão e milho, o que correspondeu a uma tendência nacional no período da Primeira Guerra devido à alta dos preços no mercado mundial.

Em dezembro de 1916, Nilo reduziu o imposto de exportação sobre o café de 8,5% para 8%. Segundo o deputado Belisário de Sousa, tal medida não visou exatamente aliviar a carga tributária do cafeicultor fluminense, mas foi imposta em face da redução do imposto cobrado em Minas, para evitar o escoamento clandestino do produto para aquele estado.¹⁶ Por outro lado, o governo procurou compensar a redução do imposto sobre o café com o

lançamento de um novo tributo, o imposto de viação. Incidindo sobre os gêneros consumidos dentro do território fluminense, e representando portanto um entrave às trocas internas, o novo imposto provocou uma onda de protestos no estado, principalmente em Campos e São Fidélis.

A despeito das contradições de sua política tributária, Nilo conseguiu equilibrar o orçamento do estado, mantendo as despesas em nível inferior à receita. Se as medidas restritivas ao funcionalismo público granjearam-lhe alguma impopularidade, o êxito de sua política financeira trouxe-lhe por fim a fama de "excelente administrador".

3. O COMPROMISSO COM O GOVERNO FEDERAL

As relações entre Nilo Peçanha e o governo federal, desde o início de seu segundo governo no Estado do Rio, foram marcadas por uma clara convergência de interesses. Apoiado militarmente por Venceslau Brás no momento de sua posse, em maio de 1917 Nilo seria nomeado ministro das Relações Exteriores, cimentando assim a aliança entre o nilismo e o poder federal e isolando ainda mais a oposição fluminense.

Enquanto permaneceu à frente do governo, Nilo privilegiou as relações com a política mineira, que detinha na época os principais postos de comando, tanto no Executivo como no Legislativo federal. Tratou também de restabelecer relações com o Partido Republicano Paulista, seriamente obstruídas desde sua passagem pela presidência da República, quando apoiou a candidatura de Hermes da Fonseca. Ainda que não tenha tolhido os ataques de seus correligionários José Eduardo de Macedo Soares e Maurício de Lacerda a Venceslau Brás, Nilo manteve-se fiel ao presidente da República, tomando a iniciativa de propor um movimento de solidariedade ao governo, em janeiro de 1916, logo após a descoberta da chamada "rebelião dos sargentos".

Embora não tivesse atrás de si um grande estado, Nilo sem dúvida conquistou um lugar preeminente no jogo político nacional. Autônomo em suas alianças, tratou de reforçar suas ligações com líderes políticos da Bahia, Pernambuco e outros estados menores por meio de contatos pessoais ou por correspondência, permanecendo à espreita de uma brecha na hegemonia dos grandes estados. No início de 1917, chegou a articular com os ex-governadores J. J. Seabra, da Bahia, e Dantas Barreto, de Pernambuco, um movimento para bloquear a candidatura de Rodrigues Alves à presidência da República. Recuando porém de sua posição inicial, em março seguinte, juntamente com Borges de Medeiros, formalizou seu apoio à chapa Rodrigues

Alves—Delfim Moreira, que seria oficialmente lançada em convenção nacional no dia 8 de junho.¹⁷

No final de abril, em meio a manifestações populares contra o torpedeamento do navio *Paraná*, Lauro Muller, acusado de germanófilo, foi compelido a se demitir do Ministério das Relações Exteriores. Nilo foi convidado por Venceslau Brás a substituí-lo, o que sugere que esta tenha sido uma compensação por seu apoio à chapa oficial. De fato, a chancelaria era um posto de grande evidência nacional e internacional em virtude da mobilização ideológica motivada pela guerra e pelo recente rompimento de relações entre Brasil e Alemanha. Em 24 de abril, numa demonstração pública de seu reatamento com a política paulista, Nilo viajou a São Paulo, onde a recepção do governador Altino Arantes representou um aval à sua nomeação.

No dia 5 de maio, Nilo deixou o governo do Estado do Rio e tomou posse no cargo de chanceler, respondendo até o final do governo Venceslau Brás pela política externa do país. Tal posição sem dúvida levou-o a acreditar na viabilidade de seu projeto de chegar à presidência da República como um candidato do sistema.

4. A SUCESSÃO DE NILO PEÇANHA

A nomeação de Nilo Peçanha para o Ministério das Relações Exteriores, a pouco mais de um ano para as eleições para o governo do estado, colocou na ordem do dia a questão sucessória fluminense, precipitando uma acirrada disputa no interior do PRF entre partidários do deputado federal Raul Fernandes e o presidente da ALERJ, João Guimarães. Apesar das dificuldades no encaminhamento do processo sucessório, a unidade do PRF seria mantida e o domínio nilista assegurado com a eleição de Raul Veiga.

Com o afastamento de Nilo Peçanha, em maio de 1917, o governo do estado passou às mãos do primeiro vice-presidente, Francisco Guimarães, que já se encontrava bastante doente e faleceu um mês depois. Como o segundo vice-presidente, Antônio Leite Pinto, também havia falecido, Agnelo Gerard Collet, terceiro vice-presidente, assumiu o governo, com a incumbência de completar o mandato de Nilo. Nesse momento, porém, já se havia iniciado a disputa pela sucessão fluminense.

Em 25 de abril de 1917, o jornal campista *A Notícia* lançou a candidatura de João Guimarães à presidência do estado, em meio às comemorações pela passagem de seu aniversário. O anúncio não despertou reação, mas, logo a seguir, com a ida de Nilo para a chefia do Itamarati, surgiram sinais de ebulição política. Em decidida oposição à indicação de João Guimarães, uma facção do PRF lançou a candidatura de Raul Fernandes. Líder da bancada

nilista na Câmara dos Deputados, Raul Fernandes tinha a seu favor uma longa experiência na política federal e vínculos bastante estreitos com o mundo empresarial, intelectual e político carioca. Já João Guimarães era um político provinciano, sem ligações fora do estado e com uma visão regional dos problemas fluminenses. Significativamente, Raul Fernandes congregava em torno de si toda a bancada federal, com exceção de Ramiro Braga. Entre os mais ativos defensores de sua candidatura destacavam-se os deputados federais Raul Veiga, José Tolentino e Macedo Soares, o deputado estadual Francisco Marcondes Machado Júnior, o Conde Modesto Leal e o advogado Nelson Ribeiro de Castro. Já João Guimarães contava com o apoio dos deputados estaduais Buarque Nazaré, Raul Rego, Constâncio Monnerat, Benedito Peixoto e Lemgruber Filho e ainda do jornalista César Tinoco, proprietário do jornal campista *O Rio de Janeiro*.

Os acontecimentos se precipitaram a partir de uma tumultuada reunião da comissão executiva do PRF realizada em 18 de junho, em meio a um quadro de tensa expectativa provocada pelo agravamento do estado de saúde do presidente Francisco Guimarães. A reunião foi promovida com o objetivo de preencher duas vagas abertas na comissão executiva. Tudo indica que o grupo de Raul Fernandes, visando o controle da comissão da qual dependeria a escolha do futuro presidente do estado, havia preparado o terreno para impor a entrada de José Tolentino e Francisco Marcondes Machado Júnior. Colocando-se na defensiva, João Guimarães não compareceu à reunião. Ao final, foram escolhidos para ocupar as vagas em aberto, José Tolentino e Gerard Collet, mantendo-se assim, graças ao veto dos aliados de João Guimarães a Francisco Marcondes, o equilíbrio de forças entre as duas facções.

Preocupado em manter a unidade partidária, ainda que sem assumir ostensivamente a coordenação do processo sucessório, Nilo exerceu uma influência decisiva sobre João Guimarães e Raul Fernandes, obtendo a renúncia de ambos à indicação. A desistência dos dois candidatos não trouxe porém a tranquilidade desejada. Em Campos, ocorreu uma verdadeira mobilização, conforme atesta a manchete do jornal *O Rio de Janeiro*: "Campos não aceita a recusa de João Guimarães".¹⁸ Em 30 de junho, o líder do governo na ALERJ, Buarque Nazaré, convocou todos os parlamentares fluminenses para uma reunião em Niterói, com o objetivo de garantir seu apoio a João Guimarães e isolar a representação federal, ligada a Raul Fernandes.¹⁹ No entanto, o confronto decisivo não ocorreu. Habilmente, Raul Fernandes e Raul Veiga, em nome da bancada federal, propuseram a candidatura de Nilo Peçanha, forçando seus adversários a um recuo. A proposta foi aceita por unanimidade pelos parlamentares do PRF, e foi aprovada uma

moção pedindo a Nilo que, "retomando a grande obra que iniciou e continuada por seus ilustres sucessores, reeleito prossiga no futuro quadriênio".²⁰

O passo seguinte seria a reforma da Constituição fluminense, que vedava a reeleição do presidente do estado para um mandato consecutivo. Gerard Collet propôs a reforma à ALERJ e às câmaras municipais, incluindo entre suas disposições o restabelecimento do antigo Tribunal de Contas, suprimido em 1903. O objetivo básico, porém, segundo admitiu abertamente Raul Rego no plenário da ALERJ, era permitir a reeleição de Nilo.²¹ Embora Nilo tivesse declarado não concordar com esta solução,²² os parlamentares do PRF insistiram na idéia, suspendendo a luta partidária e referendando com isso o poder de decisão de Nilo na escolha do novo presidente. Dessa forma, a reforma foi levada adiante e promulgada em 17 de outubro de 1917.

Em meio à trégua na disputa sucessória, em 9 de julho, ignorando a ausência de João Guimarães, os membros da comissão executiva do PRF ligados a Raul Fernandes reuniram-se em Niterói na casa do Conde Modesto Leal e aprovaram a entrada de Francisco Marcondes Machado Júnior para a vaga de Gerard Collet, e a de Nelson Ribeiro de Castro para o cargo até então inexistente de secretário.²³ Em termos práticos, portanto, a facção fernandista se assenhoreou da comissão executiva. A montagem da chapa do partido para as eleições legislativas federais de março de 1918 iria contudo reacender a crise no final do ano.

Em dezembro de 1917, o jornal *O Rio de Janeiro*, pró-João Guimarães, abriu suas páginas para denunciar a "crise de autoridade" no PRF e propor a imediata eleição de nova comissão executiva, negando à comissão fernandista o direito de organizar a chapa oficial. Exigindo a imediata intervenção de Nilo Peçanha, dizia o jornal: "Se o honrado chefe julga que as facilidades anteriores, as contemporizações condenáveis, reduziram a comissão executiva do partido à expressão de um secretário de nomeação não se sabe de quem, que convoque uma convenção, e que dessa convenção advenha uma outra comissão ou chapa, quando não queira S. Excia. arcar com a responsabilidade da escolha".²⁴

No final de janeiro de 1918, Raul Fernandes e Ramiro Braga foram oficialmente encarregados de compor a chapa situacionista. A decisão foi formalizada em carta do presidente Gerard Collet a Raul Fernandes, incorporada no mês seguinte ao boletim eleitoral do PRF: "Não podendo o nosso eminente chefe Dr. Nilo Peçanha, pela sua situação no atual governo, organizar a chapa para as próximas eleições federais; estando extinto o mandato da comissão executiva, e sendo escasso o tempo para eleger nova comissão em convenção, peço ao prezado amigo que, juntamente com o nosso correligionário Dr. Ramiro Braga, tome a incumbência de confeccionar a aludida

chapa''.²⁵ Além de atestar a primazia de Raul Fernandes na hierarquia do partido, o documento reconhecia a extinção da comissão executiva do PRF, situação sem precedentes que iria se prolongar até maio de 1920, acentuando o caráter centralizador e personalista da liderança de Nilo Peçanha.

A chapa organizada por Raul Fernandes e Ramiro Braga continha 16 candidatos à Câmara, reservando apenas uma vaga para a oposição. O critério adotado foi a reeleição dos antigos deputados federais nilistas, em número de oito, e ainda a "promoção" dos deputados estaduais João Guimarães, Buarque de Nazaré, Francisco Marcondes Machado Júnior e Laurindo Lemgruber Filho. As demais vagas foram preenchidas por Nelson Ribeiro de Castro e Antônio Augusto de Azevedo Sodré, ex-prefeito do Distrito Federal, e ainda dois candidatos derrotados em 1915, Manuel Reis e Temístocles de Almeida. Para o Senado foi indicado o Conde Modesto Leal.

Quanto às oposições, desde a desarticulação do PRCF, em 1915, estavam divididas em pelo menos quatro facções, lideradas por Miguel de Carvalho, Oliveira Botelho, Feliciano Sodré e Érico Coelho. Fora do campo oposicionista, mas também à margem do PRF, situava-se ainda a corrente chefiada por Alfredo Backer. Backer não lançou chapa para concorrer às eleições, limitando-se a apoiar a candidatura de Norival de Freitas. Já os miguelistas, botelhistas e sodresistas, reagrupados na legenda do PRCF, lançaram uma única chapa em convenção realizada em 15 de fevereiro. O senador Érico Coelho tentou a reeleição sem o apoio do PRCF, mas sustentou os candidatos da oposição à Câmara, entre os quais se destacavam nomes como o de Belisário de Sousa.

Este quadro, por si dividido, tornou-se ainda mais confuso nas últimas duas semanas que antecederam o pleito. Diversos elementos de prestígio que participaram da convenção de 15 de fevereiro, tais como o ex-chefe de polícia Edwiges de Queirós, o ex-deputado Manuel Duarte e os deputados federais Horácio Magalhães e Paulino José Soares de Sousa resolveram lançar suas próprias candidaturas, provocando o comentário do *Correio da Manhã* sobre "o despencamento da gorada arrumação Miguel-Botelho".²⁶ Com suas forças dispersas, e sem qualquer apoio na esfera federal desde a morte de Pinheiro Machado, as oposições caminhavam portanto para um confronto com poucas chances de êxito.

De fato, realizadas as eleições, ao contrário do que ocorrera em 1915, o mecanismo de verificação de poderes funcionou de pleno acordo com os interesses do partido dominante no estado, rejeitando as contestações dos oposicionistas. O PRF ampliou sua bancada para 14 deputados e elegeu o senador Modesto Leal. Alguns resultados foram porém surpreendentes. A principal surpresa foi o sacrifício do deputado Raul Veiga, derrotado no 2.^o

distrito por seu primo, o avulso José Antônio de Moraes. A máquina oficial também falhou no 1.º distrito, permitindo a vitória do avulso Norival de Freitas sobre Manuel Reis. A oposição suplantou a votação do PRF em Niterói, Cabo Frio, Capivari, Petrópolis, Araruama, Friburgo, Saquarema, Maricá e Iguçu. Ao comentar os resultados de Niterói, *O Imparcial* admitia que Norival de Freitas e Luís Carlos Fróes da Cruz, ambos de oposição, tinham dividido "os sufrágios da grande maioria dos empregados do estado e da prefeitura".²⁷ É sintomático que após as eleições o governo Collet tenha-se preocupado em atender às reivindicações do funcionalismo público atingido pela política de Nilo Peçanha, sancionando em novembro de 1918 as leis n.º 1.490, que reduziu à metade o imposto sobre seus salários, e 1.520, que estendeu o direito de aposentadoria aos funcionários municipais.²⁸

Depois das eleições de março de 1918, quando também foi escolhido o novo presidente da República, Rodrigues Alves, o processo sucessório fluminense entrou em sua fase decisiva. Embora já tivesse recusado publicamente sua reeleição, Nilo Peçanha também não desautorizava qualquer iniciativa em torno de seu nome, o que fez com que sua candidatura fosse aclamada em convenção partidária realizada em 13 de maio. Quatro dias mais tarde, em telegrama dirigido aos convencionais, Nilo comunicou finalmente sua decisão: "Mantendo, como me cumpre, a resolução de que dei conhecimento à Convenção Republicana do dia 13 de maio último em Niterói, e prevalecendo-me da confiança com que sou honrado pelo nosso partido, peço vênha para aconselhar-lhe a candidatura do Dr. Raul Veiga para presidente do estado e dos Drs. Domingos Mariano, Mário Quintanilha e César Tinoco para vice-presidentes."²⁹

A indicação de Raul Veiga foi aceita sem discussão, não tendo havido sequer necessidade de reunir nova convenção para homologá-la. Tal desfecho consagrava a autoridade de Nilo, confirmava a hegemonia da facção de Raul Fernandes, no PRF, e revelava por fim, através da inclusão na chapa de César Tinoco, um dos principais coordenadores da campanha de João Guimarães, que esta facção estava aberta à acomodação e à composição.

A única manifestação política da campanha eleitoral de Raul Veiga ocorreu em Campos no dia 4 de julho. Além de Raul Veiga, que leu sua cartaplatforma, a manifestação teve como orador Raul Fernandes. Em seu discurso, não apenas atribuía a Nilo a condição de chefe supremo e insubstituível do PRF, como acenava claramente para seu projeto de comandar os destinos nacionais.³⁰

A eleição de Raul Veiga, dias depois, fortaleceu sem dúvida tal projeto. No entanto, um fato inesperado iria alterar seus rumos. Gravemente doente,

Rodrigues Alves não pôde tomar posse na presidência da República em 15 de novembro de 1918, sendo substituído pelo vice-presidente Delfim Moreira. Com o falecimento de Rodrigues Alves, em janeiro de 1919, novas eleições presidenciais foram convocadas para o mês de abril. A posição assumida por Nilo na ocasião iria determinar novas estratégias no encaminhamento de seu projeto político.

NOTAS

1. Afonso Arinos de Mello Franco, *Um estadista da República: Afrânio de Mello Franco e seu tempo*. (José Olympio), vol. 2, p. 823.
2. Elísio de Araújo, *Através de meio século*. p. 257.
3. Ver *Anais da ALERJ*, 1915, discursos de João Norberto em 6 de agosto, p. 47, e de Álvaro Diniz em 29 de setembro, p. 194.
4. Ver *O Rio de Janeiro*, 10/12/1915.
5. Ver a respeito carta do Conde Modesto Leal a Nilo Peçanha, de 23/12/1915, lamentando não atender ao pedido (Arquivo Nilo Peçanha).
6. Ver *Jornal do Comércio*, 11/12/1915.
7. Essas prefeituras foram criadas pelas leis 1.310/2 de outubro de 1916, 1.306/29 de setembro de 1916, 1.305/29 de setembro de 1916, 1.307/29 de setembro de 1916. Ver *Coleção de leis do Estado do Rio de Janeiro*.
8. *O Momento*, 10/3/1917.
9. Levi Carneiro, *Discursos e conferências*, p. 172.
10. Ver *Mensagem do presidente do Estado do Rio de Janeiro à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro*, em 1.º de agosto de 1915, p. 20-21.
11. *Relatório do secretário geral ao presidente do Estado do Rio de Janeiro*, 1915-1916, p. 7.
12. Ver *Mensagem do presidente do Estado do Rio de Janeiro à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro*, agosto de 1916, p. 48.
13. Lei 1.265 de 9 de setembro de 1915. Ementa: Aprova o decreto 1.404 de 31 de janeiro de 1915 que reorganiza a administração pública reduzindo os seus encargos.
14. Ver *Mensagem*, agosto de 1915, p. 8.
15. *Mensagem*, agosto de 1916, p. 7.
16. Ver *Anais da ALERJ*, 1916, sessão de 21 de outubro, p. 620.
17. No final de março de 1917, o jornal *A Notícia*, de Campos, ainda colocou em dúvida o apoio de Nilo à chapa paulista e mineira. Embora escarnecendo dos oposicionistas que "contavam com uma briga de galo entre o estado e a União", o jornal afirmava que Nilo ainda almejava o cargo de vice-presidente, "convencido como os demais políticos de que Rodrigues Alves não chegará ao termo do mandato". Ver edição de 29/3/1917.
18. *O Rio de Janeiro*, 27/6/1917.
19. Ver *Gazeta do Povo*, 22/5/1918. Segundo o jornal, "essa reunião não tinha outro fim senão o de 'engatar' os membros da bancada federal, obrigando-os a aceitar o candidato escolhido

ou a arcarem com a responsabilidade da decisão".

20. *O Momento*, 30/6/1917.

21. Ver *Anais da ALERJ*, 1917, sessão de 10 de outubro, p. 433-434.

22. Ver carta de Nilo Peçanha a Gerard Collet de 10/7/1917, publicada nos *Anais da ALERJ*, 1917, sessão de 8 de outubro, p. 431-432.

23. Ver *Correio da Manhã*, 10/7/1917.

24. *O Rio de Janeiro*, 28/12/1917.

25. Ver *O Rio de Janeiro*, 9/2/1918.

26. Artigo do *Correio da Manhã* transcrito em *O Rio de Janeiro*, 24/2/1918.

27. *O Imparcial*, 3/4/1918.

28. A Lei n.º 1.490, de 9 de novembro de 1918, originou-se do projeto n.º 2.595 do deputado Raul Rego, e a Lei n.º 1.520, de 19 de novembro, do projeto n.º 2.672, do deputado Cícero Costa.

29. Ver *O Rio de Janeiro*, 19/5/1918.

30. *Idem*, 5/7/1918.

CAPÍTULO 11

*REBELDIA E RECOMPOSIÇÃO**

1. PERFIL E EMERGÊNCIA DAS OPOSIÇÕES

A bibliografia clássica relativa ao funcionamento da política na República Velha, como é o caso de Vítor Nunes Leal, descreve as correntes oposicionistas oligárquicas como dispersas, com grande dificuldade de unificação e sempre dispostas a apoiar o governo estadual.¹ Mais recentemente, Paul Cammack, criticando esta posição, defendeu a existência de uma oposição mais articulada e portadora de formulações políticas mais consistentes.² O estudo da política fluminense nesse período revela que as oposições estaduais aproximavam-se no essencial do modelo traçado por Vítor Nunes, ainda que em determinadas conjunturas pudessem ter ampliado seu papel e aspirado de fato a conquistar o poder. A análise de sua composição e de sua atuação de modo geral confirma a falta de coesão e a ausência de uma proposta alternativa coerente. Na verdade, seu fortalecimento e dinamismo sempre estiveram diretamente subordinados ao apoio federal, decorrente por sua vez dos conflitos que a situação pudesse ter com o poder central. Foi exatamente esta a conjuntura que se criou nas eleições presidenciais de 1919.

Sob o argumento de que discordava dos critérios adotados pela convenção nacional convocada em fevereiro de 1919 para escolher o candidato à presidência da República, Nilo Peçanha sustentou a candidatura oposicionista de Rui Barbosa contra o candidato oficial Epitácio Pessoa, apoiado por Minas Gerais e São Paulo. É possível que esta atitude tenha resultado da descrença de Nilo na possibilidade de conquistar novas posições na política

* Este capítulo é uma versão modificada do texto de Marieta de Moraes Ferreira, "Conflito regional e crise política: a Reação Republicana no Rio de Janeiro", As alterações são de responsabilidade da autora.

oficial, o que o teria levado a retomar seu antigo projeto de articular setores oligárquicos dissidentes visando a formar um eixo alternativo de poder.³ Ensaído nas sucessões de Hermes da Fonseca e de Venceslau Brás, este ato de rebeldia, consumado agora de forma mais radical, custaria a Nilo um alto preço: a rearticulação das oposições fluminenses. Com a eleição de Epitácio Pessoa, o nilismo, abalado por contradições internas, seria forçado não só a se recompor com o governo federal, como a tentar pacificar a política estadual. Estas eram as condições necessárias para que Nilo Peçanha pudesse se apresentar na sucessão de 1922.

Do momento em que as forças nilistas decidiram sustentar uma candidatura dissidente à presidência da República, as oposições fluminenses encontraram uma excelente oportunidade de rearticulação. Chamados a enviar representantes à convenção nacional, esses grupos apoiaram Epitácio Pessoa e comprometeram-se a defender seu nome no Estado do Rio. Logo a seguir, a imprensa de Niterói começou a noticiar encontros e reuniões de oposicionistas, chegando a qualificar o momento como o de um "surto das oposições".⁴ Tal situação foi bem retratada pelo oposicionista Norival de Freitas, que, em entrevista a *O Estado*, declarou: "O movimento operado ultimamente com a sucessão presidencial trouxe, além de outros, esse grande benefício. Não era possível que a oposição no meu estado continuasse dispersa como até então. Na próxima eleição presidencial já entraremos na luta".⁵

O primeiro grupo a se rearticular foi o liderado por Alfredo Backer. Em suas fileiras incluíam-se, entre outros, Henrique Borges, Paulino Soares de Sousa, Joaquim Moreira, Faria Souto, Abreu Lima e Norival de Freitas. O objetivo de Backer era reunir todos os elementos contrários a Nilo no estado e liderar a oposição como um todo, considerando-se como o legítimo detentor da sigla do PRF. Tendo como principais áreas de apoio os municípios de São Gonçalo, Niterói, Itaboraí e Barra Mansa, o grupo backerista teve a consolidação de seu poder político facilitada graças não só a seu tipo de atuação, marcado por uma postura mais conciliadora e adesista, como também às características de suas áreas de dominação, mais urbanizadas e conseqüentemente possuidoras de um eleitorado menos suscetível às pressões da situação.⁶ Apesar dessa possibilidade de maior autonomia, o grupo não apresentava nenhuma proposta alternativa às forças dominantes relativa à organização política e econômica do estado. Suas críticas à performance da situação eram em geral amenas e sempre marcadas por um caráter colaboracionista.

A segunda corrente oposicionista revigorada em 1919 era liderada por Miguel de Carvalho e Oliveira Botelho, e se apresentava sob a sigla do PRCF. Dispondo de bases de apoio dispersas por todo estado e incluindo

nomes de longa tradição oposicionista, como Feliciano Sodré, Everardo Backeheuser e Galdino do Vale Filho, esse grupo tinha uma postura muito mais agressiva e se propunha "a combater decididamente a prepotência do situacionismo fluminense e especialmente seu chefe político, o Dr. Nilo Peçanha".⁷ Apesar dessa disposição, o peso político do PRCF foi inicialmente menor, e sua capacidade de articulação mais reduzida do que a do grupo backerista.

Embora interessado no avanço da união oposicionista, o PRCF tinha sérias restrições ao encaminhamento que vinha sendo dado à questão pela corrente backerista. Questionando a pretensa liderança de Backer e seu grupo no processo de reorganização das oposições, o partido alegava que não havia "absolutamente na atual movimentação a precedência a que se aludiu, na reorganização partidária, do grupo que obedece à orientação de Backer: há sim uma feliz convergência natural e irresistível das várias correntes oposicionistas no sentido de uma coligação eficiente em torno das mesmas idéias".⁸ Ficava claro, assim, que a linha proposta pelo PRCF previa a união das oposições através de uma coligação em que as diferentes facções ocupassem posições equivalentes, ao contrário do que acontecera em pleitos anteriores, quando acabaram subordinadas à corrente backerista. Apesar dessas dificuldades, porém, as oposições viam com otimismo seu futuro próximo, em virtude das possibilidades de ajuda do governo federal. A questão fundamental não era exatamente organizar-se internamente de maneira consistente, mas obter o apoio do poder central, que seria de fato a instância definidora da sorte das oposições.

As eleições para a presidência da República finalmente se realizaram a 14 de abril de 1919. Enquanto os nilistas articularam todas as suas forças em favor de Rui Barbosa,⁹ o PRCF e o grupo backerista naturalmente deram seu apoio a Eptácio. A vitória de Eptácio criou grandes expectativas entre a oposição, que chegou a acreditar na possibilidade de uma inversão na ordem política do estado, com a deposição do governo nilista encabeçado por Raul Veiga.¹⁰ Esta hipótese, no entanto, não se concretizou, o que demonstra que a postura oposicionista de Nilo e seu grupo não comprometeu seu controle sobre o Estado do Rio. A oportunidade mais adequada para a deposição de uma facção política detentora do poder geralmente se apresentava por ocasião das eleições estaduais, quer para o Executivo quer para o Legislativo, quando se abria a possibilidade de duplicação de governo ou de assembléia, com o conseqüente caos político e o risco de intervenção federal. Não era este o caso naquele momento. As eleições para a ALERJ, realizadas em janeiro de 1919, haviam transcorrido sem que a oposição sequer tivesse apresentado uma chapa.¹¹ Raul Veiga permaneceu assim à frente do

governo, e além disso, imediatamente após a eleição de Epitácio, as forças nilistas iniciaram uma política de aproximação com o presidente, tentando neutralizar sua postura oposicionista anterior. Ainda assim, as oposições ganharam um espaço maior de atuação e passaram a contar com algum respaldo na esfera federal, o que tornou importante para os nilistas reorientar internamente seu esquema de atuação política.

2. A REESTRUTURAÇÃO DO PRF

O ponto de partida formal para a reestruturação da política fluminense foi a convenção do PRF, realizada em maio de 1920 com o objetivo de eleger a comissão executiva do partido, extinta desde dezembro de 1917. Diferentemente de ocasiões anteriores, quando a escolha da comissão transcorria sem maior alarde e muitas vezes a portas fechadas, esta eleição transformou-se num evento político. A convenção foi presidida por Nilo Peçanha e contou com a presença de representantes de todos os municípios, ou seja, os presidentes das câmaras municipais, além de todos os parlamentares estaduais e federais.

A grande novidade foi a presença de Nilo Peçanha, que, segundo *O Estado*, desde que assumira a chefia do PRF, havia mais de vinte anos, nunca havia participado dos trabalhos de uma convenção ou reunião oficial de seu partido,¹² o que demonstrava um certo descaso pela institucionalização de uma política partidária. O comparecimento de representantes de todos os municípios foi igualmente um acontecimento significativo. Tais fatos indicavam sem dúvida a tentativa de promover algumas alterações na maneira de organizar a vida política fluminense. Um primeiro aspecto a ser destacado estaria na intenção de atribuir um papel mais relevante ao partido, de dar um caráter mais institucionalizado a seu funcionamento, e de buscar um maior estreitamento nas relações com as bases locais. Mesmo que essas iniciativas pudessem ter um caráter essencialmente formal, elas expressavam a tendência a uma certa despersonalização da vida partidária.

A explicação para essas alterações encontra-se num contexto que exigia um novo tipo de relacionamento das forças nilistas com as oposições e com o governo federal, e até mesmo uma pacificação interna do partido oficial, em virtude da crise que teve lugar por ocasião da sucessão estadual de 1918 entre as facções de João Guimarães e de Raul Fernandes. Além disso, a necessidade de fortalecimento do PRF devia-se em grande parte ao planejado afastamento de Nilo Peçanha do cenário político e da condução direta dos negócios fluminenses. Permanecendo à frente da política estadual, além de enfrentar os constrangimentos decorrentes da derrota de Rui Barbosa, Nilo

sofreria os inevitáveis desgastes trazidos pela condução cotidiana dos negócios políticos. A idéia fundamental era preservá-lo dos conflitos, mantendo sua imagem de grande estadista, adquirida principalmente através de seu desempenho no Ministério das Relações Exteriores. De acordo com essa estratégia, Nilo Peçanha deveria ausentar-se do país, como realmente o fez, permanecendo na Europa de maio de 1920, logo após o término da convenção do PRF, até as vésperas da convenção para a escolha de um novo candidato à presidente da República, em junho de 1921. Nesse quadro, a convenção do PRF tinha também a finalidade de formalizar a passagem da chefia da política fluminense das mãos de Nilo para as de Raul Veiga. A escolha justificava-se não só por ser Raul Veiga o chefe do Executivo estadual, mas também por ser figura de absoluta confiança de Nilo.¹³ e plenamente afinada com a liderança de Raul Fernandes, que ganhava cada vez mais espaço no interior do partido.

A nova comissão executiva do PRF foi integrada por Ramiro Braga, Temístocles de Almeida, Francisco Marcondes e Raul Fernandes. Sua característica principal era ser formada exclusivamente por membros da bancada federal, diferentemente de comissões anteriores, onde se privilegiou a incorporação de lideranças regionais ou locais. Além disso, com a exceção de Ramiro Braga, todos os demais elementos eram totalmente afinados com a facção liderada por Raul Fernandes. Além de ter sido pessoalmente excluído, João Guimarães não teve qualquer aliado ou incluído na comissão executiva. Tudo indica que essa orientação estivesse ligada ao interesse de privilegiar as relações e as articulações na esfera federal. De fato, os novos dirigentes do partido tinham trânsito fácil junto a destacadas figuras do cenário político nacional, o que era considerado fato importante na montagem de um esquema que beneficiasse a obtenção de apoios para Nilo com vistas à sucessão de 1922.

Entre as definições políticas trazidas à luz na convenção do PRF, devem sem dúvida ser ressaltadas as propostas concernentes ao relacionamento com o governo federal. A tônica do discurso nilista nessa questão era a busca de aproximação e apaziguamento. O pronunciamento de Ramiro Braga, líder da bancada fluminense na Câmara, é esclarecedor a esse respeito: "Não foi, no último pleito presidencial, uma atitude pessoal a que assumimos não sufragando o nome de Epitácio com os nossos votos, mas sim o reconhecimento no egrégio Sr. Rui Barbosa dos inolvidáveis serviços prestados ao país (...). Mas, uma vez verificada por nós mesmos a verdade eleitoral, não nos cabia de direito (...) mamer uma atitude de antagonismo e combate". Dentro desse espírito, Ramiro Braga propôs uma moção de apoio ao patriótico e esclarecido governo de Epitácio Pessoa.¹⁴ Com isso ficava defi-

nida a postura do governo fluminense frente ao novo presidente da República.

Encerrada a convenção, iniciava-se uma nova etapa para a política nilista, em que seria enfatizada, de um lado, a formulação de novos canais de relacionamento com o governo federal e, de outro, a busca da unificação da política fluminense. A primeira orientação seria reforçada pelas instruções posteriores de Nilo Peçanha a seus seguidores no sentido de prestigiar o governo central e apoiar todas as medidas necessárias ao êxito de sua administração. O estabelecimento de boas relações com o governo federal visava não só a obtenção de vantagens de curto prazo para o situacionismo fluminense, mas também a conquista de um espaço que beneficiasse a posição de Nilo nas articulações para a próxima sucessão presidencial. Quanto à pacificação interna, sua condução seria em grande parte entregue à facção liderada por Raul Fernandes, que, a partir de então, não só passaria a controlar os postos-chaves da política fluminense, como se encarregaria de implementar as medidas fundamentais para o sucesso do projeto nilista.

Ainda que isso não tenha ficado claramente explicitado, é de se supor que durante a convenção tenha sido alterado o nome do PRF. A partir de então, sem nenhum comunicado oficial, os nilistas passaram a se referir a seu partido como o Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ), ficando a sigla PRF com o grupo backerista.

3. A TENTATIVA DE PACIFICAÇÃO

A política interna nilista em face das oposições não teve seus contornos claramente delineados na convenção do PRF de 1920, o que faz com que suas diretrizes básicas possam ser detectadas muito mais através da prática política cotidiana do que de declarações de intenção ou de acordos formais com as correntes oposicionistas.¹⁵ Sem dúvida a ideia de conciliação já vinha se manifestando desde a eleição de 1918 para o governo estadual, quando Raul Fernandes, traçando o perfil do candidato ideal à presidência do estado, definiu-o como "um presidente conciliador e imparcial".¹⁶ Embora a conciliação já fosse então colocada como fundamental, nada se adiantava acerca dos caminhos a serem trilhados para alcançá-la. Na verdade, as tentativas nesse sentido, além de não obedecerem a acordos prévios formalizados, não foram generalizadas para todas as facções de oposição nem para todo o estado. Tratou-se, na maioria das vezes, de medidas parciais e localizadas.

Os protestos de um chefe nilista do município de Barra Mansa, em 1919, deixam entrever que ali se faziam concessões à oposição. Em carta a Nilo

Peçanha, Teixeira Brandão denunciava então que o governo estadual havia invertido a ordem política do estado, “prestigiando os adversários em detrimento dos amigos”.¹⁷ Também em Itaperuna, importante município cafeeiro do norte fluminense, foram feitas numerosas nomeações de oposicionistas para cargos municipais em prejuízo dos próprios nilistas.¹⁸ Além da distribuição de cargos, a partir do governo Raul Veiga as oposições foram contempladas com uma maior benevolência em seus recursos eleitorais. Em Niterói, por ocasião das eleições municipais de janeiro de 1919, os partidários do backerista Norival de Freitas obtiveram a quantidade de votos necessária para eleger representantes para a Câmara Municipal, mas não conseguiram ver diplomados os seus candidatos. Vários recursos foram impetrados no sentido de que fosse considerada a real votação dos oposicionistas, e o Tribunal de Relação, totalmente controlado pelos nilistas, deu ganho de causa ao grupo da oposição, abrindo espaço para a sua representação na Câmara Municipal.

Este procedimento não foi contudo generalizado. Em Friburgo, na mesma ocasião, as forças oposicionistas sofreram um duro processo de repressão. Chefiada por Galdino do Vale Filho, inimigo tradicional do nilismo e ligado ao PRCF, a oposição conseguiu eleger a totalidade da Câmara Municipal. A facção nilista liderada por Sílvio Rangel entrou com um recurso no Tribunal de Relação contra os representantes recém-eleitos, e a decisão do tribunal lhe foi inteiramente favorável. Nenhum dos elementos da oposição teve sua eleição reconhecida, e o poder local foi entregue à liderança de Sílvio Rangel.¹⁹ Este resultado provocou inúmeros conflitos armados no município, mas o controle da situação foi obtido graças a duras medidas de repressão, impedindo qualquer tipo de representação municipal da oposição. Os casos de Niterói e de Friburgo, nas eleições de 1919, ilustram exemplarmente o binômio conciliação-coerção que marcava o relacionamento do nilismo com as oposições, de um lado abrindo espaço para o grupo backerista, mais passível de cooptação, e de outro, arrochando o PRCF, mais radical e resistente.

Dentro da estratégia de pacificação da política fluminense, a reforma constitucional empreendida entre setembro e novembro de 1920, ainda que não tenha sido fruto de um acordo formal com a oposição, representou um passo importante. Através dela procurou-se na verdade estabelecer uma contra-reforma que viesse amenizar os pontos controversos da reforma realizada por Nilo Peçanha em 1903. Seu objetivo era, evidentemente, o estabelecimento de alguns canais de aproximação com as oposições.

A alegação formalmente apresentada pela cúpula nilista para justificar a reforma da Carta estadual baseava-se, de um lado, na conveniência de sis-

tematizar num novo texto as alterações realizadas na legislação do estado desde 1903, e, de outro, na necessidade de adequar essa legislação à jurisprudência estabelecida pelo STF sobre o artigo 68 da Constituição federal, que em alguns casos declarava inconstitucional a nomeação de prefeitos.²⁰ A motivação real dos nilistas era porém evitar ou reduzir os conflitos políticos no estado,²¹ e atender às reivindicações de autonomia municipal provenientes de diferentes setores. Analisando a reforma de 1903, por exemplo, o deputado oposicionista Teixeira Leite, oriundo de Paraíba do Sul, qualificava-a como *"a mais ordinária das leis do estado"*. Dizia ainda que *"a ação centralista do Executivo estadual foi se tornando impossível. As câmaras municipais, muitas delas pelo regime prefetural, passaram a ser simples repartições do estado"*.²² Outros setores da sociedade fluminense protestavam também contra a escassez das rendas municipais. Por ocasião da criação da União Agrícola de Paraíba do Sul, seus membros propuseram que o imposto sobre indústrias e profissões voltasse a ser arrecadado integralmente pelos municípios, como acontecia antes da reforma de 1903.²³ Até mesmo lideranças nilistas compartilhavam desta opinião. Um dos principais chefes políticos de Cantagalo, Sebastião Luterbach, declarava em carta a Nilo Peçanha: *"Precisamos ser amparados, e não explorados. O termo explorado é forte, mas bem empregado. Os municípios entregaram de mão beijada ao estado o imposto de indústria e profissão e estão agora se lastimando da sorte porque os demais impostos que arrecadam não chegam."*²⁴

Por força desse conjunto de reivindicações, a reforma constitucional apresentava-se como uma etapa importante no processo de abertura política empreendido pelos nilistas. Nem todos os nilistas, no entanto, a apoiaram. Em carta a Nilo, César Tinoco declarava: *"Infelizmente é minha impressão. Parece-me que ficará destruída toda a obra de sua reforma"*.²⁵ A condução do novo projeto de reforma ficou a cargo de alguns elementos da corrente nilista liderados por Raul Fernandes, que detinha enorme força, ainda que a maioria dos deputados estaduais fosse ligada a João Guimarães. Entre esses elementos merecem destaque o próprio presidente do estado, Raul Veiga, o deputado estadual Sílvio Rangel, e os membros da Comissão de Constituição e Justiça da ALERJ, encarregados de elaborar o anteprojeto da nova Constituição. Eram eles Monteiro Soares, originário de Vassouras, introduzido na política por Raul Fernandes e Maurício de Lacerda; Artur de Sousa, também de Vassouras; Sousa Leão, recentemente incorporado ao nilismo, e Mendonça Pinto, também correligionário novo, ligado a Érico Coelho. Concluído o anteprojeto, em setembro de 1920, a comissão apresentou-o ao plenário, e a Assembléia ordinária transformou-se em Constituinte.²⁶

As alterações propostas no anteprojeto de reforma²⁷ concentravam-se em torno de dois pontos principais e estreitamente ligados entre si: a autonomia municipal e a hipertrofia do Executivo estadual. Em relação ao primeiro ponto, propunha-se o fim das nomeações de prefeitos. Esta era uma antiga reivindicação das oposições, para as quais a criação de prefeituras e a consequente nomeação de titulares funcionava como uma arma política para o governo do estado, permitindo-lhe retirar as funções administrativas das mãos dos presidentes das câmaras municipais que estivessem em desacordo com a situação para entregá-las a elementos de confiança, neutralizando assim as lideranças eleitas pelos municípios. O anteprojeto propunha que as funções executivas municipais fossem exercidas pelos presidentes das câmaras ou, no caso de instalação de prefeituras, por prefeitos eleitos pelo voto direto. Esta proposta deixava em aberto, contudo, o caso da capital, Niterói, a ser regulamentado por decisão posterior da ALERJ.

Em relação à hipertrofia do Executivo estadual, que se traduzia não apenas na redução da autonomia municipal, mas também na restrição dos Poderes Legislativo e Judiciário e na centralização administrativa, algumas alterações foram também apresentadas. Antes de mais nada, pretendeu-se garantir a representação das minorias, tanto nas câmaras municipais como na ALERJ e na Câmara Federal. A Constituição federal consagrava o princípio de representação das minorias, mas não o estabelecia como obrigatório para os estados. A Constituição estadual de 1892 previa igualmente essa representação, embora sem defini-la, mas a reforma constitucional de 1903 veio eliminar qualquer referência a essa questão. Com a ascensão do grupo nilista ao poder, o que aconteceu na prática foi portanto a não obrigatoriedade da representação das minorias. Nem mesmo a lei federal de 1910, a chamada "lei das minorias", segundo a qual um terço das bancadas em todos os órgãos legislativos deveriam ser reservadas aos grupos desvinculados da situação, foi respeitada no Estado do Rio. Possuindo uma bancada federal de 17 deputados e uma Assembléia de 45 representantes, os nilistas sistematicamente reservavam às oposições apenas três vagas na Câmara dos Deputados e cinco vagas na ALERJ, o que correspondia a menos de um sexto da representação total. O anteprojeto de reforma propunha que essa questão fosse examinada e regulamentada, embora sem definir de que maneira isso deveria ser feito.

Outro ponto tratado no anteprojeto era a restituição de algumas prerrogativas ao Judiciário. Voltando à Constituição de 1892, propunha-se o restabelecimento da vitaliciedade dos juizes municipais, substituída em 1903 pela nomeação por períodos de quatro anos, que colocava os juizes à mercê dos governantes. Em relação à centralização administrativa, finalmente, propu-

nha-se o desmembramento da Secretaria Geral do governo em três órgãos, tal como acontecia no regime de 1892: a Secretaria do Interior e Justiça, a Secretaria de Finanças, e a Secretaria de Obras Públicas e Indústrias. Tal medida, além de permitir maior eficiência administrativa, possibilitaria a criação de novos empregos públicos, que poderiam ser distribuídos aos velhos aliados para reforçar os laços de fidelidade política, ou negociados para conquistar novas adesões e apoios.

Embora fosse nítida a intenção de atenuar o conjunto de medidas adotadas pelo nilismo ao longo de sua dominação no estado, o anteprojeto de reforma possuía também limites bastante evidentes. Assim, o adiamento da regulamentação sobre a prefeitura de Niterói revelava o temor de que a capital, sede de um eleitorado urbano menos sujeito às pressões dos caciques políticos do que o eleitorado do interior, pudesse eleger um prefeito de oposição. Outras reivindicações antigas sequer foram levadas em consideração no anteprojeto. Não se tratou, por exemplo, de propor a suspensão da proibição de que a Assembléia aumentasse os vencimentos ou as vantagens do pessoal empregado nas repartições estaduais sem autorização do Executivo. Tampouco se examinou a possibilidade do retorno da arrecadação do imposto sobre indústrias e profissões para as mãos dos municípios, frustrando-se assim uma das mais sérias reivindicações das oposições fluminenses.

As limitações detectadas no anteprojeto de reforma foram ainda mais aprofundadas no decorrer dos trabalhos constituintes e no substitutivo finalmente aprovado. As propostas que alteravam mais concretamente a organização político-administrativa do estado foram modificadas, verificando-se um recuo nas intenções iniciais. Assim, a proposta de eleição dos prefeitos — a mais importante de todo o anteprojeto — foi substituída por uma emenda segundo a qual as eleições executivas municipais seriam regulamentadas por uma lei orgânica municipal a ser posteriormente elaborada.²⁸ Suprimia-se com isso o direito de os presidentes das câmaras municipais exercerem funções executivas, mas a questão da eleição dos prefeitos era deixada sem solução e adiada *sine die*.

No tocante a outros temas, menos polêmicos, algumas propostas do anteprojeto foram mantidas. Ficou estabelecido que a representação das minorias seria respeitada, mas, assim como no anteprojeto, nada foi definido a esse respeito, e sequer "foi fixado que a mesma não seria numericamente inferior a um terço da bancada".²⁹ Quanto ao esperado fortalecimento do Judiciário, restabeleceu-se a vitaliciedade dos juizes, reduzindo-se assim as possibilidades de o poder político submeter a magistratura. O estabelecimento de critérios de antiguidade e merecimento para a promoção dos magistrados e a atribuição ao Judiciário, através do Tribunal de Relação, da se-

leção dos pretendentes à carreira constituíram igualmente medidas que vieram colocar freios à ação do Executivo. Em contrapartida, porém, uma nova restrição foi imposta, com a determinação de que os juizes de paz deixariam de ser eleitos, para serem nomeados pelo presidente do estado. Os juizes de paz tinham por função participar das comissões distritais para a qualificação eleitoral e substituir, caso necessário, tanto o juiz municipal como o juiz de direito ou o promotor público. Por ocuparem um cargo eletivo, tinham estreitas relações com as correntes políticas locais.³⁰ A extinção da eletividade, substituída pela nomeação, transferia assim das mãos do Judiciário para o Executivo um importante instrumento de intervenção nas lutas políticas do interior. Finalmente, a descentralização através da criação de novas secretarias foi em princípio aprovada, mas o prazo para sua implantação foi deixado em aberto.

Um balanço de todo o processo da reforma constitucional nos permite avançar algumas conclusões. Proposta por uma parcela da corrente nilista liderada por Raul Fernandes e articulada na ALERJ por Sílvio Rangel, a idéia da reforma encontrou resistências consideráveis dentro do próprio nilismo. Não houve consenso quanto à oportunidade de se promover uma política de concessões às oposições. Sobretudo os setores mais diretamente articulados com as forças locais — e que poderiam *grosso modo* ser identificados com a facção de João Guimarães — viam nessa possibilidade uma ameaça a seu poder, com a perda do controle dos municípios para a oposição. Essas divergências, no entanto, não afloraram de maneira explícita dentro da Constituinte, tendo sido em geral tratadas nos bastidores, fora dos limites das discussões parlamentares. Em decorrência dessa falta de unanimidade e da não explicitação das divergências, a tendência que prevaleceu foi o bloqueio de qualquer alteração significativa no texto constitucional de 1903, feito, além disso, de maneira confusa e contraditória. A declaração de Maurício de Medeiros, segundo a qual “não temos aqui por objetivo inscrever na Constituição do estado o princípio de eleição para o cargo de prefeito, mas tão-somente retirar dela as disposições referentes à nomeação para esse posto”,³¹ permite compreender os reais limites da reforma: procurou-se dar uma aparência de alteração, adiando-se porém qualquer definição concreta.

Nas discussões parlamentares, a oposição, numericamente insignificante, não teve uma postura agressiva. Seus dois representantes de maior peso, Belisário de Sousa e Teixeira Leite, considerando a reforma ilegítima, negaram-se a participar dos trabalhos e não assinaram o texto final. Custódio Viana, líder inexpressivo da minoria, embora não compartilhasse da decisão de seus colegas, de boicotar a Constituinte, não conseguiu que nenhuma das emendas que propôs fosse discutida.³² Aprovado em 15 de novembro de

1920), o novo texto constitucional foi assinado por 30 dos 45 deputados, incluindo-se nas abstenções não só aqueles que eram frontalmente contrários às alterações introduzidas, mas alguns nilistas que sequer se interessaram em comparecer à sessão de encerramento dos trabalhos.

4. A INEFICÁCIA DAS MEDIDAS DE CONCILIAÇÃO POLÍTICA

A despeito das diversas medidas adotadas pelo grupo nilista com o objetivo de neutralizar os conflitos internos no Estado do Rio e de ampliar sua base de apoio na esfera federal, os resultados alcançados não foram satisfatórios. O movimento de aproximação com as oposições encontrou resistência, em primeiro lugar, dentro do próprio nilismo. Para muitos antigos chefes locais, a proposta de abertura não tinha sentido, uma vez que seu domínio político não se encontrava ameaçado. De fato, a pacificação interessava a Nilo Peçanha e a seus seguidores mais próximos, que tinham um projeto político mais abrangente e de mais longo prazo, mas para os chefes políticos locais e seus representantes na ALERJ significava divisão e perda de poder. Quanto às oposições, tampouco foram sensibilizadas pela abertura nilista. As concessões feitas eram em grande parte localizadas e de alcance limitado, restringindo-se à distribuição de favores e cargos. Não se apresentou na verdade uma proposta de incorporação das oposições ao governo.

Um outro fato que pode ter contribuído para ineficácia do projeto de pacificação e de fortalecimento interno de Nilo Peçanha foi sua própria atuação nesse período. Mais preocupado em ampliar seus pontos de apoio na esfera federal, Nilo relegou as questões estaduais ao segundo plano. Sua permanência na Europa entre maio de 1920 e junho de 1921, planejada com a intenção de preservá-lo de constrangimentos e desgastes, acabou por abrir numerosas brechas na estrutura de dominação nilista no Estado do Rio. Num universo político profundamente marcado pelo personalismo, o afastamento do "chefe" abriu a possibilidade de novos conflitos, uma vez que inexistia uma estrutura partidária consistente e organizada capaz de diluir a atuação individual. Diferentemente do que acontecia em estados como São Paulo e Minas, onde a liderança partidária se distribuía de maneira mais equilibrada, no Estado do Rio desde o início do século as decisões políticas se concentravam em grande parte nas mãos de Nilo Peçanha.

O primeiro teste a que se submeteram as forças nilistas, antes que se abrisse a questão sucessória de 1922, foram as eleições federais para a renovação da Câmara e do terço do Senado, realizadas em fevereiro de 1921. Embora, na ótica dos nilistas, esse pleito devesse coroar a almejada paz política, o que se verificou na prática foi a intensificação dos conflitos. A cor-

respondência contida no arquivo de Nilo Peçanha relativa à época da formação da chapa de deputados do PRRJ por si só comprova a preocupação com as diversas reivindicações oriundas de todo o estado, e ainda com as pressões do governo federal.

Na elaboração da chapa de 14 deputados, distribuídos entre os três distritos eleitorais em que se dividia o estado, o PRRJ adotou o critério da reeleição da bancada, com pequenas modificações.³³ Assim, dos cinco representantes dos nilistas do 1.º distrito, apenas José Tolentino foi substituído, em virtude de seu desentendimento com Nilo Peçanha decorrente da recusa deste em aceitar seu nome para exercer a liderança da bancada. Para seu lugar foi indicado Maurício de Medeiros. No 2.º distrito confirmou-se igualmente a tendência à manutenção dos antigos nomes. Dos cinco candidatos, apenas um era novo: Julião Ribeiro de Castro, que substituiu seu pai, falecido recentemente. Já no 3.º distrito, que concorria com apenas quatro representantes, ocorreram duas alterações: Maurício de Lacerda cedeu o lugar a Domingos Mariano, e Teixeira Brandão, recentemente convertido à oposição, foi substituído por Ramiro Braga. A exclusão de Maurício de Lacerda deveu-se à pressão de Epitácio Pessoa, que desejava ver afastado da Câmara um parlamentar cuja atuação em defesa das populações trabalhadoras urbanas acarretava freqüentes choques com o governo.

Restavam ainda três vagas na bancada fluminense, e o PRRJ reservou uma em cada distrito à oposição. Interessado apenas em sustentar a candidatura de Norival de Freitas, Backer conformou-se de início com esta situação. No entanto, a aceitação de seu candidato pelo PRCF acabou por conduzir a uma aliança entre as oposições.³⁴ Em reunião realizada a 15 de fevereiro, as facções oposicionistas, sob a sigla do PRCF e evocando o velho líder Pinheiro Machado, lançaram assim chapa completa, deixando inversamente uma vaga em cada distrito para os nilistas.³⁵ Com isso, a oposição não apenas contrariava as expectativas do PRRJ, rompendo qualquer possibilidade de acordo ou de convivência pacífica, como assumia uma postura mais agressiva.

Além dos dois principais oponentes, o PRRJ e o PRCF, as eleições de 1921 contaram com a participação de uma nova agremiação, intitulada Partido do Trabalho. Organizado em 26 de dezembro de 1920 na sede da Associação Comercial de Campos, o novo partido, diferentemente do PRCF, não pretendia incorporar elementos oriundos de todo o estado. Seu objetivo era defender na Câmara os interesses açucareiros, que na época enfrentavam grandes dificuldades. No caso do Estado do Rio, a situação era ainda mais grave em virtude da proibição de que o açúcar fluminense fosse exportado para o exterior. A restrição das vendas ao Distrito Federal, somada à

queda de preços e às dificuldades crônicas do setor, aumentavam o descontentamento.³⁶ Visando a criação de um canal que defendesse seus interesses na esfera federal, os plantadores de cana, reunidos na União dos Lavradores de Cana — criada inicialmente para combater a exploração dos usineiros — associaram-se a estes últimos e criaram o novo Partido do Trabalho. Não se tratava propriamente de uma agremiação de oposição, mas de uma organização destinada a “combater a obra desastrada do governo, que com uma reforma tributária acabara de ameaçar de aniquilamento a nossa lavoura, o nosso comércio e as nossas indústrias”.³⁷

Fruto da união de dois segmentos do setor açucareiro — plantadores e usineiros —, o Partido do Trabalho desde logo viu aflorarem suas contradições. Num primeiro momento, os agricultores tentaram deter o controle do partido, lançando um candidato de sua confiança, o coronel Francisco Pinto. Esta candidatura não conseguiu porém se firmar, e o nome indicado para concorrer a uma vaga na Câmara Federal foi o do usineiro Luís Guaraná.³⁸ Proprietário de grandes usinas em Campos e de uma firma comissária de açúcar no Distrito Federal, Guaraná pode ser definido como um representante do setor mais dinâmico do açúcar do norte fluminense,³⁹ empenhado em conquistar um espaço de ação fora dos esquemas tradicionais da política estadual, pautados mais na prática clientelística do que na representação de interesses.

O período que precedeu imediatamente às eleições foi marcado por uma grande agitação política. Não só um novo partido independente se criava, como as oposições voltavam a ganhar espaço no cenário político estadual. Além disso, no curto período entre fins de janeiro e meados de fevereiro, a imprensa noticiou a eclosão de sete greves em Niterói, envolvendo operários dos mais diversos setores.⁴⁰ Embora, na política oligárquica, os movimentos sociais tivessem pouco peso nos processos eleitorais, a agitação social naquele momento era um fator que não favorecia às forças nilistas no poder.⁴¹

A despeito dessa agitação, a corrente nilista, lançando mão das práticas eleitorais vigentes na República Velha, garantiu sua posição. O 1.º distrito, que englobava os municípios mais urbanizados — Niterói, Petrópolis e Friburgo — foi aquele em que a oposição teve mais força. Além de Norival de Freitas, a aliança entre o PRCF e os backeristas conseguiu eleger Joaquim Moreira, representante de Petrópolis e protegido do presidente da República. É certo que os dois candidatos obtiveram significativa votação, mas o reconhecimento deste fato pelas mesas eleitorais controladas pelos nilistas revela o reconhecimento da importância e do peso das oposições.⁴² No 2.º distrito, que tinha como principal município Campos, onde os nilistas con-

centravam suas bases, a chapa do PRRJ foi eleita com tranquilidade. O PRCF não elegeu ninguém, e o Partido do Trabalho assistiu à vitória de Luís Guaraná, com o aval dos nilistas. Também no 3.º distrito, que englobava os municípios menos dinâmicos do sul do estado, o nilismo não enfrentou dificuldades. Os candidatos mais votados pertenciam todos ao PRRJ.¹³

Uma avaliação geral do pleito demonstra em primeiro lugar que o nilismo foi obrigado a pagar um preço por sua recomposição com o governo federal: a exclusão de Maurício de Lacerda da chapa do PRRJ e o reconhecimento da eleição de Joaquim Moreira. Ficou evidente ainda que a tentativa de conciliação não alcançou os resultados desejados. A apresentação de uma chapa completa por parte do PRCF indica que as oposições ultrapassaram o espaço ao qual a situação pretendia confiná-las, dando um primeiro passo mais claro no 1.º distrito, onde uma cadeira foi tomada aos nilistas. Mesmo no 2.º distrito, a eleição de Luís Guaraná representou um abalo na antiga hegemonia do PRRJ, abrindo uma brecha importante no domínio nilista em Campos. Embora o PRRJ tivesse mantido o controle do pleito e de seus resultados, graças ao processo de apuração, ficava claro que a fragilidade e os limites da estrutura de dominação nilista não haviam sido superados. Isto significava que o nilismo iria enfrentar a sucessão presidencial de 1922 sem dispor das condições ideais de sustentação interna.

NOTAS

1. Viçor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*, p. 244.
2. Paul Cammack, "O coronelismo e o compromisso coronelista: uma crítica".
3. Ver Marieta de Moraes Ferreira, *Conflito regional e crise política: a Reação Republicana no Rio de Janeiro*.
4. *O Estado*, 18/3/1919.
5. *Idem*.
6. *Idem*.
7. *Idem*, 4/5/1919.
8. *Idem*, 21/3/1919.
9. Nilo Peçanha se engajou profundamente na campanha pró-Rui, colocando toda a máquina eleitoral fluminense à sua disposição, além de articular todos os seus contatos na esfera federal. A correspondência relativa aos meses de março e abril de 1919 contida no Arquivo Nilo Peçanha trata essencialmente desse tema.
10. Carta de Francisco Leal a Nilo Peçanha de 14/4/1919, Arquivo Nilo Peçanha.
11. *O Estado*, janeiro de 1919.
12. *Idem*, 3 e 4/5/1920.
13. A correspondência de Nilo Peçanha no período entre 1919 e 1921 atesta sua total identificação com Raul Veiga, bem como seu completo controle sobre todas as decisões tomadas no estado. O deputado Ramiro Braga fazia o seguinte juízo sobre Raul Veiga: "É um espírito partidário, leal, sem veleidades de formar agremiações pessoais e que lhe é dedicado" (carta de Ramiro Braga a Nilo Peçanha de 14/12/1920, Arquivo Nilo Peçanha).
14. *O Estado*, 4/5/1920.
15. Esta situação diferia da ocorrida em 1909, quando foi feita uma tentativa formal de acordo entre nilistas e backeristas, com ganhos especificados para cada parte.
16. Carta de Raul Fernandes a Nilo Peçanha em 1918, Arquivo Nilo Peçanha.
17. Carta de Teixeira Brandão a Nilo Peçanha de 6/4/1919, Arquivo Nilo Peçanha.
18. Carta de Ramiro Braga a Nilo Peçanha de 14/12/1920, Arquivo Nilo Peçanha.
19. *O Estado*, 3/4/1919, 1/7/1920 e 8/5/1921. É interessante ressaltar que este conflito entre Galvão do Vale Filho e Raul Veiga não foi atenuado pelos estreitos laços familiares que os uniam. Ambos pertenciam à família Moraes (eram primos irmãos e cunhados) e eram originários da mesma região, o município de Trajano de Moraes.
20. *O Estado*, 1/10/1920.

21. Discurso de Belisário de Sousa em *Anais da ALERJ*, 1920, Sessão Ordinária, p. 656.
22. *Anais da ALERJ*, Sessão Constituinte, p. 238.
23. *O Estado*, 2/10/1920.
24. Carta de 15/10/1919, Arquivo Nilo Peçanha.
25. Carta de 18/10/1920, Arquivo Nilo Peçanha.
26. Ver Maurício de Medeiros, *A reforma constitucional de 1920*.
27. *Idem*, *ib.*, p. 14-31.
28. Constituição de 1920, em *Anais da ALERJ*, 1920, Sessão Constituinte, p. 150. Anexo: publicação da Constituição, p. 3-14.
29. Discurso de Custódio Viana em *Anais da ALERJ*, 1920, Sessão Constituinte, p. 155.
30. Vítor Nunes Leal, *op. cit.*, p. 225.
31. Maurício de Medeiros, *op. cit.*, p. 133.
32. *Anais da ALERJ*, 1920, Sessão Constituinte, p. 155 e Anexo p. 14.
33. Para efeito de eleição estaduais, o Estado do Rio era dividido em cinco distritos eleitorais; no caso de eleições federais esse número se reduzia a três. A chapa lançada pelo PRR para as eleições de fevereiro de 1921 era composta dos seguintes nomes: 1.º distrito — Azevedo Sodré, Manuel Reis, J. E. de Macedo Soares, Laurindo Lemgruber Filho e Maurício de Medeiros; 2.º distrito — João Guimarães, Inácio Veríssimo de Melo, Julião Ribeiro de Castro, Benício Nazaré e Manuel Temístocles de Almeida; 3.º distrito — Raul Fernandes, Francisco Marcondes Macedo Júnior, Domingos Mariano e Ramiro Braga. Ver *O Estado*, 28 e 29/1/1929.
34. *Idem*, 3 e 16/2/1921.
35. A chapa oposicionista era assim composta: 1.º distrito — Galdino do Vale Filho, Belisário Soares de Sousa, Norival de Freitas, Luís Teixeira Leoni e Joaquim Moreira; 2.º distrito — Feliciano de Abreu Sodré, Júlio Veríssimo dos Santos, Benedito Pereira Nunes, Félix de Miranda e Faria Souto; 3.º distrito — Francisco Chaves de Oliveira Botelho, Teixeira Brandão e Henrique Borges Monteiro. Ver *O Estado*, 15/2/1921.
36. Ver discurso de César Tinoco em *Anais da ALERJ*, 1921, sessão de 23 de setembro, p. 435.
37. Discurso de Luís Guaraná em *Anais da Câmara Federal*, 1922, sessão de 16 de maio. Ver também Maria Emília Marchiori, *O manto das usinas: problemas da agroindústria açucareira no município de Campos, 1922-1923*.
38. *O Estado*, 10, 12 e 28/1/1921.
39. Ver Miriam Stanley, *A companhia agrícola Usina de Santa Maria: estudo de um caso*, p. 54-59.
40. Embora o jornal *O Estado* não forneça informações detalhadas sobre as diversas greves, é possível detectar os seguintes movimentos: greve do porto de Ilanibi, greve da construção civil, greve dos marinheiros da Cantareira, greve dos trabalhadores de carvão e greve dos pequenos produtores que não podiam vender seus produtos no perímetro urbano de Niterói após as dez horas da manhã.
41. Várias informações levantadas indicam que o operariado de Petrópolis e Niterói tradicionalmente se aliava às oposições. Algumas propostas levadas pela oposição visando reformular o estatuto dos operários do estado, transformando-os em funcionários públicos, foram boicotadas pela administração nilista. Ver carta de Froes da Cruz a Nilo Peçanha em janeiro de 1919, e carta de Antônio Santos a Nilo em maio do mesmo ano. Arquivo Nilo Peçanha. Ver também projeto de Custódio Viana em *Anais da ALERJ*, 1919, p. 974.
42. Norival de Freitas obteve 11.251 votos, e Joaquim Moreira 10.432 votos, ficando em terceiro lugar o nilista José Eduardo Macedo Soares, com 8.312 votos. Os demais eleitos foram Maurício de Medeiros, com 8.270 votos; Azevedo Sodré, com 8.260, e Manuel Reis, com 8.012. A vitória de um segundo nome oposicionista eliminou o nilista Lemgruber Filho.

43. Os resultados eleitorais do 2.º distrito confirmaram o princípio de reeleição dos nilistas. Foram reconduzidos Temístocles de Almeida, Julião de Castro, Buarque Nazaré, João Guimarães e Veríssimo de Melo. Os candidatos nilistas eleitos no 3.º distrito foram: Domingos Mariano, Ramiro Braga, Francisco Marcondes e Raul Fernandes. Apenas um oposicionista, Henrique Borges Monteiro, foi eleito. Os dados relativos aos resultados eleitorais nos três distritos foram extraídos do jornal *O Estado* de 23, 24 e 25/3/1921.

*UM EIXO ALTERNATIVO DE PODER**

1. ORIGENS DA DISSIDÊNCIA NA SUCESSÃO DE 1922

A sucessão presidencial de 1922 revestiu-se de um caráter peculiar, já que pela primeira vez o confronto entre os grandes estados e os estados intermediários se colocou claramente numa disputa sucessória, revelando as tensões regionais interoligárquicas e desnudando as contradições do federalismo brasileiro. Esse confronto assumiu sua forma plena através da formação da Reação Republicana, que lançou a candidatura dissidente de Nilo Peçanha em oposição à candidatura oficial de Artur Bernardes. Enquanto Bernardes contava com o apoio de Minas Gerais, São Paulo e pequenos estados, em torno da Reação Republicana uniram-se Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal, tentando construir um eixo alternativo de poder.

Os cronistas contemporâneos que escreveram sobre a sucessão presidencial de 1922 atribuem a cisão política que deu origem à Reação Republicana à disputa pela indicação do candidato a vice-presidente da República na chapa oficial encabeçada por Bernardes.¹ Para eles, o motor da crise política teria sido a impossibilidade de acordo entre Bahia, Pernambuco e secundariamente Rio de Janeiro, que pleiteavam a indicação do vice-presidente, e a frustração desses estados diante da escolha de um representante do Maranhão. Este ponto de vista é sustentado sobretudo na obra de José Tolentino,² segundo o qual Nilo Peçanha não tinha pretensões à presidência da República e teria mesmo recomendado a seus correligionários fluminenses, ao partir para a Europa, que mantivessem íntima associação com o si-

* Este capítulo é uma versão modificada do texto de Marieta de Moraes Ferreira, "Conflito regional e crise política: a Reação Republicana no Rio de Janeiro". As alterações são de responsabilidade da autora.

tuacionismo mineiro com vistas à sucessão presidencial. As forças políticas fluminenses estariam assim comprometidas com a candidatura mineira, da mesma forma como Pernambuco e Bahia. O que estava em discussão era apenas o nome a ser indicado para a vice-presidência. Sob essa perspectiva, portanto, a Reação Republicana seria fruto de divergências essencialmente conjunturais.

Mais recentemente foram apresentados novos subsídios para o estudo da Reação Republicana. Boris Fausto, ao analisar a problemática econômico-financeira da Primeira República, levantou argumentos que encaminham a discussão no sentido de explicar a cisão como produto de divergências mais profundas nesta área. A Reação Republicana revelaria na verdade uma intensificação das dissidências interoligárquicas provocada por aqueles setores que não estavam diretamente ligados à cafeicultura e se mostravam insatisfeitos com a política de desvalorização cambial e de endividamento externo destinada a garantir a terceira valorização do café. O conflito refletiria assim, basicamente, o enfrentamento de interesses opostos no terreno econômico.³

Uma investigação mais voltada para a análise dos aspectos políticos, em especial para o processo de articulação da sucessão presidencial, permite porém um enriquecimento dessas interpretações. Em primeiro lugar, a despeito da existência de inúmeras divergências que dividiam a elite política dominante quanto à forma de equacionar os problemas relativos à implementação de medidas de defesa da cafeicultura,⁴ este não pode ser considerado um fator determinante para a ocorrência da cisão política e o surgimento da Reação Republicana. O comportamento das bancadas dos estados de segunda grandeza por ocasião da discussão na Câmara Federal, a partir de 1920, dos projetos de defesa do café não demonstrou claramente uma posição coesa contrária às propostas encaminhadas pelo eixo Minas-São Paulo. Se em relação à bancada pernambucana foram explícitas as críticas às propostas emissionistas para a valorização do café,⁵ o mesmo não pode ser dito em relação às demais bancadas. Os baianos não se manifestaram em praticamente nenhuma discussão acerca do tema,⁶ enquanto a bancada gaúcha, liderada por Otávio Rocha, numa posição conciliatória, propôs a transformação do projeto de defesa permanente da produção do café num projeto de defesa da produção nacional. Em seus diversos discursos, diferentemente dos pernambucanos, os gaúchos não combateram o tratamento especial dado ao café diante dos demais gêneros, voltando suas críticas mais para as práticas emissionistas embutidas no projeto de valorização.⁷

A bancada fluminense, por sua vez, caracterizada por uma atuação inexpressiva nesses debates, seguiu a orientação de Nilo Peçanha e acompanhou

a posição dos gaúchos, que acabaram por ver aprovada (ainda que com restrições de Pernambuco) a transformação do projeto de criação do Instituto de Defesa do Café no do Instituto de Defesa da Produção Nacional, destinado a sustentar também a produção da borracha, do cacau, do algodão, do fumo, do açúcar, do mate e de produtos pecuários.⁸ A postura inexpressiva dos fluminenses nessas discussões pode ser interpretada como a consequência da obrigatoriedade de acompanhar as posições de Nilo, ainda que a bancada não estivesse plenamente de acordo com elas. Tradicional defensor da diversificação da produção e adepto da ortodoxia financeira, Nilo Peçanha não via com simpatia as medidas de proteção ao café, firmando sua posição de maneira bastante clara: "Não criaram no estrangeiro senão concorrentes ameaçadores, e nos mercados internos, com o câmbio que temos, a ilusão de preços que realmente menos têm aproveitado ao produtor que ao exportador, ao torrador, ao retalhista, ao consumidor."⁹

Por outro lado, os debates sobre o tema travados na ALERJ¹⁰ e o próprio voto favorável de João Guimarães na Comissão de Finanças da Câmara Federal ao projeto que instituiu a defesa permanente do café indicam que os interesses cafeeiros fluminenses eram favoráveis às políticas emissionistas e ao esquema de valorização. Ainda que a produção fluminense não fosse se beneficiar diretamente dos esquemas valorizadores propostos por São Paulo, de alguma forma essas iniciativas trariam uma melhoria geral para o mercado cafeeiro nacional. De fato, a recuperação dos preços do café iria promover uma retomada da lavoura cafeeira fluminense ao longo dos anos 1920.

Diante desse quadro, pode-se concluir que o engajamento das forças situacionistas fluminenses na Reação Republicana não passou diretamente por divergências em relação às medidas de defesa da cafeicultura tomadas pelo governo federal, e sim pela adesão às posições pessoais de Nilo, e principalmente pela perspectiva de obter ganhos políticos através de alianças e acordos com outras forças estaduais que questionavam a hegemonia do eixo Minas--São Paulo. Pode-se argumentar, por fim, que no momento da articulação de um esquema de resistência ao nome de Bernardes ainda não haviam se configurado com clareza os conflitos em torno das questões econômico-financeiras. A votação do projeto relativo à terceira valorização do café em março de 1921, embora tenha sido objeto de críticas, não levantou resistências mais sérias. Foi somente no segundo semestre de 1921 que as divergências se explicitaram com clareza. Tudo isso daria margem para concluir que as divergências econômicas não teriam sido o motor da cisão política, mas poderiam, ao contrário, ter resultado dela.

Quanto à interpretação segundo a qual Nilo não teria a intenção de se candidatar, tendo a Reação Republicana resultado de uma disputa em torno

do vice de Artur Bernardes, há sérios argumentos que se combinam para invalidá-la. Em primeiro lugar, o exame de trajetória política de Nilo evidencia que suas aspirações à presidência eram antigas, tendo-o inclusive levado a desenvolver estratégias claramente vinculadas a um projeto de ascensão nacional. Além disso, a correspondência contida em seu arquivo relativa ao período que passou na Europa não fornece qualquer indicação de que estivesse comprometido com a candidatura Bernardes. Por seu turno, a correspondência do arquivo de Raul Soares, principal articulador do candidato mineiro no Rio de Janeiro, ilustra bem os temores e desconfianças sentidos em relação a Nilo. É significativo o número de cartas que alertam para articulações de bastidores entre importantes forças políticas em favor do lançamento de sua candidatura, bem como para a montagem de esquemas destinados a desestabilizar o nome de Bernardes.¹¹

Antes portanto do surgimento da disputa pela vice-presidência, já se delineava um conjunto de fatores que indicavam a dificuldade de consenso em torno de Bernardes e a articulação da candidatura Nilo. De toda forma, a escolha do companheiro de chapa de Bernardes veio trazer novos elementos para complicar o quadro sucessório e bons pretextos para as forças que se opunham ao candidato mineiro. A grande dificuldade consistia em escolher entre os dois pretendentes, José Bezerra, de Pernambuco, e J.J. Seabra, da Bahia. Diante do impasse, os segmentos contrários a Bernardes, e em especial o situacionismo fluminense, reivindicaram o adiamento da convenção nacional, prevista para 4 de junho de 1921, para o dia 7, após a chegada de Nilo Peçanha da Europa. A alegação apresentada era que a autoridade e o estreito relacionamento de Nilo com os dois pretendentes permitiria chegar a uma solução conciliatória.¹² Havia porém rumores de que, com o adiamento da convenção, os antibernardistas pretendiam ganhar tempo para articular a chapa Nilo-Seabra.

A convenção nacional foi de fato adiada, e o problema da escolha do vice-presidente foi finalmente resolvido com a indicação de um *tertius*. No dia 5 de junho, a bancada mineira deliberou levar à convenção o nome do político maranhense Urbano dos Santos, capaz a seu ver de conciliar forças e opiniões necessárias a uma solução tranqüila e rápida para a crise. Nessa nova estratégia contava-se que Nilo fosse cumprir um papel importante, pois esperava-se sua intervenção junto à Bahia e Pernambuco para contornar as dificuldades advindas da exclusão de seus candidatos. A concordância com as reivindicações fluminenses de adiamento da convenção fazia crer aos mineiros que Nilo tornava-se mais confiável. Entretanto, uma vez chegado ao

Rio de Janeiro. Nilo não se enquadrou no papel de negociador e patrocinador da candidatura Bernardes.

Ao desembarcar no dia 6 de junho depois de quase um ano de ausência, Nilo Peçanha recebeu uma das mais expressivas manifestações populares. "A multidão comprimia-se no cais do porto, rompendo os cordões de isolamento aos gritos de 'Viva Nilo Peçanha, o futuro presidente da República'."¹³ Apesar do inegável prestígio de Nilo, existem entretanto indicações de que essa manifestação não era exatamente fruto do espontaneísmo da população carioca e fluminense. Na verdade, os órgãos mais expressivos da imprensa carioca, liderados pelo *Correio da Manhã* e *O Imparcial*, foram fundamentais para conformar a opinião pública em favor de Nilo. Edmundo Bittencourt, dono do *Correio da Manhã* e passou de inegáveis qualidades jornalísticas e de uma extraordinária capacidade de despertar o interesse popular, juntamente com o nilista José Eduardo de Macedo Soares, proprietário de *O Imparcial*, vinha desde algum tempo bombardeando a candidatura Bernardes e exaltando as qualidades políticas e pessoais do líder fluminense.¹⁴ Naquela conjuntura, Nilo era um dos poucos que poderiam ser lançados contra Bernardes. Além de ser um político de expressão nacional, era, juntamente com Rui Barbosa, um dos únicos líderes ainda sobreviventes dos primórdios da República, o que lhe conferia uma autoridade especial. De fato, Nilo identificara-se com as idéias jacobinas dos primeiros anos republicanos, princípios caros às massas urbanas cariocas, o que lhe permitia aproximar-se delas.¹⁵

Por outro lado, ao contrário do que esperavam os mineiros, o lançamento de um nome maranhense para a vice-presidência não conseguiu promover a conciliação política. Imediatamente baianos e pernambucanos declararam que não compareceriam à convenção. Nilo Peçanha, frustrando as expectativas dos mineiros, nada fez para evitar essa defecção, mas ao contrário, aderiu a ela. A razão invocada pelos dissidentes e por Nilo para não comparecerem à convenção era o próprio processo de escolha do candidato, que seria indicado pelo mesmo poder que posteriormente iria verificar a legitimidade da investidura.¹⁶ No entanto, mesmo declarando que não compareceria à convenção, Nilo ainda procurava não assumir um rompimento definitivo. Os mineiros, por seu lado, estreitavam o cerco em torno de Nilo, tentando impedir sua defecção,¹⁷ o que deteria o rompimento da Bahia e Pernambuco. As manobras da política mineira foram contudo em vão. No dia 8 de junho a convenção se reuniu sem a presença dos representantes de Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e Estado do Rio, o que demonstrava que a cisão oligárquica estava consumada, e que o caminho para o lançamento da Reação Republicana estava aberto.

2. A FORMAÇÃO E A CAMPANHA DA REAÇÃO REPUBLICANA

Uma vez fracassadas todas as tentativas de acordo entre a situação dominante e os dissidentes, estes últimos passaram a atuar de forma efetiva para lançar as candidaturas Nilo Peçanha—J. J. Seabra. Se, de um lado, os dissidentes tentavam consolidar as articulações já iniciadas e garantir o apoio de setores e lideranças importantes, como os militares e Rui Barbosa,¹⁸ de outro, os bernardistas tentavam obstar esse avanço através da cisão das forças políticas internas nos estados dissidentes.¹⁹

No dia 24 de junho de 1921, um grupo de políticos reunidos no Centro Rio-Grandense, no Rio de Janeiro, lançou um manifesto oficializando a chapa Nilo—Seabra e criando o movimento da Reação Republicana. Os pontos básicos do manifesto eram a crítica ao processo adotado pelos grandes estados para a escolha do candidato à presidência, a reivindicação de maior autonomia para o Legislativo frente ao Executivo e a exigência de maior credibilidade para as Forças Armadas, que no último governo haviam sido afastadas da chefia das pastas militares. Do ponto de vista econômico, o manifesto defendia princípios financeiros ortodoxos e elegia o equilíbrio do orçamento federal e o equilíbrio cambial como questões centrais.²⁰

Colocadas de maneira vaga no manifesto de lançamento, essas idéias foram assumindo contornos mais nitidos ao longo da campanha eleitoral. Em seu primeiro discurso já como candidato, Nilo definiu a Reação Republicana como um movimento “de defesa dos princípios republicanos”, organizado para que as “decisões políticas nacionais saiam do terreno das conveniências regionais para horizontes mais iluminados de crítica e liberdade, e que do choque das idéias postas a serviço da emancipação política dos estados se possa caminhar para a formação de partidos que serão a alma da República”.²¹ Partindo desses pontos de vista, Nilo aprofundava as críticas ao funcionamento do regime federalista, que beneficiava os grandes estados em detrimento dos demais, e já anunciava suas preocupações com a situação de desprestígio que vinham enfrentando os militares.

Entretanto, dentro dos padrões políticos vigentes na República Velha, ser candidato da oposição significava enfrentar todo tipo de dificuldade. As regras de funcionamento da política dos governadores garantiam a perpetuação das situações no poder, e a sorte das candidaturas oposicionistas parecia já estar traçada antes mesmo da disputa eleitoral.²² Ainda assim, as forças dissidentes acreditavam dispor de um espaço considerável para neutralizar as dificuldades. O nome de Bernardes encontrava ampla resistência em diversos setores e estados, e isso seria suficiente, na sua concepção, para quebrar a regra clássica de funcionamento da política oligárquica, que esta-

belecia o apoio automático às forças da situação.²³ Além disso, Nilo Peçanha já havia enfrentado situação semelhante na campanha de 1914 para o governo do Estado do Rio, na sucessão de seu recente inimigo político Oliveira Botelho, e tinha conseguido revertê-la a seu favor usando diversos tipos de expedientes. Embora uma disputa em âmbito federal apresentasse maior complexidade, a Reação Republicana acreditava poder equacionar esse desafio através do uso de diferentes estratégias: a cooptação de chefes políticos municipais e estaduais descontentes com as forças bernardistas, a propaganda eleitoral e a busca de apoio militar.

De acordo com a avaliação feita pela Reação Republicana em junho de 1921, tomando por base uma massa eleitoral de 500 mil eleitores, os bernardistas contavam com 300 mil votos e os nilistas com 200 mil. A despeito de todas as desvantagens que enfrentava, a Reação Republicana contava poder diminuir essa diferença não só garantindo suas posições nos estados aliados, como ampliando sua influência nos estados dominados pelos bernardistas. Seus dirigentes acreditavam que o líder dissidente mineiro Francisco Sales poderia obter em Minas 40 mil votos para Nilo e contavam além disso com a cisão da bancada mineira, onde era esperada a defecção de quatro deputados. Igualmente em São Paulo pensava-se conseguir 20 mil votos, além de mais 12 mil nos pequenos estados bernardistas. Por outro lado, calculava-se que nos estados aliados os dissidentes seriam capazes de reduzir minimamente a penetração bernardista. Os votos oposicionistas seriam 7 mil no Estado do Rio, 8 mil no Rio Grande do Sul e apenas 2 mil na Bahia e em Pernambuco.²⁴ Para atingir essa previsão, a Reação Republicana pretendia desenvolver uma política de cooptação de lideranças estaduais e locais descontentes com as situações dominantes em suas áreas de atuação.

A correspondência relativa à Reação Republicana encontrada no arquivo de Nilo Peçanha fornece informações interessantes sobre os procedimentos adotados. É abundante o número de cartas oriundas dos mais diversos municípios do país traçando um quadro detalhado e minucioso da situação política daquelas localidades e apontando as lideranças passíveis de serem cooptadas pelos nilistas.²⁵ Detectados esses aliados potenciais, eram iniciadas as negociações com vistas ao compromisso político. O envio de recursos para a abertura de comitês de propaganda e alistamento eleitoral selava o acordo. Em troca do apoio à candidatura Nilo seriam concedidos favores e melhores posições nos estados nilistas, e privilégios futuros nos estados controlados pelas forças bernardistas.

Além desse esforço de caráter mais geral, voltado para os diversos estados, Nilo Peçanha acreditava ser de fundamental importância a unificação política de seu próprio estado. Antes mesmo de sua indicação oficial, já

eram claros seus esforços para obter o apoio das oposições fluminenses.²⁸ Além das tentativas de cooptação política, os nilistas procuraram garantir para si a manipulação dos mecanismos de apuração eleitoral, lançando mão tanto da coação e perseguição política quanto da corrupção dos juizes eleitorais que iriam atuar no próximo pleito.²⁷

A despeito do uso em larga escala da fraude, e das inúmeras possibilidades de manipulação do processo eleitoral, os articuladores da Reação Republicana atribuíam um papel importante à mobilização do eleitorado. Acreditando na possibilidade de reverter em seu favor as vantagens que beneficiavam o candidato mineiro, Nilo Peçanha adotou assim uma segunda estratégia, a propaganda eleitoral, procedimento até então praticamente inédito entre as práticas políticas vigentes no país.²⁸ O uso desse novo estilo de campanha tinha como objetivo promover uma mobilização política mais ampla que pudesse angariar o apoio de segmentos das oligarquias secundárias, descontentes com o funcionamento do sistema oligárquico e do federalismo, bem como das populações urbanas, ansiosas por obter o direito a uma maior participação política.

Ainda que o emprego desse tipo de procedimento tivesse suas limitações reconhecidas, e não fosse ser necessariamente traduzido em votos, em virtude do caráter formal de que se revestia o processo eleitoral,²⁹ havia interesse em promover através da propaganda a mobilização da opinião pública, um trunfo capaz de tornar menos desigual a posição das forças oposicionistas. Contando com essa mobilização, a Reação Republicana passava a dispor de um cacife que poderia ser utilizado para intimidar as forças da situação no uso da fraude e da violência política, bem como para sensibilizar as Forças Armadas a seu favor. Em última instância, os dissidentes pensavam com isso poder dispor de um meio de pressão capaz de levar à retirada da candidatura mineira, o que chegou a ser tentado em algumas ocasiões, sem contudo atingir os resultados desejados.

O plano de propaganda eleitoral da Reação Republicana consistiu na criação de comitês eleitorais estaduais e municipais, e na organização de uma *tournee* que percorreria grande número de estados do país, dirigindo-se diretamente ao eleitorado. A Nilo caberia visitar os estados do Amazonas, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Distrito Federal e São Paulo, e a J. J. Seabra, Alagoas, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.³⁰ Alguns estados seriam visitados por ambos.

O programa da Reação Republicana, divulgado durante a campanha, reeditava inúmeros pontos defendidos por Nilo desde seu primeiro governo no Estado do Rio. Ao lado dos problemas locais enfatizados nos discursos proferidos em cada lugar, dois grandes temas foram desenvolvidos: a solução da

crise econômica que o país atravessava e a regeneração dos costumes políticos brasileiros. Em relação ao primeiro, era colocado como ponto primordial a defesa da agricultura: "A lavoura é tudo, é o eixo em torno do qual gira o mundo dos negócios, o centro de gravitação do sistema financeiro, a força que aciona a engrenagem econômica e a retarda e a acelera, conforme o movimento da força motriz (...). Restituída a vitalidade à lavoura, defendido o mercado dos produtos, valorizada a propriedade, garantida a remuneração do trabalho rural, todas as crises oriundas do mesmo centro irão naturalmente desaparecendo."³¹

A partir da defesa da agricultura eram ressaltadas a importância da diversificação e a necessidade de auto-suficiência na produção de alimentos.³² Como meio de atingir esses objetivos propunha-se a redução dos fretes de transporte, a tributação dos produtos estrangeiros similares aos de produção nacional, e a diminuição progressiva dos impostos sobre a produção em troca da implantação do imposto territorial.³³ No tocante à agricultura de exportação, embora reconhecesse que "o café era a espinha dorsal da economia", Nilo Peçanha chamava a atenção para a necessidade de serem amparadas as demais culturas como o cacau, a borracha, o açúcar etc.³⁴. No plano financeiro, como adepto da ortodoxa, Nilo manifestava-se contra a inflação e a favor da conversibilidade da moeda e dos orçamentos equilibrados. Apesar de seu compromisso oligárquico, criticava igualmente a estrutura administrativa marcada pelo empreguismo e pelo clientelismo.

Na esfera política, as questões abordadas referiam-se às "distorções do federalismo" e ao "imperialismo dos grandes estados". A esse respeito Nilo declarava: "As poderosas unidades da federação já não basta o privilégio odioso da eleição do presidente da República; elas influem até na constituição das bancadas dos estados mais fracos, ora fazendo incluir representantes seus, ora escolhendo dentre os eleitos e constantes, os delegados de sua política de avassalamento e distorção."³⁵

Além das propostas voltadas para os grupos oligárquicos dissidentes, a Reação Republicana estava interessada em mobilizar as massas urbanas. Para atender a esse objetivo, a campanha se revestiu de um apelo popular, pregando a urgência "de arrancar a República das mãos de alguns para as mãos de todos". Nesse sentido, Nilo Peçanha declarava: "O mundo não pode ser mais o domínio egoístico dos ricos, e (...) só teremos paz de verdade, e uma paz de justiça, quando nas nossas propriedades (...) e nas nossas consciências, sobretudo, forem tão legítimos os direitos do trabalho como os do capital. Não é mais possível a nenhum governo brasileiro deixar de respeitar, dentro da ordem, a liberdade, a liberdade operária, o pensamento operário."³⁶ O destaque dado a essa questão estava ligado à intensa agitação

operária que marcou os últimos anos da década de 1910 e colocou em evidência o debate acerca da questão social. Nilo advogava igualmente a extensão da instrução pública para acabar com o analfabetismo e como alternativa para ampliar a participação política dos segmentos desprivilegiados. A despeito desse discurso progressista, nenhuma proposta concreta que propiciasse uma maior democratização foi entretanto apresentada. O voto secreto, por exemplo, já reivindicado por expressivos segmentos urbanos, não era objeto de discussão.

Ainda que com uma plataforma tão limitada em termos de propostas concretas para os interesses das populações urbanas, Nilo conseguiu obter uma grande penetração nesse contingente eleitoral, em especial no Distrito Federal, e em função disso sua imagem foi vinculada a uma postura democratizante. Um eleitor carioca anônimo traçou o perfil de Nilo "como refletor das esperanças nacionais, que tomou a si o grande sacrifício de redimir o povo brasileiro, regenerando-lhe os costumes políticos e mostrando-lhe que, na política, não se vence pela autocracia, pelo crime, pela coação, pelo suborno, e sim pela democracia, pelo direito, pelo prestígio e sobretudo pelo respeito à soberania do povo."³⁷ O noticiário dos jornais nilistas insistia na penetração do candidato da Reação Republicana no seio do eleitorado urbano, e até mesmo as forças oposicionistas reconheciam temerosas esse fato. Um informante escrevia a Raul Soares relatando: "A recepção ao Nilo esteve muito concorrida, mas dizem todos havia 60% de curiosos, 35% de revoltados contra tudo e contra todos e apenas 5% de nilistas." A seguir alertava: "Estamos marchando para a anarquia na capital (...). O Epitácio parece indiferente às depredações e atentados a nossos jornais."³⁸

Algumas biografias de Nilo Peçanha ressaltam demasiadamente sua ligação com as massas, chegando a atribuir-lhe o papel de precursor do populismo no país, de portador de um ideário socialista, e a qualificar sua atuação na Reação Republicana como antioligárquica.³⁹ A despeito das críticas que possam ser feitas a essas interpretações, era inegável, naquele momento, a penetração do nome de Nilo junto às camadas urbanas do Distrito Federal. Isto pode ser explicado não só em função de suas características pessoais, pois era um excelente orador, com grande capacidade de comunicação, mas também pelas próprias características e anseios dos grupos urbanos. Numa sociedade em que esses segmentos achavam-se marginalizados de qualquer participação política, o simples fato de o discurso nilista considerá-los como interlocutores dignos de atenção já era em si uma iniciativa mobilizadora.

Porém, se no Distrito Federal Nilo conseguia encantar as massas urbanas, fazendo de seu comício de outubro de 1921 um grande acontecimento popular, como admitiu um correligionário de Bernardes,⁴⁰ as populações das

cidades fluminenses mostravam-se resistentes ao fascínio nilista. Com exceção de Campos, terra natal de Nilo, os principais centros urbanos no Estado do Rio, Niterói, Petrópolis e Nova Friburgo, eram áreas onde as oposições fluminenses movimentavam-se com mais desenvoltura e onde a política nilista tinha maiores dificuldades de exercer seu controle. Na verdade, enquanto no Distrito Federal e em outras capitais do país, Nilo apresentava um discurso mais progressista, no seu estado natal, onde residiam suas principais bases, seu papel era o do oligarca típico, que promovia perseguições políticas, fraudava eleições, enfim, lançava mão de todas as práticas características do coronelismo.

A despeito das diferentes práticas adotadas visando ampliar as possibilidades de vitória da chapa da Reação Republicana, o desenrolar da campanha sucessória e a aproximação do pleito evidenciavam os limites dessas estratégias. A cooptação dos elementos dissidentes não era fácil de ser efetivada, e muitas adesões esperadas não se concretizaram. A bancada federal mineira não se cindiu, e até mesmo a unificação política do Estado do Rio não se consumou, tendo todas as correntes oposicionistas fluminenses mantido seu apoio à candidatura Bernardes. As práticas políticas vigentes na República Velha, baseadas no compromisso coronelista, implicavam uma postura de reciprocidade em que cada parte tinha algo a oferecer. No caso da Reação Republicana, poucos eram os trunfos que podiam ser usados para obter o apoio eleitoral dos oligarcas e coronéis do interior, já que a máquina federal não podia ser usada na distribuição de privilégios e favores. Por outro lado, a campanha eleitoral, por mais sucesso que obtivesse, não era capaz de definir o pleito. Ainda que sem abrir mão dessas iniciativas, tornava-se fundamental contar com alternativas mais eficazes: era preciso encontrar um novo parceiro político capaz de antepor-se às oligarquias dominantes. Os militares eram o segmento ideal.

Os conflitos entre os militares e o governo federal já haviam marcado vários momentos da política republicana. A posse de Epitácio Pessoa e a posterior escolha de civis para ocupar as pastas militares durante seu governo só fizeram acirrar as dificuldades.¹¹ O retorno de Hermes da Fonseca da Europa, em novembro de 1920, reatou os antagonismos, e sua eleição para presidente do Clube Militar em 1921 abriu novas articulações em torno de seu nome, que chegou a ser cogitado para a sucessão presidencial. A não concretização de sua candidatura veio aumentar ainda mais a insatisfação das militares, o que os tornava aliados em potencial das oligarquias dissidentes. De fato, desde o lançamento do manifesto da Reação Republicana no Rio de Janeiro ficaram claras as preocupações em obter uma aproximação com os militares, através da crítica à posição secundária que lhes vinha

sendo atribuída pelo governo federal. Também nos estados a campanha eleitoral procurou a adesão e a simpatia dos elementos militares distribuídos pelas várias regiões.

O arquivo de Nilo Peçanha traz informações significativas acerca de suas ligações com os militares ao longo de todo o segundo semestre de 1921. São inúmeras as cartas de militares provenientes de diferentes estados do país declarando seu apoio a Nilo e relatando suas iniciativas para a criação de comitês eleitorais. A imprensa nilista também fazia questão de enfatizar o apoio dos militares ao candidato oposicionista, como o demonstra a notícia publicada em novembro de 1921 por *O Imparcial*: “Nilo Peçanha desce de bordo do *Iris* nos braços de um general e de um almirante — O Exército e a Armada se confraternizam com o povo para glorificar o grande líder democrático”.⁴²

O ponto culminante desse processo de aproximação se deu com o episódio das chamadas “cartas falsas”, supostamente enviadas por Bernardes a Raul Soares, contendo referências desrespeitosas aos militares. A publicação desses documentos pelo *Correio da Manhã* visava claramente incompatibilizar o candidato situacionista com os militares e envolvê-los definitivamente na causa dissidente.

3. A ELEIÇÃO DE ARTUR BERNARDES E A CRISE POLÍTICO-MILITAR

A despeito do clima de intensa agitação política que marcou os primeiros meses de 1922, as eleições presidenciais realizaram-se na data prevista, em 1.º de março. Os resultados eleitorais, controlados pela máquina oficial, deram a vitória a Bernardes, com 466 mil votos, contra 317 mil de Nilo Peçanha.⁴³ Mais uma vez o esquema eleitoral vigente na República Velha funcionou para garantir a posição do candidato oficial. Diferentemente dos pleitos anteriores, porém, não houve uma aceitação dos resultados eleitorais pela oposição. A Reação Republicana não reconheceu a derrota e, além de reivindicar a criação de um Tribunal de Honra que arbitrasse o processo eleitoral, desencadeou uma campanha visando de um lado manter a mobilização popular, e de outro aprofundar o processo de acirramento dos ânimos militares.

Ao longo de todo o primeiro semestre de 1922, e em especial após as eleições, a imprensa pró-Nilo assumiu uma postura panfletária, denunciando diariamente as punições e transferências sofridas pelos tenentes antibernardistas. Além de denunciar as perseguições feitas pelos bernardistas aos militares, as lideranças da Reação Republicana radicalizavam suas posições,

abrindo espaço para a possibilidade de intervenção armada na decisão do conflito político. A esse respeito J. J. Seabra declarava: "Se não for aceita essa solução patriótica e honrosa do Tribunal de Arbitramento, teremos a luta e a sangueira."⁴⁴ Nesse clima de intensa agitação política, os militares começaram a passar do protesto à rebeldia e a intervir de fato em disputas políticas locais em favor de seus aliados civis, como aconteceu no Maranhão. Paralelamente, começavam a aparecer os primeiros sinais de tentativas de levantes no Distrito Federal e em Niterói.

As lideranças políticas de Minas e São Paulo não se deixaram entretanto intimidar diante das declarações alarmistas dos militares sobre a ameaça de revolta das tropas, e nem a idéia do Tribunal de Honra nem a proposta conciliadora de Epitácio foram consideradas. Às advertências militares, segundo *O Estado*, Raul Soares teria respondido: "Se as classes armadas se acham no direito de fazer a revolução, nós nos achamos no dever de debelá-la."⁴⁵ Carlos de Campos, líder da bancada paulista na Câmara Federal, assumia posição semelhante ao declarar: "Não cogitamos de acordo, nem é possível aceitá-lo. A atitude de São Paulo é definida e definitiva."⁴⁶

Em conformidade com essa orientação, ao ser realizada em maio de 1922 a eleição para a mesa da Câmara Federal e para as diversas comissões parlamentares, foram excluídos todos os deputados dissidentes.⁴⁷ A disposição clara das forças bernardistas de não fazer nenhum tipo de negociação conduziu a uma radicalização maior das correntes oposicionistas. Com o afastamento de seus partidários de todas as comissões da Câmara e dos trabalhos de reconhecimento eleitoral, Nilo Peçanha e J. J. Seabra lançaram um manifesto que declarava: "A dissidência retira-se do Congresso e só a este caberá a responsabilidade do que acontecer de hoje em diante."⁴⁸ Totalmente marginalizadas no cenário político nacional e sem nenhuma possibilidade de acordo, as forças dissidentes não tinham outra alternativa senão o aprofundamento das relações com os militares.

As possibilidades de subversão da ordem e de intervenção militar tornavam-se por sua vez cada vez mais concretas. Ainda em meados de maio, Dantas Barreto, já suspeitando da crise que iria eclodir em Pernambuco, telegrafou a Nilo declarando: "Tribunal de Honra ou revolução."⁴⁹ Ainda que Nilo não tivesse se comprometido publicamente com esse tipo de opção e declarasse que, mesmo "vencidos pela força" era sua convicção que "seriam no futuro vencedores pela lei",⁵⁰ segmentos expressivos da Reação Republicana admitiam cada vez mais a radicalização.

A rebelião eclodiu finalmente em 5 de julho de 1922 e contou com a participação das guarnições de Campo Grande, Niterói e Distrito Federal. Se em Mato Grosso e na cidade do Rio de Janeiro o levante se restringiu aos

militares, no Estado do Rio parlamentares e destacadas figuras do grupo nista tentaram ter uma participação mais efetiva. José Eduardo de Macedo Soares (deputado federal), Sílvio Rangel (deputado estadual), Laurindo Lemgruber Filho e alguns militares receberam a adesão do comandante da polícia estadual, Cesar Leite Barbosa, e com esse auxílio promoveram a ocupação militar da Companhia Telefônica de Niterói, impedindo as ligações telefônicas com o Distrito Federal. Pretendiam ainda ocupar todas as repartições públicas estaduais e federais da cidade, mas foram impedidos pelo chefe de polícia de Niterói. A ocupação de alguns pontos estratégicos, de acordo com as denúncias do procurador criminal, visava criar uma base de apoio para os militares revoltosos que, sob o comando do marechal Hermes, partiriam da Vila Militar do Rio de Janeiro para derrubar o governo e organizar uma junta governativa de que fariam parte o próprio marechal Hermes, Nilo Peçanha e J. J. Seabra.⁵¹

A tentativa de revolta em Niterói fracassou desde o começo, e no Distrito Federal logo foi sufocada pelas forças federais. O movimento não obteve a adesão de segmentos militares expressivos, e as oligarquias dissidentes, que tanto baviam contribuído para acirrar os ânimos militares, não se dispuseram a um engajamento mais efetivo. Epiácio pediu imediatamente a decretação do estado de sítio no Estado do Rio e no Distrito Federal, e grande número de deputados dissidentes do Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco votaram a favor da medida, demonstrando um recuo das oligarquias e a desarticulação completa da Reação Republicana.

Nilo Peçanha, embora não se tivesse envolvido diretamente no levante, não negou seu apoio aos tenentes: "Ainda que preferindo o arbitramento ou o Tribunal de Honra às soluções de força, sou dos que entendem, entretanto, que os bravos militares perseguidos em desespero se insurgiram pelos destinos constitucionais do Exército (...). E se a política é acusada de coparticipação nesse movimento militar, por ter-lhe criado o ambiente, declaro-me solidário aos vencidos e desde já renuncio às minhas imunidades parlamentares para sofrer com eles."⁵²

Nos meses seguintes, a repressão desencadeada pelo governo fortalecido de Epiácio determinou inúmeras prisões e instaurou vários processos. Embora arrolado no inquérito policial como envolvido na revolta, Nilo Peçanha não teve as acusações comprovadas. Entretanto, inúmeros políticos fluminenses e jornalistas foram presos e processados.

Terminado esse ciclo de contestação, Nilo Peçanha tentou mais uma vez concretizar uma política de conciliação. Em carta endereçada a Francisco Sá e distribuída à imprensa, esse ponto de vista era explicado: "Por que é que não se inicia o novo período governamental pela suspensão do estado de

sítio (...)? Eu tenho para mim que só uma larga política de clemência e de apaziguamento da família brasileira poderá consolidar a ordem pública e permitir a tarefa quase sobre-humana, hoje, de reconstrução financeira do país.⁵⁹ As propostas conciliatórias de Nilo, entretanto, não encontraram eco.

Por ocasião da posse de Bernardes, em novembro de 1922, Nilo Peçanha voltaria a se pronunciar publicamente lançando um manifesto à nação.⁶¹ Esse documento, além de resumir os pontos básicos do programa da Reação Republicana, defendia a regeneração da República. Nilo não só retomava idéias centrais defendidas desde o começo de sua carreira política — como a diversificação da agricultura e uma política econômico-financeira ortodoxa — mas também se engajava na defesa de novos pontos como a reforma constitucional e o voto secreto para todos os cidadãos alfabetizados. Finalmente, criticava com vigor as distorções do federalismo, advogando uma representação mais igualitária dos estados no Congresso, que atenuasse a preponderância que a antiga divisão das províncias do Império havia determinado em favor das grandes unidades, e que tornava cada dia mais precário o equilíbrio da federação.

Contudo, qualquer que fosse sua posição naquele momento, Nilo Peçanha não iria alterar sua sorte política. A Reação Republicana já estava completamente diluída, e as oligarquias dissidentes tentavam se rearticular com a situação dominante de forma a evitar as intervenções federais. Se a posição do Rio Grande do Sul garantiu o controle do estado para o Partido Republicano Rio-Grandense de Borges de Medeiros, a Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro sofreram alterações significativas nas suas políticas internas, com a troca dos grupos dominantes. Especialmente no Estado do Rio, esse processo de revezamento de grupos no controle do estado assumiria um caráter radical.

Desde o final de 1921, Mauricio de Lacerda pressentia os perigos que uma possível vitória de Bernardes significaria: "Se empossado a 15 de novembro, o mandão mineiro se desforrará do nilismo invadindo armadamente a sede de seu governo e entregando-o, sob artilharia federal, aos conspícuos grãos de bico da mambembe oposicionista."⁶²

NOTAS

1. Ver Xisto Apukero, *A verdade histórica: da convenção de junho de 1921 à revolução de julho de 1922*; Bruno de Almeida Magalhães, *Artur Bernardes, um estadista da República*; Hermes da Fonseca Filho, *Marechal Hermes*; José Tolentino, *Nilo Peçanha: sua vida pública*; Laurita Pessoa Raja Gabaglia, *Epiácio Pessoa*; Mozart Lago, *A convenção nacional de 1921, e* Setório Castro, *A República que a revolução destruiu*.

2. José Tolentino, *op. cit.*

3. Boris Fausto, "Expansão do café e política cafeeira". Ver também Maria Cecília Forjaz, *Tenenitismo e política*; Afonso Arinos de Mello Franco, *Um estadista da República*; Afrânio de Mello Franco e seu tempo; Brígido Tinoco, *A vida de Nilo Peçanha*, e Celso Peçanha, *Nilo Peçanha e a revolução brasileira*.

4. Ver Winston Fritsch, *Aspectos da política econômica brasileira na Primeira República*, cap. 4, e o artigo "1924".

5. Ver discurso de Correia de Brito em *Documentos parlamentares; meio circulante* (comissão de 1920), vol. 12, p. 93-98; discursos de Sousa Filho em *Documentos parlamentares; meio circulante* (1921-1922), vol. 14, p. 185-188, e *Anais da Câmara Federal*, 1921, vol. 17, p. 553-557; e discurso de Gonçalves Maia em *Documentos parlamentares; meio circulante* (1921-1922), vol. 14, p. 181-182.

6. A pesquisa realizada nos diversos volumes dos *Anais da Câmara Federal* de 1921 não encontrou referências à participação e ao posicionamento da bancada baiana.

7. Ver discursos de Otávio Rocha em *Documentos parlamentares; meio circulante* (1921/1922), vol. 14, p. 59-60, e *Anais da Câmara Federal*, 1921, vol. 17, p. 597-607.

8. Ver discurso de Maurício de Medeiros em *Anais da Câmara Federal*, 1921, vol. 16, p. 530. Ver também o posicionamento da bancada fluminense na votação do projeto de criação do Instituto de Defesa Permanente da Produção Nacional, em *Anais da Câmara Federal*, 1921, vol. 16, p. 67-68; vol. 17, p. 312, e vol. 18, p. 876-882.

9. Rascunho de um manifesto à nação, 1921, Arquivo Nilo Peçanha.

10. Ver *Anais da ALERJ*, 1920 e 1921, especialmente os discursos de Soares Filho (1921), p. 308, e de Sílvio Rangel (1921), p. 308 e 318.

11. Para um estudo da questão sucessória de 1922 com base nos arquivos Nilo Peçanha e Raul Soares, ver Marieta de Moraes Ferreira, *Conflito regional e crise política: a Revolução Republicana no Rio de Janeiro*.

12. Ver carta de Artur Bernardes a Raul Soares de 5/6/1921, Arquivo Raul Soares.

13. Celso Peçanha, op. cit., p. 114.
14. O engajamento do *Correio da Manhã* contra Bernardes é tradicionalmente explicado em função da negativa da política mineira em atender ao pedido de reconhecimento do deputado baiano Leão Veloso feito por Edmundo Bittencourt. Embora esse incidente tenha efetivamente acontecido, é importante considerar que o *Correio da Manhã*, no quadro da República Velha, caracterizou-se por uma posição independente e crítica do controle do poder pelas oligarquias dominantes, e por uma postura de defesa dos interesses das massas urbanas do Distrito Federal. Essa posição tradicional do *Correio da Manhã*, de crítica ao domínio dos grandes estados, o colocaria frontalmente contra a candidatura Bernardes, que mais uma vez reproduzia esse esquema de dominação. Ver Carlos Eduardo Leal, verbete "Correio da Manhã" em *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-1983*, p. 945. Por outro lado, havia uma certa proximidade entre Edmundo Bittencourt e Nilo Peçanha. A campanha de Nilo, em 1914, no Estado do Rio foi apoiada pelo *Correio da Manhã*, e a campanha presidencial de Rui Barbosa, em 1919, também encontrou Nilo e Bittencourt unidos.
15. Ver Sueli Robles, *Os radicais da República*.
16. Ver Afonso Arinos de Mello Franco, op. cit. (Nova Aguilar), p. 752.
17. O Arquivo Raul Soares possui inúmeras cartas relatando as tentativas feitas para manter Nilo atrelado à candidatura Bernardes.
18. Ver carta de Rui Barbosa a Nilo de 15/6/1921, Arquivo Rui Barbosa. A bibliografia que trata direta ou indiretamente do tema descreve minuciosamente as idas e vindas dessa negociação.
19. Ver carta de A. C. de Sousa e Silva a Artur Bernardes de 24/6/1921, Arquivo Raul Soares.
20. Ver *O Estado*, 25/6/1921.
21. Idem.
22. Para o estudo do funcionamento do sistema eleitoral, ver Rodolfo Telarolle, Eleições e fraudes eleitorais na República Velha. Para o funcionamento da política dos governadores, ver Renato Lessa, *A invenção republicana*.
23. Sobre esse ponto ver Vítor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*, p. 48-49.
24. Depoimento de Moniz Sodré relatado por carta de A. C. de Sousa e Silva a Artur Bernardes de 24/5/1921, Arquivo Raul Soares.
25. Ver a correspondência relativa à Reação Republicana, de junho de 1921 a março de 1922, Arquivo Nilo Peçanha.
26. Ver carta de Leon Roussoulières a Artur Bernardes de 13/6/1921, Arquivo Raul Soares.
27. No segundo semestre de 1921 foi votado na ALERJ um aumento salarial para todos os juizes que iriam presidir os trabalhos eleitorais. Ver carta de Lopes Martins a Raul Soares de 12/9/1921, Arquivo Raul Soares.
28. Anteriormente os candidatos limitavam-se a apresentar sua plataforma eleitoral no Distrito Federal. A Campanha Civilista lançada por Rui Barbosa na sucessão de 1910 apresentou alguma inovação ao promover conferências no Rio de Janeiro e na Bahia. Foi o próprio Nilo, na sucessão estadual fluminense de 1914, que inaugurou um estilo de campanha que o levou a percorrer os principais municípios fluminenses fazendo comícios eleitorais.
29. Essa discussão acerca da importância e das limitações do voto na República Velha pode ser acompanhada em Vítor Nunes Leal, op. cit., p. 19-25; Paul Cammack, "O coronelismo e o compromisso coronelista: uma crítica", p. 1-20, e José Murilo de Carvalho, verbete "Coronelismo", em *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-1983*, p. 932-934.
30. Ver Francisco Borges de Castro, J. J. Seabra — sua vida, sua obra na República.
31. Nilo Peçanha, *Política, economia e finanças — a campanha presidencial de 1921-1922*, p. 45.

32. Idem ib., p. 87.
33. Idem ib., p. 80.
34. Idem ib., p. 165.
35. Idem ib., p. 7.
36. Ver Celso Peçanha, op. cit., p. 135.
37. Carta de um eleitor do Rio de Janeiro a Nilo Peçanha em fevereiro de 1922. Arquivo Nilo Peçanha.
38. Carta de Lopes Martins a Raul Soares de 7/11/1922. Arquivo Raul Soares. Os principais jornais nilistas no Distrito Federal eram *Correio da Manhã*, *A Rua*, *A Noite*, *O Imparcial*.
39. Ver Celso Peçanha, op. cit., p. 109-138, e Robert Russell, *Nilo Peçanha and the fluminense politics (1889-1917)*.
40. Ver carta de Lopes Martins a Raul Soares, de 7/11/1922. Arquivo Raul Soares.
41. Ver José Murilo de Carvalho, "As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador".
42. *O Imparcial*, 6/11/1921.
43. Ver Edgar Carone, *A República Velha (evolução política)*, p. 345.
44. *O Estado*, 27/4/1922.
45. Idem, 6/5/1922.
46. Idem, 6/5/1922.
47. Idem, 6. 11 e 12/5/1922.
48. Idem, 18/5/1922.
49. Idem, 19/5/1922.
50. Desde o ano anterior já se falava no armazenamento de armas por ambas as partes em vista da possibilidade de eclosão do conflito armado. Ver a correspondência de Artur Bernardes e Afrânio de Melo Franco em janeiro de 1922, Arquivo Afrânio de Melo Franco. Segundo declaração de José Eduardo Macedo Soares, o plano de Nilo era impedir a posse de Bernardes diante do Congresso por uma grande movimentação popular. O que se pretendia dos militares era apenas a abstenção simpática. Ver Hêlio Silva, 1922: *Sangue na areia de Copacabana*, p. 253.
51. Ver Carlos da Silva Costa, *Os acontecimentos de 5 e 6 de julho. Denúncias do procurador criminal da República*. Ver também cópia de documento da Procuradoria Criminal de acusação a Nilo Peçanha, Arquivo Nilo Peçanha, e parecer de Afrânio de Melo Franco de novembro de 1922, aprovando a concessão de licença da Câmara para processar Macedo Soares, pasta 404, Arquivo Afrânio de Mello Franco.
52. Ver Edgar Carone, op. cit., p. 359.
53. Carta de 22/9/1922. Arquivo Nilo Peçanha.
54. Nilo Peçanha, *Manifesto à nação*, em 14/11/1922, Arquivo Nilo Peçanha.
55. Ver *O Estado*, 16/12/1921.

1. AS ELEIÇÕES ESTADUAIS

Antes mesmo da vitória de Artur Bernardes, o simples lançamento da candidatura de Nilo Peçanha provocou a reação imediata do governo federal, passando os estados dissidentes a sofrer as consequências de sua rebeldia. Dentro dessa lógica, o governo de Epitácio Pessoa logo iniciou no Estado do Rio uma política destinada a beneficiar as correntes antinilistas locais. A correspondência de Raul Soares com Artur Bernardes, narrando suas conversas com Epitácio, deixa bastante claras essas iniciativas: "Já mandei suspender todos os atos relativos ao Estado do Rio, sobre os quais me entenderei com a oposição (...). Já me entendi com o Norival e mandei chamar o Sodré. Vou mandar chamar outros, pois o perigo das oposições do Rio, como você sabe, é a emulação."¹

Um dos maiores aliados dos bernardistas no Estado do Rio era o juiz federal Leon Roussoulières, presidente das juntas apuradoras e de recursos, e portanto elemento-chave para a condução do processo eleitoral em território fluminense. Visando não apenas articular as oposições estaduais, como beneficiar o candidato oficial à presidência, Roussoulières mencionava igualmente em sua correspondência com Bernardes as medidas que deveriam ser tomadas nesse sentido. Entre elas incluía-se a intensificação do alistamento eleitoral, que criaria um contingente de eleitores independentes do controle nilista, e a nomeação de 20 novos juizes suplentes alheios ao nilismo, os quais seriam posteriormente incumbidos de presidir as mesas eleitorais fluminenses.² Dois outros episódios confirmam a investida antinilista das for-

* Este capítulo é uma versão modificada do texto de Marieta de Moraes Ferreira, "Conflito regional e crise política a Reação Republicana no Rio de Janeiro." As alterações são de responsabilidade da autora.

ças que sustentavam Bernardes no correr do ano de 1921. Pouco mais de um mês depois do lançamento da Reação Republicana, processou-se a substituição, na Comissão de Verificação e Poderes da Câmara Federal, do líder da bancada fluminense João Guimarães pelo deputado antinilista Norival de Freitas.³ O próximo atingido foi Raul Fernandes, excluído da Comissão de Justiça.

A hostilidade das forças ligadas à situação nacional tornava a posição dos nilistas no Estado do Rio bastante delicada, tanto mais que, além da eleição presidencial marcada para março de 1922, as forças políticas fluminenses preparavam-se para enfrentar uma série de pleitos eleitorais: em dezembro de 1921 seriam realizadas eleições para a ALERJ e, em julho de 1922, para o governo do estado e dos municípios. A proximidade desses pleitos tornava premente a regulamentação de duas questões deixadas em aberto pela reforma constitucional de 1920: a da eleição dos prefeitos municipais e a da organização do processo eleitoral. Assim, em 30 de setembro de 1921, o deputado estadual Silvio Rangel apresentou à ALERJ dois anteprojetos de lei, que seriam aprovados em 3 de novembro, o primeiro referente à organização dos municípios e o segundo ao processo eleitoral.

A lei orgânica das municipalidades⁴ tornava finalmente eletivo o cargo de prefeito, atendendo assim a uma antiga reivindicação das oposições. Estabelecia ainda os princípios gerais de ordem política e administrativa pelos quais se deveriam pautar os poderes Legislativo e Executivo municipais, mas não fazia reverter aos municípios a arrecadação do imposto sobre indústria e profissões, frustrando assim outra expectativa antiga. Se a lei das municipalidades, ao estabelecer a eletividade dos prefeitos, significou uma concessão às oposições estaduais, o mesmo não pode ser dito da lei eleitoral, aprovada concomitantemente.⁵ Temendo a radicalização das oposições, beneficiadas pelos primeiros sinais de intervenção federal no estado, a ALERJ aprovou uma verdadeira lei de arrocho, que veio estabelecer um rígido controle sobre a composição das mesas eleitorais e das juntas apuradoras, de modo a garantir em qualquer caso a vitória do nilismo. Outro ponto importante definido pela lei eleitoral foi a data das eleições para as prefeituras municipais: determinou-se que estas deveriam se realizar juntamente com a eleição para presidente do estado, ou seja, em julho de 1922.

Uma vez definidos os mecanismos do processo eleitoral, ainda em novembro de 1921 o PRRJ organizou sua chapa de candidatos a deputado estadual. O critério adotado pela comissão executiva do partido foi o da reeleição, com a introdução de apenas três novos nomes: os de José Tolentino, ex-deputado federal, Luís Sobral, ex-prefeito de Campos, e Roberto de Moraes Veiga, irmão do presidente do estado Raul Veiga. De acordo com a

prática tradicional, em cada um dos cinco distritos foi deixada uma vaga para a oposição.⁶ As oposições, por seu lado, lançaram também chapas autônomas, com número desigual de candidatos por distrito.⁷

Realizado o pleito, a vitória, como era previsto, coube aos candidatos nilistas.⁸ No entanto, a partir da diplomação dos eleitos, em 17 de janeiro de 1922, efetivada pelas próprias juntas apuradoras, os resultados da eleição começaram a ser contestados pela oposição. Sob a alegação de que os princípios estabelecidos pela lei eleitoral que havia regido o pleito feriam a Constituição do estado, argumentava-se que uma assembléia composta de elementos diplomados naquelas circunstâncias seria tão legítima quanto qualquer outra, composta de elementos não diplomados.⁹ Tal argumento abria a tão temida possibilidade de duplicação da Assembléia, um passo certo no caminho da intervenção federal. Desta vez, porém, a luta entre os nilistas e a oposição ultrapassava as fronteiras do estado. Antes do processo de reconhecimento dos eleitos pela Comissão de Verificação de Poderes da ALERJ, que deveria ocorrer em julho, a sorte dos dois grupos seria definida pelo resultado da eleição presidencial realizada no mês de março.

A vitória de Bernardes veio dar à oposição fluminense novos instrumentos de luta. Ainda que os nilistas não reconhecessem a derrota e continuassem articulando novas alternativas para impedir o reconhecimento de Bernardes, as dificuldades que enfrentavam tornaram-se cada vez mais visíveis. Além da total perda de controle sobre as nomeações para os cargos federais no estado e da impossibilidade de obtenção de recursos financeiros, os nilistas se defrontaram com desafios dentro de suas próprias fileiras. Se, no esquema de funcionamento da política na República Velha, apoiar uma candidatura de oposição constituía uma empresa arriscada, manter o apoio após a derrota significava enfrentar toda sorte de perseguição. Assim, os nilistas se depararam com as primeiras defecções.

Ainda durante o primeiro semestre 1922, a proximidade das eleições para a presidência do estado e para as prefeituras municipais, a serem realizadas em julho, exigia dos nilistas o estabelecimento de diretrizes claras de atuação, de modo a preservar seu controle político sobre o estado e neutralizar as ameaças da oposição. Com o objetivo de encaminhar a questão sucessória tanto em nível estadual como municipal, e de eleger a nova comissão executiva do PRRJ, foi assim realizada em 18 de abril a convenção do partido. Embora não se tenha notícias mais detalhadas sobre o evento, é sabido que a convenção reelegeu a antiga comissão executiva para o próximo biênio com uma única alteração,¹⁰ mantendo-se portanto o critério de privilegiar nomes de maior trânsito na esfera federal e de consagrar a liderança da facção de Raul Fernandes. A manutenção desse tipo de orientação tinha na-

quele momento por objetivo neutralizar as ameaças de intervenção e as ingerências oriundas da esfera federal.

No que diz respeito à sucessão estadual, a convenção indicou como candidatos a presidente e vice-presidente, respectivamente, Raul Fernandes e Artur Costa, político de Campos e na época presidente da ALERJ. Raul Fernandes, já cogitado para disputar o cargo na eleição de 1918, apresentava-se agora como o candidato natural. Num momento de crise como o que se delineava, tornava-se fundamental a indicação de um nome que não só mantivesse a coesão interna do PRRJ, mas também possuísse credibilidade e respeitabilidade no cenário nacional. Jurista de renome internacional, político respeitado e elemento de toda confiança de Nilo, Raul Fernandes preenchia perfeitamente as condições necessárias para ser lançado candidato. A despeito das divergências anteriores com o grupo campista de João Guimarães, seu nome foi aceito no interior do partido sem resistências, pois o momento não permitia querelas internas. Com sua candidatura, mais uma vez saíam vitoriosos os elementos melhor articulados na política nacional em detrimento daqueles cuja força principal fixava-se no interior do estado.

Como candidato oposicionista, foi lançado pelas Forças Reunidas da Oposição Fluminense, Feliciano Sodré, que já havia concorrido ao cargo no pleito de 1914, tendo sido derrotado pelo próprio Nilo Peçanha. A despeito das divergências internas, que haviam impedido o lançamento de um candidato em 1918, as correntes oposicionistas fluminenses conseguiram obter um mínimo de coesão para concorrer ao governo do estado. É importante ressaltar, no entanto, que sua fragilidade no conjunto do estado permanecia, e que um desempenho mais eficaz nesse momento deveu-se em grande parte ao aval do governo federal.

O tenso clima político do país impediu que ocorresse no Estado do Rio uma mobilização nos moldes da campanha de 1914 ou mesmo da Reação Republicana, marcadas por comícios e manifestações públicas. O lançamento de ambas as candidaturas reduziu-se assim ao tradicional banquete e à leitura das plataformas, com a presença de políticos e nomes de destaque, mas sem nenhuma participação popular. Ainda que esvaziado do ponto de vista da mobilização, o ponto alto do processo sucessório foi o lançamento dos programas de governo. Diferentemente de pleitos anteriores, em que plataformas ou programas nada mais eram do que discursos laudatórios sem conteúdo, as propostas dos candidatos revestiam-se de substância e expressavam preocupações específicas. Isso se revela de forma especialmente clara no caso de Raul Fernandes. Bem elaborado, seu programa apresentava uma avaliação crítica do funcionamento da política na República Velha e anunciava com clareza as linhas mestras de seu futuro governo.

Na esfera política, sua proposta principal era a desvinculação do exercício do governo da chefia do PRRJ, já que a vinculação entre a administração e a política partidária era responsável, a seu ver, por toda sorte de manipulações e abusos do Poder Executivo. "Os presidentes de estado têm a ilusão de exercer um governo forte porque dominam simultaneamente a administração e a política partidária, dispondo a seu arbítrio dos postos eletivos, suscitando e satisfazendo como lhes apraz as ambições de uma clientela numerosa."¹¹ Com essas formulações Raul Fernandes pretendia não só criticar o sistema oligárquico-clientelístico, mas propor um novo modelo de funcionamento de política em que as chefias estaduais tivessem um envolvimento menor na condução da vida partidária, podendo assim administrar independentemente das ingerências políticas. Ao mesmo tempo, o efeito dessa orientação seria o fortalecimento da estrutura partidária.

O partido liderado por Nilo Peçanha, que ao longo de sua evolução denominou-se Partido Republicano Fluminense (PRF) e Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ), caracterizara-se sempre por uma organização partidária precária, decorrente das confusas concepções de partido político, das contradições entre a política estadual e a política federal, mas principalmente da atuação das lideranças pessoais, que se sobrepunham à idéia de partido. Na verdade, não se havia conseguido formar uma agremiação disciplinada, coesa, que solidificasse os laços partidários frouxamente sustentados, e isso em virtude da baixa institucionalização, da ausência de reuniões políticas e da falta de uma estruturação competente. Toda a mobilização partidária era voltada para a organização de chapas, o que evidenciava seu caráter meramente eleitoreiro. Num momento de crise, em que o grande líder Nilo Peçanha, que até então havia centralizado as principais decisões políticas da vida do estado, se achava ameaçado,urgia tentar criar canais de poder mais descentralizados e ao mesmo tempo despersonalizar a política.

Ainda que se possa questionar a efetiva identificação de Raul Fernandes com esses princípios, defendê-los naquele momento significava um ato pragmático de sobrevivência. Separar o exercício de governo da chefia do partido significava delimitar formalmente seu próprio papel e o de Nilo Peçanha. Raul Fernandes pretendia guardar para si apenas as atividades administrativas, ficando a condução dos negócios políticos entregue ao PRRJ e, em última instância, a Nilo. Além disso, pretendia restringir a autonomia do Executivo, cuja atuação deveria refletir a orientação do Legislativo, a qual, por sua vez, reproduziria livremente a opinião dos seus mandatários. O pensamento do governo se manifestaria publicamente apenas nas mensagens presidenciais ou nos vetos.

Um segundo aspecto importante da plataforma de Raul Fernandes dizia respeito ao funcionamento do federalismo. De acordo com seu ponto de vista, era fundamental privilegiar a autonomia dos estados, pois a solução dos problemas do país estaria na periferia, e não no centro do aparelho federativo. "Os estados tudo podem para resolvê-lo; a União nada. De fato, ou o governo federal montará guarda em defesa dos governos estaduais e, cumprindo assim seu dever constitucional, consolidará o estado de coisas que se trata de modificar; ou então exercerá a golpes de Estado uma espécie de polícia da federação, intervindo arbitrariamente na administração regional, e, em última análise, para impedir a revolução popular, desencadeará a revolução oficial."¹² Num vocabulário menos radical, eram assim mantidos os pontos centrais do discurso da Reação Republicana, ao mesmo tempo em que se procurava criar anteparos para as possíveis intervenções federais.

Na esfera econômica e financeira, o programa de Raul Fernandes reproduzia os pontos centrais das antigas propostas de Nilo, defendendo uma política de contenção dos gastos públicos, de não endividamento e de equilíbrio orçamentário. Em matéria tributária era mantida a proposta de diminuição gradual do imposto de exportação em favor do imposto territorial. Em relação à melhoria da produção agrícola, eram previstos uma reformulação da rede de transportes, auxílios sob a forma de crédito e ainda a criação de mecanismos facilitadores da comercialização, destinados inicialmente ao fortalecimento da policultura. Mais uma vez se efetivava dentro do discurso da corrente nilista uma opção clara pelo desenvolvimento do mundo rural e pelo agrarismo.¹³

Do lado oposicionista, Feliciano Sodré apresentou igualmente uma plataforma, ainda que menos densa e substanciosa. Além de conter críticas de caráter geral à atuação do grupo nilista no poder, propunha procedimentos moralizadores dos processos eleitorais e da prática política em geral. Em termos de política econômica, abordava algumas das questões mencionadas por Raul Fernandes, como melhoria dos transportes, educação e crédito rural, conferindo ênfase especial às questões urbanas. Sua principal preocupação era conter o êxodo da população urbana fluminense, através da expansão do nível de emprego nas cidades.¹⁴ Embora o candidato oposicionista não explicitasse os caminhos para solucionar tal questão, é visível a diferença de ênfase em relação ao seu opositor nilista, que privilegiava em todas as suas propostas a problemática rural.

É difícil avaliar o significado mais profundo dessas duas propostas, privilegiando aspectos diferentes da realidade. Uma análise localizada do significado restrito desses dois programas de governo poderia nos levar a pensar que eles expressavam de fato a existência de projetos divergentes para a or-

ganização e desenvolvimento da sociedade fluminense. A corrente nilista, portadora de propostas orientadas por um modelo de desenvolvimento agrarista, onde a policultura seria a pedra angular, diferia essencialmente do grupo liderado por Feliciano Sodré, mais voltado para o estabelecimento de uma nova alternativa econômica através da criação de novas atividades direcionadas para um desenvolvimento industrial e urbano. Contudo, uma investigação mais global e aprofundada da política fluminense não nos leva a pensar que a representação de interesses divergentes em termos econômicos ou políticos estivesse na raiz dos conflitos ou na demarcação dos grupos oponentes que disputavam o controle político. Tradicionalmente, as disputas que se desenrolavam no cenário político eram na verdade, em grande parte, oriundas de conflitos clientelísticos.

Além disso, como já foi visto, as oposições fluminenses não podem ser definidas como um grupo coeso, que atuava de maneira articulada e defendia um projeto específico. A despeito da existência de um diminuto grupo permanente, sua composição foi constantemente alterada ao longo dos anos, ao sabor das alianças ou conflitos com o grupo dominante. Por outro lado, sua prática política foi em geral inconsistente, não havendo proposta para solucionar os graves problemas políticos e econômicos enfrentados pela sociedade e pela própria elite fluminense. Nesse quadro, as propostas de Sodré enfatizando a necessidade de se expandir o nível de emprego urbano, de forma a conter o êxodo das populações das cidades fluminenses para fora do estado, parecem ter um sentido muito mais conjuntural e eleitoreiro do que propriamente um sentido alternativo ou inovador. Na verdade, essa preocupação com as populações urbanas, especialmente em Niterói, pode ser interpretada como o desejo de garantir e privilegiar as bases políticas oposicionistas, que se localizavam nos principais centros urbanos, e mais especificamente na capital do estado. Além disso, pode-se acrescentar que tentar impedir o esvaziamento populacional progressivo do estado era uma preocupação também dos nilistas, ainda que estes apontassem como solução para o problema medidas a serem implementadas no campo.

A eleição realizou-se afinal no dia 9 de julho de 1922, em meio a um clima de grande tensão. A polarização política que tinha tomado conta do país desde o início da campanha sucessória para a presidência da República culminou com deflagração do levante tenentista do Forte de Copacabana em 5 de julho, e a decorrente decretação do estado de sítio no Distrito Federal e no Estado do Rio. Os temores da situação fluminense acerca do seu destino se acentuaram. De fato, tão logo os resultados eleitorais foram divulgados, dando a vitória a Raul Fernandes, abriu-se aguda crise política, pois Feliciano Sodré, alegando a inconstitucionalidade da junta apuradora, composta

segundo os princípios da última reforma eleitoral, não reconheceu a vitória de seu opositor. Como a posse do presidente do estado era dada pela ALERJ, um novo perigo vinha se colocar para os nilistas: se havia o risco da duplicação da Assembléia, conseqüentemente havia o risco da duplicidade do governo. Tudo isso só aumentava o temor da intervenção federal.

Paralelamente à eleição para presidente estadual, em 9 de julho de 1922, realizaram-se pela primeira vez eleições gerais para prefeito em todos os municípios do Estado do Rio. Exatamente numa conjuntura tão adversa, os nilistas se viam obrigados a dar desdobramento à sua iniciativa de dois anos atrás, de promover uma maior abertura política, permitindo em tese um revezamento de grupos no poder. Embora sejam poucas as informações disponíveis para o acompanhamento do processo eleitoral nos diversos municípios, dados relativos a algumas localidades mais importantes permitem analisar a atuação das forças nilistas e detectar qual o peso efetivo das correntes oposicionistas.

Niterói, principal centro urbano do estado e reduto mais importante da oposição, foi palco das mais graves dificuldades enfrentadas pelo nilismo. A candidatura inicialmente lançada pelo PRRJ foi a do então prefeito nomeado, Ranulfo Bocaiúva Cunha, que chegou a se exonerar do cargo e apresentar um programa de governo centrado na modernização da cidade, na implementação da pequena lavoura e na criação de facilidades para a expansão industrial.¹⁵ Contudo, os boatos acerca do iminente levante militar e o agravamento do clima político no estado levaram Bocaiúva Cunha a desistir de sua candidatura em 4 de julho, exatamente cinco dias antes do pleito.¹⁶ Esta atitude inesperada deixou as forças nilistas em situação extremamente difícil. Enfrentando já inúmeros problemas oriundos da pressão política federal e da de retração do estado de sítio no Estado do Rio, encontrar um novo nome para concorrer à prefeitura de Niterói representava àquela altura uma dificuldade intransponível. A solução adotada foi apoiar o candidato avulso Luís Carlos Fróes da Cruz, que não só não era nilista, como não era merecedor da confiança daquela corrente. Do lado oposicionista, o candidato era Luís Teixeira Leomil.

A eleição se realizou debaixo de um clima de intimidação do eleitorado nilista, que via seu futuro político gravemente ameaçado. Os resultados eleitorais deram a vitória a Teixeira Leomil, e os recursos impetrados por Fróes da Cruz junto ao Tribunal de Relação, denunciando os atos de pressão praticados pela oposição com o apoio do governo federal e pedindo a anulação do pleito, não obtiveram êxito.¹⁷ A vitória de Leomil em Niterói demonstrou não só o peso da oposição local, mas também o quanto se achava minado o espaço de atuação nilista.

Em Petrópolis, embora a situação se apresentasse menos grave, o desfecho da disputa foi o mesmo. Se não houve problemas no interior das forças nilistas, tendo sido indicado tranquilamente o nome do deputado estadual Artur Barbosa, inúmeros foram os conflitos com a oposição. Para competir com o candidato oficial foi lançado o deputado federal Joaquim Moreira, que acabou sendo eleito. A despeito das alegações de que o candidato nilista havia obtido um maior número de votos, o Tribunal de Relação reconheceu a vitória da oposição.¹⁸

Em Campos, principal base do nilismo, se por um lado não se contava com uma oposição forte, capaz de ameaçar as forças dominantes, por outro apresentavam-se dificuldades dentro da própria corrente nilista, dividida entre o grupo campista de João Guimarães e a facção ligada a Raul Fernandes. O candidato natural à prefeitura era César Tinoco.¹⁹ não só por já ocupar interinamente o cargo em virtude da exoneração de Luís Sobral, ocasionada por conflitos com a companhia de eletricidade local, mas também por ser ele um homem da inteira confiança de João Guimarães. A despeito das expectativas de Tinoco, o nome indicado foi exatamente o de Luis Sobral. A indicação de um candidato ligado à facção de Raul Fernandes criou profundos descontentamentos, ameaçando de racha o grupo nilista. A gravidade do momento, entretanto, impediu a eclosão do conflito, e o episódio foi absorvido, o que permitiu a vitória de Sobral.

Ainda que em termos numéricos tenha sido mantido o controle nilista sobre a maioria dos municípios, um balanço do pleito municipal aponta para a abertura de uma grave cunha na estrutura de dominação nilista. A derrota em Niterói e em Petrópolis teria consequências graves. Além de serem os mais importantes municípios do estado, no caso específico de Niterói, a perda do controle pelos nilistas facilitava ainda mais o caminho para a instalação da duplicata de assembleias.

2. O RECUO DO NILISMO

A vitória nas eleições para o governo do estado e dos municípios não garantiu às forças nilistas a continuidade de seu domínio na política fluminense. Ainda em julho de 1922 deveria ser feito o reconhecimento dos deputados estaduais eleitos em dezembro de 1921, e este seria o acontecimento decisivo naquele momento. Como presidente da ALERJ na legislatura anterior, o nilista Artur Costa tinha como atribuição nomear a Comissão de Verificação de Poderes, que evidentemente, seguindo a regra consagrada na política oligárquica, iria reconhecer apenas os candidatos nilistas. Entretan-

to, as oposições, sentindo-se fortalecidas, pretendiam comparecer às seções preparatórias da instalação da Assembléia e se rebelar contra essa regra.

Tentando minar a iniciativa oposicionista e evitar tumultos, no dia 17 de julho as forças da situação colocaram as tropas da força policial do estado diante do prédio da Assembléia para impedir o ingresso dos candidatos da oposição não diplomados.²⁰ Configurado o conflito, no mesmo dia os oposicionistas ocuparam o prédio da Câmara Municipal de Niterói, controlada por elementos seus aliados, constituindo-se igualmente como Poder Legislativo. Instalava-se assim a duplicata de assembleias, o que tornava mais concreto o perigo da dualidade de governos, já que o reconhecimento do presidente do estado era da competência do Legislativo estadual. A posse de Raul Fernandes estava portanto ameaçada.

Alegando a inconstitucionalidade da lei eleitoral que regulou as eleições de 1921, as principais figuras da oposição, Feliciano Sodré e Manuel Duarte, com o apoio do recém-eleito prefeito de Niterói, Teixeira Leomil, deram assim início aos trabalhos legislativos, e formularam um protesto junto ao juiz federal Leon Roussoulières, há muito comprometido com a oposição fluminense, denunciando a composição irregular das juntas de apuração. No seu entender, “da inconstitucionalidade da junta decorria a nulidade dos diplomas, e em consequência, também a nulidade das leis, atos, e resoluções do ajuntamento que, com o título de Assembléia Legislativa, resultar da reunião dos detentores de tais diplomas”. É interessante observar que os oposicionistas não reivindicavam a anulação do pleito e a constituição de novas juntas apuradoras. Ao mesmo tempo que negavam sua validade, consideravam-se eleitos. Naquele momento, porém, a coerência de seus argumentos não foi discutida.

Nos meses seguintes travar-se-ia uma luta surda nos bastidores da política fluminense e nacional, em que todas as armas seriam empregadas. As correntes oposicionistas do Estado do Rio tudo fariam para conseguir o afastamento dos nilistas do poder, através da agitação permanente, de forma a criar um clima de instabilidade que justificasse a intervenção federal. Por seu lado, os nilistas tudo fariam para garantir suas posições. Após a derrota do levante militar de julho, passaram a assumir uma atitude de franco recuo e de aproximação com a situação federal, de forma a neutralizar qualquer iniciativa de intervenção.²¹

O primeiro ponto importante da nova estratégia nilista foi o lançamento de um manifesto da comissão executiva do PRRJ declarando que estava encerrada a questão presidencial, o que significava dizer que não se questionava mais a vitória de Bernardes. O apoio ao candidato situacionista Estácio Coimbra para preencher o cargo de vice-presidente da República, deixado

vago com a morte de Urbano dos Santos, evidenciava igualmente a tentativa de aproximação e a franca submissão à política oficial. Em relação à política interna fluminense, o partido procurou articular o nome de José Tolentino para presidir a ALERJ em substituição a Artur Costa. Em virtude das boas relações de Tolentino com políticos mineiros e com o próprio governo federal, acreditava-se com isso poder abrir novos espaços de negociação.

Com essas medidas, os nilistas pensavam consolidar a eleição de Raul Fernandes, de maneira que sua posse, prevista para dezembro de 1922, ficasse garantida, e fosse esvaziada a tentativa de estabelecer a dualidade de governo. Pretendiam também afrouxar o cerco que vinham enfrentando, ocasionado pela vigência do estado de sítio no Estado do Rio. A correspondência de Artur Bernardes com Afrânio de Melo Franco revela que o presidente eleito aparentemente mostrava-se sensível a essas negociações. Criticando as oposições fluminenses, Bernardes declarava que preservava sua liberdade de ação política no Estado do Rio, independente de seus aliados, o que pode ser entendido como uma intenção de não promover a intervenção.²² A despeito de todos esses esforços, contraditoriamente o cerco aos nilistas fluminenses fechava-se cada vez mais. O estado de sítio não foi suspenso, e as perseguições políticas cresciam em intensidade. Na Câmara Federal, a oposição fluminense liderada por Galdino do Vale Filho capitaneava as denúncias sobre o envolvimento de políticos nilistas na revolta tenentista de julho.²³ A ALERJ era igualmente alvo de intervenções, chegando a ter censurada a publicação de discursos de seus parlamentares.

A posse de Bernardes na presidência da República, em 15 de novembro de 1922, veio agravar ainda mais a situação dos nilistas e confirmar os temores de intervenção federal. As possibilidades de intervenção cresciam de fato dia a dia, tornando-se objeto de discussão cotidiana da imprensa carioca e polarizando a opinião pública nacional. Jornais nilistas como o *Jornal do Brasil* e a *Gazeta de Notícias* criticavam os argumentos utilizados pela oposição fluminense para contestar a eleição de Raul Fernandes e reafirmavam a regra básica da política dos governadores, declarando: “Não se compreende na federação outra política que não seja a de conservar os situacionismos estaduais.”²⁴ No entanto, Bernardes começava a armar um esquema de arrocho político no país, e no Congresso Nacional iniciava-se a discussão de uma lei de imprensa que estabeleceria uma rígida censura aos jornais. Discutia-se igualmente outro projeto de lei, visando conceder licença para processar os deputados de oposição ao governo federal.

Nesse quadro, mais uma vez as oposições fluminenses sentiram-se em condições de avançar. Em 11 de dezembro de 1922, uma representação da assembléia oposicionista, presidida por Horácio Magalhães Gomes, foi ao

presidente da República pedir providências para que seu funcionamento fosse reconhecido.²⁵ Feliciano Sodré, igualmente, enviou uma representação a Bernardes invocando sua qualidade de presidente de estado legitimamente eleito e reconhecido pela assembléia presidida por Horácio de Magalhães. Sodré reclamava ainda contra as perturbações produzidas pelo PRRJ, que intentava colocar no governo do estado Raul Fernandes. Com essa iniciativa, estava definitivamente aberta a porta para a intervenção federal.

Com o agravamento do clima político, em 23 de dezembro Raul Fernandes requereu *habeas-corpus* ao STF com vistas a neutralizar possíveis perturbações no dia de sua posse no cargo de presidente do estado. Em 27 de dezembro o STF concedeu o *habeas-corpus* e Raul Fernandes foi empossado no dia 31. Apesar de empossado, Raul Fernandes não conseguiu governar, pois na mesma data Feliciano Sodré também foi investido no cargo pela assembléia de oposição. Paralelamente, as autoridades federais passaram a boicotar o governo de Raul Fernandes, impossibilitando o exercício de sua administração. Além disso foram despachados para vários municípios agentes da polícia do Distrito Federal, os quais, em conivência com políticos oposicionistas, procederam à deposição das autoridades locais.²⁶

Enfim, a anarquia estava instalada no estado, e Bernardes a reconhecia, encaminhando ao Congresso as representações e os documentos com que os oposicionistas fluminenses denunciavam a dualidade de assembleias e de governo do Rio de Janeiro. No entanto, estava-se nas vésperas do recesso do Congresso, que somente em maio do ano seguinte poderia votar a intervenção.²⁷ Ficava assim aberto o espaço para que o governo federal, nesse interregno, manobrasse o caso de acordo com seus interesses mais imediatos.

NOTAS

1. Carta de 17/6/1921. Arquivo Raul Soares.
2. Cartas de 13, 15 e 16/6/1921. Arquivo Raul Soares.
3. Ver *Anais da Câmara Federal*, 1921, vol. 3, p. 377-378.
4. Ver o texto de lei em *Anais da ALERJ*, 1921, sessão de 28 de outubro, p. 969-984.
5. Ver o texto da lei em *Anais da ALERJ*, 1921, sessão de 29 de outubro de 1921, p. 1009-1027.
6. Ver *O Estado*, 17 e 19/12/1921.
7. Eram os seguintes candidatos das oposições: 1.º distrito — Alfredo Rangel, Homero Pinho, Ciro Torres, Eduardo Portela Silva Marques, Manuel Duarte e Galdino do Vale Filho; 2.º distrito — Alberto Lamego, Sigmaringa Seixas, Thiers Cardoso, Arnaldo Tavares, Feliciano Sodré, Américo Peixoto, Macarino Garcia, Jerônimo Tavares e Sousa Lima; 3.º distrito — Mozart Lago, Faria Souto, José de Moraes, Nogueira Gama, Leitão da Cunha, Milton Arruda, Sadi Vieira, Custódio Padilha; 4.º distrito — Eugênio Barcelos, Paulino Neto, Horácio Magalhães, Silvio, Rocha Wernock, Antônio Joaquim de Melo, José Claro e Sousa Melo; 5.º distrito — Álvaro Rocha, Moras Barbosa, Osvaldo Duarte, Eugênio Nunes, Pedro Rodovalho, Frederico Azevedo, Dias Lima e Oscar Fontenelle. Ver *O Estado* 19/12/1921.
8. Nas cinco vagas deixadas para a minoria foram reconhecidos apenas dois oposicionistas: Belisário de Sousa (1.º distrito) e Macarino Garcia (2.º). Para as três vagas restantes foram eleitos candidatos avulsos que, embora não tivessem sido lançados na chapa oficial, eram ligados ao grupo nilista.
9. Ver parecer de Carlos Maximiliano sobre a lei eleitoral de 1921, pasta 176. Arquivo Afrânio de Mello Franco.
10. A comissão executiva do PRRJ eleita em 19 de abril de 1922 era composta por José Tinentino (1.º distrito), Ramiro Braga (2.º), Temístocles de Almeida (3.º), Francisco Marcondes (4.º) e Domingos Mariano, que substituiu Raul Fernandes (5.º). Ver *O Estado*, 19/4/1922.
11. Plataforma de Raul Fernandes publicada no jornal *O Estado* 24/4/1922.
12. Idem.
13. Idem.
14. Feliciano Sodré, *Discurso-plataforma pronunciado pelo Dr. Feliciano Sodré, no banquete que lhe foi oferecido a 2 de julho de 1922, como candidata das forças reunidas da oposição fluminense ao governo do estado* (Niterói, 1922, s.c.p., 14p).
15. Ver *O Estado*, 8 e 18/6/1922.
16. Idem, 5/7/1922.

17. Idem. 11 e 15/7/1922.
18. Ver *Anais da Câmara Federal*, 1922, discurso de Joaquim Moreira em 11 e 14 de outubro.
19. César Tinoco, tradicional liderança nilista de Campos, nos últimos anos assumira, ainda que não claramente, uma posição dissonante da orientação de seu grupo. Por ocasião da reforma constitucional de 1920, discordou do projeto, denunciando a grave situação em que se encontrava a produção açucareira campista e a necessidade de adoção de medidas para solucionar a crise. Além disso, César Tinoco não havia se candidatado à reeleição para deputado estadual. Ver *O Estado*, 11/6/1922.
20. Idem. 18 e 21/7/1922. Ver também Hélio Silva, 1922 — *Sangue na areia de Copacabana*, p. 254.
21. Ver carta de Raul Fernandes a Nilo Peçanha de 26/6/1922, Arquivo Nilo Peçanha.
22. Ver carta de Artur Bernardes a Afrânio de Melo Franco em agosto de 1922, citada em Afonso Arinos de Mello Franco. *Um estadista da República* (Nova Aguilar), p. 1092.
23. Ver *Anais da Câmara Federal*, 1922, vol. 7, discurso de Joaquim Moreira em 16 de agosto, p. 467-473.
24. *O Estado*, 10/12/1922, reproduzindo artigo publicado no *Jornal do Brasil*.
25. Idem. 12/12/1922.
26. Ver Hélio Silva, op. cit., p. 202.
27. Ver *O Estado*, 31/12/1922.

PARTE V

A ASCENSÃO DAS OPOSIÇÕES

*A NOVA SITUAÇÃO FLUMINENSE**

1. A INTERVENÇÃO FEDERAL DE 1923

A intervenção federal de janeiro de 1923 no Estado do Rio, cujas raízes remontam à derrota de Nilo Peçanha na Reação Republicana, expurgou os nilistas da direção da política fluminense e fortaleceu ao mesmo tempo novas lideranças, entre as quais se destacaram Feliciano Sodré, Manuel Duarte e Oliveira Botelho. Com o apoio dos presidentes da República Artur Bernardes (1922-1926) e Washington Luís (1926-1930), a nova situação fluminense, embora composta por um grupo heterogêneo, iria controlar o governo num quadro de crescente centralização política até a revolução de outubro de 1930.

No dia 10 de janeiro de 1923, pouco depois do início do recesso do Congresso, o presidente Artur Bernardes decretou a intervenção federal no Estado do Rio, nomeando para o cargo de interventor Aureliano Leal, ex-chefe de polícia do Distrito Federal que havia coordenado a repressão aos movimentos grevistas no final da década de 1910. Desde o primeiro momento, a intervenção deixou clara sua identificação com os antinilistas. Além de determinar a censura aos jornais de Niterói, impedindo a divulgação de opiniões contrárias à medida,¹ Aureliano Leal nomeou novas autoridades policiais, juizes e escrivães de paz para o interior do estado, com a clara intenção de dismantelar o poderio nilista nos municípios.

Iniciados os trabalhos legislativos no mês de maio, a intervenção no Estado do Rio foi aprovada em julho pela Câmara e em agosto pelo Senado, graças à maioria fiel a Bernardes. A nomeação de Aureliano Leal foi con-

* Este capítulo é uma versão modificada do documento de trabalho de Mônica Almeida Kornis, "A crise do nilismo e a consolidação de um novo grupo no poder no Estado." As alterações são de responsabilidade da autora.

firmada, e, além disso, foram declaradas nulas todas as eleições realizadas no estado desde 18 de dezembro de 1921, incluindo-se aí portanto o pleito que dera origem à dualidade de assembleias, a eleição de Raul Fernandes e as eleições municipais. Foi estabelecido que novas eleições seriam realizadas, e ainda que os municípios seriam administrados por prefeitos interinos nomeados pelo interventor, até a constituição das novas câmaras.²

Regularizada a intervenção federal, a principal questão política fluminense passou a ser a escolha do sucessor de Aureliano Leal. Discutida desde os primeiros dias da interventoria, quando nomes de eventuais candidatos eram veiculados pela imprensa, a sucessão iria provocar intensas disputas no bloco antinilista. Os principais aspirantes ao governo eram Feliciano Sodré e Alfredo Backer, que procuravam ampliar suas possibilidades de êxito através de acordos de bastidores e de visitas ao Catete. A lista de pretendentes incluía ainda outros nomes, como Miguel de Carvalho, Faria Souto e Luís Guaraná. Um acordo firmado entre Feliciano Sodré e Aureliano Leal, de um lado, e Luis Guaraná e Faria Souto, de outro, permitiu afinal o lançamento da candidatura Sodré, confirmada em convenção dos situacionistas realizada em 2 de outubro.

As eleições realizaram-se em 28 de outubro sem a participação dos nilistas, que não disputaram a presidência e tampouco apresentaram candidatos à ALERJ. Isso não significou, porém, sua abstenção total. Convocando seus eleitores a votar por cartórios, os nilistas visavam com isso o reconhecimento das mesas eleitorais que havia funcionado no pleito anterior, o que poderia provocar nova dualidade de assembleias.³ Tal iniciativa, contudo, não logrou êxito. A nova ALERJ foi integrada apenas por partidários da nova situação estadual e, ao ser instalada em 27 de novembro, reconheceu a eleição de Feliciano Sodré e do vice-presidente Paulino Soares de Sousa Júnior, garantindo assim a posse de ambos em 23 de dezembro.

2. O ENRAIZAMENTO DE FELICIANO SODRÉ

Encerrada a fase de transição aberta com a intervenção federal, iniciou-se uma nova etapa na política fluminense na qual Feliciano Sodré procurou enraizar suas próprias bases políticas. Para atingir tal objetivo, Sodré buscou de início aniquilar o que restava de grupo nilista e ao mesmo tempo garantir o apoio dos grandes estados através da integração do Estado do Rio à política de defesa do café.

As eleições federais de 17 de fevereiro de 1924 para a renovação da Câmara dos Deputados e de um terço do Senado representaram o primeiro teste para o prestígio político do novo governo. Na verdade, o Congresso

era o último reduto nilista sobrevivente à derrota da Reação Republicana e à intervenção federal de 1923, já que 13 dos deputados federais fluminenses eleitos para a legislatura 1921-1924 eram partidários de Nilo Peçanha, assim como dois dos três senadores — o próprio Nilo e o Conde Modesto Leal.

Pretendendo reverter esse quadro, em meados de janeiro a nova situação, sob a sigla do PRF, lançou chapa completa de candidatos à Câmara, composta de antigos opositores de Nilo Peçanha,⁴ e apresentou a candidatura de Miguel de Carvalho ao Senado. Na mesma época os nilistas organizaram uma chapa com apenas dez nomes, abrigados sob a sigla do PRRJ. Eram eles José Eduardo de Macedo Soares, Laurindo Lemgrüber Filho, Manuel Reis, Mauricio Medeiros, João Guimarães, Julião de Castro, Temístocles de Almeida, Veríssimo de Melo, Francisco Marcondes Filho e Maurício de Lacerda. A ausência de nomes de prestígio como Raul Fernandes, Raul Veiga, Ramiro Braga, Sílvio Rangel e Buarque de Nazaré demonstrava sem dúvida o reconhecimento das dificuldades a serem enfrentadas pela corrente nilista. De fato, a despeito das denúncias de fraude, todos os candidatos do PRF foram eleitos e reconhecidos, perdendo assim o nilismo todos os canais de atuação política parlamentar.⁵

Em 31 de março de 1924, um novo golpe se abateu sobre os nilistas, com a morte de Nilo Peçanha. Sob o impacto dessa perda, realizaram-se as eleições municipais no mês de maio. Embora os nilistas tivessem apresentado candidatos a vereador em alguns municípios e concorrido à prefeitura de Campos, os resultados do pleito confirmaram o poder de seus adversários, que vinha sendo exercido de fato desde a intervenção.

O passo seguinte na reorganização política do estado foi a reestruturação do partido do governo, o PRF. Em agosto de 1924 o partido realizou sua convenção,⁶ com o objetivo de elaborar nova lei orgânica e escolher a comissão executiva. A convenção visava ainda apresentar o programa do partido no tocante à reconstrução econômica do estado, que incluía o saneamento da Baixada Fluminense, o estímulo ao trabalho no campo e ao povoamento do solo, a defesa do crédito agrícola e industrial, o aperfeiçoamento do regime tributário e a melhoria dos transportes rodoviário e ferroviário. Realizado o encontro, foi eleita a nova comissão executiva do partido, da qual faziam parte os senadores Miguel de Carvalho (presidente) e Joaquim Moreira, e os deputados federais Oliveira Botelho (vice-presidente), Norival de Freitas, Horácio Magalhães, Manuel Duarte, José de Moraes, Henrique Borges, Galdino do Vale Filho, Faria Souto e Luis Guaraná, num total de 11 membros.

Outro fato importante para a consolidação das bases do novo governo foi a realização, em outubro de 1924, do Congresso das Municipalidades, com o

objetivo de discutir as providências a serem tomadas pelos governos estadual e municipais nas seguintes áreas: administração municipal, viação e obras, agricultura e pecuária, caça e pesca, higiene e assistência, comércio, economia rural, melhoramentos da raça, instrução pública, política e juizado de paz, legislação e justiça. Convocado por decreto assinado por Feliciano Sodré, o congresso procurou atuar como um canal de aglutinação das bases locais em torno do novo governo, tendo sido este o seu sentido principal.⁷

No plano da administração estadual, imediatamente após sua posse Sodré desmembrou a Secretaria Geral do estado nas Secretarias do Interior e Justiça, de Finanças, e de Agricultura e Obras Públicas. Em julho de 1924, assinou a reforma da administração pública fluminense. Outra iniciativa relevante de Feliciano Sodré foi a retomada da construção do porto de Niterói, iniciada em 1913 durante sua gestão na prefeitura da capital e logo depois interrompida. As obras do porto, que se destinava ao escoamento da produção agrícola fluminense independentemente da cidade do Rio de Janeiro, implicavam igualmente a realização de uma ampla reforma urbana nas áreas adjacentes. Embora o porto não tenha trazido a autonomia ao Estado do Rio, tanto sua construção como a remodelação da capital representaram para Sodré um instrumento de enraizamento e ampliação das bases políticas em Niterói e no resto do estado.⁸

No plano das decisões econômicas, a gestão de Sodré foi marcada pelo alinhamento às diretrizes dos grandes estados que se concretizavam na política de defesa do café. Tal política, iniciada em âmbito nacional pelo governo federal em 1922 com a criação do Instituto de Defesa Permanente do Café, foi praticamente abandonada por Arthur Bernardes no final de 1924,⁹ em função da adoção de uma política financeira contencionista, cedendo o lugar à regionalização dos programas de defesa do produto. Assim, em novembro de 1924 foi criado o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, mais tarde Instituto do Café de São Paulo, que tinha como finalidade principal o financiamento e a sustentação do produto e a promoção de acordos com outros estados produtores visando o estabelecimento de quotas de embarque para cada um.

O Estado do Rio assumiu pela primeira vez o compromisso conjunto de defesa da produção cafeeira em setembro de 1925, a partir de entendimentos entre seu secretário de Finanças e os de Minas e Espírito Santo, pelos quais foi regulada, através do estabelecimento de quotas fixas de embarque, a entrada do café proveniente dos três estados no Distrito Federal. Por convênio firmado com o governo paulista em 16 de abril de 1926, aprovado pelo Decreto n.º 2.173, de 27 de abril desse mesmo ano,¹⁰ o governo fluminense confirmou seu empenho em participar de uma ação conjunta comprometendo-se

a tomar duas medidas fundamentais: regular o transporte do café produzido no estado mediante a distribuição de quotas de embarque nas estações exportadoras, sendo mantido, na chegada ao porto do Rio, o total de seis mil sacas diárias estipulado pelo acordo de setembro, e instituir armazéns reguladores nos pontos de convergência da produção.

Consolidando os compromissos assumidos com os estados produtores, o governo Sodré iria criar em 15 de agosto de 1926 o Instituto de Fomento e Economia Agrícola (IFEA). Embora destinado à defesa dos principais produtos de exportação fluminense,¹¹ o que o distinguia dos institutos de defesa do café criados em outros estados, o IFEA iria se voltar primordialmente para o café, e apenas secundariamente para o açúcar e o sal, tornando-se o órgão executor da política estabelecida nos convênios firmados entre o Estado do Rio e os demais estados cafeeiros.

Definidos esses passos iniciais, o governo Sodré iria ampliar ainda mais suas bases de apoio no curso dos acontecimentos que envolveram a sucessão de Artur Bernardes.

3. A ELEIÇÃO DE WASHINGTON LUÍS E A DISTENSÃO POLÍTICA

Ao contrário do que ocorrera em 1922, a indicação do presidente de São Paulo, Washington Luís, para suceder a Artur Bernardes nas eleições de março de 1926 não provocou qualquer reação por parte dos estados de segunda grandeza que se haviam unido anteriormente em torno da Reação Republicana.¹² Esse quadro de pacificação nacional teria repercussão direta na política fluminense, abrandando o conflito entre situação e oposição e permitindo que esta última se rearticulasse.

O governo Feliciano Sodré, em virtude mesmo de seu alinhamento a Artur Bernardes, apoiou a candidatura de Washington Luís. No entanto, há indicações de que a aceitação do candidato de São Paulo não foi imediata no interior do situacionismo fluminense. O jornal carioca *A Notícia*, por exemplo, identificado com a oposição nilista, acusou o governo fluminense e lideranças do PRF de manterem uma atitude dúbia e de não se empenharem na defesa de Washington Luís.¹³ Segundo o mesmo jornal, num momento em que esta candidatura já estava praticamente decidida, as câmaras municipais de Petrópolis e Itaperuna defendiam a candidatura do mineiro Melo Viana, na expectativa de que Sodré fosse indicado para a vice-presidência.¹⁴ Tais expectativas não tiveram porém consequência, e em setembro de 1925 os representantes fluminenses à convenção nacional confirmaram, ao lado dos demais convencionais, a chapa oficial Washington Luís—Melo Viana.

Além do sittiacionismo fluminense, a candidatura de Washington Luís foi apoiada pela oposição nilista. Depois de uma fracassada tentativa de reorganização ocorrida sobretudo no norte do estado em maio de 1927, visando participar da convenção nacional de setembro,¹⁵ os nilistas conseguiram se rearticular às vésperas da eleição presidencial de março de 1926, lançando um manifesto de apoio à chapa oficial.¹⁶ Com traços marcadamente conciliadores, o discurso nilista justificava esse apoio pelas novas perspectivas que Washington Luís abria a vida política do país, o que representava a possibilidade de seu próprio retorno à cena política fluminense.

Uma única organização político-partidária fluminense não apoiou a chapa oficial. Embora de expressão política reduzida, o Partido da Mocidade, fundado em novembro de 1925 em Campos nos moldes do Partido da Mocidade Brasileira sediado em São Paulo, declarou almejar uma nova ordem política e defendeu os nomes de Assis Brasil e Barbosa Lima para a presidência e vice-presidência da República.¹⁷ O Partido da Mocidade era integrado por figuras de expressão local ligadas tanto ao governo fluminense, como o vice-presidente da Associação Comercial de Campos, Antônio Pereira Amores, e seu primeiro-secretário, Ernesto Lima Ribeiro, além de Luís Sobral, quanto ao nilismo, como Osvaldo Cardoso de Melo.¹⁸

A vitória de Washington Luís afinal de fato abriu espaço para a rearticulação das forças nilistas, como o comprova a reorganização do PRRJ: em abril de 1926 formou-se uma comissão executiva provisória do partido, composta de nomes expressivos que outrora haviam integrado a bancada federal fluminense ou a ALERJ, como Raul Veiga, Temístocles de Almeida, Azevedo Sodré, Maurício de Medeiros, Silvio Rangel, João Guimarães, Francisco Marcondes, Eduardo Cotrim Filho, Júlio Silva Araújo, Everardo Backheuser e Artur Leandro Costa.¹⁹

A reestruturação do partido nilista e a retomada dos vínculos políticos com o governo federal levaram ainda Maurício de Medeiros a buscar a adesão do ex-deputado federal Maurício de Lacerda, preso desde os primeiros momentos do governo Bernardes. O argumento utilizado por Medeiros era o de que a intervenção federal no Estado do Rio e a morte de Nilo Peçanha haviam determinado uma "longa latência em nossa vitalidade partidária",²⁰ mas a conjuntura que se abria com a eleição de Washington Luís permitia que cessassem as incompatibilidades com a esfera federal instaladas durante a gestão Bernardes. A adesão de Maurício de Lacerda ao PRRJ era sem dúvida importante não só por seu amplo trânsito nos meios políticos federais, mas também pela posição de destaque que assumira na defesa dos direitos trabalhistas, uma das questões mais candentes discutidas na Câmara dos Deputados no final da década de 1910.²¹ Maurício de Medeiros justificava

ainda o pedido de engajamento de Lacerda à nova orientação do nilismo tentando demonstrar que não havia incompatibilidade entre as idéias por ele defendidas no campo social e seu realinhamento político com o futuro governo federal. A postura mantida por Lacerda, contudo, era bastante particular, pois seu compromisso parecia voltar-se exclusivamente para a reorganização dos nilistas e para a representação desse segmento nos legislativos federal e estadual, e ainda para o repúdio às intervenções federais e a defesa da liberdade de voto.²²

As perspectivas abertas pela conjuntura nacional de 1926, sobretudo entre os meses de março e novembro, isto é, entre a eleição e a posse de Washington Luís, não mobilizou exclusivamente os nilistas. Algumas importantes dissidências situacionistas, como o ex-presidente Alfredo Backer e Luís Guaraná, também procuraram articular-se fora do PRF. Rompido com o governo estadual desde meados de 1923 em função da escolha de Feliciano Sodré para a sucessão do interventor Aurelino Leal, Backer procurou criar um espaço próprio no campo oposicionista. Já o caso de Guaraná foi mais longo e mais complexo. Também postulante à sucessão de Aurelino Leal, Guaraná concordara com a eleição de Sodré, fora eleito deputado federal e membro da comissão executiva do PRF, mas mantivera-se na prática afastado do presidente do estado, disputando com este o controle das antigas bases nilistas no norte fluminense, sobretudo em Campos.²³ As divergências culminaram com a renúncia de Guaraná à sua cadeira na Câmara dos Deputados e seu desligamento do PRF em agosto de 1926.²⁴ Nesse momento, Guaraná procurou aproximar-se não só de Backer,²⁵ mas também da oposição nilista.

As possíveis articulações entre dissidentes e nilistas, no entanto, não se consolidaram. A liderança de Guaraná no norte fluminense se enfraquecera, abrindo caminho para o crescimento das forças sodresistas na região. Guaraná foi substituído na comissão executiva do PRF por seu maior rival em Campos, Thiers Cardoso, e na Câmara sua vaga foi preenchida pelo deputado estadual Miranda Rosa, um dos expoentes das forças situacionistas no estado. Na ALERJ, os deputados estaduais guaranistas Gambeta Perissé e Abdelkader Magalhães atuaram como representantes exclusivos da oposição ao governo Sodré, negando contudo as especulações em torno da união do Partido do Trabalho com os nilistas.²⁶

O clima de distensão política instalado no país mesmo antes da posse de Washington Luís pela expectativa do fim da política repressiva imposta por Bernardes, e sobretudo pelo fim do estado de sítio em vigor ao longo de quase todo o seu governo, criou ainda condições para a reorganização do movimento sindical em vários estados, estimulado sobretudo pela volta à

cena do Partido Comunista do Brasil (PCB), que fora criado em 1922 mas conheceu naquela conjuntura seus primeiros momentos de atuação mais aberta.

É sabido que desde o final da década de 1910 e início dos anos 1920, em seguida às mobilizações grevistas ocorridas nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, o governo federal atuara severamente na repressão aos movimentos de trabalhadores e na desmobilização das organizações sindicais. Em contraste com esse quadro, ao longo do ano de 1926, eclodiram no Estado do Rio algumas greves nos principais centros urbanos, como a da fábrica de fósforos Orion, em Niterói; a dos condutores de veículos, em Campos; a das fábricas de tecidos Nossa Senhora do Rosário e Lanifício Petrópolis e a das oficinas da Companhia Leopoldina, também em Petrópolis. As reivindicações voltavam-se sobretudo para a manutenção do emprego e aumento de salário, e os protestos erguiam-se contra atitudes arbitrárias por parte do patronato. Também nesse período a Federação Operária do Estado do Rio marcou sua presença solicitando a regulamentação da lei de férias, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos atuou como mediadora na greve dos operários têxteis, e foi criada a União dos Operários das Pedreiras.²⁷

4. A ABERTURA

Se, num primeiro momento, a preocupação principal do governo Feliciano Sodré foi eliminar a possibilidade de sobrevivência do nilismo no Estado do Rio, num segundo momento foram abertos aos nilistas alguns espaços políticos, evidenciando-se assim o empenho em absorver uma corrente que, embora afastada do poder, detinha inegável força após longos anos de dominação, e, mais que isso, estava em processo de rearticulação. A abertura aos nilistas iria por sua vez provocar a cisão interna desse grupo, que iria se dividir entre "acordistas" e "vermelhos".

Envolvida com sua reorganização partidária, ensejada pela eleição de Washington Luís, a oposição nilista centrava seus esforços na formação de uma chapa para concorrer às vagas destinadas à minoria nas eleições de fevereiro de 1927 para a Câmara Federal, não demonstrando maior preocupação com a indicação de uma candidatura própria ao pleito presidencial no estado, marcado para abril daquele ano. As forças situacionistas, por seu lado, mobilizadas pela questão sucessória desde o início de 1926, lançaram em julho a candidatura de Manuel Duarte, líder da bancada fluminense na Câmara dos Deputados. Esse lançamento foi feito através do jornal *A Paz*, de propriedade do deputado federal Galdino do Vale Filho, e contou com o amplo apoio do PRF.

Interessado em ampliar o consenso político no estado, o grupo situacionista buscou a partir de então uma aproximação com a oposição nilista. A visita do próprio Manuel Duarte a Maurício de Lacerda na prisão pode ser entendida como um passo nesse sentido. Referindo-se ao candidato da situação, o jornal carioca *A Notícia* comentava que "nas hostes do sodresismo não (existia) outro nome capaz de abrir à oposição fluminense mais claras perspectivas de esperança num futuro governo de trabalho eficaz pelo progresso do estado e de respeito profundo pelos direitos de cada um".²⁸ O jornal oposicionista carioca *O Imparcial* manifestou-se igualmente favorável ao candidato do PRF à sucessão de Sodré.

No entanto, o nilismo não adotou uma posição consensual em relação ao apoio a Manuel Duarte, o que revelava a existência de pelo menos duas tendências em seu interior, uma conciliatória e outra marcadamente oposicionista, liderada por Maurício de Lacerda. Ainda na prisão, Lacerda criticou o projeto de reforma eleitoral elaborado por Manuel Duarte, que deveria ser votado pela ALERJ até o final de 1926. A seu ver, o texto seguia o mesmo critério da "lei de guerra" que havia inspirado as leis eleitorais de 1921 e 1924, promulgadas nos governos de Raul Veiga e Feliciano Sodré.²⁹ Lacerda argumentava que o projeto restringia o direito de recurso contra a fraude, ao limitá-lo ao candidato que tivesse obtido um determinado número de votos, e além disso mantinha a composição das mesas eleitorais e das juntas apuradoras que haviam sido nomeadas após a deposição de Raul Fernandes. A incompatibilidade entre Lacerda e Manuel Duarte era evidente, e de pouco poderia adiantar o assédio situacionista.

A facção nilista aberta à conciliação marcou sua posição em dois momentos principais ao longo de 1926: primeiro, ao discordar das dúvidas lançadas quanto à duração de quatro anos do mandato de Sodré, e, segundo, quando os nilistas mais radicais tomaram a iniciativa de promover um inquérito sobre a administração Sodré, por considerarem seus gastos excessivos. Nesse último episódio a oposição nilista não conciliadora sofreu a defecção de Maurício de Medeiros, que em setembro de 1926 renunciou à chefia do inquérito. Quanto à questão da duração do mandato, a ratificação do reconhecimento dos governos estaduais por parte de Washington Luís, empossado em 15 de novembro de 1926, pôs fim à discussão.

As divergências no interior do nilismo apareceram com todo o seu vigor na convenção do PRRJ realizada em 4 de dezembro de 1926. Nesse momento, a facção que julgava conveniente incorporar-se ao situacionismo apoiando a candidatura de Manuel Duarte, liderada por elementos integrados à vida política nacional, como Raul Fernandes, Raul Veiga e Maurício de Medeiros, entrou em choque aberto com a facção que pretendia lançar

um candidato próprio, recusando qualquer tipo de acordo com a situação. Capitaneado por Maurício de Lacerda, que fora libertado em 26 de novembro,³⁰ e era talvez seu único nome de expressão nacional, esse último grupo era formado por importantes lideranças locais, como João Guimarães. Tal composição veio na verdade confirmar uma antiga polarização da corrente nilista evidenciada pela primeira vez em 1910, na escolha do sucessor de Nilo Peçanha na presidência do estado.

Enquanto Maurício de Lacerda lançou em meados de dezembro a candidatura de João Guimarães, a facção conciliadora examinou uma proposta de acordo apresentada pela situação no intervalo entre a convenção do PRRJ e a convenção do PRF, realizada em 19 de dezembro, quando foi ratificada a chapa Manuel Duarte-Eduardo Portela para concorrer à presidência e vice-presidência do estado. O líder da bancada paulista e da maioria na Câmara dos Deputados, Júlio Prestes, atuou como intermediário nas negociações, que repousavam sobre as seguintes bases: da parte dos nilistas, reconhecimento do mandato de Feliciano Sodré até dezembro de 1927 e apoio tácito à candidatura de Manuel Duarte; da parte do governo estadual, garantia de representação federal e estadual à oposição com a possibilidade de esta apresentar chapa completa, reconhecimento dos direitos dos candidatos diplomados e possibilidade de os oposicionistas eleitos e reconhecidos unirem-se ao PRF.³¹

O interesse em obter não só o apoio do governo federal, mas também garantias de acesso à representação federal e estadual, levou o porta-voz da tendência moderada, Maurício de Medeiros, a argumentar que os nilistas não tinham condições de se opor vitoriosamente ao candidato da situação e que portanto deveriam aceitar o acordo. Em 30 de dezembro, os nilistas acordistas lançaram manifesto justificando sua decisão e reiterando ao mesmo tempo o caráter oposicionista de sua atuação.³² O documento foi assinado por Raul Veiga, Temístocles de Almeida, Eduardo Cotrim Filho, Francelino Barcelos, Mário Ramos, Maurício de Medeiros, Macarino Garcia, João de Moraes e Mário Quintanilha, ou seja, apenas nove dos 25 membros do conselho diretor do PRRJ e quatro dos 11 membros de sua comissão executiva provisória.³³

Assim como a dissidência situacionista, composta por backeristas e guaranistas, os nilistas não-acordistas — agora chamados de “vermelhos” — criticaram frontalmente o acordo. Maurício de Lacerda denunciou que a comissão formada para a discussão da proposta não possuía poderes deliberativos nem representava a posição de municípios importantes como Campos, Niterói e Vassouras. Além disso, Lacerda afirmava que o único acordo

possível seria aquele no qual os nilistas tivessem plena liberdade, cabendo ao povo "escolher entre os dois Maurícios: o da transação e o da luta".³⁴

Opondo-se ao acordo, a maioria do conselho diretor do PRRJ não só ratificou a candidatura de João Guimarães, como decidiu que o partido concorreria às eleições federais, estaduais e municipais de 1927.³⁵ Nas primeiras, o PRRJ apresentou candidatos à Câmara³⁶ e lançou a candidatura de Maurício de Lacerda ao Senado. Os nilistas acordistas, que haviam passado a se autodesignar "membros dissidentes do PRRJ", lançaram como candidatos avulsos Maurício de Medeiros, Raul Veiga e Eduardo Cotrim Filho. Houve ainda candidatos avulsos apresentados por guaranistas e backeristas, dissidentes da situação que no entanto não se identificavam com o nilismo. Já o PRF adotou o critério de reeleição de seus representantes, respeitando a representação da minoria através da abertura de uma vaga em cada um dos três distritos eleitorais.³⁷

Embora em termos nacionais tenham sido eleitos em fevereiro de 1927 importantes nomes da oposição em todo o país,³⁸ a nova bancada fluminense fortaleceu o situacionismo e o PRF, o que demonstrava seu bom relacionamento com as forças dominantes no cenário federal. Todos os candidatos da chapa do PRF foram eleitos, cabendo aos três nilistas acordistas as vagas destinadas à minoria.³⁹ Para o Senado foi eleito Manuel Duarte, o que sem dúvida fortaleceu sua candidatura à presidência do estado. As denúncias de fraude apresentadas pela oposição não obtiveram eco,⁴⁰ e o PRF pôde assim consolidar seu controle sobre as forças políticas fluminenses.

Da mesma forma, as eleições de abril para o governo estadual, para a ALERJ e para as câmaras municipais consagraram a vitória do acordo entre o situacionismo e parte da oposição nilista. Manuel Duarte e Eduardo Portela derrotaram os candidatos do PRRJ, João Guimarães e coronel Alberto Joaquim Cardoso, e a chapa do PRF à ALERJ foi integralmente eleita,⁴¹ sendo aliçados os nilistas vermelhos⁴² e cabendo mais uma vez aos nilistas acordistas as vagas destinadas à minoria. Em número de cinco, essas vagas foram preenchidas por Acúrcio Torres, Benedito Peixoto, José Maria Coelho, Nelson Kemp e Mário Ramos. O PRF conquistou ainda a maioria das prefeituras e câmaras municipais fluminenses.

A iniciativa da situação de incorporar uma representação nilista, ainda que na condição de minoria, revela sem dúvida seu interesse em recuperar a imagem política de Nilo Peçanha, resgatando assim uma "dívida de honra",⁴³ e em se apresentar como continuadora do nilismo do estado. Este era também o objetivo dos acordistas, que justificavam sua aliança com o governo afirmando, como Acúrcio Torres, que "os princípios pelos quais nos

batemos são os mesmos por que se batem os atuais dirigentes políticos do estado, correligionários nossos de ontem".⁴⁴

Outro aspecto importante da atuação dos acordistas foi seu alinhamento a Washington Luís, a despeito do endurecimento de seu governo a partir do segundo semestre de 1927. O início do ano representara para o país um momento de relativa liberdade política, com a suspensão do estado de sítio, a libertação de presos políticos sem processo, o abrandamento da censura à imprensa e a livre atuação do PCB, que formou no Distrito Federal o Bloco Operário com o objetivo de apresentar candidatos às eleições federais e estaduais. No Estado do Rio, em particular, o PCB passara atuar no meio operário através de sindicatos e do Centro Político Proletário de Niterói e de Campos. Embora solidários com o presidente da República, os acordistas endossaram nesse momento uma das primeiras reivindicações da oposição parlamentar recém-eleita, qual seja, a anistia para os civis e militares que haviam participado de movimentos rebeldes a partir de 1922.⁴⁵ O endurecimento do governo e a derrota do projeto de anistia não chegaram porém a desestabilizar o compromisso dos acordistas com o governo federal e muito menos a empurrá-los na direção da oposição. Nem mesmo o PRRJ manifestou-se criticamente em relação aos rumos que o governo assumia.⁴⁶

5. AS RESISTÊNCIAS

Se a estratégia de Feliciano Sodré teve seu êxito comprovado com a eleição de um sucessor de sua escolha, é preciso notar também que seu alinhamento à política de defesa do café implicou a adoção de medidas que provocaram sérias resistências internas. Essas resistências traduziram-se sobretudo em críticas ao IFEA, órgão que, além de limitar as quotas de embarque de café para os produtores, tinha seus recursos financeiros garantidos pela cobrança de novos impostos instituídos quando de sua criação. Tratava-se das taxas de um mil réis ouro por saca de café e trezentos réis ouro por saca de açúcar, criadas em contrapartida à extinção da sobretaxa de três francos ouro para o café e à redução de 5 para 4% do imposto de exportação do açúcar.

Ainda antes de sua criação, em agosto de 1926, o IFEA teve seu projeto combatido na ALERJ pelo deputado Gambeta Perissé, ligado a Luis Guaraná. Depois de sancionada a Lei n.º 2.014, o IFEA foi criticado por outro representante campista também ligado a Guaraná, Abdelkader Magalhães. O debate em torno do novo órgão trouxe à baila a questão do papel do Estado na sociedade, e mais particularmente do intervencionismo do governo na economia estadual. Perissé, por exemplo, colocava-se contra a intromis-

são do governo em assuntos que julgava estarem fora de sua alçada, condenando o ônus imposto à lavoura pela criação de novos impostos, e denunciando que o principal objetivo do IFEA era conseguir um empréstimo para a conclusão das obras do porto de Niterói.⁴⁷ Houve ainda algumas divergências em torno da composição da diretoria do órgão, já que o projeto inicial previa que esta fosse nomeada pelo presidente do estado. Tais atritos foram contornados pela decisão de que além do presidente — cargo reservado ao secretário de Finanças —, dois diretores e um gerente administrativo de nomeação do Executivo, haveria um diretor indicado pelos produtores.⁴⁸

Em alguns municípios, a intervenção do IFEA na economia cafeeira provocou inúmeros protestos, não só devido às novas taxas, mas sobretudo em virtude da tentativa de reter o café no interior mediante a fixação de quotas para os produtores. Alguns comissários de café e produtores recorreram ao Poder Judiciário contra as limitações, encargos e ônus impostos pelo IFEA. Luís Guaraná e cafeicultores de Miracema tentaram sustar a cobrança da taxa de mil réis ouro por saca de café, através de recurso ao Supremo Tribunal Federal, negado em abril de 1927. A casa comissária Monnerat, Lutterbach & Cia. travou uma batalha judicial que se arrastaria até 1929 a fim de assegurar o direito de livre exportação de café. Nos diversos municípios em que se reivindicava o aumento das quotas estabelecidas pelo IFEA, ocorreu no primeiro semestre de 1927 uma intensa mobilização de associações, como a Liga de Defesa da Lavoura de Sumidouro e a Aliança dos Lavradores e Criadores de Cantagalo. Houve ainda movimentos de produtores independentes em São Fidelis, Bom Jesus de Itabapoana, Cordeiro, Pádua e Miracema.

Foi exatamente nesse quadro que novas forças políticas oligárquicas se organizaram no Estado do Rio, dando origem a partidos políticos de oposição ao governo e ao PRF. Assim, em julho de 1927, por iniciativa de lavradores de Duas Barras, Bom Jardim, São Francisco de Paula, Itaocara e Cantagalo, tendo à frente Sebastião Monnerat Lutterbach, Orestes Neves e Eugênio Lutterbach, foi fundado o Partido Republicano Rural, cuja atuação resumiu-se ao combate ao IFEA e particularmente à sua política de restrição das exportações.

Também contrário ao IFEA, mas defendendo princípios mais abrangentes, foi fundado em junho de 1927 o Partido Democrático Fluminense, inspirado em seu equivalente paulista. É importante lembrar que os partidos democráticos criados no país a partir de 1926 refletiam um movimento de cisão no campo oligárquico, traduzido por defecções nos partidos dominantes, e também por um movimento de aglutinação de outros setores, sobretudo urbanos, descontentes com a marginalização político-institucional a que se

viam submetidos.⁴⁹ As plataformas desses partidos convergiam para um mesmo ponto: a necessidade de uma reforma política pautada pela implantação do voto secreto e de medidas contra a fraude eleitoral e pela constituição de um Poder Judiciário independente dos demais.

O Partido Democrático do Estado do Rio não chegou a se constituir como organização de grande peso político, a despeito das severas críticas que desferiu contra o governo do estado, centradas sobretudo na ocorrência de fraudes nas eleições de fevereiro e abril de 1927, na construção de obras públicas como o porto de Niterói, no regime tributário e na política do IFEA.⁵⁰ Seus membros não eram dissidentes do PRF ou do PRRJ, e sim elementos que haviam concorrido como avulsos nas eleições de abril de 1927, como Vicente Ferreira de Moraes, Júlio César Lutterbach, cafeicultores. Otton Leonardo, um dos fundadores da Sociedade Fluminense de Agricultura e Indústrias Rurais, Henrique Castrioto de Figueiredo e Melo, prefeito de Niterói à época da intervenção, e ainda Alfredo Clodoaldo de Oliveira.⁵¹

A oposição ao IFEA só iria arrefecer a partir de setembro de 1927, já no fim do governo Sodré. Nesse momento, foi reformulado o segundo convênio cafeeiro, firmado em maio anterior pelo Estado do Rio, São Paulo, Minas e Espírito Santo, sendo aumentada a quota de café fluminense a ser enviada ao porto do Rio de Janeiro de 25 para 30% do total a ser exportado.⁵² Paralelamente, o IFEA aboliu o sistema de prévia fixação de quotas de embarque para os produtores, tornando assim livres os despachos de café para os armazéns reguladores de Niterói e da cidade do Rio. Com essa medida, que, segundo *O Estado*, conciliava os interesses dos produtores de café com os deveres do IFEA,⁵³ cessaram os protestos dos cafeicultores fluminenses e abriram-se boas perspectivas para o governo de Manuel Duarte, que iria se iniciar pouco depois.

NOTAS

1. Ver() *Estado*, 20/1/1923.

2. Idem, 10/8/1923.

3. Idem, 28/10/1923.

4. Os candidatos eram Galdino do Vale Filho, Horácio Magalhães, Fonseca Hermes, Joaquim Moreira, César de Magalhães e Norival de Freitas (1.º distrito); Américo Peixoto, Joaquim de Melo, Faria Souto, José Antônio de Melo, Luis Guaranã e Thiers Cardoso (2.º), e Álvaro Rocha, Oliveira Botelho, Henrique Borges, Manuel Duarte e Ranulfo Bocaiuva Cunha (3.º).

5. A votação do nilista João Guimarães no 2.º distrito foi contudo bastante expressiva.

6. A convenção foi inicialmente marcada para início de julho, mas a eclosão da rebelião tenenlista na capital paulista no dia 5 daquele mês levou Sodré a adiá-la até que a situação se normalizasse em São Paulo. Convém lembrar que Sodré se solidarizou imediatamente com o governo federal, colocando a Força Pública do estado à disposição da União para debelar a revolta. Foi criada uma brigada de infantaria constituída de dois regimentos, o primeiro com sede em Niterói, e o outro formado por três batalhões sediados em Barra do Pirai, Friburgo e Macaé.

7. As fontes consultadas foram insuficientes para um maior aprofundamento da análise dos debates travados no congresso e de seus resultados práticos.

8. Cristina Pessanha Mary, em *Porto de Niterói: uma promessa de autonomia*, p. 161, identifica nos projetos de Sodré de construção do porto e de execução de reformas urbanas em Niterói um esforço de construção do "ideal de modernidade" no Estado do Rio, embora reconhecendo que o porto não trouxe aos fluminenses a tão propagada autonomia. Na base da visão da autora reside uma tentativa de contrapor o projeto de Sodré àquele definido por Nilo Peçanha, que se assentava sobre uma visão agrarista do desenvolvimento econômico do estado. Cabem aqui duas observações: de um lado, o projeto de Sodré estava estreitamente ligado ao desejo de consolidar suas bases políticas em Niterói, e de outro, a execução de um programa de reformas urbanas não significou o abandono de uma política econômica pautada essencialmente pela defesa da produção agrícola. Deve-se lembrar ainda que as críticas dos nilistas a Sodré e a Oliveira Botelho em 1914-1915 decorreram da cisão política entre os dois grupos.

9. Para mais detalhes sobre as características da política econômica implementada pelo governo Artur Bernardes, ver Winston Frisch, "1924".

III. Segundo declaração posterior de Francisco Correia de Figueiredo, gerente do Instituto de Fomento e Economia Agrícola (IFEA), este convênio foi "o primeiro marco oficial da ação decisiva do nosso estado na ação conjunta que se vinha desenhando em prol da defesa do café".

Ver *Relatório do IFFA*, 1926-1927, p. 271.

11. Entre as múltiplas atribuições do IFFA, destacavam-se o financiamento aos produtores mediante a garantia do produto depositado em armazéns gerais e reguladores nos portos de Niterói e Angra dos Reis, a exploração desses portos e a instalação dos ditos armazéns gerais e reguladores, a instalação de uma refinaria de açúcar e outra de sal e de uma torrefação de café no porto de Niterói mediante subscrição de 60% do capital desses empreendimentos, e a organização de um serviço de informações, estatística e propaganda do café, açúcar, sal e outros produtos.

12. Ao registrar que o próprio chefe político gaúcho Borges de Medeiros não se opôs à candidatura de Washington Luís, Joseph Love, em *O regionalismo gaúcho*, p. 230, aponta para o acordo entre as forças políticas dominantes do Rio Grande do Sul e de São Paulo nesse momento. Por outro lado, convém lembrar que também nesse momento os governos de Pernambuco e Bahia eram base de apoio do governo Bernardes.

13. *A Notícia*, 22/1/1926.

14. *Idem*, 30/1/1926. As câmaras de Petrópolis e Itaperiú eram então presididas pelo senador Joaquim Moreira e pelo deputado federal Joaquim de Melo, respectivamente.

15. Ver *O Estado*, 14/8/1925.

16. *Idem*, 25/2/1926.

17. *Idem*.

18. *Idem*, 12/11/1925.

19. *Idem*, 18/4/1926. Segundo o jornal, coube a Themistocles de Almeida a organização de diretórios oposicionistas nos municípios de São Fidélis e Pádua, e a Artur Leandro Costa nos municípios da região sul do estado, ficando o norte fluminense aos cuidados de Raul Veiga e César Tinoco. Ver edições de 27 e 29/6, 15 e 30/7 e 16/9/1926.

20. *Idem*, 27/5/1926.

21. Para uma análise detalhada da atuação de Maurício de Lacerda na Câmara Federal nos últimos anos da década de 1910 e início dos anos 1920, ver Angela Gomes, *Burguesia e trabalho*.

22. Ver *O Estado*, 27/5/1926.

23. Nas eleições municipais de maio de 1924, amplamente respaldado pelas entidades de classe camponesas como a Associação Comercial, o Sindicato Agrícola e a União Agrícola, Guaraná conseguiu eleger o prefeito Bruno de Azevedo e a maioria dos vereadores para a Câmara Municipal.

24. A derrota da chapa de oposição patrocinada por Luís Guaraná nas eleições para a direção da Associação Comercial de Campos, e o apoio de Feliciano Sodré à chapa situacionista que se elegeu, teriam sido as principais razões de seu rompimento com o PRF.

25. Ver *O Estado*, 14/8/1926. Segundo a mesma fonte, Guaraná estaria articulando a candidatura de Backer à presidência do estado no próximo quadriênio, o que o próprio jornal julgava difícil.

26. Ver *Anos da ALERJ*, 1926, sessão de 14 de setembro, p. 330.

27. As poucas informações obtidas sobre as greves operárias e a mobilização de organizações sindicais foram retiradas dos jornais *O Estado*, *A Notícia*, *Tribuna de Petrópolis* e *Correio da Manhã*.

28. Citado em *O Estado*, 4/7/1926.

29. Ver *A Manhã*, 28/10/1926.

30. Maurício de Lacerda foi beneficiado pelo decreto do novo presidente Washington Luís, que, uma vez empossado, libertou todos os presos políticos não sujeitos a processo.

31. Ver *O Estado*, 25/12/1926.

32. *Idem*, 30/12/1926.

33. O conselho diretor do partido nilista era integrado pelos membros da comissão executiva provisória — Raul Veiga, Themístocles de Almeida, Maurício de Medeiros, Eduardo Cotrim Filho, João Guimarães, Francisco Marcondes, Júlio Silva Araújo, Azevedo Sodré, Silvio Rangel, Everardo Backheuser e Artur Leandro Costa — e ainda por Francelino Barcelos, Mário Ramos, Macarino Garcia, Mário Quintanilha, João de Moraes, César Tinoco, Adolfo Sucena, José Maria Coelho, Benjamim Bernardes, Manuel Reis, Raul Fernandes, Ramiro Braga, Galiano Guimarães e Lemgruber Filho. Ver *O Estado*, 5/12/1926.

34. *A Manhã*, 29/12/1926. Acusado por Lacerda de ser político profissional, Maurício de Medeiros rebatceu tachando-o de “burguês agrícola do lado de lá, para gáudio das populações rurais, e comunista do lado de cá, para deslumbramento da população industrial”. Ver *O Estado*, 31/12/1926. Deve-se ressaltar, contudo, que a classificação de Lacerda como comunista ligava-se estritamente à defesa que fez na Câmara de medidas trabalhistas, já que o próprio Lacerda se recusou a participar como candidato do Bloco Operário, organismo criado pelo PCB para atuar como frente eleitoral, no pleito de fevereiro de 1927 para a Câmara dos Deputados.

35. Ver *A Manhã* 6/1/1927.

36. Entre os candidatos da oposição nilista à Câmara dos Deputados incluíam-se os dez nomes a seguir: Homero Pinho, Fábio Sodré, Lemgruber Filho, Silvio Rangel e Manuel Reis, pelo 1.º distrito; João Guimarães, Everardo Backheuser e Buarque de Nazaré pelo 2.º; Artur Costa e Horácio de Carvalho pelo 3.º. Ver *O Estado*, 9/2/1927. As fontes consultadas não nos permitem afirmar sobre a organização de uma chapa completa.

37. Para o Senado foi indicado Manuel Duarte e, para a Câmara, os 14 nomes a seguir: Norival de Freitas, Galdino do Vale Filho, Horácio de Magalhães Gomes, Paulino Júnior e Júlio Veríssimo dos Santos, pelo 1.º distrito; Joaquim de Melo, Carlos de Faria Souto, José de Moraes, Américo Peixoto e Thiers Cardoso, pelo 2.º; Oliveira Botelho, Miranda Rosa, Álvaro Rocha e Raulfo Bocaiuva Cunha, pelo 3.º. Ver *O Estado*, 23/2/1927.

38. No Distrito Federal foram eleitos dois importantes nomes de oposição — Adolfo Bergamini e Azevedo Lima, candidato do Bloco Operário — enquanto em São Paulo o recém-criado Partido Democrático elegeu Marrey Júnior, Francisco Morato e Paulo de Moraes Barros. No Senado, apesar da perda de quatro cadeiras oposicionistas, foi eleito Irineu Machado. A nova composição do Congresso não abalaria contudo o apoio deste ao governo federal. Ver Edgar Carone, *A República Velha (evolução política)*, p. 396-400.

39. Ver *O Estado* 31/3/1927. No 2.º distrito, a junta apuradora diplomou exclusivamente os cinco candidatos da chapa governista, considerando o impasse havido entre os dois outros candidatos mais votados, o acionista Raul Veiga e o nilista João Guimarães. Raul Veiga, no entanto, seria posteriormente diplomado.

40. Até mesmo o deputado federal Adolfo Bergamini encaminhou à mesa da Câmara um pedido de reconhecimento de dois candidatos não diplomados — João Guimarães e Horácio de Carvalho — e de anulação do pleito no 1.º distrito, o que não foi considerado. Ver *O Estado*, 30/4/1927.

41. Dos 40 deputados, 28 foram reeleitos: no 1.º distrito, Alfredo Rangel, Eduardo Pontela, Eugênio Condeiro, Mendes Antas, Paulo Araújo e Teixeira Leonil (este último faleceu meses depois, sendo substituído por Tertuliano Guimarães); no 2.º distrito, Álvaro Neves, Demétrio Haman, Elias Grego, Francisco Lessa, Porfírio Henrique e Sousa Lima; no 3.º distrito, Antônio Pitta, Custódio Padilha, Gomes Berriel e Júlio Santos Filho; no 4.º distrito, Alberto Melo, Bernardo Belo, Godofredo Carneiro Leão e José Claro; no 5.º distrito, Alfredo Neves, Antônio Olinto, Antônio Correia Lima, Diógenes de Abreu Sodré, Moraes Barbosa, Osvaldo Duarte, Pedro Carlos e Pedro Rodolpho Leite. Os novos deputados eleitos foram: João Vasconcelos e Olegário Berna, do 1.º distrito; Mário Alves e Sizenando Sousa, no 2.º distrito; Elísio de Araújo, Jaime de Barros Gomes,

Pericles Rocha e Arídio Martins, no 3.º distrito; Reinaldo Carvalho, Carlos de Rizzini, Mário Pena e Paschoal Spina, no 4.º distrito. Ver *O Estado*, 18/3/1927.

42. Sem lançar chapa completa, o PRRJ apresentou seis nomes por distrito, perfazendo o total de 30 candidatos. No 1.º distrito, foram indicados Silva Araújo, Jerônimo Dias, Jaime de Figueiredo, Luís Palmier, Prado Kelly e Abreu Rangel; no 2.º distrito, César Tinoco, Carlos Fonseca, Bento Costa Filho, coronel Franklin Peganha, Custódio Viana e coronel Armando Alves; no 3.º distrito, Francisco Leite Teixeira, Ramos Leal; Gastão Reis, coronel Mendes Linares, Ney Fortuna e Jovelino de Matos; no 4.º distrito, coronel Artur Barbosa, Soares Filho, Galino Guimarães, Adalto Reis, Serzedelo Correia e Matias Costa; no 5.º distrito, Adolfo Sucena, Nuno Pereira, Eloy de Andrade, Alfredo Marinho, coronel Otávio Teixeira Campos e José Maria Coelho teste, no entanto, aderiu à facção acordista). Ver *O Estado*, 6/4/1927.

43. Idem, 31/3/1927.

44. *Anais da ALERJ*, 1927, sessão de 14 de outubro, p. 662.

45. O deputado Maurício de Medeiros se opôs ainda a um projeto de lei que ampliava a punição aos grevistas. Ver *O Estado*, 29/5/1927.

46. No Estado do Rio, o descontentamento com o governo Washington Luís foi manifestado por trabalhadores de alguns estabelecimentos da capital na época da votação no Senado de lei que permitia a utilização de instrumentos cada vez mais repressivos contra os sindicatos e ampliava a punição dos grevistas. Nesse momento várias fábricas de Niterói entraram em greve de dois a três dias em protesto contra as medidas repressivas. Houve paralisação na Companhia Manufatura Fluminense e nas fábricas de fósforos Orion, Marca Olho e Ipiranga, assim como em algumas fábricas de vidros e entre a maioria dos trabalhadores dos estaleiros da Cantareira. Ver *O Estado*, 9/8/1927.

47. Ver *Anais da ALERJ*, 1926, sessão de 11 de agosto, p. 146, e *O Estado*, 19/9/1926.

48. Da diretoria inicial da IFEA, permaneceram em seus cargos até 1930 o gerente Francisco Correia de Figueiredo e o diretor da Carteira Comercial e Financeira, Francisco de Oliveira Viana. Este último iria ter papel de relevo na implantação das instituições previdenciárias e do sindicalismo corporativista após a Revolução de 30 e, além disso, alcançaria renome intelectual como ideólogo do Estado Novo.

49. A criação do Partido Democrático de São Paulo em 1926 e, no ano seguinte, dos partidos democráticos do Distrito Federal, de Santa Catarina, do Maranhão, de Pernambuco e do Ceará, além do Partido Libertador, no Rio Grande do Sul, reflete exatamente esse movimento. Sob a liderança do Partido Democrático paulista e da dissidência oligárquica gaúcha, essas agremiações iriam criar o Partido Democrático Nacional em setembro de 1927 com o objetivo de aglutinar a mineria oposicionista para uma ação conjunta. Ver Paula Gálberth Fagundes Vizenini, *Os liberais e a crise da República Velha*, p. 47.

50. Em *A questão do café*, p. 17 Vicente Ferreira de Moraes denunciava o IFEA como "um ninho de baxeratas" que favorecia alguns fazendeiros no momento da concessão de guias de embarque.

51. Ver *O Estado de São Paulo*, 26/6/1927.

52. A elevação da quota de exportação de café do Estado do Rio foi ardorosamente defendida pelos deputados federais Maurício de Medeiros e Oliveira Botelho, este último delegado fluminense ao encontro de representantes dos estados cafeeiros realizado em setembro de 1927 em São Paulo. Para mais detalhes sobre o convênio de maio e sua reformulação em setembro, ver *O Estado*, 3/6, 30/7, 3 e 4/9/1927. Ver também Boris Fausto, "Expansão do café e política cafeeira", p. 240.

53. *O Estado*, 29/9/1927.

*PACIFICAÇÃO E DERROCADA**

1. A CONSOLIDAÇÃO DE MANUEL DUARTE

A aliança entre o situacionismo fluminense e os nilistas acordistas consolidou-se em 23 de dezembro de 1927, quando, apoiado pelo PRF, pela ALERJ, pelas câmaras municipais e pela bancada federal, Manuel Duarte assumiu a presidência do Estado do Rio. Sua política de pacificação interna obteria pleno êxito, mas de pouco lhe valeria no momento da queda de seu principal aliado, o presidente Washington Luís.

Reiterando seu apoio a Feliciano Sodré e a Washington Luís, Manuel Duarte afirmou pouco antes de tomar posse que “política e administração serão norteadas pelos mesmos objetivos e dentro do mesmo pensamento construtor que vem inspirando a nossa atuação partidária no estado e na federação, o que vale dizer que continuaremos a dar ao governo do proclamado sr. dr. Washington Luís uma solidariedade consciente e entusiástica”.¹ O estreito vínculo entre a situação fluminense e o governo federal foi reforçado ainda pela posse como ministro da Fazenda, em 17 de dezembro de 1927, do deputado federal e ex-presidente do estado Oliveira Botelho. Esta nomeação veio atender à reivindicação de um ministério pelo Estado do Rio, expressa desde 1925.

Ao lado do alinhamento ao governo federal, Manuel Duarte revelou interesse em conquistar o apoio da população e sobretudo dos nilistas não acordistas, como o comprovam dois episódios ocorridos no início de seu mandato. O primeiro deles consistiu em sua participação e de seus secretários nas homenagens a Nilo Peçanha por ocasião do quarto aniversário da

*Este capítulo é uma versão modificada do documento de trabalho de Mônica Almeida Kornis, “A crise do nilismo e a consolidação de um novo grupo no poder no Estado”. As alterações são de responsabilidade da autora.

morte deste, em 31 de março de 1928, organizadas por Lemgruber Filho e Ferreira de Aguiar. O segundo episódio foi seu veto ao aumento de 50% nas passagens das barcas Rio-Niterói, pretendido pela Companhia Cantareira. O fato de a população niteroiense ter saído às ruas para festejar a suspensão do aumento assumiu para *O Estado* ares de uma verdadeira manifestação popular pró-Duarte.²

Ao se realizar a convenção do PRF, em 14 de julho de 1928, durante a qual foi eleita a nova comissão executiva,³ mais uma vez foram enfatizadas as boas relações entre o partido, o governo fluminense e o governo federal. A participação da minoria na convenção reiterou por sua vez sua integração e apoio à orientação do PRF. Conforme carta do deputado federal Raul Veiga a Oliveira Botelho, lida na ocasião, "não podíamos militar em campos diversos, uma vez que as diretrizes e ideais políticos são comuns".⁴ A atitude dos representantes da minoria foi louvada durante a convenção pela direção do PRF, e poucos dias depois o jornal *O Estado* incentivava o governo Manuel Duarte, que fugia "das lutas estéreis, para acabar de vez com pequeninas dissensões que só podem trazer prejuízos à marcha progressiva da terra fluminense."⁵

Dentro das próprias forças situacionistas tampouco existiam indícios de conflitos sérios, como acontecera no governo de Feliciano Sodré, quando Luís Guaraná renunciou à sua cadeira na Câmara dos Deputados. Em banquete realizado em Campos em homenagem ao secretário de Finanças Joaquim de Melo, Guaraná saudou a atuação de Manuel Duarte em defesa da indústria açucareira, fez elogios à política levada a cabo pelo IFEA e louvou o ministro Oliveira Botelho, bem como o presidente Washington Luís.⁶

A política econômica de Manuel Duarte deu prosseguimento à de seu antecessor, de alinhamento aos grandes estados, procurando ao mesmo tempo a conciliação dos interesses dos produtores fluminenses. A política de valorização do café foi confirmada através de convênios firmados com os demais estados cafeeiros, que se sucederam pelos anos de 1928, 1929 e 1930. Inter-namente, a produção cafeeira foi estimulada através do IFEA, e foi incentivada a produção do açúcar e do sal, com a criação da Sociedade Cooperativa Açucareira Fluminense⁷ e da Companhia Salícola Fluminense. Somente no final do governo Manuel Duarte seria enfatizada a necessidade de implementar a diversificação agrícola, em virtude das dificuldades trazidas ao setor cafeeiro pela crise internacional de 1929.

A consolidação do governo Manuel Duarte foi garantida finalmente pela reforma constitucional que promoveu com o objetivo de adequar a Carta fluminense à reforma da Constituição federal de 1926, elaborada sob o governo Artur Bernardes e dotada de caráter fortemente centralizador.⁸ Prepa-

rado por uma comissão especial de 15 deputados, tendo como presidente e relator-geral Júlio Santos Filho, o projeto de reforma revelava duas tendências complementares que acabariam por prevalecer no texto final, promulgado em 31 de outubro de 1928: a redução dos poderes do Legislativo e o fortalecimento do Executivo estadual em detrimento da autonomia municipal.⁹

O cerceamento do Legislativo consubstanciou-se na redução dos trabalhos da ALERJ de três para dois meses por ano e na concessão do direito de veto parcial ao presidente do estado e aos prefeitos a dispositivos aprovados pela ALERJ e pelas câmaras municipais, conforme dispunha a reforma constitucional federal de 1926. O fortalecimento do Executivo foi garantido também pela reformulação do Tribunal de Recursos Eleitorais e pela manutenção do regime tributário em vigor. Na condição de tribunal especial, o Tribunal de Recursos Eleitorais foi encarregado de julgar os recursos interpostos na verificação de poderes municipais, ou seja, no reconhecimento da eleição de prefeitos e vereadores, retirando-se tal atribuição do Poder Judiciário, conforme dispunha a lei eleitoral de 1926.¹⁰ Com relação ao regime tributário, a despeito das reivindicações em contrário, foi mantida para os municípios a quota de apenas 20% da arrecadação do imposto de indústrias e profissões estabelecida pela Constituição de 1920.¹¹

Algumas questões que vinham sendo tratadas pela oposição em nível nacional em meados da década de 1920 chegaram a ser encaminhadas no debate constituinte. Entre elas figuravam o voto secreto, defendido pelo deputado Demétrio Haman (também defensor do voto feminino), e o reconhecimento das associações profissionais, proposto pelo deputado Pedro Carlos. Na opinião deste último, o controle do movimento operário poderia "salvar as massas trabalhadoras da imitação dos métodos políticos germano-eslavos, de que são expoentes Carl Marx e Lenine".¹² Nenhuma dessas propostas foi contudo aprovada.

É interessante lembrar que nesse momento, à margem das facções oligárquicas, articulava-se no Estado do Rio uma nova organização política vinculada ao PCB e sucessora do Bloco Operário. Tratava do Bloco Operário Camponês (BOC), criado no início do ano em São Paulo e em seguida implantado em outras capitais do país. Desencadeando um trabalho de reorganização sindical em Niterói e Campos,¹³ o BOC promoveu uma campanha para que os operários se filiassem ao Centro Político Proletário nas duas cidades. Em fins de 1928, tendo em vista as próximas eleições municipais, o Centro Proletário de Niterói advertia que os trabalhadores locais deveriam alistar-se como eleitores "pelas fileiras da única organização política genui-

namente proletária e com um programa de largas reivindicações para as grandes massas de oprimidos que constituem o proletariado".¹³

2. O ESTADO DO RIO E A ALIANÇA LIBERAL

Ao longo do ano de 1929, a discussão sobre a sucessão presidencial intensificou-se em todo o país, provocando o acirramento das tensões inter e intra-oligárquicas. Diante da intenção explicitada por Washington Luís de indicar como seu sucessor o presidente de São Paulo, Júlio Prestes, as oligarquias dissidentes de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, com o apoio dos Partidos Democráticos de São Paulo e do Distrito Federal, uniram-se em agosto na Aliança Liberal em defesa das candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência e vice-presidência da República. A homologação da chapa Júlio Prestes—Vital Soares em convenção nacional realizada em 12 de setembro configurou um quadro de disputa que iria repercutir em todos os estados da federação.

O pleno entendimento entre Manuel Duarte e Washington Luís podia ser medido pela presença de políticos fluminenses em postos de confiança do governo federal. Esse fato levou *O Estado*, em maio de 1929, a exaltar a fase de engrandecimento por que passava o Estado do Rio nos seguintes termos: "Na esfera federal, se eleva (...) a posição do estado (...), que aos poucos reconquista, na União, os postos a que faz jus (...). Ao Estado do Rio está entregue (...) a pasta da Fazenda; é o líder de sua bancada o relator do orçamento da Agricultura, e o senador Miguel de Carvalho acaba de ser eleito para a Comissão de Finanças da Câmara Alta."¹⁴

Não é de espantar, portanto, que em julho de 1929 Manuel Duarte desse sua solidariedade a Washington Luís na questão sucessória, atitude esta reiterada pelo apoio dado em agosto pela comissão executiva do PRF à chapa Júlio Prestes—Vital Soares. A oposição nilista, ao contrário, solidarizou-se à Aliança Liberal, mas isso não significou uma polarização com o governo estadual. Nas palavras do "vermelho" Laurindo Lemgruber Filho, "continuaremos dentro do estado, sem quebra da linha de conduta traçada pelos nilistas quanto à questão nacional, a prestigiar a personalidade digna de nosso afeto e consideração, que só ser a do presidente Manuel Duarte."¹⁵

As eleições municipais realizadas durante o mês de setembro de 1929 — as primeiras disputadas sob o governo Manuel Duarte — vieram confirmar a atmosfera de conciliação que já vinha se impondo desde 1927. Se é verdade que o PRF foi plenamente vitorioso, é importante notar também que as antigas e novas divergências entre o governo do estado e os nilistas não se reve-

laram intransponíveis, como ilustra a participação destes últimos nas eleições dos prefeitos de Niterói e Campos.

Na capital do estado, situação e oposição se aglutinaram em torno da candidatura de Manuel Antunes Castro Guimarães, diretor de obras do estado. A única exceção foi o Centro Político Proletário, que indicou para o cargo o metalúrgico José Francisco da Silva, evidentemente derrotado.

Em Campos, o PRRJ uniu-se ao Partido Republicano Municipal e apoiou o candidato da dissidência guaranista, Luís Sobral. João Guimarães, principal liderança do PRRJ, vinha afirmando desde antes da eleição sua confiança nos propósitos de Manuel Duarte em relação à liberdade de voto e ao respeito aos resultados das urnas, que representariam a "restauração das melhores tradições liberais na política fluminense".¹⁷ A vitória de Luís Sobral abriu ao nilismo vermelho algum espaço político na direção do município,¹⁸ comprovando assim os propósitos conciliadores da situação e da oposição a despeito de suas divergências quanto à política nacional.

Durante todo o segundo semestre de 1929 a ALERJ possuiu uma única voz aliancista, a do deputado Moraes Barbosa, que rompeu com o PRF e aderiu à Aliança Liberal passando a defender os pontos principais de sua plataforma, como a anistia ampla, o voto secreto e a revogação das leis de exceção, além de combater duramente o governo de Manuel Duarte. A nova posição política de Moraes Barbosa foi criticada pelos demais deputados da ALERJ, contrários à Aliança Liberal. Segundo o deputado da minoria Acúrcio Torres, "para sermos liberais não precisamos deixar o PRF; para sermos liberais devemos estar com a obra construtora e liberal do sr. presidente da República, porque jamais se praticou o liberalismo que ora se pratica no território fluminense".¹⁹

As críticas de Moraes Barbosa ao PRF e à Manuel Duarte voltaram-se sobretudo para a adesão do Estado do Rio à candidatura Júlio Prestes, para a política de valorização do café e a atuação do IFEA e para a cobrança do imposto de exportação.²⁰ Moraes Barbosa combateu ainda a intervenção policial desencadeada pelo governo contra a greve dos trabalhadores da Companhia Manufatora Fluminense, de Niterói, que resultou na prisão dos intendentess comunistas cariocas Otávio Brandão e Minervino de Oliveira, juntamente com cinco operários.²¹ Em defesa do direito de greve pacífica, consoante com os princípios postulados pela Aliança Liberal, Moraes Barbosa argumentou na ocasião que "as questões sociais têm de ser resolvidas não por meio da força".²² Esta posição não expressava contudo uma identidade com a linha política do BOC, que vinha dirigindo, desde sua criação, a organização sindical e os movimentos grevistas no estado. Ao contrário, Moraes Barbosa sugeriu a Manuel Duarte que interviesse no caso para controlar as

negociações entre patrões e empregados e alertou-o para o ônus causado às empresas pelos impostos estaduais, que as impediam de remunerar seus operários a contento.²³

Ao se oporem aos princípios veiculados pela Aliança Liberal, os partidários do PRF procuraram por seu lado minimizar a mobilização aliancista no estado. Ao longo de toda a campanha presidencial, o jornal situacionista *O Estado* qualificou o movimento como uma aventura, destacando o pequeno número de pessoas presentes nos comícios oposicionistas.²⁴ Nos dois meses que antecederam o pleito de 1.º de março de 1930, o PRF intensificou a criação de comitês em todo estado e expediu caravanas a vários municípios, em defesa dos candidatos oficiais. Por outro lado, a campanha pró-Vargas, apoiada pelo PRRJ, pelo Partido Democrático Fluminense, pelo ex-presidente Alfredo Backer e por agremiações políticas municipais, também lançou mão de caravanas que percorriam o interior, contando muitas vezes com a presença de oposicionistas de expressão nacional, como Maurício de Lacerda e os deputados cariocas Adolfo Bergamini e Soares Filho.

A figura de Nilo Peçanha foi também resgatada durante a campanha aliancista. O deputado carioca Sales Filho, ao atacar a política dominante, identificava a Aliança Liberal com os princípios defendidos por Nilo e pela Reação Republicana. Além de declarar que a Aliança Liberal prometia realizar “a síntese incomparável de Nilo Peçanha”,²⁵ Sales Filho referiu-se na Câmara à “lucidez do grande estadista”, para quem o combate da Reação Republicana “não era apenas a uma candidatura oficial, mas a cem anos de uma política de erros, de compressão e de abusos, em que o poder passava das mãos dos autocratas para a dos oligarcas e ao qual devia chegar a vez do povo”.²⁶ No entanto, assim como a oposição nilista, os aliancistas cariocas elogiavam o chefe do governo fluminense por seu propósito de manter a liberdade de voto e por seu respeito ao preceito constitucional que assegurava a representação das minorias, o qual não era observado por nenhum dos grandes estados da federação. Referindo-se à particularidade da política fluminense no cenário do situacionismo, o jornal oposicionista *Diário Carioca* apontava para o “contraste entre a atitude democrática e esclarecida de Manuel Duarte e a truculência e intolerância dos situacionistas de São Paulo, da Bahia e Pernambuco e, sobretudo, do próprio governo federal.”²⁷

Juntamente com a eleição presidencial, em março de 1930 seriam realizadas eleições para Câmara dos Deputados e o terço do Senado. A despeito do proclamado alinhamento do governo fluminense e do PRF ao governo federal, a perspectiva desse pleito revelou a presença de divergências no interior do partido, polarizadas em torno de Feliciano Sodré e Manuel Duarte.

Ao que tudo indica, os atritos resultaram do veto de Manuel Duarte à candidatura do deputado federal Miranda Rosa ao Senado. É possível também perceber diferenças mais antigas nos princípios de atuação política das duas lideranças, já que Sodré, em discursos proferidos no Senado, deixara clara sua preferência pela eleição indireta e o voto a descoberto,²⁸ enquanto Manuel Duarte se comprometia a manter as eleições previstas e a garantir os resultados das urnas, o que o fazia aliás conquistar a simpatia da oposição nilista. De toda forma, as desavenças ocorridas na montagem da chapa não provocaram uma cisão no partido.

A chapa do PRF, composta de 14 candidatos à Câmara Federal e um ao Senado, foi divulgada em meados de fevereiro de 1930, juntamente com os critérios utilizados na organização da lista. De acordo com o boletim do PRF, haviam sido respeitados dois princípios: a reeleição dos deputados em fim de mandato, incluindo-se como candidatos do PRF os nilistas acordistas, e o direito de represemação da minoria.²⁹ Dias depois da divulgação da lista do PRF, o PRRJ apresentou sua chapa, composta de três candidatos à Câmara, um por distrito eleitoral — Laurindo Lemgruber Filho (1.º), João Guimarães (2.º) e José Monteiro Soares Filho (3.º) — e um candidato ao Senado, José Edmundo Macedo Soares. A comissão executiva do partido explicava o pequeno número de candidatos pelas “legítimas pretensões de outras correntes políticas filiadas no estado à Aliança Liberal”.³⁰ Assim como o PRRJ, o Partido Democrático apresentou um candidato à Câmara por distrito e lançou a candidatura de Maurício de Lacerda ao Senado.³¹ Finalmente, embora reunisse, além de outros grupos, o PRRJ e o Partido Democrático, a Aliança Liberal lançou também sua própria chapa.³²

A eleição presidencial consagrou a vitória no Estado do Rio — assim como em âmbito nacional — da chapa oficial, que obteve 70.981 votos contra 18.685 dados a Vargas.³³ No pleito legislativo, o PRF elegeu todos os seus candidatos à Câmara e ao Senado. Para as três vagas destinadas à minoria foram eleitos dois candidatos do PRRJ, Laurindo Lemgruber Filho e João Guimarães, e o candidato avulso Sílvio Rangel. A diplomação dos eleitos realizou-se em abril, e o rápido reconhecimento da bancada fluminense, outrora a última a ser reconhecida, foi louvado como uma prova da honestidade e lisura da eleição.³⁴ A presença de 13 representantes fluminenses nas 12 comissões permanentes da Câmara³⁵ comprovava por seu lado o prestígio de Manuel Duarte na condução do governo estadual, ao mesmo tempo em que traduzia o reconhecimento pelo apoio do PRF à candidatura Júlio Prestes.

É interessante notar, porém, que as divergências surgidas entre Manuel Duarte e Sodré na época da organização da chapa do PRF não se dissiparam

ram inteiramente após o pleito. José Edmundo Macedo Soares, candidato derrotado do PRRJ ao Senado, chegou a denunciar a existência de pressões sobre o presidente do estado por parte do "radicalismo prestista" representado por Sodré e Oliveira Botelho.³⁶ Tudo indica realmente que Manuel Duarte encontrava junto à minoria um apoio mais geral e irrestrito do que o que lhe era oferecido pela bancada do PRF.³⁷ Ao menos é o que faz supor a declaração de Lemgruber Filho, que prometia deixar de ser um oposicionista para alistar-se "entre os que acompanham a orientação política do sr. Manuel Duarte".³⁸

Se as eleições federais trouxeram a oposição nilista para a cena parlamentar, o mesmo não aconteceu nas eleições para ALERJ de 3 de agosto de 1930. O PRF apresentou sua chapa³⁹ reservando cinco vagas para a minoria, mas estas foram preenchidas por candidatos avulsos, sendo excluídos todos aqueles lançados pelo PRRJ e pelo Partido Democrático.⁴⁰ Tal resultado expressava um certo isolamento das oposições na política municipal e estadual, inclusive em relação às dissidências situacionistas, às quais se haviam aliado em outras ocasiões.⁴¹

3. A DERROCADA

Com a derrota do candidato aliancista Getúlio Vargas para a presidência da República, as oligarquias estaduais dissidentes, sobretudo a gaúcha e a mineira, aliadas aos tenentes e secundariamente ao Partido Democrático de São Paulo, articularam-se com vistas à preparação de um movimento armado para a tomada do poder. A posição do governo fluminense, de fidelidade a Washington Luis e de apoio ao presidente eleito Júlio Prestes, levou-o a colocar-se contra os revoltosos que iniciaram o movimento armado em 3 de outubro de 1930, selando assim sua própria queda, a despeito de sua ampliada base de sustentação interna.

Da mesma forma como em outros pontos do país, uma vez iniciado o movimento revolucionário, organizaram-se legiões patrióticas em vários municípios fluminenses contra os revoltosos. Em Niterói, formou-se a Legião Fluminense, sob a presidência do prefeito Castro Guimarães, o mesmo ocorrendo em Friburgo, sob a direção do deputado federal Galdino do Vale Filho. A bancada fluminense na Câmara manifestou solidariedade e apoio a Manuel Duarte, com exceção dos representantes nilistas da minoria, João Guimarães e Lemgruber Filho. A posição dos nilistas nesse episódio revela o próprio limite das relações cordiais com o governo fluminense, na medida em que o PRRJ não abriu mão de uma atuação no campo oposicionista.

Embora sejam escassas as informações sobre a mobilização revolucionária no estado, tem-se notícia de boatos sobre conflitos em Campos, desmentidos contudo por *O Estado*. Nos dias que se seguiram à eclosão da revolta, houve do lado das forças situacionistas um movimento de tropas no interior do estado visando guarnecer a fronteira com Minas Gerais. Em fins de outubro, o Jornal situacionista *O Estado* foi empastelado por aliancistas e posteriormente comprado pelo jornal rival *O Fluminense*, voltando a circular somente em janeiro do ano seguinte.

À deposição de Washington Luís em 24 de outubro seguiu-se a instalação de uma junta governativa provisória que nomeou interventores para todos os estados, exceto Minas Gerais. Manuel Duarte foi deposto, e o governo do Estado do Rio foi ocupado pelo tenente-coronel Demócrito Barbosa que, no dia 29 de outubro, foi substituído pelo deputado gaúcho Plínio Casado. Com a posse de Getúlio Vargas como chefe do governo provisório da República no dia 3 de novembro, a Constituição foi suspensa, o Congresso Nacional foi dissolvido, assim como os legislativos estaduais e municipais, e novos interventores foram nomeados. Plínio Casado foi contudo confirmado em seu cargo, pondo fim às especulações em torno da nomeação dos ex-deputados Verissimo de Melo e Mauricio de Lacerda e frustrando as expectativas das oposições fluminenses.

Estranho à política do estado, nomeado por influência da ala tenetista liderado por Osvaldo Aranha, um dos principais articuladores da Revolução de 30, Casado governou por um breve período, cedendo o lugar a uma série de interventores igualmente alheios à vida política fluminense. Apesar de ter apoiado o movimento da Aliança Liberal e a revolta de 3 de outubro, o grupo nilista não conseguiu assim impor um legítimo representante à direção do Estado do Rio.

NOTAS

1. Entrevista de Manuel Duarte ao Jornal *Correio da Manhã* às vésperas de assumir o governo transcrita no Anexo dos *Anais da ALERJ*, vol. de 14/12/1927 a 19/1/1928, p. 4.

2. *O Estado*, 12 e 13/7/1928. A repercussão alcançada pelo episódio tanto em nível estadual como federal pode ser medida pela decisão da Câmara dos Deputados de incluir em seus *Anais* o ofício que Manuel Duarte enviou ao diretor da Cantareira recusando o aumento. Idem, 26/7/1928.

3. Na verdade, foi mantida a comissão de 1926, com a única diferença da saída de Manuel Duarte e a entrega de Feliciano Sodré. Por eleição suplementar realizada em 25 de março de 1927, Sodré havia também preenchido a vaga de Manuel Duarte no Senado.

4. *O Estado*, 15/7/1928.

5. Idem, 17/7/1928.

6. Idem, 24/8/1928.

7. A criação da Sociedade Cooperativa Açucareira Fluminense em dezembro de 1928 estava vinculada ao plano de defesa do açúcar estabelecido pela Convenção Açucareira de Recife realizada em abril com a participação de representantes dos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Alagoas e Paraíba. A proposta de que todos os estados produtores de açúcar formassem cooperativas e de que uma comissão central se instalasse no Rio com o objetivo de aplicar medidas de interesse comum e fiscalizar sua execução foi defendida pelo representante fluminense no encontro, o presidente do IFEA e secretário de Finanças Joaquim de Melo.

8. Desde 1926, ainda como deputado federal, Manuel Duarte proclamava a urgência de uma reforma constitucional no estado. Embora evocasse com frequência os princípios do liberalismo, em nenhum momento houve indícios de que a nova Constituição consagraria em seu texto uma tendência liberal.

9. De modo geral, os debates constituintes transcorreram sem que houvesse artigos sérios, limitando-se as divergências a projetos específicos. Para mais detalhes sobre as discussões travadas, bem como sobre as reformas da lei das municipalidades, da lei eleitoral, e da legislação judiciária, promovidas posteriormente pela ALERJ em sessão ordinária, ver Mônica Almeida Kornis, "A crise do nilismo e a consolidação de um novo grupo político no Estado do Rio (1923-1930)" (relatório de trabalho, CPDOC, 1987).

10. O relator geral Julio Santos Filho julgava ser esta a inovação mais radical da reforma constitucional. Ver *O Estado*, 22/12/1928.

11. Houve algumas reivindicações no sentido de que os municípios passassem a receber um percentual maior do imposto de indústrias e profissões. O deputado Moraes Barbosa chegou a propor que o total da arrecadação ficasse no município. Ver *Anais da Assembleia Legislativa Constituinte*, 1928, vol. 2, sessão de 9 de outubro, p. 107.
12. Idem, sessão de 8 de outubro, p. 95. Não se obteve informações sobre a repercussão dessa proposta ao longo das sessões posteriores da Assembleia. Deve-se no entanto observar que a questão da intervenção do Estado na legislação do trabalho foi um dos pontos definidos pela reforma da Constituição federal de 1926.
13. O jornal *O Estado*, particularmente na coluna intitulada "Vida proletária", informava regularmente sobre a reorganização dos sindicatos e defendia a criação de leis sociais. Entre os sindicatos de orientação comunista que atuaram ao longo do ano de 1928 incluem-se a Aliança dos Operários da Indústria Metalúrgica do Estado do Rio e a Liga Operária da Construção Civil.
14. *O Estado*, 28/12/1928.
15. Idem, 31/5/1929.
16. Idem, 13/8/1929.
17. Idem, 27/6/1929.
18. Além de ter apoiado o prefeito Luis Sobral, a oposição elegeu nove dos 15 vereadores, sendo os seis restantes ligados à situação. *O Estado* de 21/9/1929 julgou o resultado favorável ao PRF, pois, dos nove oposicionistas eleitos, três eram ligados a Guarará, dissidência do partido que não se confundia com os nilistas.
19. *Anais da ALERJ*, 1929, sessão de 3 de outubro, p. 274-275.
20. Idem, sessão de 1.º de outubro, p. 4-6; sessão de 19 de novembro, p. 596, e sessão de 24 de dezembro, p. 146-147.
21. Sobre o desenrolar desta greve, ver *O Estado*, 2, 4, 5 e 17/10 e 24/12/1929. No período 1929-1930, ocorreram outras mobilizações operárias tendo à frente lideranças comunistas, como a manifestação de abril de 1929 em Niterói em solidariedade à greve dos gráficos paulistas e pa-deiros cariocas, e a greve de operários têxteis de janeiro de 1930 em Petrópolis. Também nesse período intensificou-se a repressão às atividades comunistas no estado, como o comprova a *Mensagem* de Manuel Duarte de 1.º de outubro de 1929. Nesse texto, Manuel Duarte observa que um dos pontos importantes de sua atuação no governo era a ação preventiva que procurava desenvolver nos três centros fabris fluminenses, Niterói, Campos e Petrópolis, contra a propaganda comunista.
22. *Anais da ALERJ*, 1929, sessão de 16 de outubro, p. 389.
23. Idem, sessão de 11 de dezembro, p. 20. Moraes Barbosa julgava que o ônus causado pelos altos impostos, sobretudo pelo imposto de exportação interestadual, que encarecia os produtos negociados no Distrito Federal, fora responsável pelo fechamento de 12 fábricas em Petrópolis.
24. *O Estado*, 13/10/1929.
25. *Diário Carioca*, 10/1/1930.
26. Idem, 7/12/1930.
27. Idem, 1/2/1930.
28. Ver Feliciano Sodré, *O idealismo fluminense e a sucessão presidencial: discursos proferidos no Senado Federal*, p. 17-18 e 102-103. Estas posições de Sodré não traduziam uma tendência dentro de seu partido, e sim seu pensamento individual. Dizia ele: "O meu partido pode controlar minhas ações dentro dos itens de seu programa, mas não pode vedar a um senador pelo Rio de Janeiro o direito de ter idéias próprias, doutrinas e princípios." Idem, p. 117-118.
29. Ver *O Estado*, 19/2/1930. O candidato do PRF ao Senado era Júlio Veríssimo da Silva Santos. Concorreram a Câmara dos Deputados os seguintes candidatos: 1.º distrito — Raul Veiga, Galdino do Vale Filho, Norival de Freitas, Mauricio de Medeiros e Belisário Soares de Sousa;

2.º distrito — José Antônio de Moraes, Carlos de Faria Sousa, Arnaldo Tavares, Thiers Cardoso e Américo Valentim Peixoto; 3.º distrito — Manuel de Miranda Rosa, Eduardo Cotrin Filho, Oscar Pena Fontenelle e Raulfo Bocaiuva Cunha.

A abertura de três vagas à minoria implicou o lançamento de Raul Veiga pelo 1.º distrito, para abrir uma vaga no 2.º, e a exclusão dos deputados Horácio Magalhães Gomes e Paulino Soares de Sousa Júnior. Os critérios adotados pelo PRF implicaram ainda a exclusão de outros elementos do partido, que concorreram então, ao lado de elementos de origens variadas, como candidatos avulsos. Segundo *O Estado* de 1/3/1930, concorreram como avulsos à Câmara dos Deputados, no 1.º distrito, os ex-nilistas Fáblio de Azevedo Sodré, Homero Soares de Pinho e Manuel Reis, e ainda Quintino Bocaiuva Neto, Antônio Joaquim de Paula Buarque e Ernesto Crissúma Filho; no 2.º, o ex-deputado Luis Guaraná; e no 3.º, o ex-nilista Sílvio Rangel, Francisco Leite e Horácio Gomes de Carvalho, amigo pessoal de Manuel Duarte.

30. *Diário Carioca*, 22/02/1930.

31. O Partido Democrático lançou a candidatura de Henrique Jorge Rodrigues pelo 1.º distrito, de Vicente Ferreira de Moraes pelo 2.º e de Helênio de Miranda Moura pelo 3.º. Ver *O Estado*, 1/3/1930.

32. Concorreram pela Aliança Liberal Alfredo Backer, Sílvio Leitão da Cunha e Aisur Vitor, pelo 1.º distrito, e Elói de Andrade e Antônio Brás de Moraes Barbosa pelo 3.º. Não se tem notícia de candidatos pelo 2.º distrito, área de forte penetração nilista. Ver *O Estado*, 1/3/1930.

33. *Idem*, 12/3/1930.

34. *Idem*, 23/4/1930. É verdade que houve contestações à diplomação do Oscar Fontenelle, Américo Peixoto, Lemgruber Filho e João Guimarães, tendo sido este último diplomado sob os protestos de Luis Guaraná. *Idem*, 6/4/1930.

35. Eram os seguintes os representantes fluminenses nas comissões da Câmara: Polícia — Bocaiuva Cunha; Diplomacia — Arnaldo Tavares; Obras Públicas — José de Moraes; Saúde Pública — Oscar Fontenelle; Marinha e Guerra — Thiers Cardoso; Agricultura — Américo Peixoto; Poderes — Norivalde Freitas; Instrução Pública — Maurício de Medeiros; Redação — Eduardo Cotrin; Tomada de Contas — Sílvio Rangel. Quatro deputados fluminenses não integraram nenhuma comissão: os dois representantes da minoria nilista João Guimarães e Lemgruber Filho, além de Belisário de Sousa e Raul Veiga. *Idem*, 9/5/1930.

36. *Diário Carioca*, 14/3/1930. Sodré afirmava contudo que suas divergências com Manuel Duarte eram naturais, pois haviam ocorrido no momento da organização da chapa. Ver *O Estado*, 20/3/1930.

37. Nem todos os deputados eleitos pelo PRF eram plenamente alinhados a Manuel Duarte. Este era o caso de Norival de Freitas, que se opusera a Duarte na Câmara Municipal de Niterói e era ligado a Sodré. Ver *O Estado*, 13 e 16/5/1930.

38. *O Estado*, 3/4/1930.

39. O critério adotado na composição da chapa foi o da reeleição, ocorrendo uma renovação de apenas oito vagas, para as quais foram indicados: Homero Soares de Pinho e Antenor Marmo (1.º distrito), João Norberto da Silva Freire e Macarino Garcia de Freitas (2.º), Carlos Baltasar da Silveira (3.º), João Maria da Rocha Werneck e Otávio Ascoli (4.º) e Ramon Benito Alonso (5.º). Ver *O Estado*, 18/7/1930.

40. Concorreram como avulsos: Carlos Casirorta e Otacílio Costa (1.º distrito), Pedro Nunes (2.º), Nelson Kemp (3.º), Horácio Gomes Leite de Carvalho (4.º) e Carlos Maul e Moraes Barbosa (5.º). Ver *O Estado*, 3/8/1930. O fato de o deputado estadual Moraes Barbosa ter concorrido à reeleição como avulso demonstra sua não integração a nenhum partido oposicionista fluminense, apesar de sua afinidade de princípios com a Aliança Liberal.

Os candidatos indicados pelo PRRJ foram: o coronel Antônio Francisco da Silva Leal (1.º distrito), César Nascentes Tinoco e Carlos Tinoco da Fonseca (2.º), o coronel Altino Linhares e Francelino Barcelos (3.º), Eugênio Lopes Barcelos e Galiano Guimarães (4.º) e Leon Camille Legay e João de Lacerda Paiva (5.º). Ver *O Estado*, 31/7/1930. Os candidatos do PRRJ, Antônio Francisco da Silva Leal, César Tinoco, Eugênio Lopes Barcelos e João de Lacerda Paiva, também concorriam pelo Partido Democrático, que incluía ainda em sua chapa Pimenta Veloso (2.º distrito), Osório Alves Tavares (3.º) e Raul Leite (5.º). Ver *O Estado*, 3/8/1930.

Os eleitos para as vagas da minoria foram os dissidentes situacionistas Carlos Castrioto, Pedro Nunes, Nelson Kemp, Horácio Gomes Leite de Carvalho, Horácio Gomes Leite de Carvalho e Carlos Maul.

41. Mesmo eleito com o apoio dos nilistas, o prefeito de Campos, Luís Sobral, recomendou nas eleições para a ALERJ a votação na chapa do PRF. Ver *O Estado*, 2/8/1930.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Arquivos privados

Arquivo Afrânio de Mello Franco — Biblioteca Nacional

Arquivo Nilo Peganha — Museu da República

Arquivo Quintino Bocaiuva — CPDOC

Arquivo Raul Soares — CPDOC

2. Publicações Oficiais

ANUÁRIO Estatístico do Brasil (1906-1912). Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1916-17, 3v.

AZEREDO, Antônio. *Intervenção no Estado do Rio de Janeiro; discurso pronunciado na sessão de 8/1/1923*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1923, 27p.

BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados* (1889-1930).

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil realizado em 1/9/1920; relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recensados no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Typ. do Serviço de Estatística, 1925.

BRASIL. Diretório Geral de Estatística. *População; população do Brasil por estados e municípios, segundo o sexo, idade e a nacionalidade*. Rio de Janeiro, Typ. do Serviço de Estatística, 1918, 2v.

BRASIL. Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola. *Questionário sobre as condições da agricultura dos municípios do Estado do Rio de Janeiro: Inspeção agrícola do 13.º Distrito, inspecionados de 25/6/1910 a 29/4/1913*. Rio de Janeiro, Typ. do Serviço de Estatística, 1913, 174p.

INSTITUTO de Fomento e Economia Agrícola (RJ). *O café fluminense e o Instituto de Fomento e Economia Agrícola*. Rio de Janeiro, Pap. e Typ. 1926, 16p.

———. de Fomento e Economia Agrícola (RJ). *Relatório apresentado à diretoria do Instituto por intermédio do respectivo presidente Antonio Joaquim de Mello, secretário de Estado das Finanças, pelo gerente hacharel Francisco Corrêa de Figueiredo*. Niterói, s. ed., 1928, 238p.

LEITE, Eurico Teixeira & VIANNA, Francisco José de Oliveira. *O regime no Estado do Rio de Janeiro*. Niterói, Instituto de Fomento e Economia Agrícola, 1927, 156p.

PEIXOTO, Américo. *Os crimes do nilismo — discursos pronunciados nas sessões de 7 e 10 de agosto de 1922, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio*. Rio de Janeiro, s. ed., 1922, 21p.

- RIO DE JANEIRO (estado). *Anais da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro* (1889-1930).
 ———. (estado). *Coleção de leis e decretos* (1889-1930).
 ———. (estado). *Mensagens de presidentes do estado* (1889-1930).
 ———. (estado). *Relatórios de secretários de estado* (1889-1930).
 RIO DE JANEIRO (estado). Diretoria de Estatística. *Estimlo econômico e financeiro; quinquênio 1924-1928*. Niterói, Escola de Trabalho, 1931, 107p.
 RIO DE JANEIRO (estado). Secretaria do Interior e Justiça. *Congresso das municipalidades fluminenses convocado pela deliberação n.º 104 de 30 de agosto de 1924*. Rio de Janeiro, J. do Comércio, 1924, 26p.
 RIO DE JANEIRO (estado). Serviço de Estatística. *Propriedades agrícolas*. Rio de Janeiro, tip. Marques Araújo, 1927, 483p.
 RIO DE JANEIRO (estado) Presidente (1927-1930: Silva). *Programa de governo; lido no banquete de 20.3.1927 em Niterói pelo senador eleito Manuel de Mattos Duarte Silva, candidato do Partido Republicano Fluminense a Presidência do Estado*. Rio de Janeiro, J. do Comércio, 1927, 410.
 RODRIGUES, Américo. *Lei orgânica das municipalidades com alterações da lei n.º 1829, notas e observações, organizado pelo diretor de expediente e inspector da administração municipal da Prefeitura de Niterói*. Niterói, J. Silva, 1925, 53p.

3. Jornais

- Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1914-1917.
Diário Carioca. Rio de Janeiro, 1930.
O Debate. Rio de Janeiro, 1898.
Diária do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 1904.
Diário Fluminense. Niterói, 1912-1914.
Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 1914.
Diário de Pernambuco. Recife, 1904.
O Estado. Niterói, 1919-1930.
O Fluminense. Niterói, 1888-1930.
Gazeta do Povo. 1896-1898.
Gazeta do Povo. Campos, 1918.
Gazeta de Petrópolis. Petrópolis, 1900-1902.
O Imparcial. Rio de Janeiro, 1913-1918.
Imprensa Barramansense. Barra Mansa, 1888.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 1889-1915.
A Manhã. Rio de Janeiro, 1926.
O Momento. Niterói, 1915.
Unitar Campista. Campos, 1889-1898.
A Notícia. Niterói, 1916.
A Notícia. Campos, 1917.
A Notícia. Rio de Janeiro, 1926.
O País. Rio de Janeiro, 1904-1914.
A República. Campos, 1890-1892.
O Rio de Janeiro. Niterói, 1890-1891.
O Rio de Janeiro. Niterói, 1915-1918.
Tribuna de Petrópolis. Petrópolis, 1916.
O Século. Niterói, 1909-1912.
Segunda Distrito. Campos, 1897-1900.

4. Obrasgerais

- ABRANCHES, Dunshee de. *Atas e atos do governo provisório*. 3.^a ed. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 1953.
- . *Como se faziam presidentes: homens e fatos no início da República*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.
- ARON, Raymond. *Estudos políticos*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980.
- BARRIGUELLI, José Cláudio (org.). *O pensamento político da classe dominante paulista, 1873-1928*. São Carlos, Universidade de São Carlos, 1986.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo, USP, 1959.
- BATALHA, Cláudio H. de Moraes. *Le syndicalisme "amarelo" à Rio de Janeiro (1906-1930)*. Paris, Universidade de Paris I, 1986 (tese de doutorado).
- BELLO, José Maria. *História da República*. São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1969.
- BOEHNER, George C. A. *Da Monarquia à República: história do Partido Republicano do Brasil*. Rio de Janeiro, MEC, 1954.
- BRANDI, Paulo. *Vargas: da vida para a história*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- O BRASIL republicano. Org. por Boris Fausto. São Paulo, Difel, 1975-1981. 3 vol. (História Geral da Civilização Brasileira, 8, 9, 10).
- CAMMACK, Paul. "O coronelismo e o compromisso coronelista: uma crítica", *Cadernos DCP*, Belo Horizonte, n.º 5, mar. 1979, p.1-20.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo, Difel, 1977.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Hector. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique. "Dos governos militares a Prudente de Moraes — Campos Sales" em O BRASIL republicano, org. Boris Fausto. São Paulo, Difel, 1975, vol. 1 (História Geral da Civilização Brasileira).
- CARDOSO-SILVA, Vera Alice. "O significado da participação dos mineiros na política nacional durante a Primeira República" em *V Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte, UFMG, 1982.
- CARNEIRO, LEVI. *Discursos e conferências*. Rio de Janeiro, Sul Americana, 1954.
- CARONE, Edgar. *A Primeira República (1889-1930): texto e contexto*. São Paulo, Difel, 1969.
- . *A República Velha: evolução política*. São Paulo, Difel, 1971.
- . *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo, Difel, 1972.
- CARVALHO, Antônio Gontijo de, Raul Fernandes, *um servidor do Brasil*. Rio de Janeiro, Agir, 1956.
- CARVALHO, José Muniz de. "As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador" em O BRASIL republicano, org. por Boris Fausto. São Paulo, Difel, 1977, vol. 2 (História Geral da Civilização Brasileira, 9).
- . *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro, Campos, 1980.
- . *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro, Vértice/UPERJ, 1987.
- . "Coronelismo" em Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-1983, org. por Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense Universitária, CPDOC/FI-NEP, 1984, vol. 2.
- CASALECHI, José Enio. *O Partido Republicano Paulista*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- CASASANTA, Guerino. *Correspondência de Bueno Brandão*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1958.
- CASTRO, Francisco Borges de, J. J. Seabra — *sua vida, sua obra na República*. Salvador, Imprensa Oficial, 1922.

- CASTRO, Sertório. *A República que a revolução destruiu*. Rio de Janeiro, s. ed., 1932.
- CAVALCANTI, Teófilo Brandão et. al. *O voto distrital no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1975.
- CONGRESSOS açucareiros no Brasil. Rio de Janeiro, IAA, 1949.
- CONRAD, Robert. *Os últimos dias da escravidão no Brasil: 1850-1888*. 2.^a ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- . *Da senzala à colônia*, 2.^a ed. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.
- DEBES, Célio. *O Partido Republicano de São Paulo na propaganda (1872-1899)*. São Paulo, 1975.
- DE DECCA, Edgar S. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- DELFIM NETO Antônio, *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1979.
- DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro, 1930-1983. Org. por Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense Universitária, CPDOC/FINEP, 1984, 4 vol.
- DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro, Editora Globo, 1958.
- FAUSTO, Boris. "Expansão do café e política cafeeira" em *O BRASIL republicano*, org. por Boris Fausto. São Paulo, Difel, 1982, vol. 3 (*História Geral da Civilização Brasileira*).
- FONSECA FILHO, Hermes da, *Marechal Hermes*. Rio de Janeiro, IBGE, 1961.
- FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *Um estudista da República, Afrânio de Mello Franco e seu tempo*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1955, 3 vol.; 2.^a ed., Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1976.
- . *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Rio de Janeiro — São Paulo, José Olympio Edusp, 1973.
- FREIRE, Felisbello. *As constituições dos estados e a Constituição Federal*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1988.
- . *História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. 2.^a ed. Brasília, UNB, 1983.
- FRITSCH, Winston. "1924", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, IPEA, dez. 1980, p. 713-774.
- . "Aspectos da política econômica do Brasil: 1906-1914" em NEUHAUS, Paulo (org.) *Economia brasileira, uma visão histórica*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- . *Aspectos da política econômica brasileira na Primeira República*. Cambridge, 1983 (tese de doutoramento).
- GOMES, Eduardo. *Campo contra cidade: reação ruralista à crise oligárquica no pensamento político social brasileiro (1910-1935)*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1980 (tese de mestrado).
- GUANABARA, Alípio. *A presidência Campos Sales: política e finanças*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1902.
- HAHNER, June E. *Relações entre civis e militares no Brasil*. São Paulo, Pioneira, 1975.
- HOLLOWAY, Thomas. *Vida e morte do convênio de Taubaté: a primeira valorização do café*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- IGLESIAS, Francisco. "Agricultura em Minas Gerais na República Velha". *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 15, 1985.
- . *Constituintes e Constituições brasileiras*. 2.^a ed. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- INSTITUTO Brasileiro do Café. *O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1934.

- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- KLEIN, Lúcia Maria Gomes e LIMA JR., Olavo Brasil de. "Atores políticos no Império". *Dados* (7), 1970.
- KOSELLECK, Reinhart. *Le regne de la critique*. Paris, Minuit, 1979.
- KUGELMAS, Edoardo. "A Primeira República no período de 1891 a 1909" em BEIGUEL-MAN, Paula. *Pequenos estudos de ciência política*. São Paulo, Pioneira, 1968, vol. 2.
- . *Difícil hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. São Paulo, USP, 1986 (tese de doutoramento).
- LAGO, Mozart. *A convenção nacional de 1921*. Rio de Janeiro, Pimenta de Melo, 1921.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo, Alfa Omega, 1975.
- LE GOFF, Jacques. "Is the politics still the backbone of history?". *Daedalus*, 1971, p.1-19.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana*. São Paulo, Vértice, 1987.
- LEVINE, Robert. *A velha usina; Pernambuco na federação brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- LEVY, Maria Bárbara. "O encilhanimento" em NEUHAUS, Paulo (org.). *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- LIMA, Sandra Lúcia Lopes. *O oeste paulista e a República*. São Paulo, Vértice, 1986.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Presença de Alberto Torres (sua vida e pensamento)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- LINHARES, Maria Yeda e SILVA, Francisco Carlos. *História política do abastecimento (1918-1974)*. Brasília, Binagre, 1979.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- . *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Artur Bernardes, um estudista da República*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.
- MANHEIM, Karl. "O pensamento conservador" em MARTINS, José de Souza. *Introdução a sociologia rural*. São Paulo, Hucitec, 1981.
- MARTINS FILHO, Amílcar. *A economia política do café com leite (1900-1930)*. Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1981.
- . "Clientelismo e representação em Minas Gerais durante a 1.ª República: uma crítica a Paul Cammack". *Dados*, Rio de Janeiro, n.º 27, 1984.
- . *The white collar republic: patronage and interest representation in Minas Gerais, 1889-1930*. Illinois, Universidade de Illinois, 1987 (tese de doutorado).
- MATOS, Ilmar. *Tempo Suqueme*. São Paulo, Hucitec, 1987.
- MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- . *Marxismo e política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- MORAES, Evaristo de. *A campanha abolicionista (1879-1888)*. 2.ª ed. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1986.
- MUELLER, Charles. *Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA-INPES, 1983.
- NUNES, Castro. *As constituições estaduais do Brasil*. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, 1922.
- . *A jornada revisionista*. Rio de Janeiro, Almeida Marques e Cia., 1924.
- PALMIER, Luiz. *Maurício de Abreu — um pioneiro da democracia*. Rio de Janeiro, Minerva, s.d.
- PANG, Eui Soo. *Coronelismo e oligarquias*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República Velha gaúcha*. Porto Alegre, Movimento/IEI., 1980.

- . *A Revolução Federalista*. São Paulo. Brasiliense, 1983.
- . *A burguesia gaúcha; dominação do capital e disciplina do trabalho (1889-1930)*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.
- PESSOA, Reynaldo Carneiro (org.). *A idéia republicana no Brasil através dos documentos*. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
- PINTO, Celi Regina. *Positivismo: um projeto político alternativo (R. S. 1889-1930)*. Porto Alegre, LPM, 1986.
- PORFÍRIO, Henrique. *A terra da promessa*. s.l., s. ed., s.d.
- PORTO, Costa. *Pinheiro Machado e seu tempo*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1951.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*, 12.^a ed. São Paulo, Brasiliense, 1970.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Paixão e morte de Silva Jardim*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- RAJA GABAGLIA, Laurita Pessoa. *Epitácia Pessoa*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1951. 2 vol.
- REIS, Elisa Pereira. "Interesses agroexportadores e construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930" em SORJ, Bernardo e CARDOSO, Fernando Henrique (org.). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- RESENDE, Maria Efigênia. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1982.
- ROBLES, Sueli. *Os radicais da República*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- RODRIGUES, José Honório. *Vida e história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- . *Conciliação e reforma no Brasil*. 2.^a ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- SALES, Manuel Ferraz de Campos. *Da propaganda à presidência*. São Paulo, s.ed., 1908.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo, Duas Cidades, 1978.
- SCHWARTZMAN, Simon. "Representação e contação política no Brasil", *Dados* (7), 1970.
- . *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo, Difel, 1975.
- SILVA, Ciro. *Quintino Bocaiuva, o patriarca da República*. São Paulo, Edaglit, 1962.
- SILVA, Eduardo (org.). *As idéias políticas de Quintino Bocaiuva*. Brasília/Rio de Janeiro, Senado Federal/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986, 2 vol.
- SILVA, Hélio. 1922: *Sangue na areia de Copacabuna*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
- . *1889: A República não esperou amanhecer*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Republicanismo e federalismo: um estudo da implantação da República brasileira (1889-1902)*. Brasília, Senado Federal, 1978.
- SIMONSEN, Roberto. *A evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1973.
- SINGER, Paul. "O Brasil no contexto do capitalismo internacional, 1889-1930" em O BRASIL republicano, org. por Boris Fausto. São Paulo, Difel, 1975, vol. 3 (História Geral da Civilização Brasileira).
- SOUSA, Maria do Carmo Campello de. "O processo político-partidário na Primeira República" em MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. São Paulo, Difel, 1972.
- SOUZA, Terezinha Oliva. *Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/Universidade Federal de Sergipe, 1985.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*. São Paulo, Hucitec/Unicamp, 1979.
- T'ANNURI, Luís Antônio. *O Encilhamento*. São Paulo, Hucitec, 1981.

- TAUNAY, Afonso de E. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro, DNC, 1939-1943.
- TELAROLLE, Rodolfo. *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. São Paulo, Brasiliense, 1982 (Tudo é história, 56).
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *O antigo regime e a revolução*. Brasília, UNB, 1979.
- TORRES, Alberto. *A organização nacional*. 2.^a ed. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1938.
- VENÂNCIO FILHO, Alberto. "Carlos Peixoto e o Jardim de Infância". *Digesto Econômico*. Rio de Janeiro, n.^o 226, 1972.
- VENEU, Marcos. "Enfurnando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895". *Dados*, Rio de Janeiro, v.30, 1987.
- VILLELA, Amílcar Villanova e SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. 2.^a ed., Rio de Janeiro, IPEA-INPES, 1975.
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Os liberais e a crise da República*. São Paulo, Brasiliense, 1983 (Tudo é história, 67).
- WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- WITTER, Sebastião. *Partido político, federalismo e República*. São Paulo, Arquivo do Estado, 1984.
- XISTO, Apúlcero. *A verdade histórica: da convenção de 1921 à revolução de junho de 1922*. Rio de Janeiro, s.c.p., 1922.
- ZIMMERMANN, Maria Emilia Marques. *O PRPe os fazendeiros de café*. São Paulo, Unicamp, 1987 (tese de mestrado).
5. Obras específicas sobre o Estado do Rio
- A ADMINISTRAÇÃO do sr. Quintino Bocaiuva no Estado do Rio de Janeiro, 1901 a 1903. Petrópolis, Tipografia da Tribuna de Petrópolis, 1903.
- ALBUQUERQUE, Júlio Pompeu de Castro (org.). *O Estado do Rio de Janeiro: período de 1928 a 1934*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, s/d.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Hildiberto Ramos Cavalcanti de. *O republicanismo fluminense (1887-1891)*. Niterói, UFF, 1974 (tese de mestrado).
- ALMEIDA, Antônio Figueira de. *História fluminense*. 2.^a ed. Rio de Janeiro, S. R. dos Santos, 1930.
- . *Os fluminenses na história do Brasil*. Niterói, Jerônimo Silva, 1928.
- ALMEIDA, Dayl de. "Esboço de história política fluminense", Niterói, 4(3): 38-67, 1972.
- ARAÚJO, Elísio de. *Através de meu século: notas históricas*. São Paulo, Ed. Limitada, 1932.
- ATAÍDE, José Botelho. *Famílias fluminenses*. Juiz de Fora, Lar Católico, 1970, 2 vol.
- BARRETO, João. *O Estado do Rio de Janeiro: aspectos políticos, econômicos e administrativos do Estado do Rio de Janeiro: o sr. Nilo Peçanha*. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1917.
- BARROS, Jaime. *O estado fluminense*, s.l.s.ed., 1927.
- BASTOS, Manoel Leite. *O Estado do Rio e seus homens: homenagem do Partido Republicano Fluminense, 1927-1928*. Niterói, s. ed., 1927, 1 vol.
- BIOGRAFIA do Dr. José Tomas da Portincula, pela Comissão Central encarregada de promover as homenagens a Sua Excelência por ocasião da terminação do seu período presidencial. Rio de Janeiro, Tipografia Jerônimo Silva, 1985.
- CARVALHO, Miguel de. *Organização republicana do Estado do Rio de Janeiro: 1889-1894*. Rio de Janeiro, Tipografia Guimarães, 1895.

- CASADEI, Thalita de Oliveira. *Estudos de história fluminense*. Niterói, s.ed., 1980.
- CASTRO, Hebe. *Ao sul da história (homens livres, pobres e pequena produção na crise do trabalho escravo)*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- CASTRO, Manuel Viana de. *A aristocracia rural fluminense*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1961.
- CONCEIÇÃO, Carlos. 2.^o Centenário do café no Brasil: história da irradiação e decadência do café no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Pap. Mello, 1927.
- CORREIA, Helisa Serzedelo. *Nova Friburgo: o nascimento da indústria (1890-1930)*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1985 (tese de mestrado).
- COSTA, Carlos da Silva. *Os acontecimentos de 5 e 6 de julho. Denúncias do procurador criminal da República*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1923.
- CRUZ, Paulo Werneck da. *Demografia histórica da República Velha: desenvolvimento fluminense*. Taubaté, 1980 (comunicação apresentada no Simpósio de História do Vale do Paraíba).
- . *O novo Rio de Janeiro em primeira síntese de história política (1889-1975)*. Taubaté, 1980, (comunicação apresentada no Simpósio de História do Vale do Paraíba).
- DÉ CARLI, Gileno. *A evolução do problema canavieiro fluminense*. Rio de Janeiro, Pongelli, 1942.
- DENIZ, Almaguio. *Razões jurídicas para uma intervenção no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Cia. Nacional de Artes Gráficas, 1927.
- EARP, Sã. *Propaganda do Estado do Rio*. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 1907.
- FERNANDES, Raul. "O Estado do Rio no Centenário do Brasil". *O Estado* (Niterói), 7/7/1922.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1977 (tese de mestrado).
- . "Política e poder no Estado do Rio na República Velha". *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, UFF, n.^o 1, 1985.
- . *Questões para o estudo da industrialização fluminense*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1986 (mimeo).
- . *Conflito regional e crise política: a Revolução Republicana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1988.
- e LAMARÃO, Sérgio. "Fontes para o estudo da história do Estado do Rio de Janeiro na Primeira República". *BIB*, Rio de Janeiro, n.^o 20, 1985.
- FONTENELE, Oscar Penna. *Problemas econômicos do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1925.
- FORTES, José Malosso Maia. *O Estado do Rio de Janeiro, ensaio para o estudo de sua história*. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1928.
- . *Esboço de geografia econômica do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1919.
- FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não capitalistas de produção*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985 (tese de mestrado).
- GEIGER, Pedro Pinchas. "Urbanização e industrialização na orla oriental da baía de Guanabara". *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 9:210-36, 1956.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- e FERREIRA, Marieta de Moraes. "Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro: novas perspectivas de análise". *BIB*, Rio de Janeiro, n.^o 24, 1987.
- GRANER, Maria Paula. *A estrutura fundiária do município de Araruama (1950-1920): um estudo das distribuições dos terras, continuidades e transformações*. Niterói, Universidade

- Federal Fluminense. 1985 (tese de mestrado).
- LACOMBE, Lourenço Luís. *Os chefes da Executiva Fluminense*. Petrópolis, Museu Imperial, 1973.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro, IBGE, 1945, XXXII.
- . *O homem e a restinga*. Rio de Janeiro, IBGE, 1946, XXIV.
- . *O homem e a serra*. Rio de Janeiro, IBGE, 1950.
- LAMEGO, Luís. *O Estado do Rio e alguns dos seus filhos mais ilustres*. Niterói, Diário Oficial, 1943.
- LE MOS, Renato Luís do Couto Neto. *A implantação da ordem republicana no Estado do Rio*. Niterói, UFF, 1985 (tese de mestrado).
- . "República e política regional fluminense", *Revista do Rio de Janeiro*, n.º 4, dez. 1986.
- LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebelião negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1981.
- LIMA, Santa Cruz. *Resurge a velha província*. s.n.t.
- LOBO, Eulália. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978.
- MACEDO SOARES, Emanuel. *História política do Estado do Rio, 1889/1975*. Niterói, Imprensa Oficial, 1987.
- MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos, senhores e café: um estudo sobre a crise da lavoura cafeeira do Vale do Paraíba, 1860-1888*. Niterói, UFF, 1983 (tese de mestrado).
- MAIENCHIORI, Maria Emilia. *O mundo das usinas: problemas da agroindústria açucareira no município de Campos*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1979 (tese de mestrado).
- . "Engenhos centrais e usinas do norte fluminense, 1775-1909", *Mensário do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 11(8):3-12, ago. 1980.
- MARTINS, Ismênia Lima. *Subsídios para a história da industrialização de Petrópolis (1850-1930)*. Petrópolis, Universidade Católica de Petrópolis, 1983.
- MARY, Cristina Pessanha. *Porto de Nictheroy: uma promessa de autonomia*. Rio de Janeiro, IPUR/UFRJ, 1988 (tese de mestrado).
- MEDEIROS, Maurício de. *A reforma constitucional de 1920*. Rio de Janeiro, Ed. Jacinto Ribeiro Soares, 1922.
- . "Sobre a história constitucional fluminense na República", *Revista da Academia Fluminense de Letras*, Niterói, out. de 1949, p. 57-64.
- MELLO, Pedro C. *A Economia da escravidão nas fazendas de café, 1850-1888*. Rio de Janeiro, PNPE, 1984.
- MELO, Joaquim. *Evolução da cultura cafeeira no Estado do Rio de Janeiro: fustígio, decadência e reerguimento do café fluminense*. Rio de Janeiro, Pap. Mello, s.d.
- . *O Estado do Rio; suas peculiaridades, evolução e grandeza*. s.l., s.ed., 1927.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói, UFF, 1977 (tese de mestrado).
- MORAES, Vicente Ferreira. *A questão do café*. Niterói, Tipografia S de julho, 1934.
- NAVEGA, O.C. *Le sucre dans l'Etat de Rio de Janeiro et au Brasil. Des oligarchies aux multinationales, 1920-1965*. Paris, Universidade des Paris, 1976 (tese de doutorado).
- PADILHA, Silvia Fernandes. *Da monocultura à diversificação econômica: um estudo de caso: Vassouras, 1880-1930*. Niterói, UFF, 1977 (tese de mestrado).
- A PECUÁRIA no estado fluminense. *Revista Comercial e Agrícola do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1(1): 7, abr. 1922.

- PEÇANHA, Celso. *Nilo Peçanha e a revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
- PEÇANHA, Nilo. *Política, economia e finanças — o compoinha presidencial de 1921-1922*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922.
- PIGNATON, Álvaro. "Origens da industrialização no Rio de Janeiro". *Dados*, Rio de Janeiro, n.º 15, 1977.
- PINHEIRO, Maria Isolina. *O líder Soares Filho*. Rio de Janeiro, s.c.p., 1975.
- PINHEIRO, Suramago. *Galdino do Vale e súmulas de seus pronunciamentos; discursos sobre o centenário de nascimento de Galdino do Vale e súmulas apresentadas pelo deputado Suramago Pinheiro*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1980.
- RAFFARD, Henri. *O centro da indústria e o comércio de açúcar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Tip. do Brasil, 1892.
- RANGEL, Sylvio Ferreira. "O café no Estado do Rio de Janeiro, sua origem e influência na vida econômica e social da terra fluminense". *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15/10/1927, seção 2. Edição comemorativa do bicentenário do café, p. 14.
- RUSSEL, Robert. *Nilo Peçanha and the fluminense politics (1889-1917)*. Universidade do Novo México, 1974 (tese de doutorado).
- SANTOS, Ana Maria dos. *Agricultural reform and the idea of decadence in the State of Rio de Janeiro*. Austin, Universidade do Texas, 1984 (tese de doutorado).
- e MENDONÇA, Sônia Regina. "Intervenção estatal e diversificação agrícola no Estado do Rio de Janeiro (1888/1914)". *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, n.º 2, 1986.
- SOARES, Emanuel de Bragança de Macedo. *Raul Veiga no governo fluminense*. Niterói, Museu Histórico do Estado do Rio de Janeiro, 1978.
- SODRÉ, Feliciano. *O idealismo fluminense e a sucessão presidencial; discursos proferidos no Senado Federal*. Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1929.
- STANLEY, Miriam. *A companhia agrícola Usina de Santa Maria: estudo de um caso*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1983 (tese de mestrado).
- STEIN, Stanley. *Grandezas e decadência do café no vale do Paraíba*. São Paulo, Brasiliense, s.d.p.
- TABORDA, Basílio et al. *Nas vésperas de pleito (documentos políticos)*. Rio de Janeiro, J. do Comércio, 1923.
- TINOCO, Brígido. *A vida de Nilo Peçanha*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1962.
- TOLENTINO, José. *Nilo Peçanha: obra política*. Petrópolis, Armando Martins, s.d.
- . *Nilo Peçanha e sua vida pública*. Rio de Janeiro, Armando Martins Editora, 1930.
- TURNOWSKI, Salomon. "A cafeicultura no Estado do Rio de Janeiro". *Boletim do Conjuntura*. Rio de Janeiro, FIDERJ, jan. 1978.
- VASCONCELOS, Clodomiro. *História do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1928.
- VIANA, Sonia Bayão Rodrigues. *O engenho central de Quissamun, 1874-1904*. São Paulo, USP, 1981 (tese de doutorado).
- WERNECK, Francisco Kloris. *História e genealogia fluminense*. Rio de Janeiro, Ed. do autor, 1974.

Leia também

O Golpe Silencioso — Aspásia Camargo

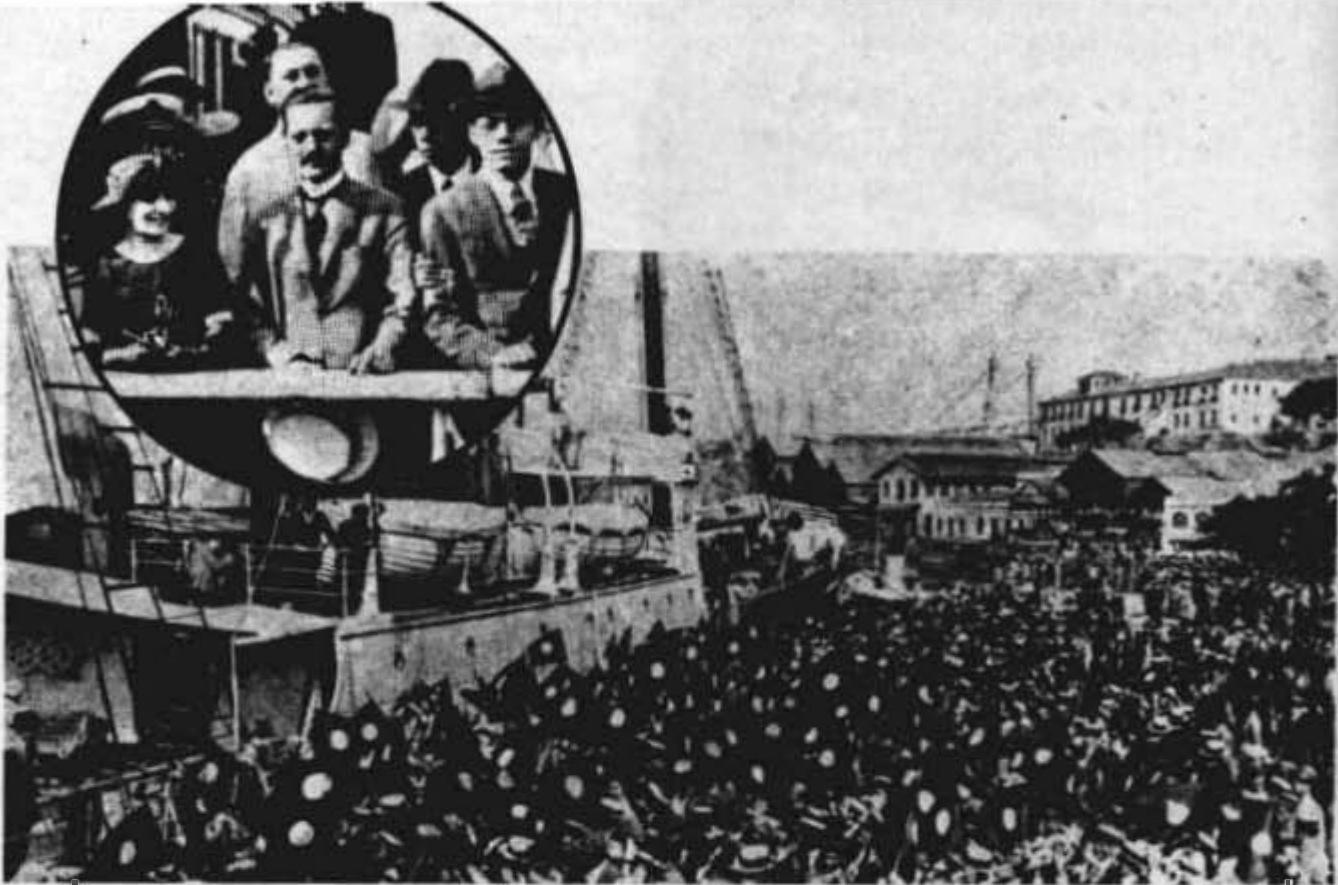


Próximos Lançamentos

Brasil: Um País Travado — *J. C. de Macedo Soares Guimarães*
A Constituição de 1988 — O Avanço do Regresso — *Vários*
Autores

Nassau — Sangue e Amor nos Trópicos — *Assis Brasil*
Raízes da Música Popular Brasileira — *Ary Vasconcelos*
A Mãe do Sonho — *Ivanir Calado*

Esta obra foi composta na WJ-
Fotocomposição e impressa na Gráfica
Erca Editores, para a Rio Fundo Edi-
tora.



O que vai se ler, com oceânico proveito, é um trabalho que tem como tema central o Estado do Rio de Janeiro na Primeira República. Marieta de Moraes Ferreira e sua equipe ora se juntam aos que, como Joseph Love, Robert Levine e John Wirth, nos setenta, estudaram, num país espetacularmente derramado em extensão, o capítulo do regionalismo.

O que os autores nos evidenciam, com sensibilidade sísmográfica, é como a “velha província”, o Estado do Rio, procurou reverter — mas não o conseguiu — a situação de um estado que, de eixo político e econômico durante o império, “passou à posição de estado de segunda classe com o advento da República”. O declínio inicia-se na década de 1880, mais enfaticamente em 1896, quando os sinais de perdas irreversíveis não cessavam. É neste ambiente que surge Nilo Peçanha, o jovem deputado federal campista ligado ao Barão de Miracema, o estudante que viveu intensamente a segunda fase da Escola de Recife, a crítico-filosófica, sob a influência de Tobias Barreto, seu professor, que, às vésperas da Proclamação da República, afirmou que éramos um país que nasceu velho, “uma criança de cabelos brancos”. Nilo, neste instante, é a liderança que procura unificar a política fluminense e recuperar o prestígio do Estado.

Os autores escrevem com rigor acadêmico, e sa bem “datar finamente”, a paixão que, segundo Michelet, caracteriza o bom historiador. Além disso, põem sabor nas frases — principalmente quando estudam a tendência à personalização da política fluminense que alcançou sua expressão máxima com Nilo Peçanha —, trazem em aconchego adjetivos e verbos, dominam o instrumental linguístico.

Neste Centenário da República Brasileira, vale ler “A República na Velha Província”. Ler e reler.

Virgílio Moretzsohn Moreira